



**MONALISA LUSTOSA NASCIMENTO**

**A corrida pela transição energética: geopolítica da relação sino-brasileira no setor energético e a resistência dos povos tradicionais do litoral cearense**

São Paulo - SP

2023

MONALISA LUSTOSA NASCIMENTO

A corrida pela transição energética: geopolítica da relação sino-brasileira no setor energético e a resistência dos povos tradicionais do litoral cearense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”

Orientador: Clifford Andrew Welch.

Coorientador: Alexandre César Cunha Leite.

São Paulo - SP

2023

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Nascimento, Monalisa Lustosa.

N244 A corrida pela transição energética : geopolítica da relação sino-brasileira no setor energético e a resistência dos povos tradicionais do litoral cearense / Monalisa Lustosa Nascimento. – São Paulo, 2023.

221 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

Coorientador: Alexandre César Cunha Leite.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2023.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Desenvolvimento sustentável – Brasil. 4. Recursos energéticos – Aspectos ambientais – Brasil. 5. Desenvolvimento energético – Aspectos ambientais – Brasil. 6. Brasil – Relações econômicas exteriores – China. I. Título.

CDD 338.927

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MONALISA LUSTOSA NASCIMENTO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.**

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2023, às 13:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MONALISA LUSTOSA NASCIMENTO, intitulada **A CORRIDA PELA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: GEOPOLÍTICA DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA NO SETOR ENERGÉTICO E A RESISTÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS DO LITORAL CEARENSE**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / Universidade Federal de São Paulo, Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente, Prof.Dr. FABIANO ESCHER (Participação Virtual) do(a) DDAS/CPDA/UFRRJ / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Após a exposição pela mestrandia e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADO**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Clifford Welch", is positioned above the name of the professor.

Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "S. Fernandes", is positioned above the name of the professor.

PROFA. DRA. SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe



Às comunidades tradicionais do litoral do Ceará. Carinhosamente aos povos tradicionais de Barra das Moitas e de Morro dos Patos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família pelo suporte durante o mestrado, por me incentivar e me acolher em todos os momentos da pesquisa, sobretudo nos momentos de idas e vindas às comunidades tradicionais. À Ananda, Kevin e Morgana pelo suporte diário.

Agradeço ao meu orientador Cliff Welch pela inspiração, paciência e pela sensibilidade que me guiou durante toda a jornada. Obrigado por me ensinar a contar estas histórias. Agradeço aos meus professores Bernardo Mançano e Silvia Adoue por me ensinarem os desafios de discutir dinâmicas globais e de entender os universos revolucionários nos locais. Obrigado pelo cuidado e pelo carinho.

Agradeço ao MST do Estado do Ceará por me proporcionar as experiências mais transformadoras e inesquecíveis. Agradeço ao Gene, dirigente nacional do MST, pelo cuidado durante toda a minha pesquisa, por possibilitar os trabalhos de campo nas comunidades tradicionais e organizar toda a minha ida e estadia nos locais, entendendo a importância da pesquisa científica como contribuição à luta do MST e dos povos tradicionais do Ceará. Agradeço à Clarice e ao Missias, dirigentes estaduais do MST, por todo acolhimento, ajuda e entrevistas concedidas durante a fase de pesquisa.

Agradeço de todo o coração ao Ecomareatório, Melka e Alanna pela confiança, pelas idas e vindas às comunidades tradicionais. Por todo o aprendizado, ancestralidade e força que conheci ao conhecer vocês.

Toda a minha gratidão e o meu amor à Comunidade Tradicional de Barra das Moitas, à Dona Ica e Denice que me acolheram nas suas casas e me deram dias inesquecíveis. A força e a inspiração deste povo é uma história viva que eu jamais poderia contar sozinha. Agradeço também ao Moisés e De Assis das brigadas locais do MST por me levar e me cuidar durante as viagens.

Por fim, agradeço imensamente ao povo de Morro dos Patos. Ao seu Neri, Dona Rita e Cidinha por me receberem na comunidade. O sorriso de Jackson ecoa na minha mente sempre que me lembro desta fortaleza à beira mar. Obrigado pela esperança.

Eu sempre digo, dinheiro é lixo. Dinheiro é lixo. O que você comprar com dinheiro vira lixo, menos a terra. A terra não acaba não. Nois temos o nosso mar livre pra pescar, nois temos o nosso rio livre pra nois pescar e trabalhar. Mas meu maior sonho é ver todo mundo feliz aqui, todo mundo feliz. É meu maior sonho. É um sonho e é uma necessidade.

(Pescadores e agricultores da comunidade tradicional de Barra das Moitas, litoral oeste do Ceará, trabalho de campo, agosto de 2022).

## RESUMO

A mitigação das mudanças climáticas é o novo propulsor de uma economia verde que se expande por todo o globo e impacta diretamente as relações entre a China e o Brasil. A corrida pela descarbonização das matrizes energéticas à nível global, impulsiona a transição energética a partir de fontes renováveis sob o manto do Desenvolvimento Sustentável. Este rearranjo geopolítico inaugura uma nova fronteira de acumulação do capital, pois, a partir da transição energética guiada pelo capitalismo, a economia verde se torna mais uma face do acaparamento e controle de terras. A China enquanto uma das grandes potências da transição energética para uma matriz renovável, é avaliada a partir de seus investimentos em toda a cadeia do setor em território brasileiro. Rompendo com o agrocentrismo do acaparamento, a territorialização de mega complexos eólicos no Nordeste do Brasil, reorganiza e aprofunda hierarquicamente o espaço nordestino enquanto reserva de energia, as dinâmicas de estrangeirização do território, apropriação dos recursos naturais pelo capital internacional e acentua as conflitualidades no território. Desenvolvimento aqui é discutido por sua promoção da acumulação por espoliação e desterritorialização de povos tradicionais e originários do Nordeste e mais especificamente do litoral cearense, a partir de estudos de caso em comunidades tradicionais, símbolos da resistência na disputa territorial contra a implantação de complexos eólicos em territórios brasileiros. A disputa pelo conceito de desenvolvimento territorial é traçada a partir da resistência dos povos tradicionais que tem no Bem Viver, as bases de um desenvolvimento territorial pensado desde *abajo*. A dissertação pretende avançar em discussões sobre projetos alternativos que garantem aos povos as suas reivindicações por uma transição energética justa, popular e soberana, produzindo a autonomia energética enquanto libertação dos estados de ameaça. As famílias assentadas do Movimento Sem Terra do Ceará, desenharam alternativas de autonomia energética para os povos do semiárido, que enxergam numa transição energética popular, as bases para o crescimento dos territórios de esperança.

**Palavras-chave:** Transição Energética; Energias Renováveis; China; Brasil; Resistências;

## ABSTRACT

Mitigating climate change is the new driver of a green economy expanding across the globe and directly impacting relations between China and Brazil. The race for the decarbonization of energy matrices at a global level has driven the energy transition toward renewable sources under cover of Sustainable Development paradigm. This geopolitical rearrangement inaugurates a new frontier of capital accumulation, since, from an energy transition guided by capitalism, the green economy becomes one more instigator of land ownership concentration and control. In our study, China is examined as one of the major powers in the energy transition to a renewable matrix. The dissertation analyzes its investments in Brazil territory through every link in the entire chain of the sector. Breaking with the agrocentrism of land grab studies, a focus on China opens a window on the territorialization of mega wind complexes in Brazil's Northeast, reorganizing and deepening our understanding of the dynamics of foreignization and the territorialization of space as an energy reserve. By its very nature, the appropriation of natural resources by international capital stimulates territorial conflicts and accentuates existing disputes. Development is discussed here for its promotion of accumulation by dispossession and deterritorialization of traditional peoples from the Northeast and more specifically from the coast of Ceará, where case studies were elaborated among traditional communities that symbolize resistance to the reconfiguration of traditional territories as wind complexes. The dispute for the concept of territorial development is traced from the resistance of traditional peoples who have in *Bem Viver* as the basis of their approach to territorial development. The research aims to advance discussions on alternative projects that guarantee people their claims for a fair, popular and sovereign energy transition, envisioning their "energy autonomy" as liberation from foreign threats. As the case studies show, the settled families of the Movimento Sem Terra (MST) in Ceará have designed energy autonomy alternatives for the people of the semi-arid region, who see a popular energy transition as the basis for the growth of territories of hope.

**Keywords:** Energy Transition; Renewable energy; China; Brazil; Resistances;

## RESUMEN

Mitigar el cambio climático es el nuevo motor de una economía verde que se expande por todo el mundo y tiene un impacto directo en las relaciones entre China y Brasil. La carrera por la descarbonización de las matrices energéticas a nivel global impulsa la transición energética desde fuentes renovables bajo el amparo del Desarrollo Sostenible. Este reordenamiento geopolítico inaugura una nueva frontera de acumulación de capital, ya que, a partir de la transición energética guiada por el capitalismo, la economía verde pasa a ser una faceta más del acaparamiento y el control de la tierra. China, como una de las grandes potencias en la transición energética a matriz renovable, es evaluada a partir de sus inversiones en toda la cadena del sector en territorio brasileño. Rompiendo con el agrocentrismo del acaparamiento, la territorialización de megacomplejos eólicos en el Nordeste de Brasil, jerarquiza y profundiza el espacio nororiental como reserva energética, las dinámicas de extranjerización del territorio, apropiación de los recursos naturales por parte del capital internacional y transnacional y acentúa los conflictos en el territorio. Se discute aquí el desarrollo por su promoción de acumulación por despojo y desterritorialización de los pueblos tradicionales del Nordeste y más específicamente del litoral de Ceará, a partir de estudios de caso en comunidades tradicionales que son símbolos de resistencia en la disputa territorial contra la implantación de complejos eólicos en territorios tradicionales. La disputa por el concepto de desarrollo territorial se rastrea desde la resistencia de los pueblos tradicionales que tienen en el Buen Vivir, las bases de un desarrollo territorial pensado desde abajo. La investigación tiene como objetivo avanzar en las discusiones sobre proyectos alternativos que garanticen a las personas sus reclamos por una transición energética justa, popular y soberana, la autonomía energética como liberación de los estados amenazantes. Las familias asentadas del Movimiento de los Sin Tierra de Ceará diseñaron alternativas de autonomía energética para los pueblos del semiárido, que ven en una transición energética popular la base para el crecimiento de territorios de esperanza.

**Palabras llave:** Transición Energética; Energías renovables; China; Brasil; Resistencias

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                            |
|-----------|------------------------------------------------------------|
| ANEEL     | Agência Nacional de Energia Elétrica                       |
| ABEEólica | Associação Brasileira de Energia Eólica                    |
| BYD       | Build Your Dreams                                          |
| CDB       | China Development Bank                                     |
| CEBC      | Conselho Empresarial Brasil-China                          |
| CGN       | China General Nuclear Power                                |
| CHEXIM    | Export-Import Bank of China                                |
| COFCO     | China Oil and Foodstuffs Corporation                       |
| COP26     | 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática. |
| CTG       | China Three Gorges                                         |
| GCI       | Global China Initiative                                    |
| GDP       | Global Development Center (Universidade de Boston)         |
| GW        | Gigawatt                                                   |
| IEA       | Agência Internacional de Energia                           |
| IED       | Investimento Estrangeiro Direto                            |
| MW        | Megawatt                                                   |
| MST       | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra               |
| NDC       | Nationally Determined Contributions                        |
| SPIC      | State Power Investment Corp.                               |

## SUMÁRIO

|     |                                                                                                                                                                    |     |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1   | INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                                   | 11  |
| 2   | CHINA E BRASIL: A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O<br>INVESTIMENTO CHINÊS EM ENERGIAS RENOVÁVEIS NO<br>BRASIL .....                                                        | 18  |
| 2.1 | Transição Energética: a nova pauta do relacionamento sino-<br>brasileiro .....                                                                                     | 22  |
| 2.2 | A narrativa do Desenvolvimento Sustentável e a corrida<br>geopolítica na cadeia de energias renováveis.....                                                        | 34  |
| 2.3 | Entre placas solares e torres eólicas: os investimentos chineses<br>no setor energético brasileiro.....                                                            | 45  |
| 2.4 | Contradições da Transição Energética: Impactos do<br>investimento chinês e a implantação de parques eólicos em<br>Territórios Tradicionais .....                   | 66  |
| 3   | RESISTÊNCIAS E RESILIÊNCIAS ÀS EÓLICAS: ESTUDO DE<br>CASO EM BARRA DAS MOITAS E EM MORRO DOS PATOS,<br>COMUNIDADES TRADICIONAIS DO LITORAL OESTE DO<br>CEARÁ ..... | 79  |
| 3.1 | Barra das Moitas: “Desenvolvimento é uma promessa em vão”...                                                                                                       | 88  |
| 3.2 | Morro dos Patos: Território do medo, Território da Esperança.....                                                                                                  | 120 |
| 4   | ALTERNATIVAS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA<br>E POPULAR: A SOBERANIA ENERGÉTICA COMO O<br>DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO DOS POVOS DO BEM-<br>VIVER.....        | 157 |
| 4.1 | “A transição energética hoje é uma pauta do capitalismo. Ela<br>não é uma pauta nossa. Mas as mudanças climáticas são uma<br>pauta nossa” .....                    | 164 |
| 4.2 | “A autonomia energética é a garantia de desenvolvimento dos<br>nossos povos e territórios” .....                                                                   | 192 |
| 5   | CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                                                                                                          | 210 |
|     | REFERÊNCIAS.....                                                                                                                                                   | 214 |



## 1. INTRODUÇÃO

Os investimentos no setor energético (desde a geração, transmissão e distribuição) tem sido um dos principais focos e caminhos da inserção chinesa no Brasil. Desde o início dos anos 2000 com ênfase a partir de 2010, a China tem intensificado os investimentos em energias, destacando um crescente investimento em energias renováveis que inseriu a China em uma posição de liderança no cenário global de investimentos em energias (BARBOSA, 2019).

Agora o mundo molda e presencia uma corrida pela descarbonização de suas matrizes energéticas e a chamada Transição Energética para fontes renováveis e “limpas”. Esta corrida pela inovação, produção e controle de novas tecnologias de produção energética tem dado força à economia verde, onde a moeda de troca é a conservação ou mitigação das mudanças climáticas.

Dentro do mapa geopolítico da transição energética, a relação sino-brasileira constitui-se desde o início, como uma relação baseada nos recursos naturais, sobretudo no setor agropecuário e energético brasileiro, transformando a relação bilateral em mais que isso, em uma relação geopoliticamente estratégica e dependente, em maior grau da parte brasileira. A entrada da China no Brasil e em outros países da América Latina foi capaz, como será abordado no primeiro capítulo, de reordenar as relações anteriormente estabelecidas, onde antes haviam países ocidentais como principais parceiros. Longe de uma sinofobia, o trabalho destacado nesta pesquisa é o de buscar entender como o capital chinês tem sido capaz de emaranhar-se no desenvolvimento territorial e na transição energética brasileira a tal ponto, que tornou-se um dos principais players do setor no país.

Principal parceiro comercial do Brasil, a China assume relevante importância no comércio de grãos, sobretudo a soja, e carnes brasileiras, que bate recordes ano após ano, nas exportações para a China. Em 2020, mais de um terço das exportações totais brasileiras foram destinadas ao gigante asiático, levantando alertas para uma latente dependência brasileira. Mais detalhadamente, dentre estes números expressivos, o percentual é concentrado na exportação de commodities, pelo menos 82% do que foi exportado eram recursos extrativos e agropecuários, a saber: soja, minério de ferro e petróleo (CARIELLO, 2021).

As formas de entrada de empresas chinesas no território brasileiro são

avaliadas sob a perspectiva de como a China consegue estabelecer controle sobre cadeias de valor e assim, garantir o acesso e o fornecimento dos principais recursos naturais de seu interesse, tudo isso em acordo com a política *Going Out* de expansão de grandes empresas estatais chinesas (MCMICHAEL, 2020; ESCHER; WILKINSON, 2019). A política *Going out* também é a guia das empresas chinesas para despejar o capital excedente dos distintos setores chineses para os parceiros comerciais, como é o que acontece com a cadeia de produção e desenvolvimento da interação Brasil-China no setor de energias renováveis, sobretudo na produção de energia eólica.

Neste sentido, esta pesquisa busca compreender como se dá o relacionamento sino-brasileiro em torno do setor energético, enfatizando os novos modelos de energias em foco, eólica e solar, desenhando assim os atuais padrões de investimentos, financiamentos e impactos político, econômicos, sociais e ambientais desta relação que vislumbra uma transição energética.

O primeiro capítulo traça um panorama dos investimentos chineses em energias renováveis eólica e solar. Quais empresas, quanto de capacidade possuem e onde estão territorializadas são questões que esta pesquisa buscou responder. Mapas e gráficos foram criados através de dados disponibilizados pelas próprias empresas, bancos de dados nacionais como o Sistemas de Informações de Geração da ANEEL e internacionais como o China's Global Power do Global China Initiative - Universidade de Boston, com compilação e sistematização própria. Além do que já está consolidado, também houve um esforço para traçar cenários futuros de expansão e territorialização de projetos chineses.

No primeiro capítulo é tratado ainda, o panorama da corrida pela descarbonização e a busca pela transição energética enquanto uma das soluções encontradas pelo capital internacional para a mitigação das mudanças climáticas. Ainda dentro da questão climática, o capítulo se debruça a entender os mecanismos de criação desta nova transição energética para as fontes renováveis partindo da compreensão de que esta transição é parte de um modelo de *Acaparamiento* e controle dos territórios que abarca a economia verde como uma de suas faces de atuação para a acumulação de capital. A fronteira da acumulação via produção energética desembarca portanto, em territórios do Nordeste brasileiro sem modificar seu real objetivo: a busca por mais territórios para a materialização de uma transição energética essencialmente corporativa e ditada pelo capital internacional.

A territorialização privada do vento, do sol, ou a nova forma de apropriação do território constitui-se como a busca incessante do capitalismo para resolver suas próprias crises, desmitificando sobretudo, a ideia de que o capital apropria-se da terra apenas para a reprodução do agronegócio, o que Pereira (2021) e Edelman (2016) assimilaram como rupturas do *agrocentrismo* na apropriação e controle de terras. Assim, a dinâmica de controle do território alçam novos patamares, pois, o capital e suas corporações transnacionais buscam mais que o controle da terra, como o controle de todos os recursos naturais que é capaz de explorar.

Para Pereira (2021, pag. 10) “é evidente que o modelo de desenvolvimento posto pelo capitalismo tem colocado a natureza em colapso” enfatizando ainda o que defendem Acosta (2016) e Gudynas (2011) sobre o desenvolvimento predatório, extrativista e criador das próprias crises. Para os autores, resta-nos demandar as epistemologias do Sul para entender as reais bases para um desenvolvimento criado a partir do Bem Viver.

É neste trabalho de localização dos projetos e empresas chinesas que atuam no setor eólico e solar, que o Nordeste é avaliado como porta de entrada e promotor dos investimentos chineses nas energias renováveis. Região onde estão localizados os principais complexos, parques eólicos e fotovoltaicos de empresas chinesas no Brasil, o Nordeste possui uma gestão peculiar não só no seu papel na relação sino-brasileira mas na gestão do desenvolvimento territorial da região, pois, é através do Consórcio Nordeste que parte das tratativas são canalizadas até a implementação dos projetos.

No capítulo 2, as contradições em torno das formas de uso da terra e do território e como estes megaprojetos tem impactado socioterritorialmente as comunidades tradicionais nos territórios são o eixo central para discutir quais as formas de resistência os povos tradicionais puderam traçar em seus territórios. As contradições latentes são frutos de um modelo de desenvolvimento em constante disputa, em que povos tradicionais, originários, do campo e das águas são diretamente afetados e protagonizam resistências, mas também resiliências contra a desterritorialização e os impactos socioambientais. Resistências posto que a luta é viva e latente, é produzida e reproduzida no dia-a-dia da comunidade, é construída sob diversas formas para impedir a desterritorialização. As resiliências estão entranhadas no fazer cotidiano e tradicional. A passagem das ancestralidades de pais para filhos, de avós para netos, suavemente no decorrer dos dias, também são pilares

de uma resiliência que dá as bases para a fortaleza, ora quando grita em suas resistências, ora quando silencia em suas resiliências.

Para ilustrar lutas e resistências ativas em todos os espaços de disputa entre estes modelos de desenvolvimento territorial e transição energética, foi realizado trabalho de campo em duas comunidades tradicionais no litoral oeste do Ceará: a Comunidade Tradicional de Barra das Moitas, em Amontada e o Assentamento Morro dos Patos em Itarema. Banhados pelo Rio Aracatiaçu e o mar, estas comunidades tem o diferencial de ter resistido pela terra, pelo modo de produção e organização de seu território e resistido à implantação de parques eólicos, barrando assim a desterritorialização de seus povos e a destruição de seu rico ecossistema.

Falar de uma resistência que teve êxito, que tem êxito ainda é falar também de uma conflitualidade constante, sorrateira e acima de tudo, atual. Enquanto este trabalho é escrito, as conflitualidades se modificam ou se renovam em Barra das Moitas e Morro dos Patos, posto que, a cada minuto que passa, o capital predatório, especulador e acumulador lança novas ameaças e novas formas de espoliação dos territórios do litoral cearense. Vivendo sob alerta da iminência do futuro e do desenvolvimento em seus territórios, as suas resiliências tradicionais mostram um Bem Viver arquitetado no cotidiano das comunidades tradicionais que são capazes de assegurar que as gerações futuras sejam atores resistentes na proteção das comunidades tradicionais e de seus modos de vida, de preservação do meio ambiente.

Para entender a realidade que se impõe sobre comunidades tradicionais a partir da transição energética corporativa, o trabalho de campo foi realizado a partir de escritos e também de gravações de entrevistas num Diário de Campo que de forma recorrente aparece neste trabalho, fidelizando os pensamentos, percepções, sentimentos e sensações sentidas no dia a dia enquanto convivia com as comunidades. Neste ponto, é imprescindível ressaltar que a separação entre pesquisador observador e objeto de pesquisa não foi sequer uma ideia nesta pesquisa. Todas as minhas percepções enquanto estive nas comunidades são trazidas aqui a partir de um diário de campo, com o objetivo de aproximar não só quem está lendo agora às comunidades tradicionais pesquisadas, mas também por entender que é impossível ser tocado por eles e permanecer o mesmo, permanecer distante, permanecer observador apenas.

Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas nas comunidades tradicionais a partir da metodologia de entrevista oral e livre, seguindo apenas ideias

de questionamentos-chave, mas sem engessar questionamentos pré-estabelecidos, já que a intenção era ouvir primeiro, e somente depois de entender quais as conflitualidades e resistências presentes, criar perguntas baseadas nas especificidades das lutas das comunidades tradicionais. Assim, ao longo dos dias em que permaneci em Barra das Moitas e Morro dos Patos, algumas perguntas acabaram guiando a entrevista oral gentilmente concedida por pescadores e pescadoras artesanais, camponeses e camponesas, artesãos e artesãs, marisqueiras e também crianças das comunidades tradicionais.

As principais questões respondidas por todos os entrevistados dizem respeito a quais foram as formas de resistência encontradas para barrar a entrada de parques eólicos nos territórios tradicionais; quais os impactos negativos e positivos as comunidades podem ainda perceber desde que os complexos eólicos começaram a chegar na região e inevitavelmente cercá-los em seus limites territoriais; Quais as suas visões sobre o que seria desenvolvimento e a principal divergência entre o desenvolvimento imposto pelo Estado e pelo Capital e o desenvolvimento traçado comunitariamente entre os povos tradicionais que se baseiam no Bem-Viver. Algumas outras questões foram levantadas afim de contextualizar quem são, o que fazem e o que sonham os povos de comunidades tradicionais como os povos da Comunidade Tradicional de Barra das Moitas e do Assentamento Morro dos Patos.

Desenvolvimento é a palavra-chave deste trabalho. No guarda-chuva que discute o acaparamiento e o controle territorial enquanto mecanismo de implementação de uma transição energética capitalista, guiada essencialmente para lidar com suas crises ambientais e climáticas geradas pela forma predatória que o capitalismo conduz as relações sociais e a exploração do meio ambiente, o desenvolvimento é a senha para validar as narrativas propagadas pelo Estado e o capital. Porém, desenvolvimento, como será mostrado ao longo do capítulo 2, é um território em disputa, um conceito em disputa, posto que, povos e comunidades tradicionais possuem cosmovisões distintas do que seria desenvolvimento. E querem, possuem o direito de implementar o seu desenvolvimento, ou melhor, o seu Bem-Viver.

As entrevistas realizadas nos territórios foram transcritas neste trabalho de forma fidedigna, preservando absolutamente todas as falas, sotaques, gírias e expressões dos povos entrevistados, que por sua vez, concordaram em serem entrevistados quase sempre com a esperança de que suas vozes ecoariam para

outros lugares. Assim também escrevo. Portanto, o capítulo 2 é um capítulo escrito ao ouvir muitas vozes que buscaram reafirmar que a transição energética criada pelo capital não é e nem pode ser considerada limpa. Ao longo da pesquisa, muitas são as razões para entender que limpo não é um adjetivo que possa ser usado para falar de uma transição energética que desde sua concepção, tem destruição nas mãos.

Enquanto territórios de resistência exemplar e de vitórias contra um modelo de desenvolvimento pensado desde o plano global, as comunidades tradicionais que vivem à beira-mar buscam perpetuar um modelo de desenvolvimento territorial pensado a partir de suas experiências e saberes ancestrais no fazer laboral, na observação do território, nos saberes empíricos, na pesca artesanal, na agricultura de subsistência, na medicina natural e cultural, nas festividades e religiosidades, nas lendas e folclores locais, na forma de criar as crianças livres, que como será demonstrado, está longe de ser ultrapassado ou primitivo, é atual, urgente e é desenhado por eles próprios enquanto uma solução para crises que o capitalismo não é capaz de resolver. Neste ponto, os territórios de resistência passam a ser Territórios de Esperança, onde as formas de manifestação do Bem-Viver conduzem a luta pela preservação do território e do modelo de vida tradicional.

Entretanto, uma das mais ricas formas de pensar e que nesta altura deve estar ecoando nos pensamentos de quem gostaria de entender melhor como os povos tradicionais lidam com esta necessidade de utilizar fontes energéticas renováveis é: Se não esta, qual é a transição energética dos povos e comunidades tradicionais? Existe uma alternativa capaz de fornecer produção energética de qualidade, a partir de fontes renováveis e que esteja desvinculada à transição energética traçada pelo desenvolvimento capitalista? Estas respostas foram buscadas nos territórios e respondidas por quem pisa no chão dos Territórios de Esperança.

No capítulo 3, finaliza-se a pesquisa trazendo concepções de alternativas e autonomias: é a autonomia energética a maior transição que os povos tradicionais e assentados buscam. As alternativas são discutidas desde o âmbito da concepção até o da materialização nos territórios, passando pela preciosa entrevista com ativistas ambientais da região de Amontada. A ONG Ecomaterório foi trazida como símbolo da atuação incidente e da resistência ativa de ativistas nascidos nos territórios ameaçados e que podem coletivamente, fortalecer ou se necessário reconstruir as resistências dos povos do Bem Viver. A entrevista concedida pelo Ecomaretório, uma ONG local próxima à Barra das Moitas e Morro dos Patos, elucida não só essas

questões sobre qual é a transição energética dos povos tradicionais, mas também quais são os passos para entender, para ensinar e para criar as alternativas que passam desde a formação dos povos tradicionais para a resistência, as discussões sobre uma transição energética justa, popular e soberana até a busca pela autonomia energética dentro das cosmovisões dos povos tradicionais.

Abrangendo as diferenças no desenvolvimento territorial dos povos do Ceará, a questão é levada até o semiárido cearense. Alvo também de uma transição energética corporativa, o semiárido cearense inaugura lutas pela autonomia energética a partir de práticas de sucesso dos povos de assentamento de reforma agrária. Portanto, para entender mais sobre as lutas em outros espaços geográficos cujos meios de sobrevivência e reprodução do modo de vida são distintos, o semiárido é estudado como parte da busca pela autonomia energética.

Para entender melhor como se dá esta busca pela autonomia energética e as alternativas encontradas pelos povos tradicionais e assentamentos de reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é apresentado como um dos guias desta luta a partir de suas experiências com agroindústrias que do Sertão dos Inhamuns-Crateús à litorânea Itarema, produzem com fontes de energia solar fotovoltaica. Neste ponto da pesquisa, são transcritas as entrevistas realizadas com o dirigente estadual do MST Ceará que atuou diretamente na implementação de usinas solares em agroindústrias de caprinos, laticínios, mandioca, mel, castanha de caju e polpa de frutas, fortalecendo assim, a autonomia de assentamentos e famílias assentadas vinculadas diretamente às agroindústrias do MST.

Nas entrevistas transcritas neste capítulo, algumas questões que foram anteriormente feitas aos povos das comunidades tradicionais de Barra das Moitas e Morro dos Patos são refeitas para ativistas e dirigentes que atuaram e ainda atuam nestes territórios fortalecendo a resistência. É rico perceber que a diversidade das respostas de todos que pisaram no chão da resistência tem construído coletivamente, a despeito das conflitualidades e contradições, uma alternativa que para além da utopia, é um relato do dia a dia, do ontem, do hoje e do que se espera do amanhã.

Buscamos respostas que em muitos casos já existem, e no caso da transição energética corporativa, da entrada do capital internacional no domínio do setor energético, e sobretudo, no caso da mitigação dos danos climáticos já perceptíveis, as respostas à estes problemas estão muitas vezes bem próximas de quem não consegue realizar a simples e mais desafiadora tarefa de todo este cenário: ouvir.

## **2. CHINA E BRASIL: A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O INVESTIMENTO CHINÊS EM ENERGIAS RENOVÁVEIS NO BRASIL**

Um dos pilares que sustentam a relação sino-brasileira são os abundantes recursos naturais brasileiros, a facilidade nas tratativas comerciais e sobretudo a “capacidade” brasileira de suprir demandas chinesas e de fomentar um cenário ideal para a expansão dos investimentos e a territorialização de empresas chinesas no país.

Historicamente, a entrada chinesa na América Latina, deu-se sobretudo através dos investimentos diretos, da compra de empresas de setores determinantes e estratégicos para o desenvolvimento destes países, como energético, transporte e infraestrutura, mineração, na terra e na produção agropecuária. Em todos estes casos, o Brasil consistiu e consiste posição sólida na preferência chinesa para as relações comerciais.

Há alguns breves paralelos entre a cadeia agroalimentar e energética brasileira e a presença chinesa tão significativa em ambas, traçando inclusive posicionamentos e estratégias similares constatando também o papel crucial dos recursos naturais brasileiros que sustentam a relação sino-brasileira, e as contradições que envolvem uma relação estratégica que é hoje, essencial para ambos os países.

A China consolidou-se nos últimos 14 anos como um dos principais investidores estrangeiros no Brasil. Cerca de 47% dos investimentos chineses na América do Sul concentraram-se no Brasil até 2020, e neste panorama geral, 48% do que foi investido no Brasil entre 2007 e 2020 foram direcionados ao setor energético, expressamente através das grandes corporações chinesas State Grid e China Three Gorges (CARIELLO, 2021).

Há que se ressaltar que o perfil do investimento chinês obedece um modus operandi muito parecido em todas as áreas de interesse: pelo menos 70% dos investimentos chineses entre 2007 e 2020 adentraram no Brasil através de fusões e aquisições, tornando os investimentos greenfield e joint ventures uma parcela bem pequena do perfil de investimento, 24% e 6% respectivamente (CARIELLO, 2021).

A China e sua ascensão internacional, fruto de um desenvolvimento econômico notável, tem gerado impactos significativos no rearranjo global, causando mudanças policêntricas e instabilidades na até então hegemonia ocidental. Entretanto, uma das principais consequências do crescimento chinês é sua constante preocupação com a



insegurança alimentar, já que o país tem em sua história as marcas da fome (ESCHER; WILKINSON, 2019).

Com a melhora da qualidade de vida de grande parte da população chinesa, transformações nos hábitos alimentares a partir da ascensão das classe sociais produziram um aumento no consumo de proteínas (carnes) e assim, reestruturações na produção agropecuária (ESCHER; WILKINSON, 2019). O incremento do consumo chinês não só afeta a preocupação com a segurança alimentar do país, como demanda ao governo chinês metas e políticas públicas domésticas e internacionais que garantam o acesso e o fornecimento aos bens de consumo essenciais para a manutenção da cadeia agroalimentar chinesa (SOUSA; LEITE, 2017).

Para além das medidas de controle da cadeia alimentar chinesa, o movimento dos investimentos estrangeiros diretos desembarca América-Latina adentro como uma estratégia prioritária da política *Going Out*, criada para promover a expansão de corporações chinesas ao redor do mundo (MORA, 2019; MCMICHAEL, 2020).

Parte das mudanças policêntricas das quais destaca Escher e Wilkinson (2019) e McMichael (2020), a principal é a formação do “complexo soja-carne Brasil-China” que é impulsionado pelo boom das commodities energéticas, minerais e agrícolas, impactando as relações agroalimentares globais numa reorientação antes Norte-Sul agora Sul-Oriente. A demanda chinesa definiu as bases financeiras da qual os países latinos se apoiaram para alavancar crescimentos econômicos, políticas sociais e transformações nas relações até então configuradas como dependentes dos países ocidentais (ESCHER; WILKINSON, 2019).

A despeito de ser uma das maiores produtoras mundiais de soja, a China importou até 2019, pelo menos 53% da soja estrangeira, sendo grande parte de origem brasileira. Assim, ao longo dos anos, a China constituiu-se então como a maior compradora de soja brasileira, tornando-se também o principal parceiro comercial do Brasil desde 2013 (GRAIN, 2019).

O ápice desta expansão na relação sino-brasileira foi em 2020, quando o Brasil bateu recorde no valor das exportações nacionais para a China com a marca de US\$66,1 bilhões, de acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China (CARIELLO, 2021). Em 2020, mais de um terço das exportações totais brasileiras foram destinadas ao gigante asiático, levantando alertas inclusive da CEBC para uma latente

dependência brasileira. Mais detalhadamente, dentre estes números expressivos, o percentual é concentrado na exportação de commodities, pelo menos 82% do que foi exportado eram recursos extrativos e agropecuários, a saber: soja, minério de ferro e petróleo.

Para os estudiosos da pauta exportadora brasileira que encabeçam os inúmeros relatórios das relações comerciais Brasil-China, este cenário demonstra a “resiliência da pauta de exportações e a capacidade brasileira de responder à crescente demanda chinesa” apesar de destacarem que “a complementariedade deve seguir prevalecendo” (CARIELLO, 2021; ROSITO, 2020).

Para autores mais críticos, o “complexo soja-carne Brasil-China” nos fala portanto, de como a relação comercial tendo a China como importadora de grãos e carnes e o Brasil como principal exportador de soja em grãos e outros insumos da cadeia agropecuária brasileira, além da infraestrutura envolvida, ultrapassa o comércio bilateral, já que este arranjo impacta e reestrutura setores-chave econômicos e políticos do Brasil e, como aponta Escher e Wilkinson (2019) e McMichael (2020) constituem um “fenômeno histórico constitutivo do regime alimentar internacional”.

O conceito do “complexo soja-carne Brasil-China” demonstra ainda uma dependência mútua, tanto na demanda chinesa quanto na oferta brasileira, entretanto, com maior equilíbrio para a China. Nos estudos mais recentes (V. J. WESZ JR. ET AL., 2021), foi destacado que as empresas chinesas tem buscado aumentar a presença na cadeia agroalimentar dos demais países do Cone Sul, numa tentativa de diversificar os fornecedores das principais commodities. Nesta movimentação, a Argentina tem ganhado destaque e ascendido como um dos importantes parceiros comerciais da China na América Latina, sobretudo na produção e exportação de soja e de carne suína (V. J. WESZ JR. ET AL., 2021).

Buscando a autossuficiência através de sua política de segurança alimentar neomercantilista, a China fortaleceu suas principais empresas estatais protegendo o setor agroalimentar interno e incentivando os mercados globais. A exemplo da internacionalização de empresas centrais como a COFCO, que a despeito de jogar as regras do jogo internacional, segue os propósitos definidos pelo Estado chinês, ou seja: expandir suas redes globais de comércio e de investimento, garantir o acesso e o fornecimento dos recursos naturais essenciais, exportar o excesso da produção

interna e do capital excedente (ESCHER; WILKINSON, 2019).

A COFCO é uma das principais importadoras de insumos agropecuários da China e sua presença no Cone Sul foi capaz de reordenar a distribuição global dos mercados. A saber, a COFCO é hoje, a maior processadora de soja do mundo, reduzindo a dependência chinesa de oligopólios ocidentais e, como demarcado anteriormente, reformulando traços do regime alimentar. (V. J. WESZ JR. ET AL., 2021; MCMICHAEL, 2020).

Podemos ressaltar que neste ponto a COFCO se assemelha brevemente às dinâmicas de entrada de empresas chinesas no setor energético. A COFCO aposta, assim como será demonstrado mais adiante por parte das empresas do setor energético, em investimentos brownfield, as fusões e aquisições de setores e ativos estratégicos, sobretudo de empresas com sólida atuação regional. Para além da aquisição de empresas que já operam nas regiões com certa estabilidade, a maioria dos empreendimentos que envolvem infraestrutura para escoamento da produção, tem a COFCO como principal envolvida (V. J. WESZ JR. ET AL., 2021).

Entretanto, a COFCO, gigante da cadeia agroalimentar chinesa, também tem dado passos no setor energético, investindo substancialmente na produção de agrocombustíveis e biocombustíveis como o etanol a partir de usinas de açúcar da COFCO e com uma perspectiva de aumento de sua capacidade produtiva no Brasil. A energia produzida pelas usinas serve desde o próprio abastecimento, mas sobretudo, para lançamento nos mercados nacionais e internacionais (COFCO, 2022).

Com características bastante flexíveis e adaptáveis, as corporações chinesas como a COFCO, não criam mudanças estruturais nas dinâmicas já existentes ou das operações, buscando o máximo de estreitamento político-econômico com produtores diretos, contornando assim, concorrentes globais (V. J. WESZ JR. ET AL., 2021).

Outra forma como é pautada a relação sino-brasileira e suas principais características, é que as grandes corporações chinesas enquanto buscam o controle de cadeias de valor acabam por integrar verticalmente todo o complexo, por exemplo, ainda na inserção da COFCO no Cone Sul, dentro do complexo de soja e outras commodities, a empresa fornece seus próprios fertilizantes (marca chinesa) e sementes e agroquímicos oriundos também de marcas adquiridas pela China (Syngenta e Nidera Seeds) (V. J. WESZ JR. ET AL., 2021).

Assim, as formas de entrada destas grandes corporações chinesas no Brasil, tanto das cadeias agroalimentares como do setor energético, foco desta pesquisa, não só se complementam no jogo de interesses da China para o Brasil (ou América Latina), como reforçam padrões de dominação ou de assimetrias que como já bastante discutido, resulta na reprimarização da economia e da pauta exportadora brasileira. O setor agropecuário e o setor energético dividem quase meio a meio os interesses chineses e os investimentos do gigante asiático no Brasil, que não por acaso, também consistem em dois setores-chave e estratégicos do desenvolvimento chinês e de suas políticas internas e externas de crescimento, autossuficiência e soberania.

## **2.1. Transição Energética: a nova pauta do relacionamento sino-brasileiro**

Muitas são as razões pelas quais o mundo se viu impulsionado a intensificar e desenvolver a matriz energética de fonte renovável. Uma destas razões foi a volatilidade do preço do petróleo a partir da década de 1970 e as sucessivas crises energética, climática, alimentar e financeira dos anos 2000, especialmente em 2008.

No Brasil, a situação torna-se emergencial no início dos anos 2000 quando uma grande crise energética, fruto também da falta de um plano consistente de desenvolvimento nacional no Governo Fernando Henrique Cardoso, causa apagões em 2001 afetando a economia brasileira. Para fomentar a diversificação das fontes energéticas brasileiras frente a uma das maiores crises de fornecimento de energia elétrica do país, a energia eólica foi objeto de estudos e desenvolvimento. O Governo Federal criou à época o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, o PROINFA através da Lei 10.438, em 2002, gerenciada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a Eletrobrás. (BRASIL, 2002; LIMA, 2022).

O PROINFA foi criado como uma política prioritária e emergencial cuja função era diminuir a dependência nacional de energia à base hidráulica e nuclear, para tanto, o país voltou-se para o desenvolvimento e intensificação de energias oriundas de fontes eólica, térmica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) através dos Produtores Independentes Autônomos (PIA).

Este é um marco na matriz energética brasileira, pois, a partir deste período o setor eólico nacional é desenvolvido estrategicamente. Inicialmente a partir de chamadas públicas, como a de 2004, quando 54 usinas eólicas forneceram 1,4GW de potência conectada diretamente ao Sistema Integrado Nacional (SIN). Até 2018, de acordo com os dados de LIMA (2022) obtidos com a Eletrobrás, dos 121 empreendimentos de geração de energia elétrica contratados pelo Proinfa, 45 empreendimentos correspondiam à geração de energia eólica totalizando 1.099,39MW (LIMA, 2022).

A partir de então, o país presencia a rápida expansão e desenvolvimento do setor eólico nacional. Em 2003, o Governo Lula assume a presidência num cenário delicado e oriundo de crises e apagões, o plano traçado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores à época, era impedir a privatização da Eletrobrás e atrair os investidores internacionais para a estatal, sob um projeto de governo baseado no desenvolvimentismo progressista e de cunho neoextrativista.

A construção de usinas hidrelétricas e os leilões de energia eólica assumiram a prioridade dos governos petistas para a matriz energética brasileira. Em 2009, o primeiro leilão recebeu investimento de R\$ 9,4 bilhões para a construção das usinas de geração de energia eólica, e segundo o próprio site do Presidente Lula, “as usinas dão bons frutos até hoje”, sendo considerado assim, “um marco na mudança de paradigma da geração de energias limpas do Brasil” (LULA, 2021)

Nos governos posteriores, como o governo de Dilma Rousseff (PT), a geração de energia eólica ganha maior destaque, assumindo papel de fonte complementar à energia hídrica. Durante os Governos Dilma foi lançado o Plano Brasil Maior, que definiu a geração de energia de fonte eólica como prioridade entre as fontes renováveis no Brasil, apontando assim, iniciativas para profundizar a cadeia de energia eólica no país (LULA, 2021).

Dentre estes programas de incentivo ao crescimento da produção de energia eólica, o Plano Decenal de Expansão de Energia e o Programa de Aceleração do Crescimento, foram essenciais para pavimentar o caminho do desenvolvimento do setor eólico no Brasil. Após a crise de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou em 2003 um mapa do potencial brasileiro em energia eólica, delegando ao Nordeste do país, o maior potencial eólico e por consequência, o destino do setor territorialmente (GORAYEB, et al, 2019).

A territorialização dos empreendimentos eólicos no Nordeste teve impulso a partir de 2003, com incentivos fiscais, isenção ou descontos, acordos entre o Estado (Governos Federal e Estaduais) e as elites locais (ou regionais). A nova organização territorial que reconfigurou a produção e geração de energia eólica no Brasil, como afirma LIMA (2022), foi capaz de classificar “hierárquica e hegemonicamente espaços como ‘reservas energéticas’” transformando ainda relações anteriormente definidas como valor de uso, em valor de troca da terra e dos territórios (LIMA, 2022).

Ao longo dos anos, o avanço do setor eólico no Brasil foi se consolidando através de práticas oligopólicas, fusões e aquisições, assinalado por LIMA (2022), como uma estratégia de concorrência intercapitalista e como uma das ferramentas de superação das crises sistêmicas do capitalismo. No Nordeste do Brasil, a potência de energia eólica instalada é a maior do país, o Rio Grande do Norte é o estado que lidera o ranking com 4.043,1MW de potência distribuída por 150 parques eólicos. Logo atrás figura a Bahia, com 3.572,5MW ao longo de 130 parques eólicos. Fechando a tríade, o Estado do Ceará aparece até 2019 com 2.050,5MW de potência instalada, com 80 parques eólicos em seu território (ABEEÓLICA, 2019; GORAYEB, et al, 2019).

De acordo com o último boletim publicado pela Associação Brasileira de Energia Eólica, a ABEEÓLICA, (2022), a energia eólica finalizou o ano de 2021 com 795 usinas e 21,57GW de potência instalada, o terceiro país em instalações eólicas no mundo, o que colocou o Brasil no 6º lugar do Ranking Global de Capacidade Instalada, de acordo com a Global Wind Energy Council (GWEC). Ainda de acordo com os dados da Abeeólica, os estados com novos parques eólicos em 2021 foram Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Piauí, Ceará e Pernambuco, destacando assim, o que Lima (2022) chamou de reconfiguração energética e organização territorial da produção energética de fonte eólica no Brasil. Afinal, é no Nordeste, nos ventos litorâneos, o território da transição energética brasileira, o espaço que corresponde a 88,7% da produção de energia eólica no Brasil até 2021 (ABEEÓLICA, 2022).

**Quadro 1: Ranking de geração de Energia Eólica por estado brasileiro  
em 2021**

| <b>ESTADO</b>       | <b>GERAÇÃO EM 2021 (TWh)</b> |
|---------------------|------------------------------|
| Rio Grande do Norte | 21,23 TWh                    |
| Bahia               | 21,15 TWh                    |
| Piauí               | 9,10 TWh                     |
| Ceará               | 7,91 TWh                     |
| Rio Grande do Sul   | 5,63 TWh                     |

Fonte: ABEEÓLICA, 2022.

Esse impulso concentrado territorialmente em uma região do país, trouxe diferentes impactos. As contradições entre os avanços da energia eólica e os conflitos socioterritorialmente produzidos na escala local, serão revolidos ao longo desta pesquisa. No Ceará por exemplo, quase 70% da capacidade eólica instalada até 2019 esteve distribuída ao longo de 573km de litoral, chegando a distancias de menos de 5km da costa, fato que tornou-se alvo de discussões sociais e acadêmicas sobre os impactos (positivos e negativos) da instalação dos parques eólicos nestes territórios (GORAYEB, 2019).

Primeiro é preciso ter em mente que essa reorganização trouxe um impacto direto na organização dos estados do Nordeste na busca pelo seu desenvolvimento regional. As distintas percepções de benefícios são assimétricas no que concerne ao seu poder de atuação, tornando o Estado um poderoso agente junto ao setor privado, em detrimento dos povos locais e comunidades tradicionais que vivem nos territórios alvos da especulação ou da implantação de megaprojetos.

Um exemplo consistente da atuação dos Estados é o Consórcio Nordeste. A despeito dos esforços individuais dos estados nordestinos ao longo das últimas duas décadas, o Consórcio Nordeste reuniu os governos em planos e metas comuns para alavancar o setor eólico na região via atração de investimentos estrangeiros, exploração de recursos naturais, cooperação internacional para modernização da infraestrutura de exploração desses recursos naturais, incluso apresentação de mapeamento das oportunidades de investimentos no Nordeste para os grandes

complexos de projetos e programas de sustentabilidade. Conforme expresso pelo Consórcio, o destaque é o estímulo ao desenvolvimento e investimento externo nas energias renováveis (CONSÓRCIO NORDESTE, 2020).

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, ou somente Consórcio Nordeste é um instrumento jurídico, político e econômico que integra os nove estados da Região Nordeste, criado em 2019 no auge dos conflitos entre o Governo Federal na gestão do Ex-Presidente Bolsonaro e a região, não só em relação à ausência de planos de desenvolvimentos para o Nordeste, como também em relação aos desmontes provocados pelo Governo Federal e embates na esfera política (CONSÓRCIO NORDESTE, 2020). Assim, o Consórcio Nordeste se consolidou não só em níveis de autarquia interestadual para o desenvolvimento dos Estados, como também numa espécie de Paradiplomacia bem sucedida e que trouxe os olhos do capital externo para as oportunidades de investimento em solo nordestino.

Colocando-se como precursor de pioneirismos no desenvolvimento sustentável brasileiro e assumindo a identidade de fronteira da acumulação e desenvolvimento energético, o Consórcio Nordeste priorizou a agenda através de parcerias privadas nacionais e internacionais, além do amplo apoio do Estado brasileiro. No Estado do Ceará, os governos do estado tanto do Ex-Governador Camilo Santana (PT) como da Ex-Governadora Izolda Cely Leal (sem partido), aprofundaram consideravelmente os investimentos e a agenda do setor energético renovável estadual, inaugurando o projeto que é agora o estandarte do “desenvolvimento sustentável” em todo o país: a criação do Hub de Hidrogênio Verde, ou, as eólicas offshore, no mar do Ceará:

O Ceará situa-se numa região privilegiada em potencial eólico e solar; Condições atrativas para implantar uma cadeia de produção, armazenamento e transporte do hidrogênio verde: A ideia é buscar reduzir a emissão de poluentes com novos investimentos e ampliar as oportunidades de negócios e geração de empregos no Ceará. O hidrogênio verde (H2V) é produzido através de fontes renováveis e é atualmente considerado o pilar da transformação energética mundial por poder ser obtido através da eletrólise da água, uma fonte livre de carbono. Vale destacar o grande potencial produtor de energias renováveis do Ceará, a localização geográfica estratégica, assim como a capacidade logística e consumidora de Hidrogênio Verde do Complexo do Pecém. A infraestrutura e as parcerias internacionais, especialmente aquela com o Porto de Roterdã facilitarão também a exportação, contribuindo, assim, para que o Ceará desponte como o primeiro



HUB de Hidrogênio Verde do Brasil e da América Latina. A exportação de H2V através do Porto do Pecém, será a mais curta entre a América do Sul e a Europa e, conseqüentemente, a de menor custo (Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2022).

O que fica muito evidente é que a quantidade de interessados estrangeiros no desenvolvimento da cadeia de hidrogênio verde no Brasil e mais especificamente no Ceará, revela também que este é um projeto pensado para atender demandas externas, geopolíticas em termos de acesso, produção e fornecimento, porém, mais interessadas em desenvolver o pioneirismo da produção energética renovável do país a partir da escassez crescente dos países europeus, e não pela real necessidade brasileira em suprir demandas energéticas nacionais, visto que o principal destino desta energia seria a Europa.

Assim, o papel do Estado brasileiro ao longo de diversos Governos inclusive os mais progressistas, com seus planos de desenvolvimento do setor energético foram fundamentais para pavimentar o caminho da transição energética no Brasil através do investimento estrangeiro em parceria com os incentivos nacionais. Agora em nome do desenvolvimento se alçam novos degraus na corrida pela energia “limpa”. O “vento que se move sobre a água”, a geração de energia via eólicas offshore (no mar), agudiza ainda mais os debates sobre o desenvolvimento territorial, sustentável e a corrida pela descarbonização (BRANNSTROM, et al, 2022, p. 15). Para Brannstrom, et al, (2022, p. 15) “O lítio e o vento são elementos-chave dos sistemas de energia descarbonizados ou com emissão zero”, aprofundado nas cúpulas internacionais e sobretudo nas agendas desenhadas durante a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26) em 2021.

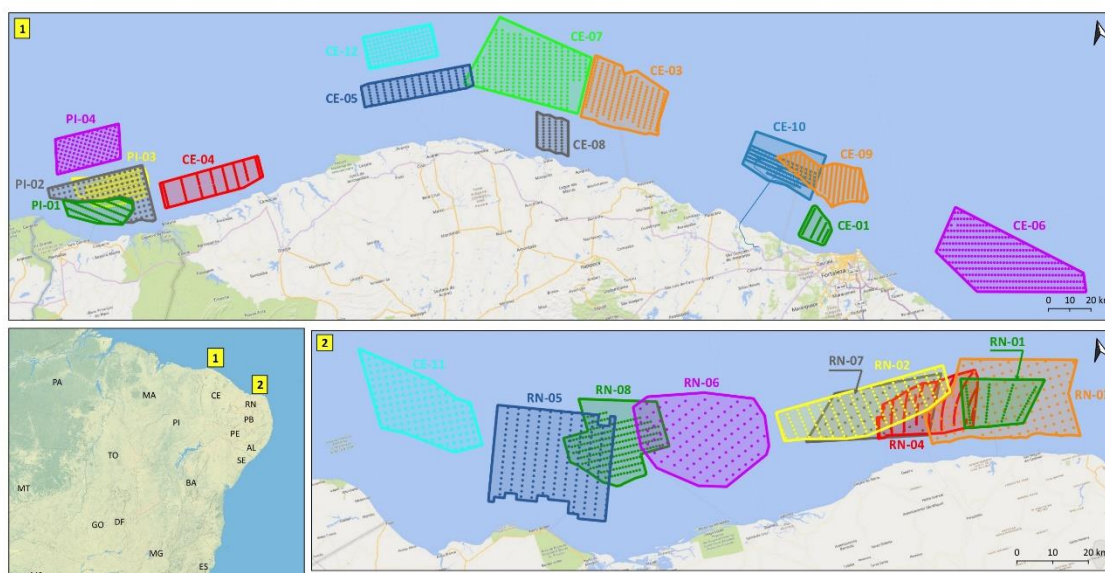
Questões como a governança da energia renovável estão na ordem dia para tratar, sobretudo, da pavimentação dos caminhos de exploração de novas fontes e recursos naturais como no caso das eólicas no mar, cujos pilares de gerenciamento e governanças ainda estão em fases de criação e consolidação. Mas o projeto avança, e desta vez não é só a boiada quem passa, são as torres no mar tradicional dos povos pesqueiros.

Os novos projetos de eólicas offshore consistem em instalações de torres eólicas em fazendas marítimas que chegam a mais de 95.800 hectares, mega projetos eólicos cujos corredores interligarão os complexos com cabos de transmissão em

aguas. O projeto de desenvolver a energia eólica offshore no Brasil parte, sobretudo, de acordos do Brasil com a União Europeia, visto que a maioria dos investidores interessados tem na origem do capital, a Europa. Já em relação ao processo de licenciamento ambiental, o Brasil vem se espelhando nos projetos desenvolvidos na Europa, inclusive com o auxílio dos próprios países europeus através da parceria entre IBAMA e União Europeia no programa Diálogos Setoriais (IBAMA, 2022).

Deixamos as raposas cuidando das ovelhas e assim, os projetos de eólicas on e offshore ganham forma e formam, por sua vez, parte da territorialização dos ventos pelo capital estrangeiro. De acordo com dados do IBAMA (2022), há em solicitações cerca de 66 projetos offshore em todo o Brasil, só no Ceará são 18 projetos aguardando para análise e licenciamento ambiental, quase todos em territórios de comunidades tradicionais e povos originários. A seguir o Mapa 1, criado pelo IBAMA (2022) mostra a distribuição geográfica de alguns desses projetos no Nordeste, podendo-se notar a concentração destes em quase toda a costa cearense:

**Mapa 1: Projetos de eólicas offshore com pedidos de licenciamento ambiental abertos no Nordeste, IBAMA, 2022.**



Fonte: IBAMA, 2022.

De acordo com relatório da ABEEólica (2022), o Brasil agora ultrapassou países como França e Canadá na geração de energia elétrica a partir da fonte eólica. Em 2021, foram movimentados mais de US\$5,15 bilhões em investimentos no setor, correspondendo à 44% do que foi investido em fontes renováveis no Brasil. Entretanto,

os dados trazidos pelo relatório demonstram que os volumes de investimentos obteve seu pico nos anos 2013 a 2016 chegando a 78% do investimento em energias renováveis representado pelo setor eólico.

Já nos leilões mais recentes, para 2021 foram contratados 580MW de capacidade instalada, estas divididas em três leilões: A3 com 251,7MW ou 45,98% de participação da Potência Eólica; A4 com 167,8MW ou 33,3% e o A5 com 161,3MW ou 18,7% de participação da Potência Eólica (EPE, 2022; ABEEOLICA, 2022). A ABEEOLICA ainda ressalta que o mercado livre de energia eólica obteve sucesso em 2021, mesmo que os números não sejam sistematizados em bancos de dados nem as operações sejam públicas, estima-se que as empresas de energia eólica venderam pelo menos 3GW para o mercado livre, marcando assim, o quarto ano consecutivo em que a energia eólica é negociada e vendida mais através do mercado livre do que no mercado regulado (ABEEOLICA, 2022).

Além das esferas econômica e política do setor energético renovável, as agendas ambientais tiveram um papel relevante no plano de desenvolvimento das energias renováveis. O Brasil sob Governo Dilma se comprometeu em contribuir com pelo menos 37% de redução das missões de CO<sub>2</sub> até 2025. Já no Acordo de Paris, o Brasil estabeleceu objetivos de intensificar a produção energética renovável, com participação de 45% de energias renováveis na matriz energética até 2030 (MRE, 2016).

O setor energético renovável também foi amplamente discutido na esfera dos BRICS. Desde a troca de conhecimento, know-how e desenvolvimento tecnológico, até investimentos diretos para o setor eólico, como o empréstimo de 300 milhões concedidos na Cúpula de 2016, pelo Novo Banco de Desenvolvimento (via BNDES) (MRE, 2016).

A corrida pela transição energética desembarcou no Brasil modificando principalmente o perfil do investimento estrangeiro no país, mostrando sobretudo que o que chamamos de estrangeirização da terra tem se ampliado também para o setor energético brasileiro. O controle de terras pelo capital internacional e transnacional fez um massivo desvio no setor do qual tradicionalmente investiam, passando do setor agropecuário para um intenso investimento no setor energético.

A territorialização privada do vento, ou a nova forma de apropriação do território constitui-se como a busca incessante do capitalismo para resolver suas próprias crises, desmitificando sobretudo, a ideia de que o capital apropria-se da terra apenas para a reprodução do agronegócio, o que Pereira (2021) e Edelman (2016) assimilaram como rupturas do *agrocentrismo* na apropriação e controle de terras. Assim a estrangeirização ou *acaparamiento de tierras* alçam novos patamares, pois, o capital e suas corporações transnacionais buscam mais que o controle da terra, como o controle de todos os recursos naturais que é capaz de explorar.

O *acaparamiento* enquanto processo de controle do território (NASCIMENTO; LEITE, 2021; PEREIRA, 2017; BORRAS; et al, 2012) inclui necessariamente os recursos nele existentes, transpassando também as relações inseridas ou formadoras do território.

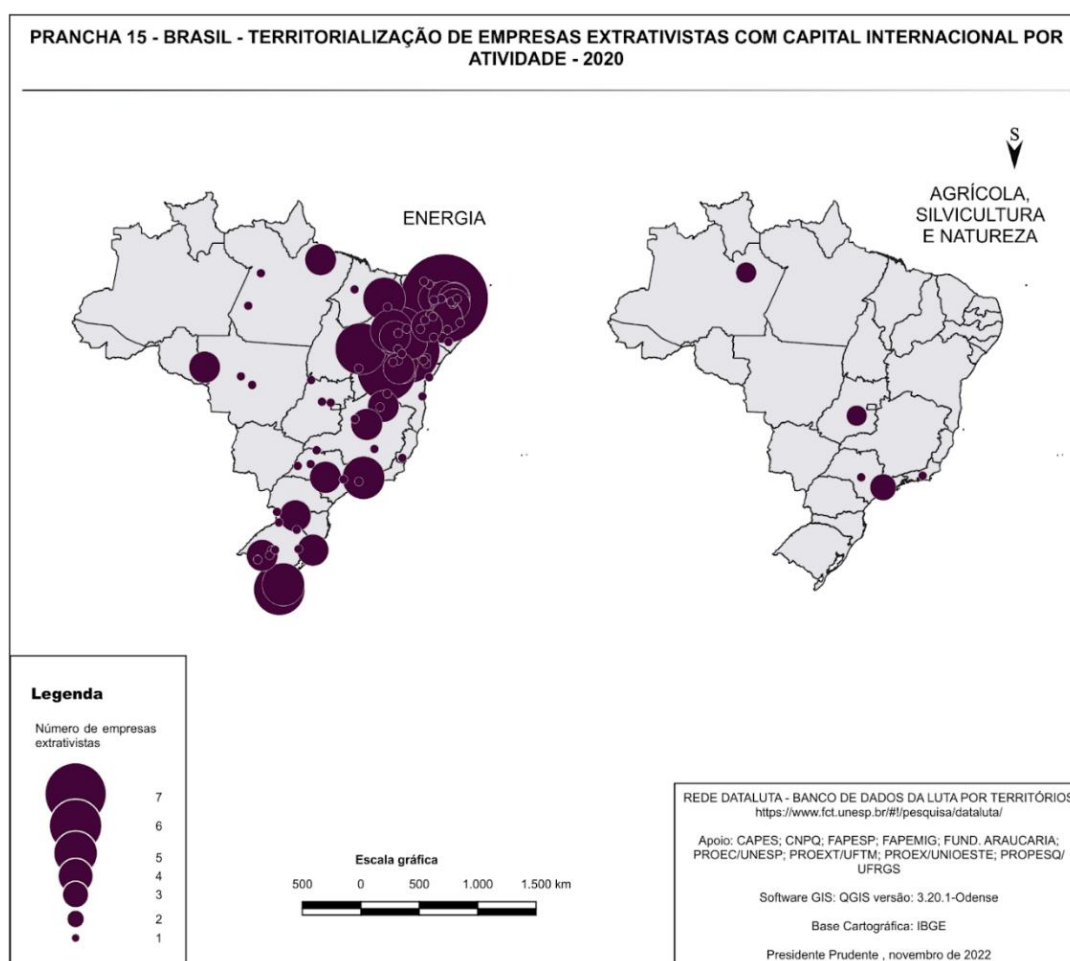
O *acaparamiento* implica na transferência de propriedade, de direitos de uso e controle sobre terras que antes eram propriedades públicas ou privadas (Fairhead, Leach & Scoones, 2012) que se constituem enquanto território de povos e comunidades tradicionais, que possuem seu modo de vida pautado na relação com a terra (PEREIRA, 2021, p.8).

Assim, vale dizer, o controle do território ou *acaparamiento*, se faz presente na territorialização dos ventos, e de toda a cadeia de produção das energias renováveis, não só pelo capital transnacional através da estrangeirização, mas em todas as nuances da utilização da privatização dos ventos enquanto novas alternativas de acumulação do capital, sobretudo via espoliação (HARVEY, 2004), assim como aponta Pereira (2021) para relatório do Land Matrix:

Ademais, o gama de agentes involucrados no *acaparamiento* é ampla, abrangendo corporações transnacionais, fundos de investimento, empresas e agentes nacionais, Estados, instituições multilaterais e, até mesmo, a população local. Desta forma, *acaparamiento* não envolve necessariamente a estrangeirização da terra, embora esta última se faça presente com frequência. Neste sentido, o entendimento é a apropriação privada dos ventos como uma face do *acaparamiento* do território, no qual o vento, objeto de trabalho preexistente (Marx, 1970) é apropriado por agentes capitalistas através da apropriação da terra e transformado em lucro (PEREIRA, 2021, p.8).

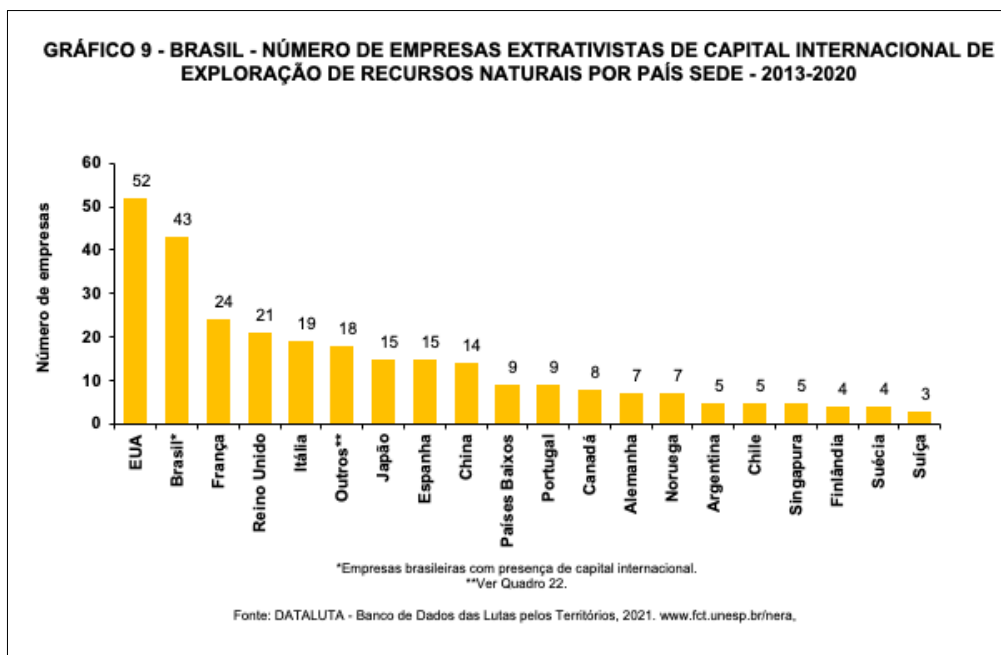
A partir das pesquisas desenvolvidas pela REDE DATALUTA - Banco de Dados da Luta por Territórios, entre os anos 2020 à 2022, os dados obtidos revelam que o investimento tem mudado substancialmente para o setor energético, conferindo o que a transição energética tem de mais evidente: é construída e impulsionada no Brasil em grande parte pelo capital internacional, que não só pauta como esta deve ser no país como também é o responsável pela agenda mundial de transição das matrizes energéticas em todo o mundo. Nos dados compilados pela Rede Dataluta, é possível entender a dinâmica de entrada do capital internacional a partir do setor, número de empresas e os principais países interessados na transição energética brasileira a partir dos anos de 2020 e 2021.

**Mapa 2: Resultados preliminares da territorialização de empresas do capital internacional por atividade no ano de 2020.**



Fonte: Rede DATALUTA – Banco de Dados da Luta por Territórios, 2022.

**Gráfico 1: Empresas extrativistas de capital internacional por país de origem**

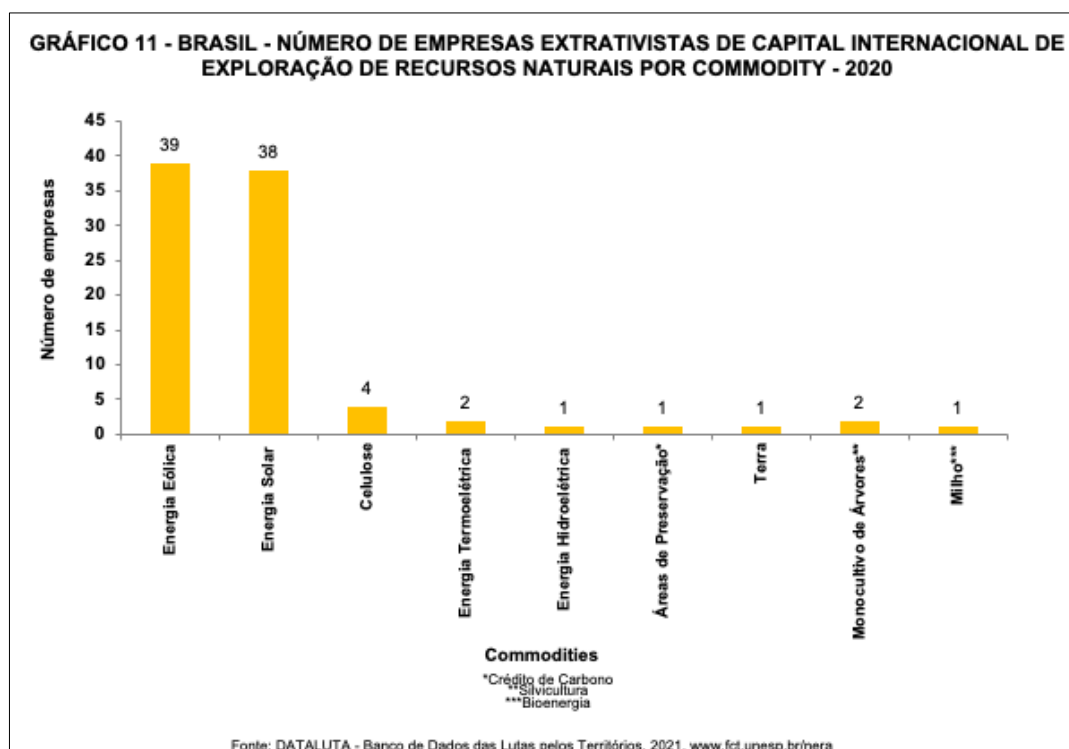


Fonte: Rede DATALUTA – Banco de Dados da Luta por Territórios, 2022.

Os dados de 2020 que ainda são preliminares, evidenciam a entrada de investimentos de países centrais na criação das diretrizes da transição energética corporativa e transnacional, como Estados Unidos, França, Reino Unido, Japão, Espanha e China. Estes países podem figurar como parcerias público-privadas ou como capital de origem de empresas privadas internacionais ou transnacionais que investem em energias renováveis.

Nos dados compilados pela Rede Dataluta, é possível entender o grau de profundidade destas empresas extrativistas que exploram basicamente recursos naturais em território brasileiro a partir dos setores e de quais commodities investem. No gráfico abaixo referente aos dados de 2020, as empresas cuja origem do capital é internacional ou transnacional, são elencadas a partir da quantidade e não é surpresa perceber que a disparidade na quantidade de empresas investidoras em relação ao tipo de commodities é gritante. Já no Mapa que também vem a seguir, os dados são referentes ao ano de 2021 e revelam a territorialização do capital internacional a partir do setor extrativista e de commodity.

**Gráfico 2: empresas de capital internacional na exploração de recursos naturais por tipo de commodity**



Fonte: Rede DATALUTA – Banco de Dados da Luta por Territórios, 2022.

Assim, vale dizer que estes dados nos revelam que a transição energética brasileira está essencialmente pautada e guiada a partir dos interesses internacionais e transnacionais, o que poderíamos chamar de uma transição energética cooptada, colonizada e sobretudo, conflituosa. Mas para entender a corrida dos países pela transição energética pra além do que é narrado através da propaganda do desenvolvimento sustentável, é necessário entender como de fato se dá a corrida pela descarbonização, o que implica este impulso global pela produção energética de fonte “limpa” e porque o Brasil é alvo desta massiva entrada de investimento estrangeiro na detenção da matriz elétrica de fonte renovável que, diga-se de passagem, detém também as tecnologias necessárias para implementação da transição energética no Brasil, que será discutido nos próximos tópicos.

## **2.2. A narrativa do Desenvolvimento Sustentável e a corrida geopolítica na cadeia de energias renováveis**

A descarbonização é o imperativo desta nova crise do sistema capitalista no plano ambiental e climático. A corrida pela descarbonização é um dos, se não o principal argumento utilizado pela agenda de transição energética mundial para validar suas práticas e sua corrida geopolítica pelo acesso, produção e fornecimento das matérias primas essenciais na manutenção da cadeia de energias renováveis.

Diante de um cenário em que o futuro nos reserva um colapso climático, a mitigação das mudanças climáticas tem sido a tônica das crescentes preocupações dos Estados em toda as agendas globais, moldando políticas públicas nacionais e internacionais associadas visando a redução das emissões de gases de efeito estufa. Grande parte destes acordos e compromissos assumidos sobretudo pelas principais potências afetam diretamente suas indústrias de energia, mostrando cada vez mais os sinais de não-retorno desta resolução conjunta e colocando cada vez mais o debate sobre a descarbonização de matrizes energéticas como uma profunda transformação inclusive sobre a geopolítica da energia, em que governos e empresas devem estar preparados para lidar com as implicações da transição energética enquanto um impulso globalmente articulado.

A era dos combustíveis fósseis obviamente ainda não acabou, o petróleo ainda é a principal fonte de energia, seguida do gás natural e do carvão, segundo os dados de 2020 compilados por Vitto (2022). O que implica que na geopolítica das energias, estas transformações esperadas devem ocorrer o quanto antes para que se alcance as metas de descarbonização, ou seja, se faz necessário reduzir a dependência e a importância à nível econômico e político dos combustíveis fósseis nas matrizes energéticas nacionais, coisa que não se vislumbra no curto prazo, dado que um dos principais desafios é transformar também toda a infraestrutura de energia dependente das fontes poluentes, refletindo diretamente em relações complexas no plano da governança energética (VITTO, 2022).

Entendendo a geopolítica enquanto essencialmente as relações de poder entre a geografia e as relações internacionais das potências ou mesmo a geografia mensurando o poder dos estados e das suas relações internacionais, compreende-se



o poder e a importância estratégica dos recursos naturais, e todas as características geográficas que podem favorecer ou desfavorecer um Estado (OVERLAND, 2019), assim, a descarbonização propõe também uma série de transições e transformações que atingem desde as questões tecnológicas e financeiras à arquitetura geopolítica de governança energética vigente.

Ora, se o mundo presenciou as mais sangrentas e violentas guerras em nome do acesso e o fornecimento de petróleo para garantir o bom funcionamento de setores industriais e militares, se a história dá conta das mais diversas crises financeiras decorrentes das flutuações de preços de petróleo ou quaisquer outros problemas da cadeia de fornecimento “do poço ao posto” (VITTO, 2022), além da capacidade aferida aos países detentores destas fontes energéticas de influenciar deliberadamente no sistema internacional e ditar as regras do jogo, seria no mínimo razoável entender que numa transição energética pautada pelas mesmas potências ou outras emergentes que visam se desvincular de dependências políticas e econômicas, a dinâmica de corrida geopolítica para obter o acesso ilimitado aos recursos naturais que mantém essa cadeia de produção e fornecimento seriam similares aos anteriores. Muda-se a tecnologia, mas não os seus donos.

Mas para Vitto (2022), a transição energética pode fornecer também alternativas para países que nesta corrida, podem se beneficiar de um possível reequilíbrio de assimetrias nas relações de poder ou de dependências atuais, criando novas dinâmicas de relações de poder entre os Estados e também novas conflitualidades no acesso, produção e fornecimento dos recursos naturais essenciais para a transição energética:

A introdução massiva das novas renováveis teria o potencial de reduzir as preocupações com a segurança no abastecimento. Ao reduzir a necessidade de importar recursos, também reduz a vulnerabilidade externa e a possibilidade da ocorrência de conflitos associados a energia entre os Estados. Nesse sentido, a nova dinâmica das energias renováveis oferece a possibilidade de reduzir a assimetria de poder entre os Estados em termos de poder de mercado, baseada na instrumentalização da energia como recurso de poder no sistema internacional.

No entanto, a difusão dessas novas fontes também vem criando outras formas de competição por poder e influência entre os Estados capazes de serem os drivers das futuras tensões e conflitos associados à energia. Uma

delas está associada a competição por liderar o desenvolvimento das novas tecnologias de geração de energia de baixo carbono. O interesse por atingir ou manter a liderança tecnológica no setor responderia a três objetivos principais: (i) reduzir as emissões de GEE para cumprir com os compromissos internacionais fixados a partir do acordo de Paris; (ii) aproveitar a onda de novos negócios associados à contenção da emergência climática para impulsionar o desenvolvimento econômico nacional; e (iii) construir recursos de poder nos mercados de energia a partir da definição dos padrões globais nas especificações de equipamentos, desenvolvimento de infraestrutura e normas de certificação dessas tecnologias. Dessa forma, o país líder no desenvolvimento de inovações também adquire a capacidade de favorecer a difusão de seus produtos e a criação de barreiras concorrenciais (Bordoff e O'Sullivan, 2022) (VITTO, 2022).

Para entender melhor como se dá o acesso à esses recursos essenciais e a importância geopolítica desta nova configuração de interesse, precisamos falar sobre quais são os recursos naturais tão importantes para a manutenção e corrida pela transição energética. Segundo Nakano (2021) em pesquisas para o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington – EUA, alicerçadas em estimativas do Banco Mundial, a demanda pelos minerais e materiais componentes dessas tecnologias, como o alumínio, cobalto, lítio, manganês e níquel devem aumentar até 450% até 2050, se a transição energética a partir de fontes renováveis como a eólica e solar seja implantada de acordo com as metas criadas.

A questão é que estes componentes da tecnologia necessária para a transição energética possuem diferentes graus de dependência dos materiais, por sua vez formados a partir de diferentes graus de disponibilidade, ou como afirma Nakano (2021) “tem diferentes perfis de criticidade” como a volatilidade dos preços e a estabilidade do país fornecedor. Para entender melhor, Nakano (2021) ilustra como estão distribuídas geograficamente os principais materiais críticos essenciais para a produção da energia “limpa”:

Elementos de terras raras, como neodímio, disprósio e praseodímio, são os principais ingredientes de ímãs permanentes (ímãs poderosos que não perdem seus campos magnéticos), que são usados em turbinas eólicas de alto desempenho. Boratos, gálio, germânio e índio também são ingredientes importantes na energia solar fotovoltaica (PV), enquanto o cobalto e o lítio são necessários para as baterias de íon-lítio usadas em veículos elétricos (EVs). Embora esses minerais estejam disponíveis globalmente, alguns são

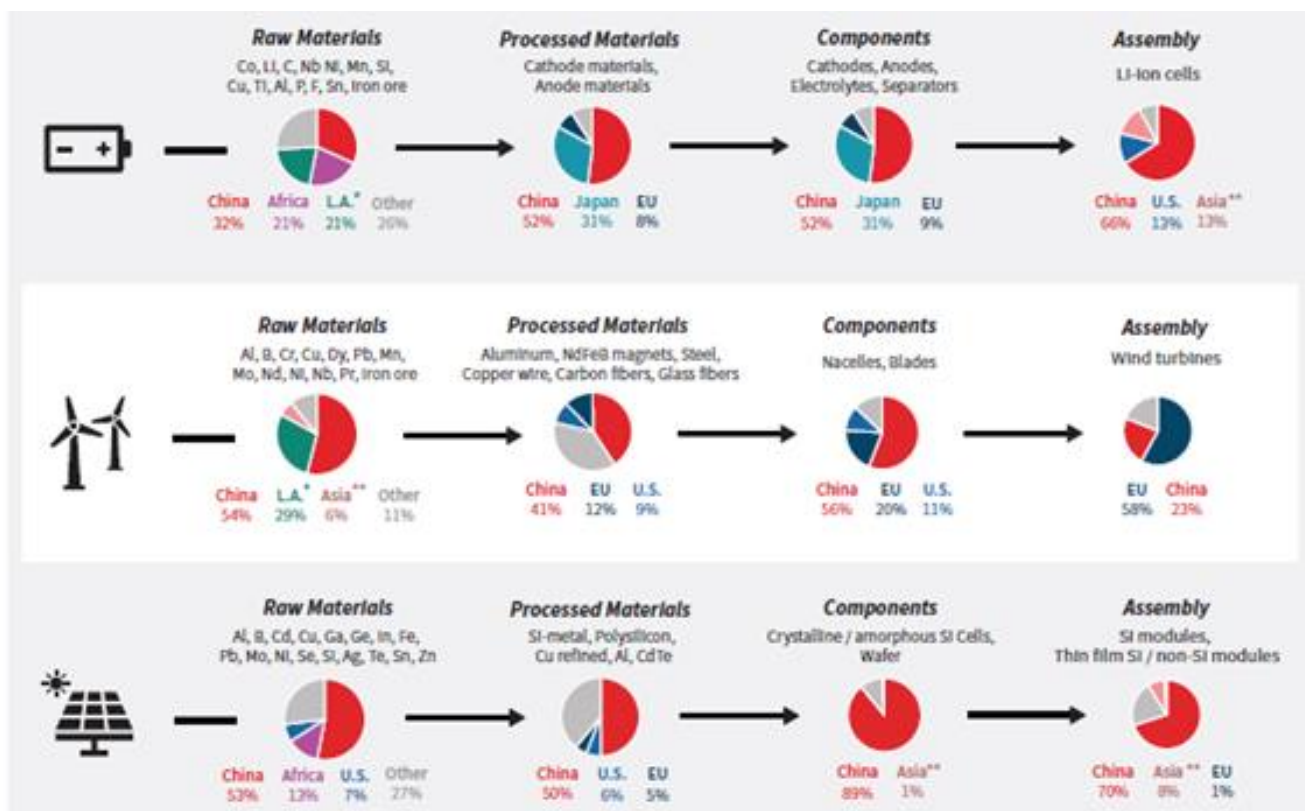
altamente concentrados em alguns países. Por exemplo, cerca de metade do suprimento global de cobalto vem da República Democrática do Congo (RDC); mais de 80% do suprimento global de lítio vem da Austrália, Chile e Argentina; e 60% do suprimento global de manganês vem da África do Sul, China e Austrália. Mais notavelmente, mais de 85% do suprimento global de elementos de terras raras vem da China.

Ou seja, implica dizer também que a transição energética enquanto corrida pela descarbonização, perpassa necessariamente pela segurança desta cadeia de acesso e de fornecimento de materiais críticos essenciais para a produção de tecnologias de energias renováveis como eólica e solar. Geopoliticamente falando, manter ou deter o acesso e o fornecimento destes materiais críticos acaba por torna-se uma questão de estratégia que afeta o ritmo da corrida dos países pela descarbonização e pela implantação de suas tecnologias enquanto pioneiras no processo (NAKANO, 2021).

A China enquanto um dos maiores detentores destes materiais críticos lançou-se no mundo não só como pioneira em diversas tecnologias (e patentes) como acirrou a pressão pela manutenção de seu acesso à materiais críticos que não produzem, em outros países.

Em um gráfico explicativo sobre a distribuição geográfica destes materiais críticos em toda a sua cadeia, Nakano (2021) é capaz de ilustrar perfeitamente os efeitos que a corrida pela descarbonização e a produção de energias “limpas” tem para acirrar a preocupação e a importância nos Estados que detém estes materiais e como no plano geopolítico elas podem exercer diferentes resultados nas decisões do plano nacional destes países (como a abertura para a exploração massiva desses materiais críticos, ou desestabilizações no plano político e econômico).

**Gráfico 3: Cadeias de fornecimento de minerais de energia “limpa” e principais fornecedores globais: baterias, energia solar e energia eólica.<sup>1</sup>**



Fonte: Nakano, 2021.

A partir deste gráfico podemos perceber a relativa concentração destes materiais em toda a extensão de sua cadeia produtiva em poucos países e também a assimetria em termos de produção tecnológica na extensão da cadeia que lhe confere maior valor agregado, um exemplo claro é a distribuição geográfica de materiais críticos essenciais para a produção de baterias de lítio e materiais críticos para a produção de energia eólica: está concentrado na América Latina, respectivamente, 22% e 29% das matérias primas, com liderança preponderante da China.

Entretanto, na fase de processamento e composição dos componentes ou já dos produtos na fase de comercialização, a América Latina (a saber: Argentina, Chile, Brasil, Peru e Bolívia) desaparece do gráfico, evidenciando a grande concentração em países como China ainda na liderança, União Europeia, Japão e Estados Unidos,

<sup>1</sup> Raw Materials: Matérias-primas; Processed Materials: Materiais Processados; Components: Componentes; Assembly: Conjunto (tradução própria, 2022).

não por acaso, os principais Estados responsáveis pela corrida pela descarbonização no plano global.

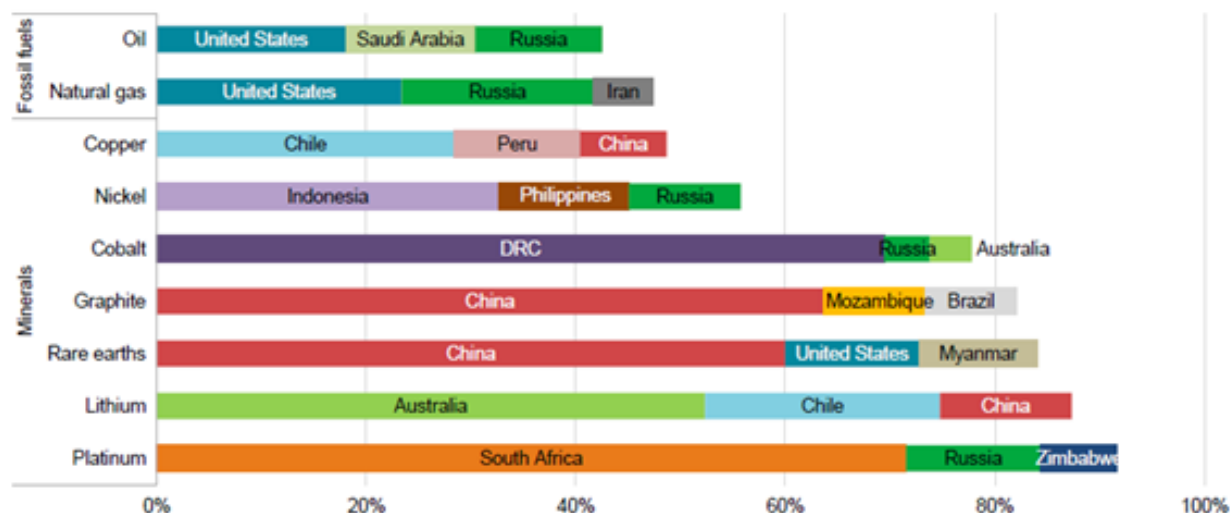
A liderança chinesa marcadamente no setor de produção de baterias de armazenamento de energia (íon-lítio) e em toda a cadeia de produção da energia solar fotovoltaica, revelam também que esse destaque é um resultado das suas políticas industriais da última década, mas que despertam também a tensão por uma cada vez maior dominação chinesa no cenário de transição energética, desde o domínio das cadeias de fornecimento de materiais críticos essenciais para a produção tecnológica da indústria energética de fonte renovável até a dominação do mercado de energia sobretudo para a transição energética em países que não possuem indústria nacional do setor, nem capacidade de desenvolver tecnologias.

Inevitavelmente a corrida pela descarbonização desencadeia também novos conflitos quando estas políticas colocam os pés nos territórios. A competição que se intensifica pelo acesso e o controle destes recursos essenciais para as tecnologias de produção de energias renováveis podem, aliás, já são um criador de conflitos, ou como pontua Vitto (2022) “um fator de risco” para os países produtores de materiais críticos que possuem baixo desenvolvimento para explorar e comercializar esses produtos, ou seja, os países que não possuem força necessária para se impor no mercado da transição energética que torna-se conflituoso e predatório.

Há uma poderosa transição de cenário nesta corrida pela descarbonização, pois, do contrário da produção de energia via combustíveis fósseis que tem seus recursos naturais concentrados em países como por exemplo Estados Unidos, Rússia, Arábia Saudita e Iran, no caso das matérias primas necessárias para a transição energética, os recursos estão concentrados em países como China, Chile, República Democrática do Congo, Austrália, Brasil e África do Sul. Em muitos casos mais da metade da produção dos principais minerais críticos estão concentrados em um único país.

No gráfico produzido por Vitto (2022) através do relatório da Agencia Internacional de Energia (IEA, 2021), é possível visualizar esta distribuição a partir dos três principais países produtores de minerais críticos:

**Gráfico 4: Participação dos três principais países produtores na produção total de minerais e combustíveis fósseis selecionados, 2019.**



Fonte: Vitto, 2022; IEA, 2020.

Assim, o plano de transição energética renovável tem afetado relações já conflituosas no plano geopolítico internacional, posto que a liderança e dominância chinesa nas cadeias de extração minerais e produção de tecnologias necessárias para a indústria de energia “limpa”, coloca em cheque as posições historicamente dominantes causando preocupações nesta corrida pela descarbonização para países como Estados Unidos, União Europeia e Japão. E claro, os palcos dessa disputam variam conforme a necessidade e as fontes de matérias primas essenciais. No caso das principais potências que tem pautado a corrida pela descarbonização, está a insegurança e busca pelo fornecimento estável de matérias primas e recursos naturais que garantam a sua capacidade de produção tecnológica.

Isso foi acentuado e acirrado depois que a China embargou exportações de terras raras para o Japão e criou um cenário de preocupação nos países dependentes destes materiais:

Um fator igualmente importante é que a China parece reconhecer a força de suas cadeias de abastecimento de minerais críticos como alavanca geopolítica. Por exemplo, durante uma das fases mais intensas da guerra comercial EUA-China em 2019, o presidente Xi Jinping da China e seu principal negociador comercial visitaram uma instalação de processamento

de terras raras na província de Jiangxi, conhecida por sua riqueza em terras raras. A visita foi amplamente interpretada como um lembrete aos Estados Unidos de que a China tem influência sobre as cadeias de fornecimento de terras raras, trazendo de volta a memória do embargo da China às exportações de terras raras para o Japão, que ocorreu durante uma disputa territorial no outono de 2010. Além disso, o apelo de Xi Jinping em abril de 2020 sobre a necessidade de aumentar a dependência das cadeias de suprimentos globais da China e “desenvolver poderosas capacidades de retaliação e dissuasão contra cortes de fornecimento por partes estrangeiras” apenas alimentou a preocupação entre os formuladores de políticas ocidentais de que a forte dependência econômica da China para algo tão crítico quanto minerais de terras raras pode se traduzir em uma vulnerabilidade que pode ser explorada pela China no caso de um confronto entre a China e o Ocidente (NAKANO, 2021).

Como esta corrida desembarca dos diversos territórios é uma questão a ser discutida, porém não é o foco desta pesquisa. Vale lembrar no entanto, que enquanto países detentores de materiais críticos, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil destacam-se tanto pelas reservas de lítio no caso da Bolívia, Chile e Argentina, quanto pelas reservas de níquel e terras raras no Brasil, o que nos mostra contradições no que se refere à corrida pela descarbonização nesses países, pois, no mapa geopolítico da produção de energia “limpa”, estes países latino-americanos são tanto os alvos da intensificação de mineração e das desestabilizações na governança provocados pelos países que desejam assegurar o acesso e o fornecimento à estes minerais críticos, quanto pelo mercado da energia limpa que se impõe nas terras latino-americanas, visto que as principais tecnologias para a implementação da indústria de energia renovável de fonte eólica e solar, depende necessariamente da importação destes materiais de países como China, Alemanha, Estados Unidos e Canadá.

No entanto, o mundo se depara com uma agenda global cuja narrativa põe por terra certas defesas de governos locais ou mobilizações populares contra os efeitos da corrida pela descarbonização. É o que entendemos como disputa pela narrativa, que é travada desde o âmbito global quanto no âmbito local e acaba por intensificar os conflitos que a transição energética tem criado.

Do mais genérico para o mais objetivo, programas e políticas globais como Global Green New Deal do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

(PNUMA), Redução de Emissão do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o precursor destas políticas e programas, o Acordo de Paris, as anuais Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e a mais incidente nas narrativas: a Agenda 2030 da ONU, ressaltam a importância dos países em se comprometerem com a descarbonização e com a transição energética para a implementação de matrizes energéticas renováveis enquanto alternativa de mitigação das mudanças climáticas. Em conformidade com a ODS 7, a Agenda 2030 propõe uma “energia limpa e acessível para todos, de forma a garantir o acesso a fontes de energias fiáveis, sustentáveis e modernas para todos”, e que coloca como parte do desenvolvimento sustentável o aumento substancial de energias renováveis na matriz energética global até 2030 (ONU, 2022).<sup>2</sup>

Na teoria é ideal, pois fala do acesso às energias de forma popular enquanto meta dos países que estão se comprometendo com a transição energética. É possível ver por exemplo, que na meta 7.2, o Brasil se compromete com as Nações Unidas em aumentar a participação das energias renováveis na matriz energética nacional, além de expandir a infraestrutura e realizar investimentos em eficiência energética. Segundo os dados do IPEA para os indicadores brasileiros para a ODS 7, o Brasil avançou de 43,5% na participação percentual das energias renováveis na Oferta Interna de Energia em 2013, para 48,4% em 2020, um salto não tão grande, porém impactante na postura brasileira em relação ao futuro da matriz energética e o interesse em incrementar ainda mais a oferta interna de energia a partir de fontes renováveis (IPEA, 2022).<sup>3</sup>

Na prática, como se pode ver anteriormente, a transição energética brasileira está relativamente entregue ao capital estrangeiro, o que também diz respeito à dependência que o Brasil tem do que seria a idealização de seu próprio “desenvolvimento sustentável” e de como estas políticas e programas validam a corporativização e criação de uma transição energética pautada pelo capital internacional.

---

<sup>2</sup> Ver: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/7>

<sup>3</sup> É possível acompanhar os gráficos aqui: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador721>



Em consonância aos acordos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os acordos de mitigação das mudanças climáticas traçados no âmbito das Contribuições Nacionalmente Determinadas no Acordo de Paris, sugerem metas de redução ou mitigação das emissões de gases de efeito estufa até 2030, das quais ressaltam a importância de países desenvolvidos financiarem a transição energética nos países em desenvolvimento, além de monitorar as metas estabelecidas pelos países no âmbito nacional. O que esse discurso pressupõe é que a urgência da mitigação das mudanças climáticas, implica em renovações de acordos e consensos internacionais entre Estados, governos e agências multilaterais que acabam por consolidar a chamada “economia verde”, que segundo Pereira (2021), são:

normativas e narrativas para justificar a expansão em direção à espaços potenciais para a apropriação e consequente garantia da acumulação. Em termos de narrativas, as crises ambiental e climática foram postas no cerne do debate internacional, tornando tema de acordos globais e de políticas públicas que visem a diminuição da emissão poluentes oriundos sobretudo de combustíveis fósseis, a diminuição do desmatamento e outras medidas que possibilitem a desaceleração das mudanças climáticas. É evidente que o modelo de desenvolvimento posto pelo capitalismo tem colocado a natureza em colapso.

Todavia, os agentes capitalistas utilizam de uma questão que é de interesse de toda a humanidade para justificar a sua expansão em direção a novos territórios e mercados. A dita economia verde é “o nó central em torno do qual está reorganizando e ressignificando discurso hegemônico” (Moreno, 2016: 257), alterando o discurso em torno da apropriação da natureza, o que antes era valorizado pelo potencial de exploração, agora passa a ser valorizado pela conservação (Fairhead, Leach & Scoones, 2012) (PEREIRA, 2021, pag, 9)

Assim a economia verde lança não só os conceitos que lhes convém sobre o Desenvolvimento Sustentável como também cria mecanismos para impulsionar o mercado verde como por exemplo, o mercado de créditos de carbono, a transição energética via energias solar fotovoltaica e eólica, títulos verdes, patentes e outras formas de compensações e comercializações da conservação da natureza. O que é nada mais que “o novo acordo verde com o objetivo de salvar o capital da crise financeira” (PEREIRA, 2021, pag, 9) construindo portanto, uma sólida narrativa que coloca o capital como agente solucionador das mudanças climáticas dominando também as políticas de mitigação das mudanças do clima. No capítulo 2 desta

pesquisa, as contradições entre o desenvolvimento sustentável encabeçado pelo capital financeiro serão revolvidas a fim de mostrar alguns embates entre esta narrativa e as concepções de desenvolvimento nos territórios atingidos diretamente pela transição energética corporativa.

No plano mais específico, pode-se ressaltar que esta narrativa do desenvolvimento sustentável acirra a corrida pela descarbonização e pela transição energética que por sua vez cria novas configurações do Acaparamiento, chamado por Pereira (2021) de acaparamiento verde, que vão desde as formulações de políticas nacionais e globais já destacadas aqui, como também a constante busca de terras “disponíveis” para a expansão destes mercados.

A corrida pela transição energética acaba por inaugurar novas dinâmicas de apropriação dos territórios e novas soluções para as crise do capital financeiro, tornando esta narrativa não só como o caminho único de mitigação das mudanças climáticas mas também justificando modelos que os países escolhem traçar para atingir estes objetivos. E neste panorama se somam as assimetrias entre os países desenvolvidos e os países emergentes que sob a mesma narrativa, caminham em lados opostos na disputa inerente à corrida pela transição energética, pois, como visto aqui, uns ainda permanecem sendo produtores primários enquanto outros obtêm matéria-prima, desenvolvem as tecnologias e os produtos finais que serão enviados para solucionar as crises ambientais e financeiras dos países subdesenvolvidos.

Entendendo melhor esta dinâmica, a relação sino-brasileira que sempre foi constituída essencialmente pelo comércio de matérias-primas da parte brasileira, sobretudo da cadeia agroalimentar, e da parte da China por bens industrializados e de alto valor agregado, sairemos do plano agropecuário brasileiro já dependente da China, para a análise da entrada do gigante asiático no setor energético brasileiro e como esta relação pauta a transição energética no Brasil em termos que visam a dependência de toda a cadeia de produção da energia “limpa” brasileira ao gigante asiático.

### **2.3. Entre placas solares e torres eólicas: os investimentos chineses no setor energético brasileiro**

O Governo Brasileiro tem uma história recente de estreitamento dos laços com a China para o setor energético. Apesar dos planos decenais de cooperação enfatizarem a pauta exportadora essencialmente primária por parte do Brasil, houveram diálogos entre o Governo Dilma e a República Popular da China em 2014 sobre as energias e também mineração. À época, o Governo brasileiro enfatizava o interesse comum no aumento dos investimentos no setor de distribuição elétrica sustentável, tecnologia para o desenvolvimento da energia solar fotovoltaica, hidroelétrica e eólica, acordos estes selados através de empresas brasileiras e chinesas como a Eletrobrás, Furna e China Three Gorges (PLANO DECENAL DE COOPERAÇÃO, 2012).

Ainda de acordo com último relatório da CEBC (CARIELLO, 2021), a State Grid e a China Three Gorges estão expressivamente territorializadas no Brasil, sendo o país destino da maioria de seus ativos no exterior. A State Grid com 48% dos ativos investidos no Brasil e a China Three Gorges com 60%, marcam assim quais são as principais empresas chinesas inseridas no setor elétrico-energético brasileiro.

Como assinala a própria State Grid, a empresa é a estatal crucial para a segurança energética e “salvação econômica da China”, segundo a própria State Grid além de maior concessionária do mundo. Até 2020, a empresa possuía mais de US\$ 23,2 bilhões em investimentos no exterior, começando pelo Brasil, seguido por Filipinas, Portugal, Austrália, Itália e outros (STATE GRID, 2022).

Em seu portfólio, a State Grid destaca ter vencido as licitações do Projeto de Transmissão UHV CC de Belo Monte 800 kV Fase I e Fase II, e o Projeto de Transmissão Teles Pires Fase I e Fase II. No Brasil, a State Grid criou a State Grid Brazil Holding S.A em 2010 e atualmente controla 19 concessionárias, 5 concessões (51% de participação em cada) em cidades como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, além de mais 16 mil km de linhas de transmissão, consolidando-se como uma das maiores companhias do setor de transmissão do Brasil (STATE GRID, 2022).

Em números, de acordo com a State Grid, desde 2010 a companhia já investiu mais de R\$ 21,6 bilhões no setor energético brasileiro (STATE GRID, 2022). Ao lado da State Grid, uma outra empresa chinesa que chama atenção dentro da cadeia

energética brasileira é a Build Your Dreams (BYD). Há que se destacar que o setor fotovoltaico, a despeito de empresas brasileiras se lançarem no mercado, a grande maioria dos painéis fotovoltaicos na produção de energia solar no Brasil, tem origem chinesa e são fornecidos principalmente pela BYD, seguida por Jinko, JA Solar, Trina e da sino-canadense Canadian Solar, demonstrando assim a inserção da China em toda a cadeia de valor do setor fotovoltaico brasileiro (NASCIMENTO, A.M., et al. 2021).

A empresa BYD, chegou no Brasil em 2015 para inaugurar a primeira fábrica de montagem de ônibus 100% elétricos. Em 2017 inaugurou a segunda fábrica, desta vez a produção consistia em módulos fotovoltaicos. A BYD também encontrou oportunidade no setor de infraestrutura onde é responsável por dois projetos SkyrRail (monotrilho). No Brasil, a BYD comercializa maquinário e automóveis elétricos e no setor fotovoltaico, é uma das principais fornecedoras de módulos solares no país, com mais de 3GWp instalados até 2019, ou um terço do mercado nacional (BYD, 2022). Mas não sem incentivo: a BYD conta com o apoio do BNDES que forneceu investimento inicial de mais de US\$29 milhões através de linhas de financiamento (NASCIMENTO, A.M., et al. 2021). Um link interessante de ressaltar sobre a BYD e as discussões sobre a corrida pelo acesso de matérias-primas e desenvolvimento de tecnologias essenciais da transição energética, é que a BYD já ultrapassou a gigante Tesla, tornando-se líder global no mercado de carros elétricos em 2022 (BYD, 2022)<sup>4</sup>

Esta ascensão da BYD exemplifica o já mencionado efeito de concorrência global na liderança pela condução da transição energética entre os países e também a constante busca por novos mercados e territórios como destaca a própria BYD:

Ao longo dos anos, a BYD segue firme seu propósito de liderar a transição, a economia verde e o desenvolvimento sustentável para mitigar as mudanças climáticas. Acreditamos na solução integrada da energia solar fotovoltaica com os veículos elétricos. Queremos mostrar ao mundo que é possível termos um futuro de baixo carbono com muitos empregos verdes na nova indústria sustentável (Adalberto Maluf, diretor de Marketing e Sustentabilidade da BYD Brasil, 2022).

---

<sup>4</sup> Ver: <https://www.byd.com.br/byd-supera-tesla-e-se-torna-marca-de-veiculos-eletricos-mais-vendida-globalmente-no-primeiro-semester-de-2022/>

Dos projetos confirmados por empresas chinesas de 2007 a 2020, o setor elétrico se sobressai dos demais com 31% dos projetos em quase todas as regiões do Brasil (CEBC, 2021):

Há 16 estatais centrais chinesas com investimentos confirmados no Brasil. São empresas estratégicas para o governo chinês e subordinadas ao Conselho de Estado, uma das mais altas instâncias do aparato político do país asiático. Essas estatais centrais respondem por 82% do valor do estoque de investimentos chineses no país e por 39% do número de projetos. Esse alto percentual é explicado pela forte presença de investimentos nos setores de energia elétrica e extração de petróleo (CARIELLO, 2021. p. 11).

Do panorama que o relatório da CEBC (CARIELLO, 2021) desenha sobre os investimentos chineses no Brasil, há destaque para 2019, pouco antes do cenário pandêmico que se instaurou no mundo inteiro, em que os investimentos tiveram salto de 117%, somando US\$ 7,3 bilhões, dos quais, 57% seguiram destino ao setor de eletricidade, petróleo e gás com 23% e infraestrutura com 15% dos investimentos. O Nordeste do Brasil foi o destino da maioria dos projetos chineses, com 34%, descrito no relatório com otimismo, pois, “a vez do Nordeste chegou”.

Já em 2020, o setor de eletricidade brasileiro respondeu por 97% do valor dos investimentos chineses confirmados, mantendo a liderança no número de projetos, porém, destaca-se a queda dos investimentos como uma condição global fruto da pandemia (CARIELLO, 2021). Finalmente, é preciso ressaltar que o relatório publicado pela CEBC, foi elaborado em conjunto, Conselho Empresarial Brasil-China e Bradesco Corporate como patrocinador, enfatizando que o relatório é precioso nas informações que sistematiza e analisa, mas que não se compromete com nenhuma análise crítica ou mais aprofundada já que se destina à orientações comerciais e promoção dos investimentos chineses no Brasil.

No cenário atual, a preocupação chinesa com o desenvolvimento de recursos energéticos alternativos ao petróleo e carvão, capacidade de suprir com eficiência seu contingente consumidor e políticas de implementação da transição energética para fontes renováveis, tem se intensificado influenciando o rumo dos investimentos chineses no exterior.

Estes reflexos podem ser encontrados nos diferentes tipos de investimento,

envolvimento e financiamento chinês em energia ao redor do globo. De acordo com Springer (2021), Global Development Policy Center e o Banco de Dados Global de Energia da China que analisam os padrões e diferenças nos tipos de energias sendo desenvolvidas nos países dos quais a China possui projetos, há disparidades marcantes nos tipos de projetos de energia financiados pela China nos países anfitriões:

Em primeiro lugar, surgem claras disparidades nos tipos de projetos de energia financiados entre as regiões. Ao comparar projetos operacionais e planejados de geração de carvão, gás, solar e eólica, fica claro que o combustível mais sujo – carvão – recebeu o maior apoio chinês em comparação com outros tipos de energia na Ásia, Oriente Médio e África. No entanto, a Europa, a América Latina e a América do Norte têm uma mistura relativamente menos intensiva de carbono de projetos apoiados pela China. De fato, comparando esses quatro tipos de energia, a América Latina recebeu mais apoio para a capacidade renovável do que a geração fóssil de fontes chinesas (SPRINGER, Cecília. 2021. Tradução própria).

Consoante ao que traz Springer (2021) e o GDP sobre o maior interesse da China em desenvolver projetos, investimentos e financiamentos em capacidade renovável na América Latina, o Governo Chinês através da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e a Administração Nacional de Energia lançou em março de 2022 o 14º Plano Quinquenal para um Sistema de Energia Moderno, detalhando as metas para o setor energético até 2025 (JIANG YIFAN, GAO BAIYU, 2022; Conselho Nacional de Energia, 2022).

O 14º Plano Quinquenal voltado para as energias chegou com uma mudança significativa, antes denominados “planos de desenvolvimento energético”, o documento foi amplamente distribuído agora sob título “sistema energético moderno”, mostrando assim, o foco na mudança do sistema rumo à transição energética e a liderança global no setor.

Possivelmente, as metas traçadas pelo 14º Plano Quinquenal para um Sistema de Energia Moderno (2021-2025), refletirão também nas Contribuições Nacionalmente Determinadas e nos projetos, investimentos e financiamentos chineses no setor energético dos países parceiros, enfatizando ainda mais a sua liderança em investimentos no setor de energias renováveis e colocando o Brasil em posição

estratégica no que pese os investimentos, modernização, pesquisas, exploração e ampliação da entrada chinesa no setor de energias renováveis brasileiro.

Cabré, Gallagher e Li (2018) destacaram 3 razões que justificam a liderança chinesa nos investimentos em energias renováveis: Em primeiro lugar, essa posição tem a ver com o esforço da China em cumprir as metas de mitigação das mudanças climáticas, estabelecidas no Acordo de Paris e no Acordo China-EUA. Neste contexto, as NDCs, sigla em inglês para as Contribuições Nacionalmente Determinadas estabelecidas no Acordo de Paris, tem funcionado como guia da governança internacional em resposta às mudanças climáticas. As NDCs contribuem com o fortalecimento de políticas de governos, traçando como por exemplo, as metas de investimento e geração de energias renováveis, além de compromissos financeiros.

Contraditoriamente, o que observa Lima (2022), a corrida pela energia alternativa, as fontes renováveis, são mais que tudo, um caminho que os países criaram para a diminuição da dependência das energias convencionais altamente poluentes, geopoliticamente e economicamente mais caras.

Este fator também explica como as NDCs agem e prospectam os roteiros de investimentos futuros, alertando aos investidores públicos e privados no que deve ser investido e para onde direcionar os investimentos. A maioria das NDCs tratam de contribuições no setor energético, realçando o compromisso dos países com as energias renováveis. Assim, ainda dentro da primeira razão que explica a liderança chinesa nos investimentos globais em energias renováveis, destacam-se as indústrias chinesas de energias eólica e solar, com desempenho globalmente competitivos.

A segunda razão, de acordo com Cabré, Gallagher e Li (2018), está nas vantagens que as empresas nacionais tem frente ao financiamento dos bancos chineses para a expansão internacional. Também como resultado da política *Going Out*, o financiamento chinês em energias renováveis é destacado na atuação dos dois bancos de políticas internacionais da China, o China Development Bank (CDB) e o Export-Import Bank of China (CHEXIM). Estima-se que os policy banks da China já investiram mais de US\$216 bilhões em usinas internacionais, somando uma capacidade que chega à 158 GW (Cabré, Gallagher e Li (2018).

A terceira razão que trazem Cabré, Gallagher e Li (2018), se referem às oportunidades de investimento em energias renováveis existentes nos países em

desenvolvimento ricos em recursos naturais, oferecendo, segundo os autores, menos riscos à soberania pelos investimentos em energias renováveis do que pelos investimentos tradicionais em energias. As lacunas e oportunidades das energias renováveis nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, fornecem o cenário ideal para as demandas chinesas no setor energético, expansão tecnológica das energias renováveis chinesas e fornecimento destas tecnologias para as economias em desenvolvimento, impondo o cenário de liderança na transição energética global tão buscado pela China.

Cabré, Gallagher e Li (2018) descrevem “a oportunidade de um trilhão de dólares para o investimento chinês” em contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), e capacidade de 671 GW com potencial de investimento em energias renováveis nos países em desenvolvimento. Os autores destacam o investimento estrangeiro direto da China alcançando em primeiro lugar os territórios latino-americanos com uma estimativa de US\$ 31 bilhões investidos até 2017 na América Latina e Caribe. Já quando os investimentos partem dos bancos de política chinesa, o destino é o Sul da Ásia, estimando US\$ 34 bilhões investidos até 2017 (Cabré, Gallagher e Li, 2018).

Às vésperas da COP26 em Glasgow, no Reino Unido, a China lançou um livro branco sobre as políticas desenhadas pelo governo chinês para lidar com as questões climáticas: “Respondendo às Mudanças Climáticas: Políticas e Ações da China”, publicado pelo Escritório de Informação do Conselho de Estado da China. A publicação descreve as metas chinesas para a mitigação dos danos climáticos e aquecimento global reiterando os objetivos de atuar financeiramente e tecnologicamente junto aos países em desenvolvimento (GLOBAL TIMES, 2021).

Segundo o último *Boletim Econômico China-América Latina* do PIB Center e GDP (2021), metade das atividades de fusões e de aquisições da China na América Latina e Caribe haviam sido no setor elétrico, sendo Brasil, Chile, Peru e México os principais parceiros e beneficiados em projetos de energias renováveis. O *Boletim* ainda informa a compra da distribuidora de energia chilena CGE pela State Grid e a Zuma Energia, de energias renováveis mexicana para a chinesa State Power Investment Corp (SPIC) (RAY; ALBRIGHT; WANG, 2021).

Seguindo o fluxo dos investimentos chineses no Brasil, a energia hidrelétrica

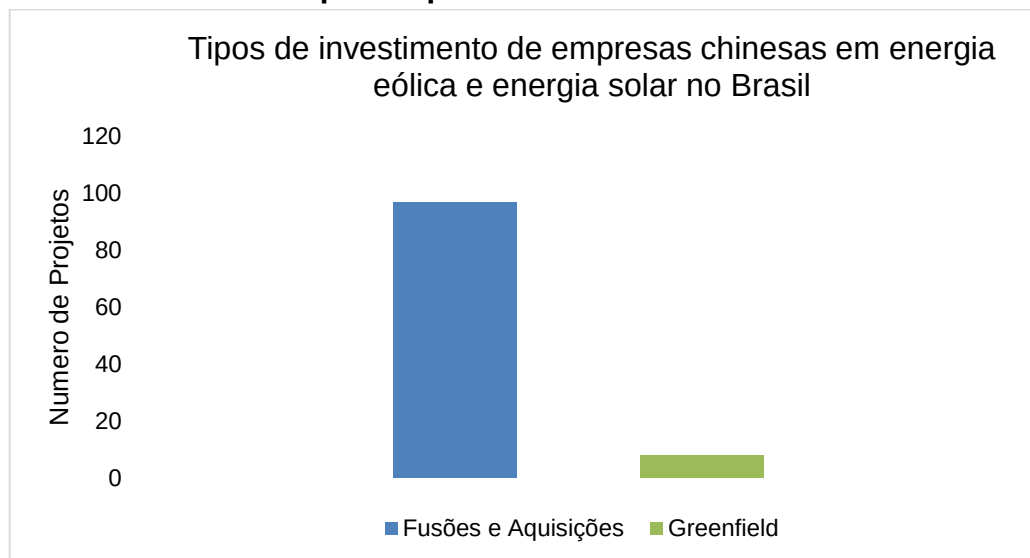


assume liderança o ranking. Energia eólica e energia solar despontam como investimentos em potencial de crescimento que a partir de 2010, insere a China na posição de um dos principais players e ator-chave no desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, despejando, como aponta Barbosa (2020) consideráveis capitais no, oriundos da chegada de investidores, fabricantes, prestadores de serviços de engenharia e instituições financeiras em território brasileiro.

Entender a complexidade da imersão chinesa no Brasil ainda é um desafio, sobretudo no setor elétrico que vem despontando nas pesquisas e estudos acadêmicos brasileiros e chineses nos últimos anos. Partir de questionamentos-chave como a capacidade instalada de usinas sob controle chinês no Brasil, os investimentos em seus diversos tipos, a distribuição geográfica dos projetos ao redor do país destacando suas peculiaridades e os impactos socioterritoriais, são importantes para a construção de um panorama mais completo.

Assim, vale entender que os investimentos chineses no Brasil se concentram em três modalidades: os investimentos estrangeiros direto (IED), projetos de construção em menor grau e os empréstimos. Barbosa (2020) aponta que US\$ 36 bilhões da China entraram no Brasil em IED e projetos de construção até 2019. Dentro deste valor, 76% se apresentou na forma de fusões e aquisições, que se constitui como a maior forma de entrada do capital chinês no setor elétrico brasileiro. Quando analisadas as formas de investimento chinês especificamente no setor de energias eólica e solar, a concentração de investimentos em projetos brownfield, ou seja, fusões e aquisições, aumenta em detrimento dos projetos greenfield, que são projetos iniciados do zero:

**Gráfico 5: Relação entre tipos de investimentos no setor de energia eólica e solar por empresas chinesas no Brasil**



Fonte: diversas. Elaboração Própria, 2021

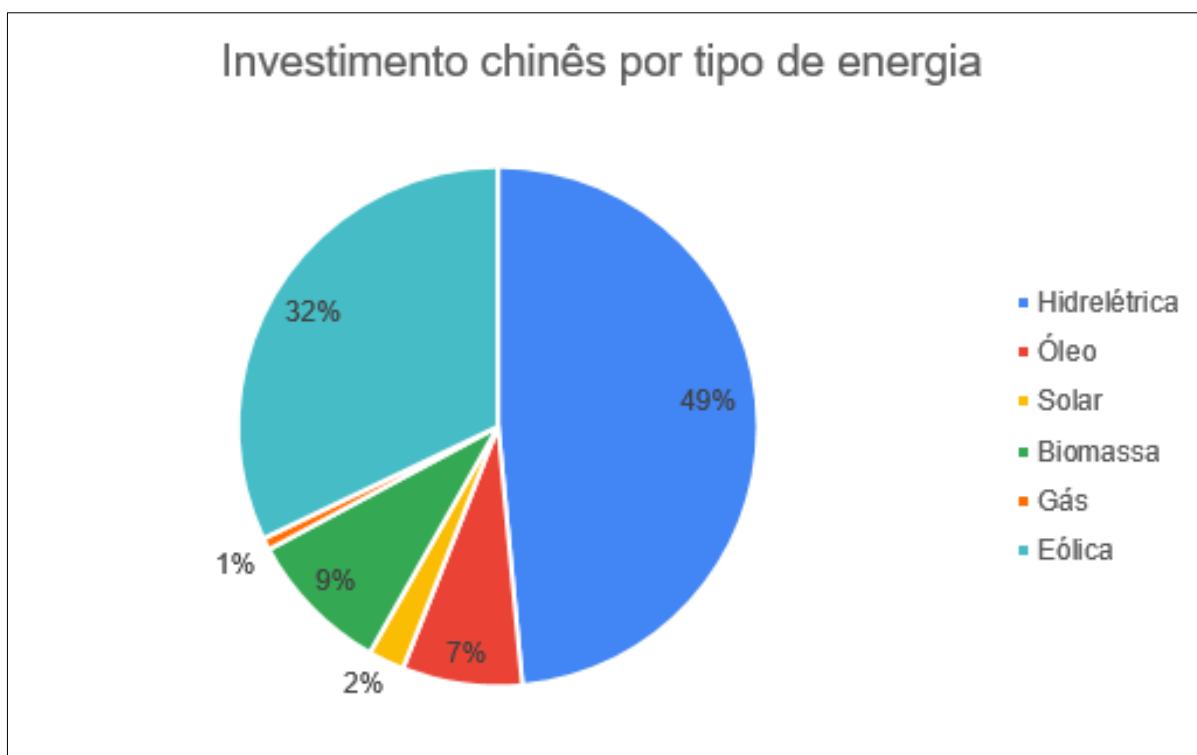
Ponto importante é entender o grau de inserção chinesa no setor elétrico brasileiro a partir da geração hidrelétrica e o papel das empresas chinesas nos megaprojetos de infraestrutura. A China Three Gorges (CTG), segundo maior gerador elétrico do Brasil atrás somente da Eletrobrás, adquiriu entre 2013 e 2015 através de uma parceria estratégica com a Energias do Brasil, 50% de participação da hidrelétrica de Santo Antônio do Jari no estado do Pará, 50% da hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão no Amapá e 33,3% da hidrelétrica de São Manoel em Mato Grosso. Em 2015, a CTG adquiriu da Triunfo Participações, 100% das usinas Salto em Goiás e Garibaldi em Santa Catarina. Ainda em 2011, a CTG adquiriu a portuguesa EDP, EDP Energias do Brasil e EDP Renováveis que possui também grande investimento em energia eólica brasileira (CTG, 2021).

Em 2016, a CTG ganhou o leilão do Ministério de Minas e Energia para a concessão das usinas Jupia e Ilha Solteira ambas no estado de São Paulo, tornando-se então a segunda maior geradora de energia “limpa” do Brasil (CTG, 2021). A State Grid, em 2017 realizou a maior transação por empresa chinesa no Brasil ao deter controle da Companhia Paulista de Força e Luz, CPFL por US\$ 12,2 bilhões, descrita por Barbosa (2020, pag.7) como “uma grande estratégia e movimentação de força da State Grid no Brasil”. Parte dessa grande estratégia foi a construção do segundo trecho das linhas de transmissão de Belo Monte. Ainda em 2017, a chinesa State Power Investment Corporation Limited (SPIC) ganhou a licitação da Hidrelétrica São

Simão localizada na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, entre os municípios de São Simão (GO) e Santa Vitória (MG) por US\$ 2,3 bilhões (BARBOSA, 2020; SPIC, 2021)

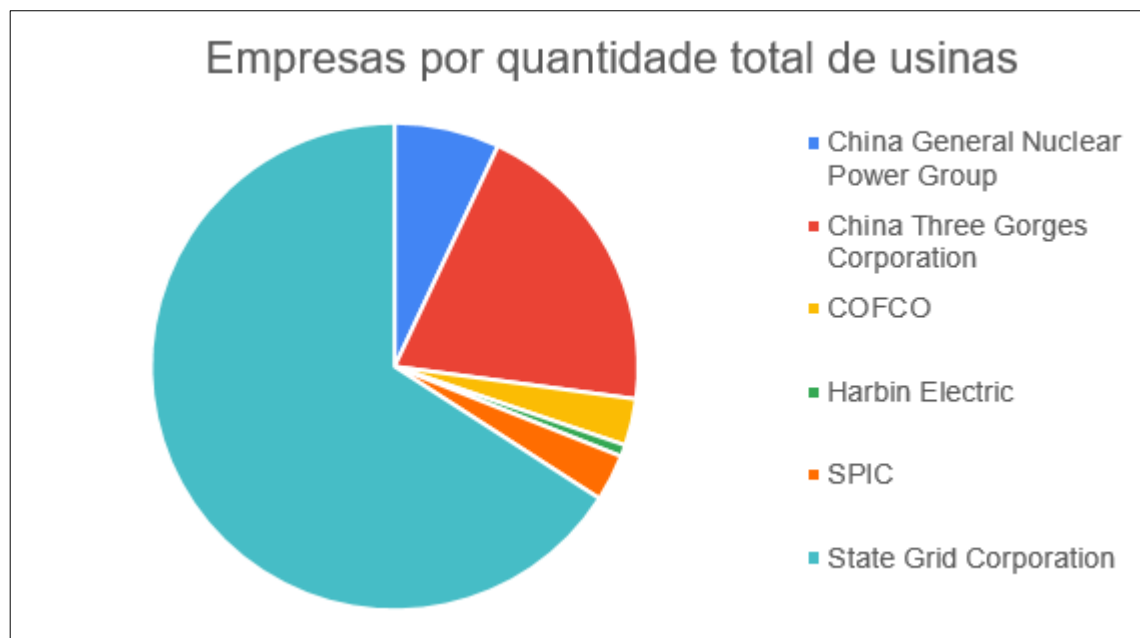
Pelo menos 14 empresas chinesas de energia elétrica investiram no Brasil até o ano de 2019, ou faziam parte de projetos de construção, principalmente no setor hídrico e eólico. Juntas, State Grid, CTG, CGN e SPIC possuem em torno de 304 usinas de energias no Brasil, ou 10% da geração nacional de energia (BARBOSA, 2020), acendendo alertas sobre o grau de inserção do capital estrangeiro (seja ele chinês ou de outra origem).

**Gráfico 6: Distribuição do investimento chinês por setor energético, 2022.**



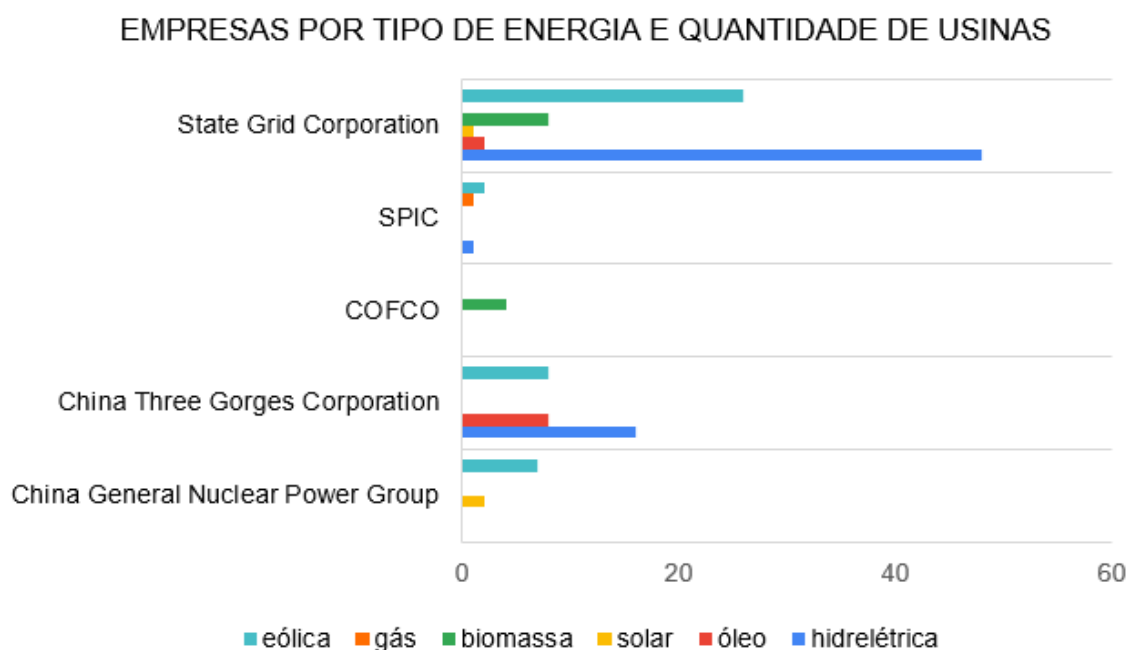
Fonte: Vários. Elaboração própria, 2022.

**Gráfico 7: Distribuição do investimento chinês por empresa investidora a partir da quantidade de usinas, 2022.**



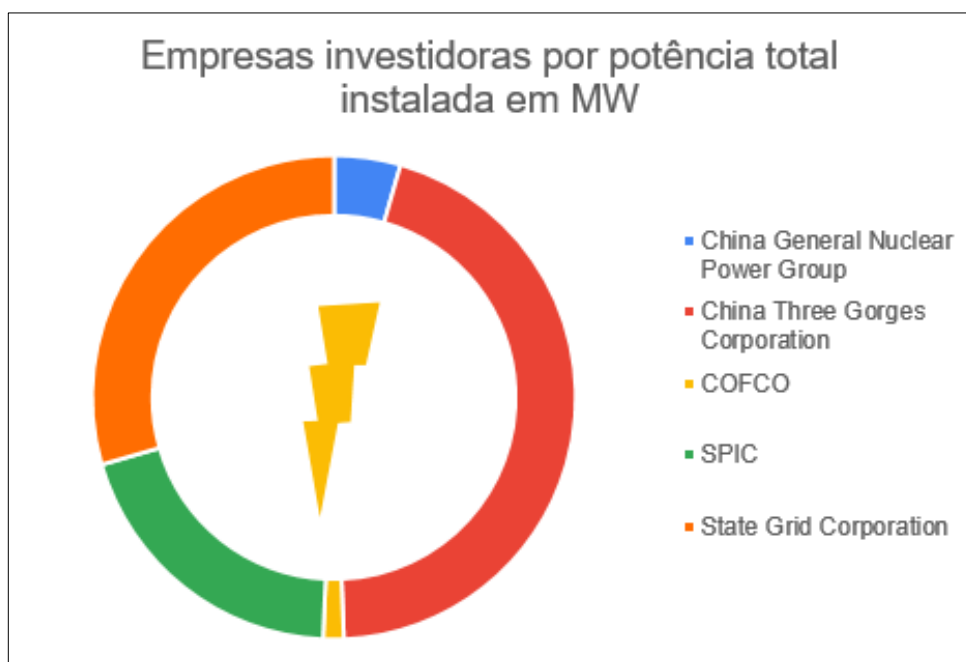
Fonte: diversas. Elaboração Própria, 2022.

**Gráfico 8: Distribuição do investimento chinês por empresa investidora a partir da quantidade de usinas e do tipo de investimento, 2022.**



Fonte: diversas. Elaboração Própria, 2022.

**Gráfico 9: Distribuição do investimento chinês por empresa investidora a partir da potência total instalada em MW, 2022.**



Fonte: diversas. Elaboração Própria, 2022.

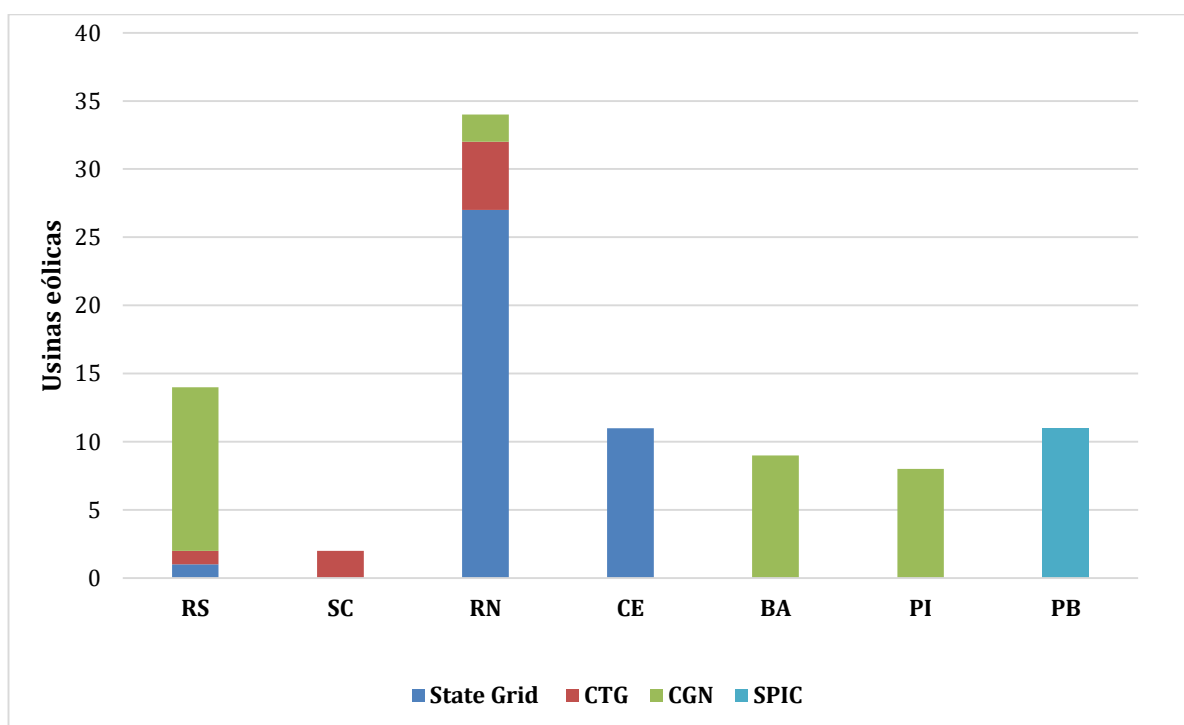
Segundo os dados do Global China Initiative (RAY; ALBRIGHT; WANG, 2021) enquanto a State Grid e CTG operam no Brasil nos três setores (geração, transmissão e distribuição), a China General Nuclear Power Corporation investe apenas na geração de energia eólica. Sua chegada no Brasil em 2019 gerou aumento nos números de fusões e aquisições no mercado de energia eólica brasileira (BARBOSA, 2020). Em 2020, a CGN anunciou a construção de instalações de geração de energia solar no Brasil com cerca de 800MW (RAY; ALBRIGHT; WANG, 2021). A CGN Brasil Energia, subsidiária da CGN pretende triplicar seus ativos em geração de energia renovável a partir da expansão de 200MW da usina eólica Santa Vitória do Palmar no Rio Grande do Sul e mais 600MW em geração de energia solar. Isto significa mais de US\$300 milhões em investimentos com negociações em andamento em 2021 (RAY; ALBRIGHT; WANG, 2021).

Agora a CGN Brasil Energia trabalha na sua conquista de 2020, em que adquiriu autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) para implantar sete novas centrais eólicas, que formarão o Complexo Eólico Tanque Novo, localizado entre os municípios de Tanque Novo e Caetité, na Bahia. O investimento previsto era

de R\$ 1 bilhão (ATLANTIC ENERGIAS, 2020).

A capacidade de energia eólica gerada por empresas chinesas no Brasil é de 2.888MW ou 17% da capacidade total instalada no país até 2020 (BARBOSA, 2020). As empresas chinesas inseridas na geração eólica brasileira estão distribuídas em pelo menos 7 estados, nas regiões Nordeste e Sul do país. Dentre as principais empresas com ativos no setor de energia eólica tem-se State Grid, CGN, CTG e SPIC sendo a State Grid líder em capacidade de geração eólica, com aproximadamente 1494 MW e também a empresa chinesa com mais parques eólicos, distribuídos sobretudo, nos estados do Rio Grande do Norte (RN), Ceará (CE) e Rio Grande do Sul (RS) através da subsidiária CPFL Renováveis, a principal geradora de energia eólica do país.

**Gráfico 10: Presença de empresas chinesas por quantidade de usinas eólicas em estados brasileiros, 2021.**



Fonte: vários. Elaboração própria, 2021.

Atrás da State Grid, a CGN está listada como uma das maiores geradoras eólicas do país com o Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar, no extremo sul do Rio Grande do Sul, em operação desde setembro de 2017 e capacidade instalada de

207 MW com 69 aerogeradores distribuídos em 12 parques eólicos. Segundo o site da Atlantic Energias Renováveis AS, subsidiária da CGN no Brasil, o complexo está localizado em uma área arrendada de 10.424 hectares com 3 subestações e o investimento total foi de R\$ 1,3 bilhão (ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., 2021).

No Rio Grande do Norte, a CGN possui dois parques eólicos: O Parque Eólico Eurús II localizado no município de João Câmara com 15 aerogeradores em uma área de 128 hectares e capacidade total instalada de 30 MW e o Parque Eólico Renascença V localizada no município de Parazinho, com 15 aerogeradores instalados em uma área de 404 hectares e capacidade de 30 MW (ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., 2021).

No estado da Bahia, a CGN possui o Complexo Eólico Morrinhos no município de Campo Formoso. De acordo com a Atlantic Energias Renováveis S.A, o complexo possui seis parques eólicos com 90 aerogeradores e uma capacidade instalada de 180 MW, capazes de fornecer energia a 500.000 residências. Por fim, a CGN é dona do Complexo Eólico Lagoa do Barro (em construção) no município de Lagoa do Barro do Piauí, no sudeste do Piauí, que possui oito parques eólicos e capacidade de 195 MW gerados por 65 aerogeradores em uma área de 2.854 hectares. O investimento total é de R\$ 1,3 bilhão (ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A, 2021).

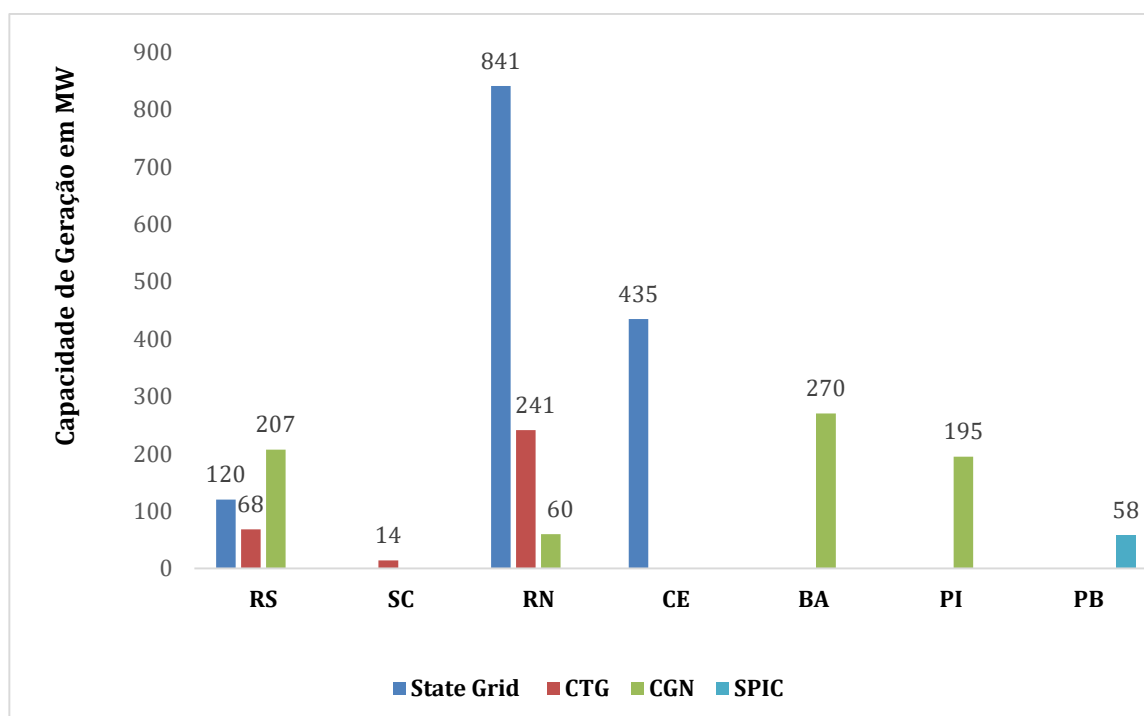
Já os parques eólicos da CTG operam diretamente através da CTG Brasil ou EDP Renováveis, principalmente no Rio Grande do Norte, estado brasileiro com maior potencial eólico do país. Sob o controle da CTG, os parques eólicos Baixa do Feijão I, II, III e IV entraram em operação em 2016, no município de Jandaíra, RN, com capacidade instalada de 120 MW. Ainda no RN, a CTG detém 49% de participação nos Parques Eólicos Aroeira, Jericó, Umbuzeiros e Aventura I, também no município de Jandaíra, com capacidade instalada de 124,2 MW.

No Rio Grande do Sul, a CTG detém o parque eólico Tramandaí, com 31 unidades geradoras com capacidade instalada de 70 MW. Em Santa Catarina, a CTG possui o parque eólico Água Doce, localizado no município de mesmo nome, com 15 geradores que produzem cerca de 9 MW. Na vizinha Água Doce, com 8 geradores, a CTG possui o parque eólico Horizonte com capacidade para produzir 0,6 MW de energia (CTG, 2021).

Em janeiro de 2020, a EDP Renováveis anunciou a aprovação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a implantação de seis parques eólicos e subestação associada, no Rio Grande do Norte, com capacidade instalada de 319,2 MW localizados nos municípios de Jandaíra, Lajes e Pedro Avelino. As previsões para o início da operação comercial são para 2022 (EDP Renováveis, 2020).

O Complexo Eólico Vale dos Ventos é o maior ativo eólico da SPIC no Brasil. Localizado no município de Mataraca, Estado da Paraíba, o complexo eólico é composto por 60 aerogeradores de 800 KW instalados em terrenos particulares, arrendados para operação, com capacidade instalada de 48 MW, distribuídos em 10 parques eólicos de 4,8 MW cada. (SPIC Brasil, 2021). Além disso, a SPIC também possui o Parque Eólico Millennium com capacidade instalada de 10 MW, assim como o anterior, localizado no município de Mataraca (SPIC Brasil, 2021).

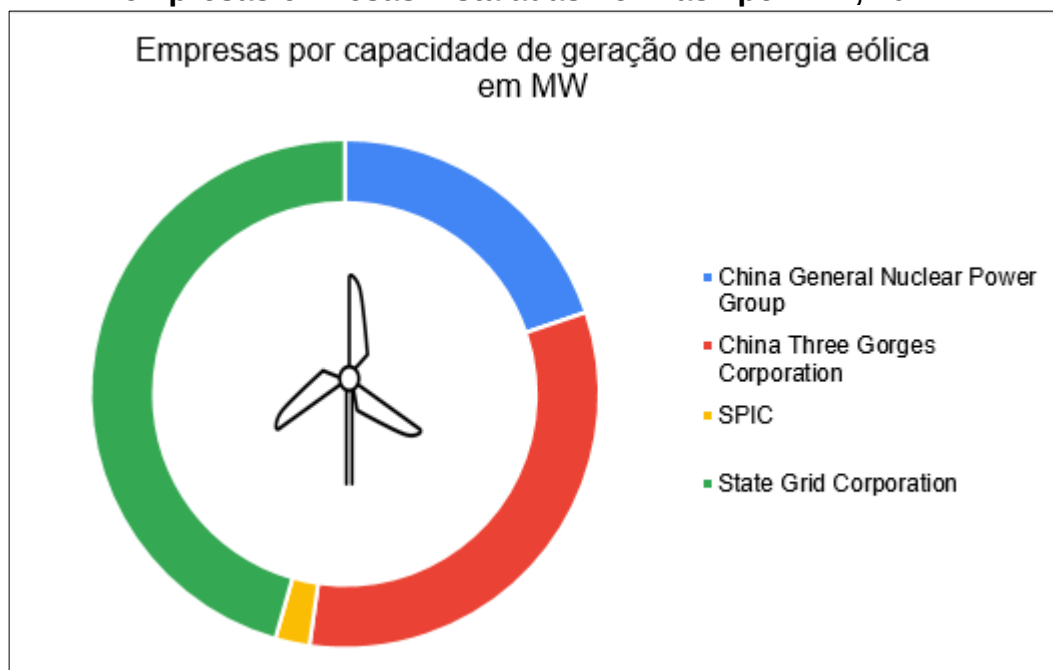
**Gráfico 11: Capacidade de geração de energia eólica das empresas chinesas por estado brasileiro, 2021.**



Fonte: vários. Elaboração própria, 2021



**Gráfico 12: Distribuição da capacidade total de geração de energia eólica das empresas chinesas instaladas no Brasil por MW, 2022.**



Fonte: vários. Elaboração própria, 2022

Os gráficos evidenciam que o investimento chinês em energia eólica não só tem crescido em termos de importância e interesse no desenvolvimento desta matriz energética pela China, como também a liderança de empresas estatais como a State Grid e a CTG em termos de concentração nos estados brasileiros e potencial de produção energética, além da atuação da CGN de forma mais distribuída e diluída entre os principais estados produtores de energia eólica. O investimento em energia solar ainda é bastante tímido, a despeito de ser uma das fontes energéticas de maior dependência chinesa em toda a sua cadeia produtiva, ainda não obteve força suficiente para alavancar o interesse chinês neste setor no Brasil.

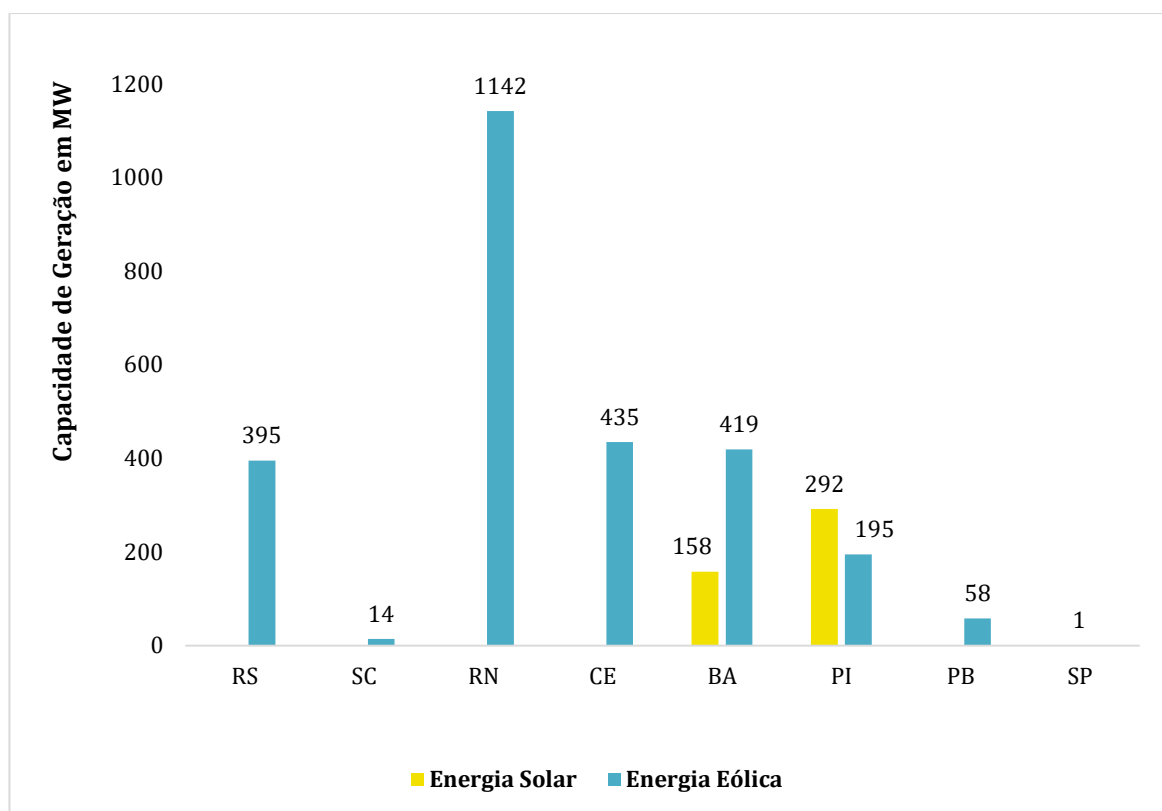
Ainda assim, a grande maioria dos parques solares no Brasil possuem componentes chineses na sua criação, destacando que este fator pode ser um dos primeiros passos para o gigante asiático começar a se sentir atraído pelo setor fotovoltaico no Brasil, garantindo o baixo desenvolvimento das indústrias nacionais de componentes da geração de energia solar fotovoltaica e amarrando ainda mais o Brasil aos seus planos de transição energética. Vale ressaltar que o custo de produção e manutenção dos componentes de geração de energia solar fotovoltaica são os mais baixos dentro das fontes de energias renováveis, o que torna também um setor bastante competitivo.

Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês), a capacidade mundial de geração de energia solar ultrapassará a capacidade eólica em todos os cenários até 2025 e alcançará a capacidade hídrica entre 2028 e 2035, dependendo também do cenário político mundial. Em 2017, por exemplo, a energia solar foi a tecnologia que mais cresceu, 27% em todo o mundo e um dos principais motivos é o baixo custo e a competitividade (IEA, 2018). Essa corrida pela energia “limpa”, que tem a China como um dos principais competidores, chega no Brasil apresentando um cenário diferente para o investimento chinês.

A capacidade de geração de energia solar dobrou no ano de 2020 no Brasil contabilizando R\$13 bilhões em investimentos, um salto em 2020 de 4,6 GW para 7,5 GW, puxada por um aumento de 2,2 GW somente da chamada geração distribuída que são os sistemas instalados em telhados, fachadas de edifícios e pequenos terrenos (O Povo, 2021). Dentro destes números, o Estado brasileiro que mais se destacou na geração de energia solar fotovoltaica tanto distribuída como centralizada, foi Minas Gerais (MG).

A entrada da China no setor de energia solar brasileiro ainda se mostra um tanto quanto tímida, se comparada com outros países, sobretudo em relação aos investimentos em energia eólica, contando com uma capacidade de geração de energia solar das empresas chinesas de 680 MW até 2019. Segundo os dados de Barbosa (2020), a contribuição chinesa na geração de energia solar no Brasil é 5% do total gerado, incluindo os projetos cujas construções ainda não foram iniciadas.

**Gráfico 13: Presença chinesa nos estados brasileiros a partir da capacidade de geração em energia eólica e energia solar**



Fonte: vários. Elaboração própria, 2021

A despeito do investimento em energia eólica ser muito maior que em energia solar, o cenário aponta maior crescimento na geração fotovoltaica (e no investimento chinês) para os próximos anos: A CTG Brasil em comunicado no site da empresa, afirma que vai investir R\$ 8 milhões em pesquisas para inovação em energia solar (CTG, 2021).

O projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) tem duração de 2 anos e a condução será compartilhada entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com implantação de uma nova usina laboratório de 50kW, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) com a avaliação dos inversores e o Instituto de Inovação em Energias Renováveis do SENAI, no Rio Grande do Norte, com a tarefa de avaliar as condições climáticas e de desempenho em cinco estações climáticas e solarimétricas no Nordeste (CTG, 2021).

Atualmente, dentre as empresas chinesas apenas CGN e State Grid possuem investimentos no setor de energia solar fotovoltaica no Brasil. A CGN possui 6

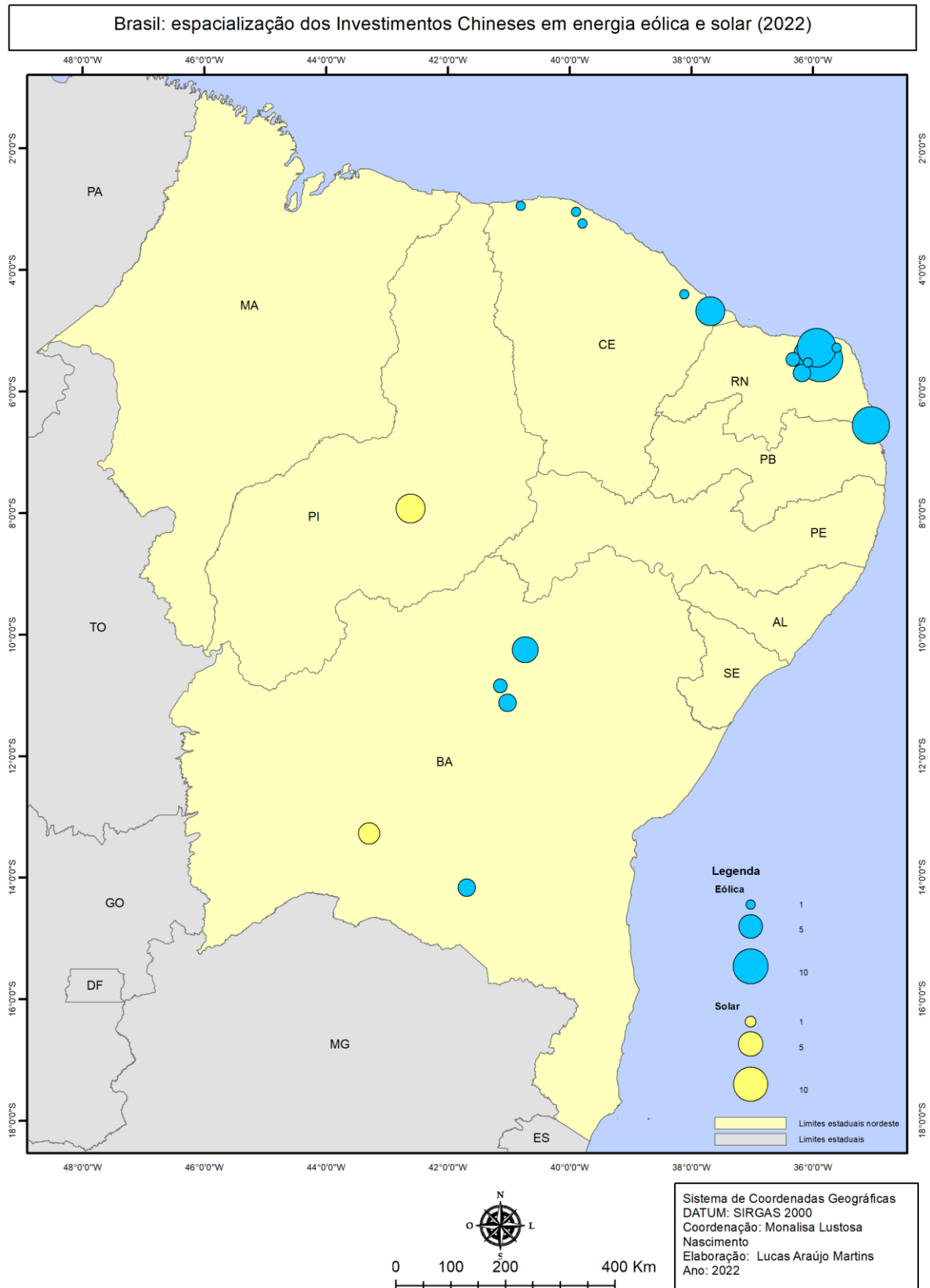
fazendas no Estado do Piauí: O parque solar Nova Olinda, localizado no município de Ribeira é, segundo a Secretaria de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis do Piauí o maior parque solar da América do Sul (PORTAL SOLAR, 2020).

Construído pela empresa italiana Enel Green Power com investimento de U\$ 300 milhões, o parque solar Nova Olinda possui 930 mil painéis solares em uma área de 690 hectares e capacidade de geração de 292 MW. Junto ao parque solar Lapa, localizado no município de Bom Jesus da Lapa no Estado da Bahia com capacidade de geração de 158 MW, foram vendidos para a CGN por R\$ 2,9 bilhões (ENEL, 2019), totalizando 540 MW de capacidade instalada (ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A, 2020) e consolidando a CGN como um dos principais players solares do Brasil (BARBOSA, 2020).

Em 2020, a EDP Renováveis anunciou a assinatura de um contrato de compra de energia de 19 anos gerada pelo parque solar Lagoa localizado no município de São José de Lagoa Tapada, no Sertão da Paraíba. Segundo Portal Solar (2020) e Governo do Estado da Paraíba (2020), o investimento inicial é de R\$ 200 milhões. O Portal Solar afirma ainda que a EDP Renováveis já fechou outros acordos com contratos privados no Brasil, como um complexo solar a ser implementado no Rio Grande do Norte e um parque solar em São Paulo (PORTAL SOLAR, 2020).

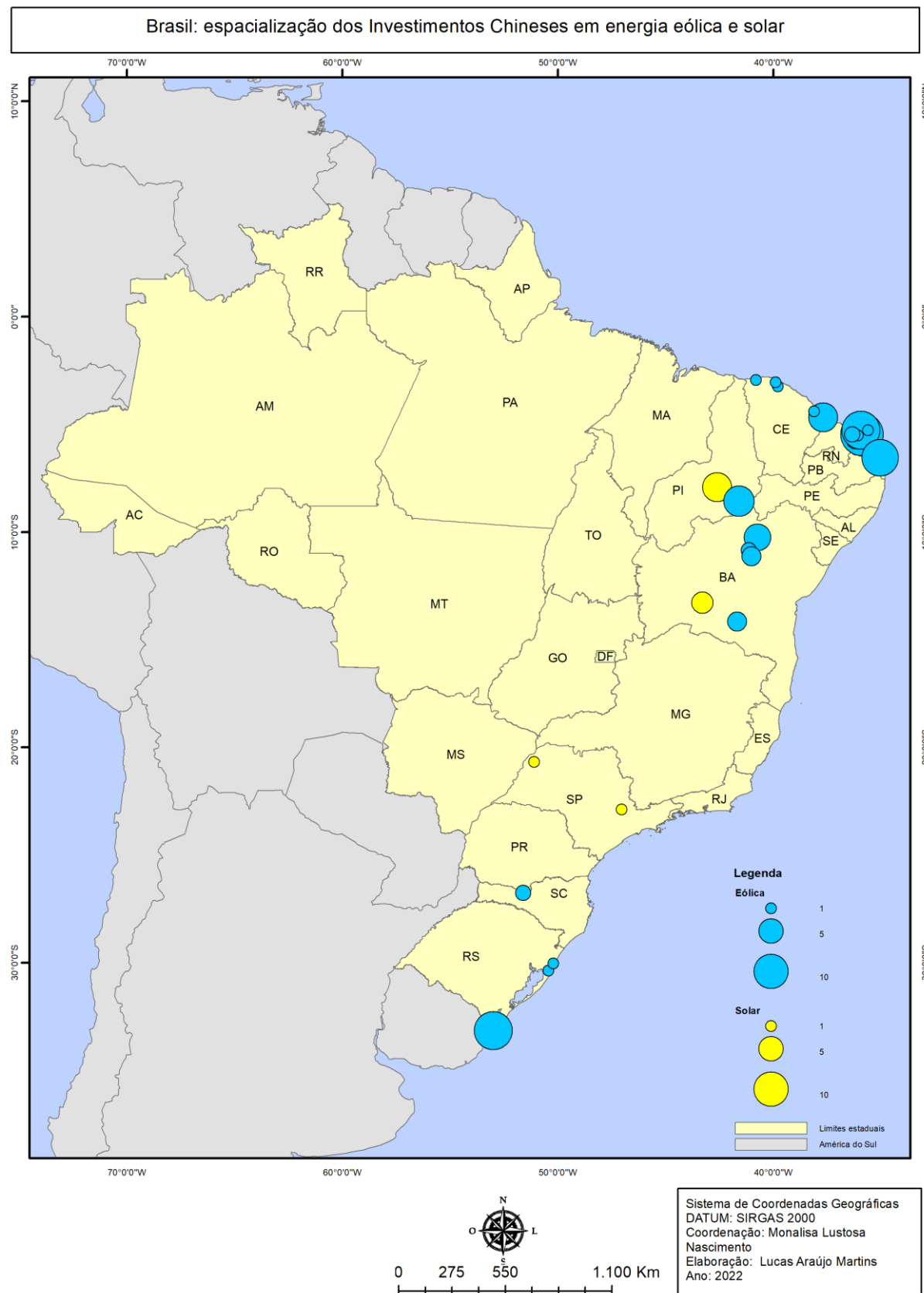
Como é possível perceber, o Nordeste figura no cenário das energias renováveis do Brasil como uma região prioritária para o desenvolvimento do setor. De acordo com a Aneel (2020) o Nordeste é a região brasileira com maior potencial de geração eólica com 91,5% da capacidade instalada, o que equivale a 25,6GW. Já o setor fotovoltaico é responsável por 56% da geração do país, ou 7,53GW, distribuídos pelos estados nordestinos (NASCIMENTO, A.M., et al. 2021).

**Mapa 2: Distribuição geográfica das plantas de usinas eólicas e solares de empresas chinesas na Região Nordeste do Brasil.**



Fonte: Aneel (2022). Coord. Monalisa Lustosa, elaboração: Lucas Martins, 2022.

**Mapa 3: Distribuição geográfica dos investimentos chineses no Brasil por tipo de energia, 2022**



Fonte: Aneel (2022). Coord. Monalisa Lustosa, elaboração: Lucas Martins, 2022.

Os mapas apresentados demonstram a concentração dos investimentos chineses na região Nordeste do Brasil de forma expressiva, mas também é possível compreender a importância que o Sul do Brasil desempenha no interesse chinês para a manutenção e crescimento da energia eólica no Brasil. A partir da espacialização dos investimentos chineses em fontes eólica e solar fotovoltaica, podemos visualizar a preferência para as regiões litorâneas, de ventos alísios potentes para a consolidação dos interesses chineses na produção de energia eólica no Brasil, ressaltando a presença da CPFL Renováveis que se territorializa representando o capital da State Grid. Já no caso dos investimentos em energia solar, as empresas chinesas escolheram regiões nos interiores como o Sudeste do Piauí e Oeste da Bahia para alavancar o setor fotovoltaico.

As expectativas para o investimento chinês no mercado da energia solar brasileira são crescentes, sobretudo num cenário em que o setor demonstra clara expansão e as estimativas apontam o crescimento da capacidade instalada 3x maior que o de 2019 (BARBOSA, 2020). Um fator que chama a atenção dentro deste panorama de investimento chinês em geração de energia solar no Brasil é que uma das maiores geradoras de energia fotovoltaica do mundo, a China Datang Corp, não possui nenhum investimento em energia solar no Brasil. Um dos pontos levantados por Barbosa (2020) e reafirmado pelas empresas que talvez justifique a ausência da gigante chinesa da energia solar é a incerteza e a fraca política nacional voltada para a geração de energia solar fotovoltaica ou falta de incentivos públicos e governamentais nos últimos anos.

Entretanto, empresas chinesas de engenharia e de fabricação de painéis fotovoltaicos, empresas de serviços, máquinas e eletricidade como por exemplo a S4 Solar, BYD e Canadian Solar foram atraídas pelo mercado da energia solar brasileiro (BARBOSA, 2020). De acordo com a ABSOLAR e Barbosa (2020), os painéis fotovoltaicos e equipamentos importados da China tiveram grande aumento nos últimos 5 anos, passando para R\$ 1 bilhão ao fim de 2019 com 99% dos painéis e equipamentos utilizados no Brasil sendo de origem chinesa.

A sino-canadense Canadian Solar ganhou em 2019 alguns projetos no Leilão A-6, dentre eles, dois projetos de energia fotovoltaica que juntos chegam a 190,5MW. A Canadian Solar deve construir o projeto Gameleira no Ceará com 152,4 MWp e o projeto Luiz Gonzaga de 38,1 MWp em Pernambuco, ambos previstos para iniciar as

operações em 2023 (PORTAL SOLAR, 2019). A empresa sino-canadense garantiu a demanda de produção dos painéis fotovoltaicos, além da projeção para expansão da fábrica de montagem de módulos fotovoltaicos, tudo isso com investimento inicial de US\$447 milhões. Vale ressaltar que no mercado brasileiro, a Canadian Solar tem como concorrente direta a também chinesa BYD (NASCIMENTO, A.M., et al. 2021).

Já a empresa Chint Electrics Co. busca o Rio Grande do Norte como local para a instalação de sua fábrica de painéis fotovoltaicos, inversores e outros componentes da produção de energia solar (NASCIMENTO, A.M., et al. 2021). Como demonstrado anteriormente, existe uma tendência ao controle de toda a cadeia de valor por parte das grandes empresas chinesas mesmo que nem todas sejam estatais ou sigam as coordenadas do Governo da China. As principais ou grandes empresas chinesas estão presentes desde os investimentos e projetos iniciais, fusões e aquisições de empresas já consolidadas, infraestrutura envolvida, prestação de serviços, maquinários e muitas vezes até a mão-de-obra especializada.

#### **2.4. Contradições da Transição Energética: Impactos do investimento chinês e a implantação de parques eólicos em Territórios Tradicionais**

O Brasil vive o modelo neoextrativista, reforçado pelos governos progressistas e aprofundado no governo Bolsonaro. O avanço da exploração mineira, petroleira ou monocultivos destinados à exportação e alimentação de cadeias globais de commodities, agudizam a fragmentação territorial e a desterritorialização nos espaços onde o Estado não se faz presente ou se materializa de forma inadequada. Estas tensões agravam questões como a propriedade a partir da transnacionalização dos setores extrativos, reduzindo o papel do Estado e das empresas estatais nos setores estratégicos brasileiros. (GUDYNAS, 2011)

No caso da entrada chinesa no setor elétrico e energético do Brasil, chama atenção ao *modus operandi* das empresas chinesas: operações brownfield, as fusões e aquisições, são realizadas de forma massiva em comparação aos projetos greenfield, evidenciando não só a baixa percepção chinesa dos territórios brasileiros, mas sobretudo, a estratégia de adquirir projetos já em operação, contornando os momentos mais conflituos do processo descritos por Diana Aguiar (2017) como

As ameaças sentidas pelos sujeitos nos territórios já nos anúncios do



investimento, passando pelos conflitos durante os estudos de viabilidade e de licenciamento ambiental, até o período das obras quando se intensificam as espoliações vividas pelas comunidades locais (AGUIAR, 2017, pag. 69).

Essas descrições se aplicam nas aquisições chinesas de hidrelétricas brasileiras que já apresentaram históricos de conflitos socioterritoriais e ambientais, como Belo Monte e São Luís do Tapajós.

Com a corrida pela energia limpa e as oportunidades de expansão de um mercado que atende aos objetivos de mitigação das mudanças climáticas, a China vê no setor energético brasileiro mais uma porta de entrada para aprofundar os laços geopolíticos com o país (CABRÉ; GALLAGHER; LI, 2018) buscando explorar o potencial de energias renováveis e a firmação de compromissos de longo prazo, reafirmando a participação decisiva da China na expansão e no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro (BARBOSA, 2019, DIALOGO CHINO, 2019).

Segundo a Bloomberg NEF (2020), o Brasil ocupa o 3º lugar no ranking de países mais atraentes para o investimento estrangeiro em energias renováveis, sendo também o maior mercado de energia da América Latina. Em relatório, o CLIMATESCOPE 2020 da Bloomberg NEF, destaca para os futuros investidores, o perfil brasileiro de abundantes recursos naturais e políticas favoráveis, dependente da matriz de energia hidrelétrica que até 2019 correspondia a 64% da geração do país, e a necessidade de diversificar o setor energético (CLIMATESCOPE, 2020).

Com um setor de geração e distribuição abertos aos mercados privados estrangeiros e apresentando pouca concentração, ressalta-se a grande variedade de atuação de atores internacionais, com promessas de novos leilões entre os anos 2021 e 2022 (CLIMATESCOPE 2020). A produção de energia “limpa” brasileira está em 64% sob investimento estrangeiro, com ênfase na participação destes investimentos em energia eólica que representa 58% dos financiamentos entre 2010 e 2019 e a energia solar que desponta com 9% dos investimentos no mesmo intervalo de tempo (CLIMATESCOPE 2020).

A promessa brasileira vem do sol. Por anos a energia solar foi tratada como secundária e até extravagante pelo governo brasileiro. O Brasil aparece na corrida pela energia renovável com 15 anos de atraso para o setor fotovoltaico (ROCHA, 2018). Na contramão do resto do mundo, os parlamentares brasileiros buscavam a ampliação da taxa para energia solar. Agora o contexto é de alta no

desenvolvimento do potencial solar, com empresas estrangeiras dominando os projetos maiores de energia fotovoltaica (ROCHA, 2018).

Em 2021, a Frente Parlamentar de Energia Renovável propôs medidas de ampliação da relevância das fontes renováveis. Com propostas de impulsionar o mercado nacional, a Frente ingressou no legislativo com o apoio da gigante chinesa BYD. No Congresso Nacional entrou em discussão no final de 2020 e seguiu sendo discutida em 2021, a PL 5829/19 que estabelece o Marco Legal da Geração Distribuída, movimentando o setor elétrico, deputados e sociedade civil (ARAÚJO, 2021). O Marco da Geração Distribuída enfrentou a principal falta de consenso entre os deputados e os setores do mercado: quem paga a conta da geração distribuída (EPBR, 2021).

A influência chinesa no Marco Legal da Geração Distribuída mostra que a transição energética brasileira está em pleno processo e conta com grande influência chinesa nos setores do mercado (empresas de serviços, infraestrutura, equipamentos e maquinários, investidores e donas de projetos de pesquisa e desenvolvimento) e também no **setor político**.

Entretanto, a transição energética não é para todos. As contradições da corrida pela energia limpa brotam a cada novo projeto de parque eólico nos territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e áreas de preservação permanente, evidenciando as disputas não só pela concepção de desenvolvimento “sustentável” como as disputas no campo das ideias a cada nova publicação acadêmica, institucional, ou político-midiática sobre o avanço dos empreendimentos de energias renováveis.

Em primeiro lugar é preciso observar a disputa pela narrativa e como ela se faz crucial para determinar os caminhos da opinião pública e a intensidade da distorção do conceito de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento”. Autores mais focados no mapeamento dos investimentos externos como forma de oportunidade de desenvolvimento econômico, orientados a observar o movimento global e a dinâmica das relações internacionais, bilaterais e geopolíticas como Cariello (2022) que representa a CEBC, uma organização oficial criada a partir de acordo bilateral entre Brasil e China para a promoção comercial entre os países, e Nascimento A. M et al (2021) apresentados aqui, não se debruçam a avaliar os conflitos territoriais oriundos desses novos projetos implementados em territórios geralmente pertencentes a

comunidades tradicionais, pelo contrário, ressaltam como uma janela de oportunidade para o investimento chinês e a cooperação energética, já que o mercado brasileiro tornou-se promissor aos ativos de empresas chinesas no setor energético (NASCIMENTO, et al, 2021).

Autores locais, como Gorayeb et al (2019) e Lima (2022), pesquisadores nos espaços de conflito onde se territorializam mega projetos de parques eólicos, são capazes de enxergar o local e realizar leituras do campo e do espaço onde se debruçam as principais contradições, produzindo assim um material teórico-metodológico diferente, e certamente, mais completo.

Ao utilizar o conceito de Geografia das Energias, Gorayeb et al (2019) no livro ***Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil*** abrem discussões sobre as relações entre os sistemas energéticos, as tecnologias e a sociedade interligando a Geografia Humana e a Geografia Física. Não só preocupados em abordar o gerenciamento dos recursos naturais desde uma perspectiva econômica, mas também as relações sociais e os processos político-econômicos-sociais derivados da exploração dos recursos energéticos.

A implantação de parques eólicos no Ceará por exemplo, passa por diversas contradições profundas. Uma realidade que evidencia cada vez mais impactos ambientais e conflitos territoriais de grandes empresas do setor, contra povos tradicionais do litoral cearense, além da degradação dos seus meios de subsistência, o que contradiz em muito, o discurso de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento” emplacados pelo governo local e empresas do setor.

O Ceará está na vanguarda da implementação de parques eólicos no Brasil, os primeiros projetos visavam o desenvolvimento do setor eólico como uma alternativa de geração complementar nos períodos de seca. Os primeiros projetos foram elaborados a partir de estudos técnicos que difundiram a ideia de que o território cearense possui vocação geográfica natural para a geração da energia eólica por sua característica climática semiárida ao longo dos 573km de costa, que propicia a constância dos ventos durante quase o ano inteiro (GORAYEB; BRANNSTROM, 2019, p. 30).

Entretanto, ainda segundo os autores, apenas a velocidade dos ventos não devem ser o critério único para a territorialização dos parques eólicos, tendo em vista

que precisa, ou ao menos deveria precisar, ser considerada a discussão sobre os benefícios gerados no local como um critério na tomada de decisão, ou caímos no conflito sobre o desenvolvimento das eólicas tornarem-se apenas mas um “perigo tecnológico” (GORAYEB; BRANNSTROM, 2019).

Outra disputa de narrativa travada neste processo, é sobre o desenvolvimento através da geração de empregos. De acordo com o relatório da CEBC sobre os investimentos chineses no Brasil, Cariello (2022), traz uma estimativa de 34 mil empregos gerados ao longo de 17 anos, (2003-2020), somente em projetos greenfield, além da manutenção de 104 mil postos de trabalho mantidos nos projetos de fusões e aquisições chinesas no Brasil. Sem especificar a metodologia de avaliação da geração de emprego, localização dos postos de trabalho, qualificação da mão de obra, regimes de contratações, qualidade dos postos de trabalho e outras questões importantes, o relatório torna-se uma ferramenta de promoção de uma narrativa que dificilmente é materializada nos territórios. Para Nascimento et al (2021) a geração de empregos oriundas de investimentos estrangeiros diretos no setor fotovoltaico foi benéfico para o Brasil, pois foi capaz de gerar cerca de 130 mil empregos de 2012 à 2019.

No artigo *Entre Expropriações e Resistências: Mapas das desigualdades ambientais na zona costeira do Ceará, Brasil*, Araújo e Meireles (2019), realizaram um minucioso trabalho de pesquisa, com entrevistas em território onde foi implantado um parque eólico:

Ainda sobre a fase de instalação, é importante destacar a argumentação da geração de empregos, que é uma das justificativas que mais tem sido utilizada pelas empresas para legitimar seus projetos. De fato, há, na fase de instalação, a oferta de aproximadamente 1.000 vagas para funcionários terceirizados na construção civil. Esses postos de trabalho, no entanto, são temporários, com duração de aproximadamente seis meses e, na fase da operação, o número é muito menor. Alguns parques possuem apenas dez funcionários, exercendo as atividades de manutenção e vigilância, por exemplo (ARAÚJO; MEIRELES, 2019, p. 73).

Além da quantidade de empregos gerados, Araújo e Meireles (2019) avaliam a qualidade desses empregos, enfatizando queixas às péssimas condições de trabalho, e ainda a violação de direitos trabalhistas. Para entender melhor a vida dos empregados nos parques eólicos, os autores realizaram entrevistas que expuseram

sofrimentos, humilhações, sobrecarga de trabalho e exploração de povos locais.

Em estudo sobre as políticas de implantação de energia eólica no Ceará, Loureiro (2019), aponta uma questão tratada ou denunciada em quase todos os artigos que compõe o livro (GORAYEB, et al, 2019): os processos para implantação dos parques geralmente ocorrem a partir de acordos políticos e estratégicos entre as elites locais que muitas vezes utilizam da ilegalidade para a apropriação e privatização dos territórios como a grilagem de terras, consultorias falsificadas ou tendenciosas e planos de instalação que criam territórios “desocupados”.

As elites locais e regionais participam ativamente da acumulação do capital via espoliação, enquanto os povos dos territórios em disputa buscam manter a sobrevivência e a permanência nos territórios. O maior consenso dos pesquisadores destes territórios em disputa, é a relação entre a insegurança fundiária dos povos de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas frente os modos de exploração da energia eólica promovido por empresas transnacionais e Estado, que renega seus direitos à posse da terra e a cidadania.

Sendo assim, a negação dos territórios tradicionais, a negação da localização geográfica das comunidades habitantes dos territórios alvos de especulação, são comumente traduzidas a partir dos documentos e mapas apresentados pelas empresas, como no caso da implantação de parques eólicos, o documento mais importante, RAS requerido para o licenciamento ambiental do parque eólico.

O RAS, Relatório Ambiental Simplificado, já é uma contradição por si mesmo em relação ao discurso de desenvolvimento sustentável. No Estado do Ceará, o RAS foi requerido através de uma política de governo, buscando simplificar os estudos de impactos ambientais. Em julho de 2018, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Ceará (COEMA), num entendimento entre Governo do Estado e Industrias, aprovou a simplificação de licenciamento ambiental nos casos de empreendimentos eólicos (GORAYEB, et al, 2019). Assim, um licenciamento ambiental simplificado para a autorização de empreendimentos energéticos entendidos como de pouco impacto ambiental, foi essencial para a viabilização de muitos dos parques eólicos instalados próximos ou dentro de comunidades tradicionais.

Além da facilitação via RAS para a implementação dos parques eólicos, o modelo de exploração é veiculado sem diálogo com as comunidades tradicionais dos

territórios. Gorayeb e Brannstrom (2019), falam sobre a escassez de informações sobre os empreendimentos em convergência com a falta de informação dos moradores das comunidades sobre seus direitos e sobre o arrendamento da terra. “Não existe consulta prévia ou qualquer tipo de orientação ou assessoria à população” (GORAYEB; BRANNSTROM, 2019, p. 34).

Os empreendimentos são implementados com uma promessa de desenvolvimento sustentável via utilização dos territórios para diversos fins econômicos, podendo ainda como afirma no relatório publicado pela ABEEOLICA (2022) coexistir com outras atividades:

A energia eólica ocupa pouca terra, permitindo que se continue com criação de animais ou plantações. Considerando o espaço destinado para um parque eólico, as turbinas ocupam cerca de 8% da área, podendo esse valor ser ainda menor, chegando a cerca de 6%. Além dos benefícios mencionados ao longo deste documento, nos vários indicadores, a fonte eólica tem um importante impacto positivo nas comunidades onde chega devido à realização de projetos sociais, culturais, de saúde e ambientais para desenvolvimento da população local (ABEEOLICA, 2022, p.11).

No documento publicado pela ABEEÓLICA (2022) não há especificação de quais municípios receberam tais benefícios, nem do período em que se tratam estas avaliações. Muito menos sobre quais comunidades foram beneficiadas com a implantação dos parques eólicos. Entretanto, uma coisa chama atenção, o discurso de acesso à água e ao desenvolvimento via implementação dos parques eólicos, como uma forma de compensação ou mitigação de prováveis impactos ambientais:

São exemplos de projetos realizados pelas empresas (associadas a ABEEÓLICA), entre outros: Ações que promovem segurança hídrica, viabilizando o acesso à água para produção e consumo humano, chegando até populações que vivem isoladas [...] Fortalecimento e ampliação das cadeias produtivas locais, como de coco, mandioca, milho, feijão, mel, leite, entre outros, com o objetivo de melhorar a renda da população e promover o desenvolvimento sustentável (ABEEÓLICA, 2022, p. 11).

Os dados que traz o Boletim Anual 2021 da Associação Brasileira de Energia Eólica (2022) conflitam diretamente com o que pesquisadores dos territórios atingidos

pelos mega projetos Adryane Gorayeb e Christian Brannstrom (2019), trazem no artigo *Diretrizes para o planejamento socialmente justo com vistas à implantação de parques eólicos no Brasil*, sobretudo a partir da situação de povos tradicionais do litoral do Ceará:

Apesar de declarem que os parques de energia eólica podem coexistir com diversas atividades econômicas como pecuária e agricultura, e que os proprietários da terra não são desalojados, ao contrário, eles permanecem em suas moradias e podem aumentar a renda adquiridos com o pagamento de royalties e aluguéis, percebe-se que isto ocorre somente onde existe segurança da posse da terra e estabilidade jurídica da propriedade, fato que não existe com as comunidades tradicionais do litoral do Ceará, que vivem como “posseiros de boa-fé” em seus territórios e não possuem garantias legais de permanência (GORAYEB; BRANNSTROM, 2019, p. 34).

O que se observa a partir das pesquisas de Araújo e Meireles (2019) é na verdade o cercamento das áreas de parques eólicos, impedindo inclusive o acesso às praias, sendo obrigado aos moradores adotarem como saída, outros trajetos para ter acesso ao que antes levariam horas a menos no percurso. É o que o moradores chamam de “privatização de seus territórios” (p.72), pois, comumente se utilizam segurança armada, torres de vigilância, instalações de cercas e portões nos espaços que outrora pertenciam ao uso comum dos povos locais.

Já com relação à segurança hídrica, destacada no Boletim Anual da ABEEOLICA, Araújo e Meireles (2019), trouxeram um escopo rico de informações sobre os implicações territoriais das implantações de parques eólicos na zona costeira do Ceará, documentando que um destes impactos é justamente a insegurança hídrica gerada a partir das alterações da dinâmica hidrostática, diminuindo assim, a disponibilidade de água doce:

Para compreender as implicações dessas atividades, é importante destacar, inicialmente, a influência decorrente da localização dos projetos. Como já mencionado, praticamente todos os parques em operação no Estado (do Ceará) estão localizados na zona costeira, precisamente nos geossistemas planície costeira e tabuleiro pré-litorâneo, em sua maior parte, parcial ou totalmente, inseridos em áreas de preservação permanente (APP), abrangendo o campo de dunas fixas e móveis, planície de aspersão eólica e lagoas interdunares sazonais [...] Os principais riscos estão associados ao

crescimento da erosão costeira; alteração na dinâmica hidrostática e disponibilidade de água doce; contaminação da água armazenada no aquífero dunar; extinção do campo de dunas e danos a fauna e flora. Alguns desses riscos já são percebidos nos territórios e foram constatados mediante as observações realizadas na pesquisa de campo e por via de relatos dos moradores. Dentre as funções ecológicas alteradas, a disponibilidade de água doce no lençol freático constitui uma das principais preocupações das populações locais. De acordo com moradores, mesmo em períodos de estiagem prolongada no Estado, o nível da água disponível para consumo humano nunca esteve tão abaixo da média como nos últimos anos. De acordo com uma moradora do Município de Amontada, existe a suspeita de que esse processo esteja sendo agravado com os parques que foram instalados na região (ARAUJO; MEIRELES, 2019, p. 69).

A noção de desenvolvimento sustentável é portanto, uma disputa ativa e longe de ser resolvida, pois, como mostrado aqui, as narrativas traçadas pelos representantes do capital (empresas, instituições, e Estado), destoam enormemente do que é encontrado nos territórios a partir da interpretação, pesquisa e avaliação dos pesquisadores e comunidades locais. O Desenvolvimento é um conceito-território em disputa que será trabalhado no segundo capítulo.

Para Gorayeb, et al (2019), a lógica do Estado é a de pactuar com as corporações transnacionais invisibilizando os povos locais e determinados grupos sociais através da percepção absorvida e difundida pelo Estado de território enquanto espaço “vazio”, “despovoado” e assim, disponível para as intervenções econômicas e grandes projetos. O cenário de insegurança fundiária em que se encontram os povos atingidos pelos grandes projetos eólicos, é agudizado mediante às ameaças de expulsões, corrupção nos setores do executivo, e a política de tornar “invisíveis” as pessoas que habitam territórios que estão na rota do “desenvolvimento sustentável” e geralmente são consideradas pelo capitalismo como povos e modos de vida obsoletos e ultrapassados.

Encontramos então a contradição da sustentabilidade, que promove a narrativa de desenvolvimento, enquanto gera acumulação por espoliação, expulsão, desterritorialização e degradação dos modos de vida e reprodução de povos tradicionais. A disputa também é pelo conceito de Desenvolvimento, já que este é o conceito-chave da conflitualidade entre os modos de ocupação do território onde se



fincam parques eólicos.

Entretanto, a correlação de forças entre os antagônicos é assimétrica. Os conflitos evidenciam apenas a sobreposição de poderes sobre o espaço, em que quase sempre as empresas conseguem desestruturar e inviabilizar as práticas dos povos locais (ARAÚJO; MEIRELES, 2019). Assim, como aponta Harvey (2004), o capitalismo neoliberal apropria-se dos benefícios e socializa os malefícios, sendo neste caso, a desigualdade ambiental causadora da distribuição desigual dos males advindos dos projetos de parques eólicos.

O capital, em seu processo de expansão geográfica e deslocamento temporal que resolve as crises de sobreacumulação às quais está inclinado, cria necessariamente uma paisagem física à sua própria imagem e semelhança em um momento, para depois destruí-lo. Esta é a história da destruição criativa (com todas as suas consequências sociais e ambientais negativas) inscrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo (HARVEY, 2004, p.99).

Numa releitura da Acumulação Primitiva de Marx, Harvey aponta que ao contrário do que se afirmava Marx e Luxemburgo, a acumulação pela “depredação, fraude e violência” não são etapas originárias, ou exteriores ao sistema capitalista. São permanentes e persistem em práticas “depredatórias da acumulação primitiva ao longo da geografia histórica de acumulação do capital”, assim prefere chamar de acumulação por espoliação, destacando a acumulação nestas características como um processo em curso (HARVEY, 2004, p. 109). Para Harvey, todos os traços descritos por Marx “têm estado claramente presentes na geografia histórica do capitalismo”, destacando o papel do Estado, que por Marx foi tratado como um “facilitador” do produtor capitalista, e que na história recente (da década de 70 em diante), através do seu papel de “estado desenvolvimentista”, como traz Harvey (2004), continua sendo o pavimentador da acumulação por espoliação:

Também surgiram mecanismos completamente novos de acumulação por espoliação. A recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer coisa menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultado da total transformação da natureza em mercadoria. O estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos. A

transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente públicos para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do “cercamento dos bens comuns”. Como no passado, o poder do estado é usado frequentemente para forçar estes processos, inclusive contra a vontade popular (HARVEY, 2004, p. 110).

A questão agrária, desenhada pela insegurança fundiária, espoliação, entrada do capital financeiro internacional e privatização de recursos naturais, torna-se central na discussão sobre as conflitualidades presentes na implantação de projetos eólicos, a resistência dos povos tradicionais, e a desterritorialização envolvida no chamado desenvolvimento sustentável, difundido pelo Estado.

O que está em disputa neste caso, são as formas de uso e de apropriação do território e das tecnologias, material e simbolicamente, envolvendo de um lado povos das águas, pescadores, camponeses, trabalhadores de turismo de base comunitária, o acesso a água doce e lagoas interdunares, a disputa pela paisagem e a preservação desta, e de outro, a especulação imobiliária, grilagem de terras, apropriação e desterritorialização, a transformação do uso do território e dos recursos naturais e a implantação de mega projetos que transformam profundamente as relações socioterritoriais, a paisagem e os meios de subsistência dos povos locais (ARAUJO; MEIRELES, 2019).

A dinâmica de desenvolvimento das fontes energéticas renováveis, sobretudo a fonte eólica, obedece então um padrão de acumulação já bastante discutido e debatido nas análises sobre a questão agrária: A apropriação e controle de terras pelo capital financeiro impulsionou no Brasil a constante expansão do agronegócio para fins de produção de commodities, especulação imobiliária e financeirização da agricultura. Assim, a questão agrária nascida da contradição estrutural do capitalismo, diz respeito, sobretudo, as consequências de uma estrutura capitalista que gera concentração de riquezas e aumenta a pobreza e a miséria na mesma intensidade (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

O paradigma do capitalismo agrário constrói um modelo de desenvolvimento territorial e a superação das desigualdades baseado na integração ou metamorfose do campesinato aos mercados enfatizando um modelo de agricultura capitalista. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014). À luz do paradigma do capitalismo agrário entende-se a financeirização da agricultura e seu modelo de desenvolvimento

territorial e econômico, que utiliza a mesma dinâmica para a transição energética corporativa, baseada no controle territorial, na implantação de mega projetos e a modificação das formas de produção das comunidades tradicionais que vivem da pesca, da agricultura de subsistência e do turismo de base comunitária.

Em contrapartida, o paradigma da questão agrária parte das lutas de classes para analisar as disputas territoriais e suas conflitualidades, construindo modelos de desenvolvimento baseados na autonomia dos camponeses e povos tradicionais, entendendo que a perspectiva de construção de um mundo diferente (do que é desenhado pelo capitalismo agrário) parte da luta contra o capitalismo e sua estrutura contraditória (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014). À luz do paradigma da questão agrária também pode-se entender as lutas das comunidades, suas contradições e conflitualidades, seus desafios, suas concepções de mundo baseadas em modelos de desenvolvimento que prezam a autonomia dos povos do campo, povos das águas, povos tradicionais e sua luta por soberania alimentar.

Nem todos os projetos de geração de energia eólica produzem desterritorialização como no caso dos empreendimentos eólicos do Estado do Ceará. As contradições que afloram dos usos dessas novas tecnologias são diversas e se materializam nos territórios de formas igualmente diversificadas. Há casos em que a vida de pessoas do campo saltou para melhores condições devido ao arrendamento de suas terras e o pagamento de royalties. Há casos em que a única opção foi o abandono e a fuga das próprias terras. Há casos em que os contratos retiram de gerações o direito de uso da terra. Há casos em que se perde o acesso à água, ao mar, à pesca, a estrada e até ao cemitério comunitário. Há também a criação dos chamados “territórios do medo” (GORAYEB, et al, 2019).

Entre casos e casos, este trabalho ressalta que o investimento chinês não é precursor das conflitualidades oriundas do desenvolvimento das energias renováveis no Brasil. É participante ativo, mas sua peculiaridade é justamente se territorializar quando os conflitos já foram postos e aparentemente “resolvidos”, chegando após a implantação dos parques através das fusões e aquisições na maior parte dos casos aqui expostos. Ao longo do próximo capítulo, debruçaremos a avaliação *in loco* destes conflitos territoriais oriundos da implementação dos parques eólicos e o processo de resistência de comunidades tradicionais afetadas.

Para tal, uma pesquisa de campo na zona oeste do litoral cearense fez-se

necessária para entender as dinâmicas do processo de implementação de parques eólicos na zona costeira, das conflitualidades, das espoliações, desterritorializações e por fim, as resistências, ponto ainda não discutido neste capítulo.

Por fim, a participação estrangeira no desenvolvimento deste setor, que é grande e decisiva, não só da China como de países ocidentais, revela também a face dependente que o Brasil tem, em termos geopolíticos e tecnológicos, para o desenvolvimento de sua matriz energética de fonte renovável, mas sobretudo, como mostram como o desenvolvimento sustentável é na verdade mais uma ferramenta da acumulação por espoliação alastrando-se em muitos territórios nordestinos.

### 3. Resistências e resiliências às eólicas: Estudo de caso em Barra das Moitas e em Morro dos Patos, comunidades tradicionais do litoral oeste do Ceará.

*Ó Senhora, ó mãe dos navegantes  
Viajando no mar de tempestades  
Te chamamos, invocamos, suplicamos  
No abrigo deste altar ó mãe procura  
Luminoso farol dos viajantes.  
A barquinha na vida deste mar  
Ilumina que somos navegantes  
Na procura de seu eterno lar.  
- Oração à Nossa Senhora dos Navegantes.*

*Assim as senhoras rezavam o terço. Os homens com os rostos franzidos dos anos de sol e sal do mar acompanhavam o coro da novena à Nossa Senhora dos Navegantes. A pele de todos é avermelhada, negra, bronzeada. O calor na beira da praia se mistura com as luzes fraquinhas, quentes, brilhando na pele dos idosos. Misturados, são filhos de negros e indígenas Tremembé que tem no litoral oeste do Ceará, o seu território de esperança. Hoje com 80 anos, Seu Neri já tinha nascido naquela terra. Todos são muito sérios, desconfiados, cabisbaixos. O sentimento de medo é quase palpável no ar. Não existem palavras que possam descrever o fim de tarde quando cheguei à Morro dos Patos. A estrada de barro vermelho, as janelinhas coloridas e entreabertas nos alpendres onde se estendiam redes de tucum. As pessoas evitando falar ou fazer contato visual. Os velhos olhavam de canto, atravessados, eu segurava um diário na mão.*

*A novena recomeçou mais alto, o barulho ao fundo lembrava um avião que nunca pousa, um helicóptero que ao longe nunca se move, lembravam as ondas do mar quebrando furiosas, um mar bravo que nunca descansa. As vezes esquecíamos. O cérebro acostumava com o som do fundo, para alguns minutos depois se dar conta da sua existência e recomeçar tudo de novo. Muitas vezes causava confusão na mente. Cansaço. Não conseguia pensar direito com aquele barulho constante, não muito alto, mas sempre presente.*

*As torres eólicas cercam todo o vilarejo, da praia ao fundo dos campos. Não há caminho que se olhe e não se veja uma torre gigante, girando, girando, girando incessantemente como um lembrete que o futuro já chegou ali. No breu da noite, as luzes das torres eólicas piscavam vermelhas, como se todo o vilarejo estivesse*

*cercado de faróis gigantes que piscavam durante toda a noite um sinal de alerta, de ameaça. Pela primeira vez eu senti o sentimento deles. De medo. De desconfiança. Quando fechei os olhos pra dormir, não conseguia. Ainda ouvia ao longe o som eterno do vento guiado pelas torres, vum, vum, vum ... cochilava. O som entrava nos meus sonhos e eu podia ouvi-lo mesmo enquanto sonhava. Acordava no meio da noite, vum, vum, vum... que gente é essa que consegue viver assim?*

Diário de Campo, Morro dos Patos, 18 de Agosto de 2022.

**Figura 1: Fim de tarde em Morro dos Patos**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

A Territorialização dos Ventos é uma das novas fronteiras de acumulação do capital. Rompendo com o agrocentrismo no processo de *acaparamiento* e controle de terras, a territorialização de mega complexos eólicos no Nordeste do Brasil, não só reorganiza hierarquicamente o espaço nordestino enquanto reserva de energia, como aprofunda as dinâmicas de estrangeirização do território, apropriação dos recursos naturais pelo capital transnacional, acentua as conflitualidades no território e deixa nu o conceito de desenvolvimento, sobretudo, o que se diz sustentável.

Desenvolvimento enquanto palavra-chave desta pesquisa é discutido por sua promoção da acumulação por espoliação e desterritorialização de povos tradicionais e originários do Nordeste e mais especificamente do litoral cearense, alvos primeiros da disputa territorial contra a implantação de complexos eólicos em territórios tradicionais.

A nova forma de apropriação dos recursos naturais é desenhada nesta pesquisa enquanto a alternativa que o capitalismo desenvolveu para resolver suas próprias crises, o que demonstra também que a transição energética e o desenvolvimento territorial é essencialmente corporativo e neoextrativista. A disputa pelo conceito de desenvolvimento territorial é traçada a partir da resistência e das ciências tradicionais e ancestrais dos povos que tem no Bem Viver, as bases de um desenvolvimento territorial pensado desde *abajo* pelos povos tradicionais do litoral cearense que entendem o mar como seu território tradicional e suas diferentes formas de resistência, proteção do território e da territorialidade.

Assim, vale dizer, o controle do território ou *acaparamiento*, se faz presente na territorialização dos ventos, não só pelo capital transnacional através da estrangeirização, mas em todas as nuances da utilização da privatização dos ventos enquanto novas alternativas de acumulação do capital, sobretudo via espoliação (HARVEY, 2004), assim como aponta Pereira (2021) para relatório do Land Matrix:

Ademais, o gama de agentes involucrados no *acaparamiento* é ampla, abrangendo corporações transnacionais, fundos de investimento, empresas e agentes nacionais, Estados, instituições multilaterais e, até mesmo, a população local. Desta forma, *acaparamiento* não envolve necessariamente a estrangeirização da terra, embora esta última se faça presente com frequência. Neste sentido, o entendimento é a apropriação privada dos ventos como uma face do *acaparamiento* do território, no qual o vento, objeto de trabalho preexistente (Marx, 1970) é apropriado por agentes capitalistas

através da apropriação da terra e transformado em lucro (PEREIRA, 2021, p.8).

Em Espaços de Esperança, Harvey (2000) aponta os princípios formadores da utopia capitalista enquanto utopia de um processo, que por sua vez é formadora do espaço. Entretanto, esta utopia do sucesso do modo capitalista de organização e produção de um mundo à sua imagem, mostrou-se um verdadeiro pesadelo, posto que esta utopia é a principal idealizadora de um desenvolvimento geográfico desigual. Retomando Marx em O Capital, Harvey (2000) aponta que o capitalismo de Smith, ou seja, o capitalismo que se baseia no livre mercado e desregulação deste, só poderia existir sugando as “fonte originais de riqueza – o solo e o trabalhador” (Marx, 2013, pag. 472)

O que torna a destruição e a degradação da relação com a natureza, tão importantes quanto a desvalorização e a depreciação do trabalhador. Além disso [...] à medida que se acumula o capital, piora por via de consequência a situação do trabalhador, seja ela mais ou menos razoável [...] A acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo, portanto, acumulação de miséria, dos tormentos do trabalho, da escravidão, da ignorância, do embrutecimento e da degradação moral no pólo oposto (MARX, 2013, pag. 472)

O neoliberalismo moldado posteriormente como ideologia dominante, com a promessa de desenvolvimento via “globalização”, acentuou práticas neocoloniais de dominação, de exploração de nações e recursos naturais, além de varrer dos países subdesenvolvidos, os obstáculos ao desenvolvimento dos países mais ricos.

Tudo isso, veiculado através do processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996) e financeirização da vida (decorrente das crises mais tarde postas ao mundo, como alimentar, financeira, energética e climática) e o acirramento das transformações do Sul Global num verdadeiro campo de exploração pelas grandes corporações transnacionais que representam a utopia capitalista do livre mercado. As consequências se manifestaram e ainda se manifestam pelas constantes crises capitalistas, possíveis de identificar na esfera climática e ambiental dos dias atuais.

Harvey (2000) fala sobre o utopismo capitalista e de como ele cria uma paisagem geográfica à sua imagem quando analisava estes efeitos em Baltimore



(EUA), que somente comprova o fracasso do desenvolvimento neoliberal para os povos e territórios, ou antes, o sucesso da opressão e acirramento da luta de classes:

Assim, qual o motivo de haver resultados tão trágicos de um processo supostamente tão benevolente? A resposta reside, em termos amplos, no que sucede quando o utopismo do processo desce geograficamente à terra. Porque toda materialização do utopismo do livre mercado requer que o processo assente raízes em algum lugar, que ele produza para si algumas espécies de espaços no qual possa funcionar [...] As formas pelas quais o capital constrói uma paisagem geográfica à sua própria imagem, num dado momento do tempo, simplesmente para ter de destruí-la adiante a fim de acomodar sua própria dinâmica de interminável acumulação do capital, amplas mudanças tecnológicas e implacáveis formas de luta de classes. A história da destruição criativa e do desenvolvimento geográfico desigual na era burguesa é simplesmente de estarecer. A acumulação do capital fundada no livre mercado, em sua incidência sobre um variegado terreno geográfico de dotações de recursos, histórias culturais, possibilidades de comunicação, quantidades e qualidades de trabalho, produz ao mesmo tempo a intensificação do desenvolvimento desigual em termos de padrão e de perspectivas de vida. Regiões ricas tornam-se mais ricas, deixando regiões pobres ainda mais pobres (HARVEY, 2000, p. 233).

Parte do que chama a atenção Harvey, está inserido na narrativa que o capitalismo cria para lidar com suas crises. O desenvolvimento é a sua principal bandeira para tomar para si a narrativa das transformações do mundo. Pereira (2021) ressalta que o acaparamiento da última década trava importantes disputas em torno das narrativas sobre as mudanças climáticas, construindo pontes entre o acaparamiento e as principais políticas que definem as ações globais diante das mitigações dos impactos no clima e meio ambiente. E assim, a economia verde lança a corrida pelos territórios “vazios”, onde o capital possa se alastrar por meio da despossessão e espoliação de vidas e territórios não moldados à sua imagem.

Pereira (2021) destaca ainda em seu relatório para Land Matrix, os organismos responsáveis pela ampliação da narrativa capitalista de absorção de territórios para a economia verde: o Banco Mundial por exemplo, mapeou áreas que chamou de “espaços vazios”, territórios cuja ocupação é menor que 25 pessoas por quilômetro quadrado, que para Pereira (2021, p. 10) “ A incorporação destes espaços – que são territórios de camponeses, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais –

ocorre por meio da acumulação por despossessão”, criando assim o cenário de apropriação dos ventos, ou a territorialização dos ventos no Nordeste brasileiro, alicerçado num mercado de economia verde, que aliado ao Estado, define quais são as áreas, espaços e territórios à serviço da lógica de ocupação capitalista. O contexto em que se dá a evolução da energia eólica no Nordeste, é, sobretudo, a partir das necessidades de “novos ajustes e da criação de novas narrativas e normativas para a apropriação privada dos ventos no Nordeste do Brasil” (PEREIRA, 2021, p. 10).

Esta relação de conluio entre Governo do Estado e os representantes das grandes corporações, é tratada também por Borrás et al (2011) na conceituação de terras marginais ou disponíveis. O papel do Estado neste cenário, é o de facilitador da apropriação do território e dos recursos naturais pelo capital. Para Borrás et al (2011), a subjetividade do conceito de “terras marginais” é criado e carregado por características ocidentais e capitalistas com o objetivo de atender as demandas do capital, redefinindo o conceito de território como resultado da disputa travada entre o neoliberalismo e as formas de ocupação do território como a dos povos tradicionais.

O papel do Estado neste cenário é essencial para a criação e por consequência, aprovação de políticas públicas, flexibilizações e rastreamento das áreas em potencial para a apropriação e criação dos complexos eólicos, como elenca Pereira (2021), os elaboradores do Atlas do Potencial Eólico Brasileiro (2001), uma série de empresas públicas e privadas do ramo vinculadas à centros de pesquisa e ao Governo Federal, na busca por identificar as áreas para a promoção dos empreendimentos. Os resultados do Atlas, mostraram diferentes tipos de territórios e territorialidades alvos primeiros da despossessão para a implementação dos complexos eólicos:

Como já dito, para a instalação dos empreendimentos eólicos é necessário terra para a implantação dos aerogeradores, uma vez que a materialidade energética está inscrita no espaço (Lima, 2019). O arrendamento de terras por períodos que variam de 25 a 50 anos é o mecanismo de acesso e controle utilizado pelas empresas atuantes no setor. A instalação dos parques eólicos acontece em áreas com diferentes regimes de propriedade, como terras localizadas em assentamentos de reforma agrária, como o caso do estado do Rio Grande do Norte; terras pertencentes a Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto (CFFP), como no semiárido baiano; terras de pequenos produtores

familiares, como no interior da Paraíba e terras pertencentes a comunidades pesqueiras no litoral do Ceará (PEREIRA, 2021, p. 13).

Neste caso do Nordeste Brasileiro e mais especificamente o Ceará, como visto anteriormente, o Consórcio Nordeste, Governos Estaduais e empresas do setor energético-elétrico acabam por construir um grupo focal de promoção de um Desenvolvimento cujos pilares estão assentados em territórios já ocupados e utilizados por pessoas, povos e modos de produção e reprodução distintos dos interesses deste grupo, considerados por este sobretudo, povos atrasados, subdesenvolvidos, carentes e quase sempre, invisíveis.

Com estudos sobre a potencialidade eólica no Estado do Ceará sendo impulsionados desde a década de 1990, a primeira década dos anos 2000 consolidou no estado o desenvolvimento da matriz de energia eólica sobretudo, através de um “discurso político que viabilizou a entrada de investidores externos e à concessão de incentivos fiscais e facilidades logísticas para as empresas que tivessem interesse em implantar parques eólicos no Estado” (Gorayeb, et al, 2019, p. 30).

Esta relação de parceria entre o Governo do Estado e as empresas nacionais, estrangeiras, transnacionais, que representam esta utopia capitalista da qual já afirmou Harvey (2000), se materializa no território varrendo as formas existentes de ocupação para moldá-los (à ferro e fogo) à sua semelhança, e no caso do Ceará não é diferente. Por ajustar-se aos territórios litorâneos cearenses, tradicionalmente ocupado por comunidades e povos originários, cuja insegurança fundiária torna-os alvos fáceis da desterritorialização:

A essa lógica do Estado, pactuada com as corporações, de incidir sobre as comunidades tradicionais e renegar seus direitos de posse sobre a terra, assim como de exercer seus direitos como cidadãos, Acseirad (2004), Sant’Ana Junior; Silva (2010) e Leroy; Meireles (2013) chamam de invisibilizar os grupos sociais locais por meio da percepção de território como um espaço despovoado e disponível para as intervenções econômicas de grandes projetos, como no caso da geração de energia eólica, mediante a negação da localização geográfica das comunidades, que comumente não são representadas nos mapas das empresas que compõem o documento mais importante requerido para o licenciamento do parque eólico. (GORAYEB, EL AL, 2019, p. 35-36).

Esta lógica de pactuação que define Gorayeb com que o Estado se comporta e se define na gerência dos desenvolvimentos e suas narrativas, criam violências que deixam exposto o que para Harvey (Marx e Engels) já era um fato dado: “O Estado é nada mais que o comitê executivo da burguesia” (2004, p. 234).

Para garantir sua funcionalidade, o capitalismo que prega o livre mercado, ou a dinâmica de acumulação por espoliação, depende e necessita do aparato político e institucional do Estado ou entre Estados, sob um arranjo local e também geopolítico, para assegurar seus projetos e suas materializações nos territórios. Do seu lado, o Estado enquanto representante deste projeto político e ideológico, cria todos os caminhos para a consolidação de um Desenvolvimento Territorial pensado para garantir a satisfação de empresas, corporações e países estrangeiros do qual se posta subalterno, enquanto expulsa, sob as distintas formas de violência, seus próprios povos (tradicionais, originários, assentados, periféricos, etc).

As disputas e ressignificações do conceito de território são travados no âmbito das políticas neoliberais, pois, como trata Fernandes (2009), passam a ser instrumentalizadas como mecanismos de dominação, em que é o capital transnacional quem determina as políticas de desenvolvimento socioterritorial, mas não sem a conflitualidade inerente às disputas territoriais e resistências tanto físicas quanto imateriais à essas políticas de desenvolvimento que se desenham invisibilizando e renegando outras formas de existência e de ocupação do território.

A resistência das comunidades tradicionais neste ponto é consequência da conflitualidade, e a conflitualidade é constituída pelas relações de dominações e resistências (FERNANDES, 2013). Assim, os processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização são postos enquanto conceitos fundamentais desta pesquisa, com o objetivo de entender na escala local, os efeitos de planos traçados na esfera nacional e internacional para o desenvolvimento das energias renováveis, sobretudo da fonte eólica. Por fim, a transição energética brasileira, essencialmente corporativa, não representa uma mudança de paradigma, estando ainda dentro de um modelo extrativista intensivo e representando a saída que o sistema capitalista desenhou para lidar com as questões climáticas e energéticas (Transnational Institute and Taller Ecologista, 2019).

Para tanto, duas comunidades tradicionais do litoral oeste do Ceará foram escolhidas para trabalho de campo e estudo de caso, não como exemplos de desterritorializações ou despossessão, mas como exemplos vivos, atuantes no ontem,

hoje e amanhã, na resistência para a defesa de seus territórios tradicionais e suas formas de ocupação e uso do território, seja em terra, seja em águas e suas vitórias históricas. Os dois casos aqui trazidos, compilam entrevistas realizadas a partir de história oral, percepções próprias e fidelidade nas narrativas, falas, contextos e vivências.

As comunidades são exemplos latentes de resistências nos seus diversos modos e intensidades, mostrando também que a resistência é uma constante, que nunca dorme, que nunca descansa. Viver em territórios tradicionais, abençoadas pela rica biodiversidade e abandonados pelo Estado, os fazem alvos fáceis do Desenvolvimento posto de cima pra baixo. A insegurança fundiária foi o primeiro contexto de luta da qual as comunidades tiveram que enfrentar, a conflitualidade de serem invisíveis em sua própria terra, invasores do lugar de onde nasceram, cresceram, multiplicaram. A conflitualidade de manterem para lá das fronteiras de seus territórios a narrativa fantasiosa pregada por um modelo de desenvolvimento sustentável predatório e a serviço da utopia capitalista.

Para exemplificar a territorialização dos ventos enquanto face do acaparamento em territórios de comunidades tradicionais, as comunidades escolhidas para estudo de caso estão nas margens de Complexos Eólicos da CPFL Renováveis, empresa pertencente à State Grid, estatal chinesa. O que se objetiva demonstrar com estes estudos de caso não são somente as resistências destes povos às novas formas de acumulação capitalista, mas também como no cenário geopolítico desenhado para a transição energética, a China encontrou caminho aberto no Brasil para, mesmo que não crie originalmente, seja mantenedor e igualmente responsável pelas dinâmicas de despossessão e acumulação por espoliação, por violência, iniciadas por outros atores locais ou internacionais.

A resistência destes povos é a manutenção de seus Territórios de Esperanças, a despeito de mirarem no horizonte as gigantes torres eólicas movendo-se cada vez mais perto. As entrevistas tão ricas e cheias de subjetividades buscaram captar destes povos seus próprios conceitos de desenvolvimento, de território e de Bem-Viver alinhados aos seus traumas passados, lutas do presente e sonhos do futuro. E é essa história que precisa ser contada.

### 3.1. Barra das Moitas: “Desenvolvimento é uma promessa em vão”

O desenvolvimento deles é só enganação pra nois, é só uma promessa em vão... quando eles chegam é como se você fosse ganhar um pedacinho do céu, mas não tem nada a ver com essa realidade, ou seja, é só eles enriquecer e nois ficar mais pobre... é um projeto de morte pra gente, de fracasso... (Jairo, pescador artesanal, agricultor e trabalhador do turismo comunitário de Barra das Moitas).<sup>5</sup>

Barra das Moitas é uma comunidade tradicional de mais de um século de existência. Localizada no litoral oeste do Ceará, no distrito de Moitas, município de Amontada, foi e é alvo de conflitos por disputa pela terra e pelos seus recursos naturais desde o início da década de 1990. A partir de 1992 explodiu em Barra das Moitas um conflito chamado pelos moradores de “conflito dos 25 hectares”, uma disputa sangrenta e violenta pelos 25 hectares frente mar da comunidade contra um empresário de fora do Ceará que utilizaria o território para a construção de um resort de luxo.

Os 25 hectares sempre foram utilizados pela comunidade como campo coletivo e saída para o mar dos pescadores. Durante o conflito dos 25 hectares, acampamentos foram levantados no território com a ajuda de assentamentos e comunidades tradicionais de toda a região, construindo a relação de proximidade e irmandade da comunidade tradicional e o Movimento Sem Terra (MST). Após o momento de embate direto e violento entre a comunidade e jagunços dos empresários, a morte de um sargento reformado à serviço dos empresários por parte da comunidade resultou na prisão de 10 homens nativos de Barra das Moitas e marcou o início de uma luta ferrenha pela proteção da comunidade tradicional de Barra das Moitas que dura até os dias atuais.

Ao chegar em Barra das Moitas, antes mesmo de falar sobre a presença dos parques eólicos nas proximidades da comunidade, a primeira coisa que fizeram questão de abordar foi o conflito dos 25 hectares, que deixou cicatrizes insolúveis até os dias atuais. E por esta razão se faz presente na construção da história de Barra das Moitas neste trabalho, além de ser um fator relevante para explicar a cultura de

---

<sup>5</sup> Trecho retirado e transcrito de entrevista gravada em Diário de Campo, dia 14 de Agosto de 2022 em Barra das Moitas, Amontada, Ceará.

resistência dos povos da comunidade tradicional que mais tarde, resistiriam também aos parques eólicos em suas dunas:

Aqui foi onde a gente acampou. Bem daqui até ali era um barracão daqui até aquela cerca, aí moravam várias famílias. A gente ocupou de lona e de palha de coqueiro. Na primeira semana a gente ocupou de lona e aí depois como tinha muito coqueiro, tinha muita gente que sabia virar palha aí montava um mutirão e foi cobrindo com palha, cada um foi fazendo um quartinho com palha pra botar sua família dentro, aqui era a cozinha, ali era o galpão, os pescadores iam pro mar e traziam o alimento pra nois cozinhar. Naquele barracão era onde eu morava, minha mãe e meus irmão moremo ali um tempo, ali naquele barracão era usado pra fazer reunião e quando não tinha reunião era usado pra remendar material de pesca [...]

O enfrentamento foi aqui mesmo. Eles ficaram arrudiando aqui, o cara mandou uns 5 jipe cheio de pistoleiro armado, pra amedrontar a gente aqui, aí a gente veio e se acampou-se aqui. Aí veio gente do outro lado (do Rio Aracatiaçu), do MST veio de todos os cantos pra ficar com a gente aqui, pra fazer volume. E aí quando vinham, uns ficavam vigiando e outros dormindo. Quando era no outro dia se dividiam as equipes, uns iam plantar, isso tudo aqui era roça. A gente se ocupava com roça, era milho, era feijão, os alimentos da gente era a gente mesmo que produzia, aí o meu pai tinha uma embarcação, o meu cunhado tinha outra, aí eles iam pescar e traziam o alimento pra cá. Agora a presidente da associação disse que ta tudo perdido, que não tem mais gente pra acampar, que hoje a gente não conseguiria resistir. A gente não quer perder isso, é a frente do nosso mar, a gente não vai aceitar.” (Edvaldo, pescador artesanal, agricultor e trabalhador do turismo comunitário de Barra das Moitas, Amontada, Cará).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Trecho retirado e transcrito de Diário de Campo em 13 de agosto de 2022. Entrevista presencial.

**Figura 2: Edvaldo mostra o território “dos 25 hectares” utilizado para plantio pela comunidade tradicional de Barra das Moitas.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.



**Figura 3: Roça da comunidade tradicional de Barra das Moitas na área em disputa, os “25 hectares”**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Constituída hoje por cerca de 120 famílias, a geografia de Barra das Moitas deu aos seus moradores a maior dádiva e o capitalismo sua maior ameaça: um lugar paradisíaco, cheio de riquezas naturais como o encontro do Rio Aracatiaçu com o mar da Praia de Moitas, o manguezal que adentra o rio e a beira da praia, extensa biodiversidade, segurança alimentar, riquezas espirituais e culturais, que sofre por consequência, constantes ameaças vindas de todas as forças predatórias do



capitalismo: turismo de massa e disputa pela terra através de investidores nacionais e estrangeiros de redes de hotelaria e resorts, esportes aquáticos como o kitesurf, desmobilização da comunidade por interferência de empresários e instituições do Estado, e mais recentemente, a chegada dos parques eólicos *onshore*, em terra e *offshore* no mar (ainda em projetos de licenciamento ambiental e sem prazos de tornar-se realidade).

**Figura 4: Margens do Rio Aracatiaçu, um dos ports dos barcos pesqueiros e turísticos de Barra das Moitas.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Na verdade, o conflito e o assédio como uma constante é uma realidade da qual os moradores de Barra das Moitas já estão acostumados. Resistir num território

que produz tanta riqueza natural é para eles um desafio que estão dispostos a sempre assumir, em nome de um desenvolvimento próprio, que para eles possui o nome de união.

Barra das Moitas foi criada através da fuga e expulsão de camponeses de fazendas no município vizinho. Do mangue, retiraram o barro e a madeira para criar as primeiras 7 casas da vila. Do rio e do mar, a alimentação. Da terra, criaram os campos coletivos que por riqueza, se pode plantar e colher pelo menos 3 vezes ao ano. Hoje, os moradores de Barra das Moitas se reconhecem enquanto comunidade tradicional, formada por pescadores artesanais, camponeses, trabalhadores do turismo comunitário, artesãos e artesãos. Mas a realidade tem se forçado contra as famílias como paredões compressores. Os ventos das margens do rio Aracatiaçu presenciam a disputa por dois modelos distintos de vida que são desproporcionalmente equivalentes e ainda assim, a resistência de uma comunidade centenária de pescadores artesanais tem sido crucial para manter longe de suas dunas, as torres eólicas do desenvolvimento capitalista.

**Figura 5: Praia de Moitas e Dunas do Rio Aracatiaçu (2022).**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.



**Figura 6: Edvaldo preparando o barco para passeio no Rio Aracatiaçu.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

*“Passamos por lagos, lagoas, riachos, enormes coqueirais e casinhas de beira de estrada. Um paraíso misturado com a destruição dos homens, verdes campos misturados com a construção cinzenta, era o sinal que estávamos chegando na cidade, o município de Amontada. Enquanto percorríamos a BR entre povos e povoados, a passagem estarrecedora diante daquela torre imponente, gigante, fazendo seu movimento circular das pás, me deixou boquiaberta. Era a primeira vez que eu via uma torre eólica de perto, assim tão de perto, quase do lado. Era gigantesca, assim de pertinho da casa alheia parecia fincada num quintal no meio do nada, ao lado*

*de uma vaca magra. Mas quando chegamos mais perto, de fato conseguimos ver melhor que nem estava dentro de casa nenhuma, como também tinha uma cerca de arame farpado protegendo a área com placas de perigo e morte.” (Diário de Campo, 13 de Agosto de 2022).<sup>7</sup>*

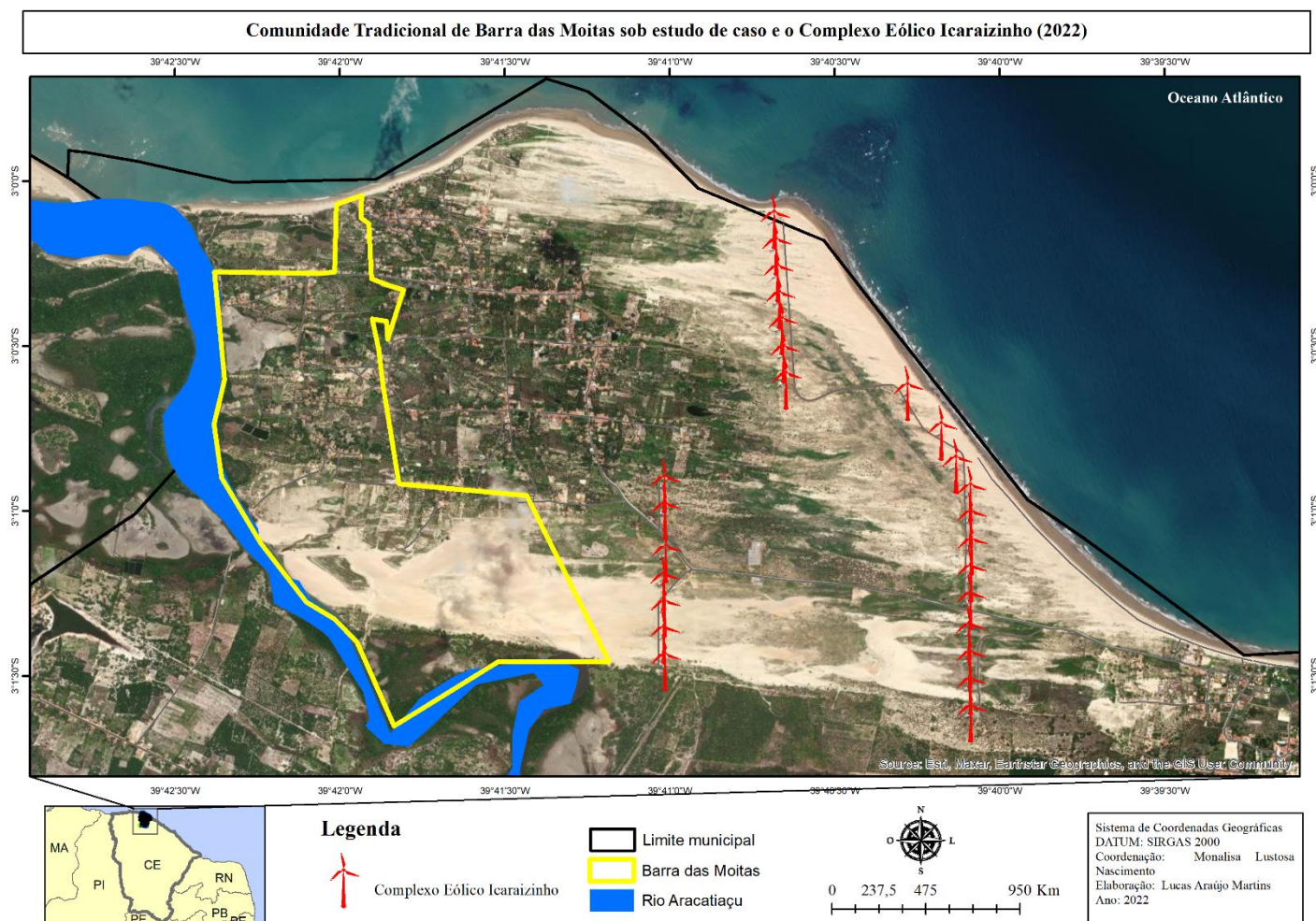
Barra das Moitas fica a menos de 400m de distância do Complexo Eólico Icaraizinho da CPFL Renováveis implantado em 2009, uma das maiores investidoras em parque eólicos do Brasil que agora pertence à gigante estatal chinesa State Grid. Entretanto, o projeto inicial da empresa era a construção do parque eólico dentro do território da comunidade, o que ocasionou não o primeiro, mas um dos conflitos entre a comunidade e os atores invisíveis da desterritorialização via mega empreendimentos. A resistência da comunidade contra a expulsão logrou sucesso diante o acúmulo de resistências no território, a mobilização da comunidade e da associação dos moradores levando o caso até a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

A comunidade tradicional de Barra das Moitas foi escolhida como primeiro destino de estudo de caso e trabalho de campo por ser um território próximo de um complexo eólico, o Complexo Eólico Icaraizinho, cujo investimento, a despeito de ter sido inicialmente brasileiro de origem privada pela CPLF Renováveis, foi adquirido pelo capital chinês através da compra da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) pela State Grid. Vale ressaltar que durante a pesquisa, parte da força de escolha pelo estudo no território assim como todo o recurso, transporte, hospedagem na comunidade e apresentação ao território foi feito pelo Movimento Sem Terra do estado do Ceará.

---

<sup>7</sup> Trecho retirado de anotações próprias em diário de campo no caminho até a comunidade tradicional de Barra das Moitas, em Amontada, litoral oeste do Ceará. 13 de agosto de 2022.

#### MAPA 4: Mapa de localização da Comunidade Tradicional Barra das Moitas e o Complexo Eólico Icaraizinho da CPFL Renováveis.



Org: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Os 400 metros que separam o parque eólico mais próximo das dunas de Barra das Moitas são suficientes para causarem à comunidade, danos irreparáveis. A chamada “Curva do S” é a curva do Rio Aracatiaçu entre manguezais e dunas móveis, constituindo um ponto turístico muito utilizado e preservado pelos nativos da comunidade de Barra das Moitas. Os moradores relatavam informalmente que antes dos parques eólicos serem instalados, as dunas além de muito maiores produziam também os lagos e lagoas interdunares, pontos de lazer e de trabalho do turismo da comunidade, mas que hoje não existem mais.



**Figura 7: Vista sobre as dunas móveis às margens do Rio Aracatiaçu, na comunidade tradicional de Barra das Moitas, Amontada, Ceará. 2022.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 8: Vista da *Curva do S* pelo Rio Aracatiaçu, ao fundo o Complexo Eólico Icaraizinho da CPFL Renováveis.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento. A bordo do Jandaia, barco de passeio e pesca do morador Edvaldo, Barra das Moitas. 2022.

**Figura 9: Vista de cima da Duna *Curva do S*. Complexo Eólico Icaraizinho da CPFL Renováveis.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Como forma de compensação aos distritos de Moitas e Icaraí de Amontada, do município de Amontada, a empresa CPFL Renováveis construiu e reformou uma estrada que liga os distritos à saída do município, estrada essa que a empresa depende e utiliza para o acesso ao escritório, ao complexo eólico e sobretudo para



realizar a manutenção dos parques. Moradores da região relataram informalmente que a estrada está sempre cheia de buracos devido ao transito de carretas pesadas que a empresa utiliza para realizar o transporte de peças de manutenção das torres eólicas e as gigantes pás eólicas.

**Figura 10: Escritório e subestação do Complexo Eólico Icaraizinho da CPFL Renováveis – State Grid.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.



**Figura 11: Placas de autorização e licenciamento ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará para os Complexos Eólicos Icaraizinho e Pedra Cheirosa e a subestação de transmissão de energia.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.



**Figura 12: Placa de licenciamento ambiental emitida pela SEMACE para o Complexo Eólico Icaraizinho, em frente ao Complexo Eólico Icaraizinho.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 13: Complexo Eólico Icaraizinho e linhas de alta transmissão de energia próximos à Curva do S e ao escritório da CPFL Renováveis.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Chamou atenção durante o percurso que foi realizado em frente ao escritório da CPFL Renováveis, a segurança constante e ameaçadora no parque, intimidando e fazendo perguntas mesmo enquanto as fotos eram tiradas em frente ao complexo eólico. O simples ato de tirar fotos do local, causa nos moradores, pesquisadores, jornalistas, organizações não governamentais (ONGs) e interessados, um sentimento de medo e de intimidação diante da postura dos seguranças do parque. O que é no mínimo curioso, visto que na maioria dos casos, como é o caso do Complexo Eólico Icaraizinho, a segurança empregada no parque é mão-de-obra local.



**Figura 14: Placas de proibição da circulação de pessoas próximo ao Complexo Eólico e das subestações com segurança de motocicleta fazendo a ronda.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Como pode ser observado nas figuras acima, a entrada nos parques é proibida, desmontando narrativas de que os parques eólicos podem coexistir com outras formas de subsistência como a agricultura e a pecuária. As cercas, placas de perigo e proibido entrada, a segurança armada e motorizada vão criando no local os territórios de ameaça, medo e uma constante lembrança de que a simples passagem pela estrada que liga os distritos, é uma passagem pelo capitalismo predatório, espoliador e violento.

Em entrevistas realizadas de forma oral com representantes da associação dos moradores, pescadores artesanais, camponeses e trabalhadores do turismo da comunidade tradicional de Barra das Moitas, a história é contada a partir das notícias sobre a tentativa de chegada do Complexo Eólico Icaraizinho no território.

Em uma noite, reunidos no alpendre da casa de Dona Ica (apelido para Francisca), uma senhora de pouco mais de 70 anos, matriarca de uma das famílias mais combatentes durante os períodos de conflito na comunidade, os representantes

e filhos da Dona Ica me concederam uma entrevista que, na verdade, muito gentilmente pareceu uma conversa na varanda.

As redes de tucum e de retalhos trançados, tecidas pela própria Dona Ica que é artesã da comunidade, estavam espalhadas pelo alpendre colorindo o ambiente mesmo numa noite tão escura. Ao som das palmeiras e coqueiros, no barulho do vai e vem de uma torre eólica, fui servida de um café na cuia do côco seco com tapioca, enquanto os mais velhos se acomodavam entre as redes de tucum decidindo entre eles quem tinha a memória mais certa para me responder as perguntas.

Dona Ica sentou ao meu lado com um trançado de palha que ela confeccionava, e vez ou outra respondia alguma coisa sem deixar o trançado de lado. Começamos então a conversa que tento retratar aqui o mais fielmente possível. Os pescadores artesanais e barqueiros de passeios turísticos chamam-se Jairo, Edvaldo e Neto, e responderam as primeiras perguntas sobre a chegada das eólicas, além de falar um pouco sobre o que a comunidade entende como o desenvolvimento que o capitalismo desenha para estes territórios e seus próprios conceitos de desenvolvimento e de território.

Diário de Campo, entrevista gravada, 14 de agosto de 2022:

**Pergunta: Como foi que chegou pra vocês isso das eólicas na comunidade?**

**Jairo:** *Mas a eólica nois tivemos uma conquista importante porque a gente não admitiu na nossa duna, na nossa área. Na época a gente evitou que ela se instalasse aqui, porque se fosse estaria tudo perdido. E taria tudo privatizado, era pra ser dentro do nosso território... as pessoas tomaram conhecimento dessas eólicas aqui, a associação se manifestou com a comunidade, a comunidade foi até a Assembléia (legislativa) e falamos com João Alfredo (PSOL –CE), que levou pra Assembleia. Ele era deputado estadual dos direitos humanos, ele levou pra lá e não foi aceito na nossa área, foi colocado em outra área, isso desde 2002, ela começou a se instalar aqui em 2009, 2010. Esse parque já tem mais de 10 anos. Mas eles vinha observar aqui, fazer estudo, mas quando não conseguiram instalar aqui foram buscar outro proprietário.*

**Pergunta: Como foi a mobilização pra impedir a instalação do parque eólico?**

**Jairo:** *A comunidade levou o assunto através do deputado João Alfredo (PSOL-CE) na Assembléia e aí foi impedido, por ser justamente na área que a gente tem lutado pra preservar com muita luta. É conhecido como uma área de conflito porque nois resiste aqui. Na época a gente não tinha o documento mas vinha lutando por ela (a área da comunidade), hoje essa área ta no nosso documento, na área de dunas e lagoas dentro do documento que nois temos na faixa de 58 hectares.*

**Pergunta:** **Em relação às dunas, quais seriam os impactos se os parques tivessem sido instalados aqui?**

**Jairo:** *Ou seja, o primeiro impacto é que nois não teria acesso, ela seria privatizado e nois não teria acesso. Só pra você ter noção Monalisa, o projeto pra se instalar os parques gerou emprego temporário de menos de 2 anos e acabou-se o emprego, a área foi privatizada e acabou o emprego. E pra ter uma noção eu tô com 5 anos trabalhando de passeio de barco ganhando um dinheirinho aqui e a área fica ali pro nosso lazer, ela é nosso trabalho e serve pro lazer da nossa comunidade. Nois temos uma pequena lagoa de agua doce, uma pessoa da comunidade fez e serve pra toda a comunidade. Essa duna ela é hoje o nosso trabalho, a gente apresenta pro nosso cliente, mostra pra tirar as fotos, como é bonito pra levar e é nosso lazer também e nois teria perdido isso. Se caso tivesse ali (as eólicas), hoje nois não teria acesso porque lá ia ser uma área privatizada da eólica, seria da CPFL. Nois tinha perdido total liberdade de ter acesso a nossa área, que é as dunas. Que em alguns momentos, essas dunas num bom inverno, nois vamos ter as dunas e lagoas.*

**Pergunta:** **Geralmente quando os parques eólicos chegam nos territórios, as empresas dizem que podem utilizar a área para agricultura ou criar gado. Alguém conseguiu entrar lá onde o parque eólico foi instalado pra fazer qualquer atividade?**

**Jairo:** *não não... (fala muito enfaticamente)*

**Edvaldo:** *Aquelas eólicas no lugar onde elas tão instaladas tinha um barreiro lá que o pessoal tirava areia vermelha pra construção, a gente ia lá tirar areia vermelha e hoje a gente não pode mexer nem uma pá lá.*

**Jairo faz uma pausa pensativo:** *Eles produzem a energia pra eles roubando das nossas energias, a palavra certa é essa...*

**Neto:** *Na verdade essas energias nem são explorada pela gente, disseram que a energia ia ficar mais barata quando começasse essas eólicas, só que ficou foi mais cara.*

**Edvaldo:** *Disseram que essa energia nem fica aqui. Eu vi num jornal que essas energia ia pros Estados Unidos ou pra Europa por causa da poluição, num sei cuma é, e que tão abandonando os carro à gasolina por causa do combustível e agora tão usando carro à energia, os carro elétrico. E essa energia vai toda pra fora pra eles carregar os carro, as bateria dos carro.*

**Pergunta:** **Vocês conseguem perceber algum impacto desde que as eólicas foram implantadas próximo à comunidade?**

**Dona Ica fala enquanto faz seu trançado:** *as lagoas não encheram mais!*

**Jairo:** *em 2009... teve um grande inverno que foi obrigado, inundou aquela área entre Icaraí e Moitas do lado do parque e do mangue, a agua avançou na estrada e tiveram que sangrar pro mar e sangraram mas aí depois taparam o sangrador. Não sei o que aconteceu que a gente teve invernos muito fortes mas não encheu mais as lagoas... As dunas ficam paralisadas.*

**Dona Ica:** *nem as outras lagoas das dunas num criaram mais.*

**Edvaldo:** *A “curva do S” ela ta com mais de 5, ora 5, ta com mais de ano que ela ta lá ta bem baixinha, né cumpade?!*

**Jairo:** *Sim... passaram uma estrada no meio da duna e impactou no desenvolvimento da duna. Elas são móvel.*

**Edvaldo:** *Era tão alta que o passeio tinha que levar a corda pros cliente subir puxando na corda de tão alta que era, aí foi baixando, baixando, agora tá dessa altura assim baixinha.*

**Pergunta:** **Pra vocês o que é desenvolvimento? Acreditam no modelo de desenvolvimento do Estado ou vocês tem outro entendimento do que é desenvolvimento?**



**Jairo:** *O desenvolvimento deles é só enganação pra nois, é só uma promessa em vão. É... porque nois tivemos... quando eles chegam é como se você fosse ganhar um pedacinho do céu, mas não tem nada a ver com essa realidade, ou seja, é só eles enriquecer e nois ficar mais pobre... se nois for aderir o projeto deles. Um grupo de empresários queria conseguir uma área pra montar um estaleiro, pra barco de passeio e em compensação eles iam construir um barco pra comunidade pescar atum. A gente num tinha nem conhecimento, não conhecia nem o peixe atum na época. Com pouco tempo depois começou a descobrir a pesca (de atum) mas é uma pesca tão longe que só vai nessa altura de mar por conta da tecnologia, tinha que passar muitos dias, tinha que ser barco de grande porte, e esse barco aí que ele ofereceu ia ser um elefante branco que ia se acabar aí e eles iam ficar com o terreno pro resto da vida e a comunidade ia ficar sem nada, na enganação. Ou seja, é um projeto de morte pra gente, de fracasso...*<sup>8</sup>

Para além dos conflitos e violências explícitas das quais as comunidades precisam resistir para sobreviver e para ter como se reproduzir, também existem as violências silenciosas, essas que dificultam por outros meios a reprodução, como cerceamento das comunidades, o isolamento, exclusão, falta de assistência, de infraestrutura, de educação e saúde ou seja, o abandono estatal que também tem impacto no aumento da pobreza, da insegurança alimentar, e nos demais estados de “subdesenvolvimento”.

É o que chama a atenção Araújo e Meireles (2019) para as diferenças entre o estado de vulnerabilidade e a vulnerabilização das comunidades tradicionais, esta última como uma prática político-econômica e social do Estado em definir quem são os povos de direitos e quais são os povos empurrados para as margens da sociedade, e que através da entrada dos mega projetos eólicos, ou outras formas de entrada do capital (principalmente internacional) poderão superar suas condições de atraso.

O Desenvolvimento é um conceito-território em disputa. Na verdade, para Acosta (2016), o desenvolvimento possui bases conceituais que manifestam uma nova forma de imperialismo quando destaca sobretudo os povos e territórios que não

---

<sup>8</sup> Trecho retirado e transcrito de Diário de Campo, entrevista do dia 14 de Agosto de 2022 em Barra das Moitas, Amontada, Ceará.

são desenvolvidos ou estão em processo de desenvolvimento, espelhando-se na busca incessante pelo desenvolvimento dos países “centrais”.

Na mesma linha de raciocínio, Mignolo (2000) fala da territorialização de povos em função de sua língua e cultura enquanto efeito e força colonial e sua “implacável recolocação das culturas subalternas”. A renegação da sabedoria ancestral e originária para desenvolver o território foi uma prática colonial essencial para a criação dos conceitos de desenvolvimentos impostos até hoje. E até então, o desenvolvimento como foi posto, enquanto crença, nunca foi questionado, foi apenas remodelado ao longo das épocas. Assim, para o economista equatoriano Acosta (2016, p.50), é no conceito de desenvolvimento que mora sua principal dificuldade, pois, “o desenvolvimento desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos”.

E estes sonhos e lutas modelam novas formas de pensar o desenvolvimento, em muitas delas resgatam raízes e ancestralidades, sabedorias e ciências originárias que há muito debatem a forma predatória com que o desenvolvimento se veste, como defende Acosta (2016, p.70), há que se criar mais que desenvolvimentos alternativos, é necessário criar alternativas de desenvolvimento. É nestas alternativas que faz morada o Bem Viver.

O Bem Viver, Buen Vivir ou Viver Bien (ACOSTA, 2016), rompe com o paradigma de um desenvolvimento traçado pela acumulação capitalista, onde a chance de desenvolver-se se dá somente pelo neoextrativismo e espoliação de povos tradicionais e originários e de seus territórios. O Bem Viver enquanto alternativa de desenvolvimento territorial é desenhada pelos povos tradicionais e originários de toda a América Latina. Um desenvolvimento traçado pelos povos para a convivência com o território e suas formas de territorialidades tradicionais, uso e exploração dos recursos naturais e da natureza enquanto ser de direitos. Enquanto ciência construída a partir das vivências e sabedorias ancestrais, o Bem Viver é o ponto de partida para um rompimento com o pensamento colonial do desenvolvimento.

Para Pereira (2021, pag. 10) “é evidente que o modelo de desenvolvimento posto pelo capitalismo tem colocado a natureza em colapso” enfatizando ainda o que defendem Acosta (2016) e Gudynas (2011) sobre o desenvolvimento predatório, extrativista e criador das próprias crises. Para os autores, resta-nos demandar as epistemologias do Sul, para entender as reais bases para um desenvolvimento criado a partir do Bem Viver:

O esforço fundamental radica em superar o sistema capitalista enquanto “civilização da desigualdade”, como define o austríaco Joseph Schumpeter, e sobretudo enquanto sistema essencialmente predatório e explorador. Este é um sistema que “vive de sufocar a vida e o mundo da vida”, como afirmava o filósofo equatoriano Bolívar Echeverría. O Bem Viver, em suma, ao propor a superação do capitalismo, inscreve-se na linha de uma mudança civilizatória. Mas, como já se anotou, não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo. As múltiplas vivências próprias do Bem Viver subsistem desde a época colonial (ACOSTA, 2016, p. 73).

Assim, quando o Bem Viver se coloca enquanto epistemologia para pensar o desenvolvimento a partir dos povos tradicionais e suas concepções de vida, territorialidades e relacionalidade, despreza os conceitos fundadores do desenvolvimento territorial neoliberal, delegando a este, a origem dos fracassos e da desigualdade, que reproduz a lógica colonial de entender os povos tradicionais como pobres e subdesenvolvidos em territórios ricos, assim como “mendigos sentados em minas de ouro” que continuam miseráveis. Para o paradigma do desenvolvimento capitalista e espoliador, não se concebe uma realidade em que a não exploração dos recursos naturais de forma predatória e destruidora-reatradora, pode ser uma opção de desenvolvimento (ACOSTA, 2016).

O desenvolvimento foi um empreendimento mal concebido desde o começo. Na verdade, não é o fracasso do desenvolvimento que devemos temer, mas seu êxito. Como seria um mundo completamente desenvolvido? Não sabemos, mas certamente seria monótono e repleto de perigos. Posto que o desenvolvimento não pode ser separado da ideia de que todos os povos do planeta estão se movendo em um mesmo caminho rumo a um estágio de maturidade, exemplificado pelas nações que conduzem essa visão, os tuaregues, os zapotecos ou os rajastões não são vistos como se vivessem modos diversos e não comparáveis de existência humana, mas como povos carentes do que foi obtido pelos países avançados. Em consequência, decretou-se que alcançá-los seria sua tarefa histórica. Desde o começo, a agenda secreta do desenvolvimento não era nada mais que a ocidentalização do mundo (ACOSTA, 2016, p. 80).

Diário de Campo, entrevista gravada, 14 de agosto de 2022:

**Pergunta:** E como seria o projeto de desenvolvimento se vocês tivessem a oportunidade de criar?

**Jairo:** *É o que nois já tamo tendo o gosto e o prazer de usufruir deles! Nois temos o nosso mar livre pra pescar, nois temos o nosso rio livre pra nois pescar e trabalhar com turismo... e os nossos quintais produtivos que nois já temos, aonde nois botamo a comida na mesa todo dia, através desse trabalho que nois faz no que é nosso! Nois podemos dizer que é nosso porque nois temos o documento, antes nois só tinha posse, hoje temos o documento. Então Monalisa, eu e ele nós três aqui, nois trabalhamos com agricultura, nois trabalhamos com pesca, nois trabalhamos com turismo, hoje... nois fazemos hoje, a gente mexe com essas três atividade, dignamente sem ser explorado por ninguém.*

**Neto:** *Isso aqui Monalisa, quando a gente começou a luta no 1993 até 2002 nem energia nois tinha.*

**Dona Ica:** *era tudo na lamparina...*

**Neto:** *Aqui num entrava um carrinho conversível, entrava não... entrava aqui era pau de arara, as estrada era forrada com pedaço de côco feito pelos nossos braços, pelas nossas mãos. A gente chegava numa duna e em algum canto e a gente pra fazer estrada, nois trabalhava muitos e muitos mutirões pra derribar a duna de enxada pra fazer uma estrada, depois calçava com pedaço de côco e palha de coqueiro pra poder passar o pau de arara, era nosso transporte. Então, nois desenvolvemo isso aqui com a luta, lutando e desenvolvendo. A gente ia nas portaria das prefeitura num conseguia energia, prometiam, faziam os projetos, dizia pra própria comunidade mas não botavam (energia) pra cá... porque a gestão não gostava da nossa luta, era rival a nois. E aí a gente ia fazendo as coisas manual e vivendo... A mamãe ta fazendo esse artesanato aí agora por... assim, tipo o quê, tipo um esporte, uma brincadeira, mas ela criou nois fazendo isso aí pra vender. Naquele tempo era baratinho ela trabalhava e vendia, era 5 reais, 10 reais, hoje ela vai vender um artesanato é 25, 40, 50 reais, qualquer valor. A gente foi desenvolvendo assim, a gente ia pescar e se nois pegasse 300 quilo de sardinha nois tinha que salgar todinha, chegava 10 hora da noite do mar e quando chegava tinha que salgar o peixe todinho, muitas vezes amanhecia o dia salgando aquele peixe, porque não tinha congelador pra botar.*

**Dona Ica:** depois ia botar no sol... (bate na palha).

**Neto:** No outro dia ia botar no sol, ia secar, nois perdia parte da produção. Hoje nois desenvolvemo, tamo desenvolvendo, nossas casa num era assim, era de palha de coqueiro, madeira de mangue, as parede era de taipa, chão batido, só uma janela de barro. Aqui nois tamo com esse chão aqui porque a gente quer, a gente pode botar um piso aqui, mas a gente quer deixar assim porque já ta acostumado. A gente escolhe o que quer comer, naquele tempo a gente comia o que tinha por opção, a única coisa, se fosse só feijão a gente sentava e comia só feijão com farinha, a gente nem côco num tinha aqui no quintal do papai, nem coqueiro tinha pra gente tirar o côco e beber a agua. Então foi muito difícil. A gente foi pra luta, encarou a luta, hoje nois somos vacinados pra luta, eu me sinto. Na luta... na luta. Todo dia minha vida é essa, nois somo da pescaria. Eu compro a matéria prima, eu compro a boia, eu compro a linha, eu compro o chumbo e eu faço a rede. Eu pesco, eu rasgo, eu remendo, eu faço o que eu quero. Eu aprendi a fazer tudo. Nois aprendemo lutando.<sup>9</sup>

As relações entre o Estado e o capital, aliás, o Estado enquanto representante do capital assume práticas de invisibilização, de sufocamento via ausência de condições dignas para que as populações tradicionais e originárias possam viver em seus territórios. Produzem os territórios não apenas frágeis e inseguros do ponto de vista fundiário, como alvos fáceis na desapropriação, desterritorialização e expulsão, para abrigar nos territórios os empreendimentos do desenvolvimento territorial do capitalismo.

Daí a noção de desenvolvimento da maioria desses povos, não só ser totalmente desvinculada com a noção capitalista, como também remontar a uma autonomia e luta por direitos básicos. O desenvolvimento para a comunidade tradicional de Barra das Moitas é algo que se concebe na luta, na resistência e acima de tudo, na união da própria comunidade para realizar o mínimo de infraestrutura. Não à toa a palavra “desenvolvimento” para eles significa um projeto de morte e fracasso dos seus territórios.

As práticas subsistentes das quais remonta Acosta (2016) para definir o Bem Viver, são comuns aos povos tradicionais do litoral do Ceará, são comuns aos povos

---

<sup>9</sup> Trecho retirado e transcrito de Diário de Campo, entrevista do dia 14 de Agosto de 2022 em Barra das Moitas, Amontada, Ceará.

tradicionais de todo litoral nordestino que lutam para manter seus modos de reprodução da vida. Durante o II Intercambio dos Povos de Luta, organizado pela Articulação Povos de Luta do Ceará (17 e 18 de setembro de 2022), o encontro de pescadores artesanais e representantes de comunidades tradicionais, povos originários Tremembé e movimentos socioterritoriais marcou a trama central do intercambio: “Na Terra e no Mar, povos a lutar, para eólicas não entrar”<sup>10</sup> ressaltando o negócio sujo da energia “limpa” que com sua proposta de desenvolvimento, ataca necessariamente as chances de autodesenvolvimento e soberania alimentar dos povos do mar.

Os povos que lutam pelo reconhecimento de seus territórios enquanto tradicionais, falam de um desenvolvimento pautado na soberania alimentar e na soberania energética enquanto constituidoras do Bem Viver. Não por acaso a soberania alimentar é ponto central em todas as discussões dos povos tradicionais do litoral cearense, pois, os índices de fome e pobreza extrema no Ceará chegaram a níveis alarmantes. De acordo com os dados da Rede PENSSAN (2022), cerca de 2,4 milhões de cearenses sofrem do grau mais elevado de fome, a insegurança alimentar atinge mais da metade da população do estado.

Trairi, que figura como cidade cearense que mais tem recebido os mega projetos eólicos de capital nacional e internacional, consegue ser um reflexo cruel da discrepância entre o desenvolvimento territorial traçado pelo capitalismo e as realidades dos povos locais. Com mais de 30 projetos de complexos eólicos em operação e em fase de construção (ANEEL, 2022), Trairi também é uma das cidades mais pobres e com povos em situação de extrema pobreza e fome do Estado do Ceará (NASCIMENTO, 2022; VIANA, 2022). O que nos faz questionar também sobre as devolutivas e planos de mitigação<sup>11</sup> dos danos criados para estes territórios que (não sem luta) acabam sofrendo a territorialização dos ventos e toda sorte de consequências da chegada do desenvolvimento capitalista (especulação imobiliária,

<sup>10</sup> <https://terramar.org.br/2022/09/16/mar-livre-vida-garantida-ii-intercambio-povos-de-luta/>

<sup>11</sup> Como no caso de Barra das Moitas e todo o distrito de Icaraí de Amontada cuja devolutiva do Complexo Eólico Icaraizinho para o município de Amontada, foi a construção de trechos e reforma da estrada que liga os distritos. Entretanto, a estrada é necessária para o próprio parque eólico e deveria ser construída de qualquer forma. Estas devolutivas e planos de mitigação dos danos causados por desterritorialização ou poluição ambiental, mostram também que o Estado assume posição de omissão e delega ao capital privado a providência de infraestrutura que é de sua responsabilidade, ou aceita migalhas de infraestrutura que não é capaz de mitigar nenhum dano causado ao território e aos povos locais.

turismo de massa, complexos eólicos irregulares, grilagem de terras, desmatamento e poluição ambiental).

Num contexto de fome no Ceará, ter laboratórios de soberania alimentar desenvolvendo-se em comunidades tradicionais, assentamentos, aldeias, colônias de pescadores artesanais, quintais produtivos e campos coletivos coloca em evidência as contradições do desenvolvimento imposto e a disputa pelo desenvolvimento territorial, desde sua concepção até a sua materialização no território.

E no fim das contas, o Bem Viver fala da capacidade dos povos tradicionais e originários em resolver crises que o sistema capitalista estruturalmente não é capaz, como a fome, pois, a economia familiar, tradicional, a sabedoria e a ciência ancestral tem há tempos as soluções para mazelas que o Desenvolvimento cria e recria repetidamente, mas também é importante ressaltar que essas sabedorias ancestrais estão em constante movimento e renovação posto que não estão mortas nem ficaram presas no passado. Talvez no Bem Viver (ACOSTA, 2016) residam alguns dos Espaços de Esperança (HARVEY, 2000), que será aprofundado mais à frente.

Diário de Campo, entrevista gravada, 14 de agosto de 2022:

**Pergunta: Pro senhor, o que é o território? Qual o sentido da palavra território?**

**Neto:** *Tem um sentido bem grande. O nosso território aqui... é a vida. Nosso território é nossa vida aqui, fora daqui nois não temos nada em canto nenhum. Pra nois nosso território é aqui, é a vida. É a nossa religião, temos nossa igreja aqui bonitinha, tamo tentando conseguir um colégio aqui na comunidade, temos o salão comunitário aqui bem bonitinho. E temos o rio, e grande! Quando eu tenho essa oportunidade de falar com alguém da gestão do município, eu digo: valorize nosso rio! Esse rio é a segunda empresa que mais emprega gente em Amontada. Pescando, criando, plantando, hoje já tem o turismo, extrativismo de mel... Aqui nois temos dezenas de espécies de peixes e a gente conhece cada um pelo nome, a gente sabe do gosto de cada um ao saborear, nois temos o caranguejo, o guaiamum, siri, o aratu, mariscos e crustáceos, ostras, sururu, búzios. A gente escolhe o que quer comer. É... e hoje sobretudo, o lazer, o turismo aqui, como a natureza que tem, o manguezal, o rio, as dunas, comida típica da região, daqui tudo são produção daqui, o côco, o peixe,*

*caranguejo, a ostra que é servida nas barraca. O banho na agua doce, eu tomo banho no rio, eu tomo banho na lagoa, saio refrescado, aliviado...*

**Pergunta:** Vocês escolhem o que querem comer, entendem a importância disso?  
**Uma das maiores riquezas pra vocês, né?**

**Neto:** Claro!

**Dona Ica:** De vez em quando um filho diz assim “mamãe você num tem o que comer não?” eu tenho meu filho, eu num sei é se eu como um peixe, uma carne, a gente não é rico não mas a gente tem opção (Dona Ica ri enquanto fala e volta a fazer seu artesanato de palha).

**Neto:** A gente tem a carne de porco, tem a galinha caipira aqui no quintal. Tem as galinha, tem os capotinho<sup>12</sup>, tem o ovo caipira. Na agua aqui tem peixe, se eu quiser comer peixe de agua doce eu como. Se eu quiser eu nem procuro, se eu quiser ir no rio pescar agora mesmo, essa hora da noite, eu vou. E eu tenho várias espécie de armadilha de pesca, eu vou com a que eu quero. Se eu vou caçar robalo<sup>13</sup> eu tenho armadilha de pescar robalo, se eu vou pegar tainha<sup>14</sup>, eu vou com rede de pegar tainha. Eu tenho tainha no congelador. As vezes a gente come frango do terreiro, as vezes a gente come carne de porco, come baião com o que quer. Hoje nois temos essa opção. Sucos! Tem um pé de acerola carregado de acerola aqui, eu tenho melancia no quintal aqui, nois temos milho verde, feijão, tenho batata, jerimum, to mentindo não! Você pode olhar bem ali no meu quintal. As mangueira tão chegando na época que reveza uma carga depois da outra, ninguém dá conta! Côco verde, nois temo feijão verde três vezes por ano aqui, planta no inverno, planta em maio, tamo colhendo os que plantamo em maio e já vamo plantar agora de novo... tem terreno bom pra plantar. Forragem pros animais. Macaxeira. Eu posso dizer que nois tamo vivendo bem, com esse direito. Dinheiro é difícil né, mas a gente poupa o dinheiro com essas fortaleza que a gente tem. Pé de caju daqui um mês tem caju na porta da cozinha. Os nossos familiares que quiseram ir embora pra Fortaleza, estão vivendo pior do que os daqui, eles fogem da luta, mas a luta acompanha quem não resiste, na miséria.

---

<sup>12</sup> Galinha da angola

<sup>13</sup> Espécie de peixe.

<sup>14</sup> Idem.



**Pergunta:** Vocês tem esse pertencimento. Vocês morrem e matam por esse território. Mas será que os filhos e netos de vocês fariam a mesma coisa?

**Neto:** ... Alguns fazem, alguns defende. Eu digo: encare, vão pra cima, mas se tiver sozinho não faça nada não, pra não morrer sozinho pra nada. Tem pessoas que não valorizam o que tem né, que só vai sentir a falta quando perde, vão sofrer depois. Mas a minha expectativa é que a gente segure isso aqui por mais uns tempos. Mas nois temos uma ideologia de segurar, de ficar aqui. Não temos a intenção de vender isso aqui. Eu sempre digo: dinheiro é lixo. Dinheiro é lixo. O que você comprar com dinheiro vira lixo, menos a terra. A terra não acaba não. Você compra o carro, o avião, faz a casa, tudo isso vira lixo, a terra não.<sup>15</sup>

Durante trabalho de campo em Barra das Moitas, houveram oportunidades informais de conversar com os moradores nativos de diversas idades, desde as mais criancinhas até o mais jovens e adultos. A grande maioria, filhos e filhas dos que resistiram na década de 90 e início dos anos 2000. Em conversas informais, muitos jovens relataram a vontade e o sonho de ter seu próprio negócio na comunidade, voltados para o trabalho com turismo como pousadas, restaurantes, lanchonetes e barracas nas margens do rio. Alguns jovens, neste caso especificamente os homens, trabalham como barqueiros, alugando barcos ou usando os barcos dos pais e avós para fazer passeios turísticos no Rio Aracatiaçu. As mulheres jovens e adolescentes produzem artesanato (biquínis) e trabalham nas cozinhas e como copeiras em hotéis e resorts fora da comunidade.

Em ambos os casos, tanto os jovens quanto as jovens que desejam administrar seu próprio negócio de forma sustentável dentro da comunidade, não possuem acesso à educação de forma mais simples, nem são contemplados com oportunidades de trabalho, desenvolvimento profissional e além de tudo, são constantemente assediados com a propaganda capitalista de que na capital poderão viver melhor do que na sua comunidade. Já as crianças da comunidade lutam pela construção da escola do campo de Barra das Moitas, que está há anos inacabada devido a fraudes e desvio de verba para a construção da escola. Em ocasiões festivas

---

<sup>15</sup> Trecho retirado e transcrito de Diário de Campo, entrevista do dia 14 de Agosto de 2022 em Barra das Moitas, Amontada, Ceará.

e comemorações, reuniões de moradores e outras oportunidades, a escola é ocupada pelas crianças e adultos da comunidade para realizar as atividades (geralmente consegue puxar energia de alguma casa por extensões elétricas e depois retiram), como forma de protesto e de resistência pela escola do campo que nunca é finalizada. As crianças da comunidade precisam pegar um ônibus escolar para estudar numa escola de ensino “comum” que fica há mais de 3km de distância da comunidade de Barra das Moitas.

As escolas do campo são escolas cuja metodologia político pedagógica é pensada pelos movimentos socioterritoriais do campo, com professores do campo, como o MST. Por isso a comunidade entende que uma escola do campo é essencial para a formação dos jovens da comunidade, que são constantemente assediados pela formação de escolas que ideologicamente são contra a construção social, político e ideológica da comunidade tradicional. São contra a sua existência.

Diário de Campo, entrevista gravada, 13 de agosto de 2022:

**Edvaldo:** *O pessoal de moitas era contra a gente, hoje uma das maiores das minha tristeza é porque o pessoal de moitas, a gente era muito maltratado, a gente depois que entrou em conflito a gente ia pra escola e quando chegava lá sofria bullying, os menino chorava, era chamado de sem-terra os menino lá, as próprias crianças chamava a gente de sem-terra, os próprios adultos de lá também era contra a gente, a favor dos empresários.<sup>16</sup>*

Diário de Campo, entrevista gravada, 14 de agosto de 2022:

**Pergunta:** Como vocês enxergam a ajuda do Movimento Sem Terra?

**Neto:** *O Movimento Sem Terra pra mim é... cada um é um irmão. Cada um é um irmão. E nois era pra ser mandado todo mundo pra Madalena, vizinho a Canindé no Sertão Central, muito longe. Lá é pedra e dificuldade de agua, imagina a gente sair daqui pra ir pra um lugar como esse? era outra prisão eu acho. A gente sabe que lá*

---

<sup>16</sup> Trecho retirado e transcrito de Diário de Campo, entrevista do dia 13 de Agosto de 2022 em Barra das Moitas, Amontada, Ceará.

*tem vida, mas pra vida que nois tem aqui e pra ir sobreviver lá, eu num queria não. Na época aqui dinheiro era muito difícil, quando não tinha energia, não tinha nada. Hoje eu ganho um salário num final de semana e eu sou o que menos ganha. Tem gente aqui que ganha um salário num dia, trabalhando com turismo. E quem mais se aproveita é quem na época era contra a luta da gente, e ainda hoje são<sup>17</sup>. Se aproveitam, de carona, de gaiato. Cada um trabalha por sua própria conta, bota o barco no rio e vai fazer passeio.*

**Pergunta: Vocês sofreram muito por estarem ligados ao movimento (MST)? sofreram perseguição?**

**Neto:** *Sim. Esse outro povo que não é da nossa comunidade é contra nois, ainda são. Fizeram muita perseguição, tentaram fazer barreira nas estradas pro líder do MST não passar ou até morrer. Foi verdade. Eles chamam a gente de sem-terra do cão, de invasores. Mas pelo contrário, nós chegamos aqui, nascemo e se criamos aqui, não somos invasores, nunca invadimos isso aqui. Nois tamos aqui por um consentimento, quem hoje tem 70 anos chegou aqui com 2 aninhos de idade, por ser despejado de terras de coronéis e fazendeiros da época. Aí foram jogados ao léu e foram migrando daqui pra aculá até que viemo parar aqui. Isso aqui não tinha quase ninguém, eles fizeram uma vila, o pai dela, tios dela, avós dela (Dona Ica, a mais velha das moradoras), fizeram uma vilazinha aqui com 7 famílias. Hoje deve ter mais de 120 famílias aqui ou mais. Eu nasci aqui, me criei aqui, como é que eu sou invasor? Então por isso que eu enfrento qualquer um. Eu sou invasor disso aqui por quê? Se eu nasci aqui, me criei aqui, tudo que eu tenho é aqui.*

**Pergunta: Como o senhor entende a resistência até conseguir esse documento (de posse comunitária da terra)?**

**Neto:** *A resistência aqui foi com muita perseverança. Muito. Muita confiança. Foram momentos que a gente fazia como os hebreus, que era de esmorecer mas tinha momento que a gente se enchia de fúria né? e tinha uma perspectiva de que um dia*

---

<sup>17</sup> Neto se refere aos moradores do distrito de Moitas, que geralmente reclamam da comunidade tradicional de Barra das Moitas, mas usufruem da luta e resistência da comunidade em proteger o Rio Aracatiaçu e o trabalho de turismo comunitário.

*acontecia. De 1993 pra cá, anos de luta só pra conseguir o documento. Era pra gente ser expulso, o projeto deles tava feito a planta no papel, teve duas audiência pública no fórum em Amontada, o advogado deles mostrou, o projeto deles num cabia nem dentro das moitas todinha, e prometeram emprego e mil vantagem e num sei quê, mas a gente tinha que ser expulso.*

**Pergunta: O senhor acha que valeu a pena a resistência de vocês naquela época e contra as eólicas mais recentemente?**

**Neto:** *Eu vou te responder brincando: que não valeu só a pena como a galinha toda (Neto responde rindo, convicto).*

**Dona Ica para o trançado de palha e me olha:** *E muito! triste de nois se não fosse a luta, todo passo que nois demo aqui foi bem dado! Enquanto o pessoal se uniu, porque aqui tinha união viu? Enquanto o povo se uniu, tudo era resolvido. E ainda hoje, mas é difícil, é difícil pegar este pessoal, é muito difícil, mas um dia que eles se resolve a se juntar, a se reunir com a gente, as coisa é feita. Num tem nada difícil, tudo acontece.*

**Pergunta: O senhor ainda tem um sonho?**

**Neto:** *Eu tenho... eu tenho sonho. Meu sonho é... são muitos, muitos sonhos. Mas meu maior sonho é ver todo mundo feliz aqui, todo mundo feliz. É meu maior sonho. É um sonho e é uma necessidade.<sup>18</sup>*

---

<sup>18</sup> Trecho retirado e transcrito de Diário de Campo, entrevista do dia 14 de Agosto de 2022 em Barra das Moitas, Amontada, Ceará.

**Figura 15: Desenho de Barra das Moitas por Itinho de 8 anos e Rafinha de 6.<sup>19</sup>**

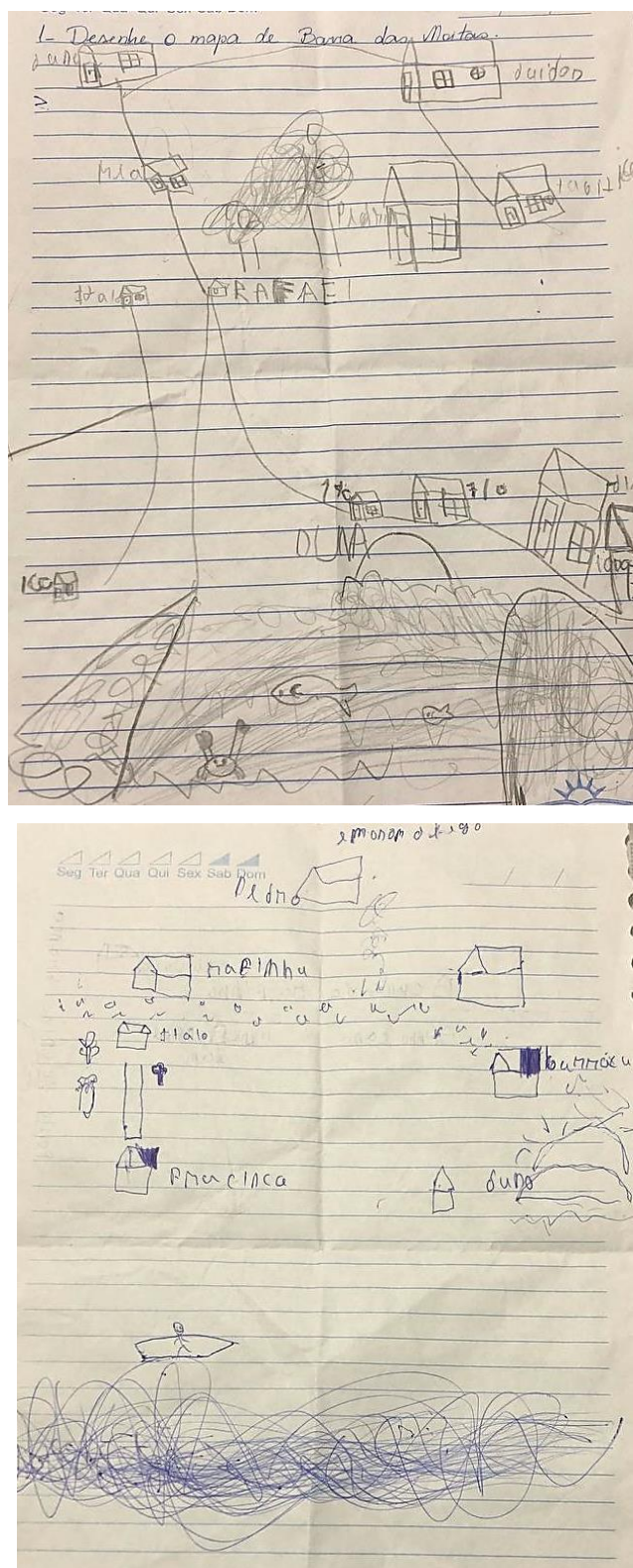


Foto: Monalisa Lustosa Nascimento. 2022.

<sup>19</sup> As crianças brincavam no terreiro da casa de Dona Ica e gostaram da ideia de desenhar um mapa da comunidade. Em ambos os desenhos é ressaltado o Rio Aracatiaçu como parte da comunidade tradicional de Barra das Moitas, além dos recursos do rio e do mangue, como caranguejo, peixe e os pescadores.

### 3.2. Morro dos Patos: Território do medo, Território da esperança.

E daí pra cá com tanta história que eu tô dizendo, é que vem o medo. Dessas firma chegar querendo se apossar, querendo se apropriar dessa área que é tão pequena... com tanta gente dentro. Aí a gente imagina: será que mais tarde eles vão tirar este povo daqui todo mundo? E pra onde nois vamo? Num tem a história né? E se botar um parque eólico aqui dentro? Se botar só dá pra eles! Se botar só dá pra aquela firma, num dá pra nois morar! Por isso que a gente até hoje tá querendo debater que não pode aceitar. Num se sabe até quando nois vamo alimentar isso, porque pode que seja botado na lei né, na marra! Mas nois nunca pode dizer que aceita! Porque se nois disser que aceita nois tamo entregando né? Tamo entregando a nossa responsabilidade. Então se alguém quiser tomar, então toma, mas ninguém deu! É isso que eu queria dizer, a nossa resistência começou desse jeito (Pescador artesanal e agricultor do Assentamento de Morro dos Patos, Itarema, Ceará).<sup>20</sup>

O Assentamento Morro dos Patos fica localizado no município de Itarema, no litoral oeste do Ceará. Saindo de Barra das Moitas, atravessamos o Rio Aracatiaçu de balsa e em cerca de 20 minutos de moto já chegamos em Morro dos Patos. O contraste entre as comunidades é gritante, possível de sentir nos primeiros minutos de estadia. Por ser um pouco mais distante dos parques eólicos e muito maior territorialmente, Barra das Moitas apresenta-se mais aberta, é um povo que trabalha com turismo e com o atendimento aos diferentes públicos que visitam o Rio Aracatiaçu. Morro dos Patos é o completo oposto.

Mesmo há poucos quilômetros de distância e do outro lado do rio, Morro dos Patos é uma comunidade tradicional que é por definição mais fechada, mais desconfiada, mais silenciosa. Muito disso se deve à sua vivência de ameaça constante ao território, que além de menor territorialmente, é completamente cercado, de ponta a ponta pelo Complexo Eólico Pedra Cheirosa da CPFL Renováveis. Morro dos Patos foi construída em cima de Dunas Fósseis como Cascudos, são elevações mais proeminentes, o que concede ao vilarejo uma vista privilegiada de toda a praia de Morro dos Patos.

---

<sup>20</sup> Trecho retirado e transcrito de Diário de Campo, entrevista presencial, gravada na Associação de Pescadores Artesanais e Agricultores do Assentamento Morro dos Patos, no município de Itarema, litoral oeste do Ceará, 18 de agosto de 2022. A identidade dos entrevistados será preservada por opção dos mesmos face à insegurança e o medo que sentem de ameaças externas.

A praia de Morro dos Patos é mais ou menos deserta<sup>21</sup>. Possui na verdade apenas uma barraca, a Barraca do Seu João que existe na praia há mais de 30 anos como apoio aos pescadores e área de lazer da comunidade. Na Praia de Morro dos Patos a comunidade desenvolve sua vida: pescam, mariscam, se divertem, descansam, sofrem. Ao redor, torres eólicas avançam no sentido curvo como se os cercassem entre dunas e águas. Isolados, o povo de Morro dos Patos foi ficando invisível. Invisíveis, o povo de Morro dos Patos foi ficando desconfiado. Nada chega ali por acaso e nada é aceito de cara.

Pelo histórico de conflitos sangrentos e percas violentas, o pequeno Assentamento de Morro dos Patos está em estado constante de alerta. Estão sempre se perguntando quando vão ser atacados. Por terra, por mar, pelos ventos. É um território do medo. O medo é um sentimento familiar, claro, fácil de ser identificado pelas casinhas baixas e coloridas, de alpendres cobertos de areia da praia e janelinhas entreabertas. Na rua principal da vila tem uma igrejinha católica onde os moradores rezam para Nossa Senhora dos Navegantes. Na mesma rua, a casa de farinha, a escola da comunidade e a associação dos moradores. Quando chegamos ao final da rua principal, encontramos imponentes torres eólicas beirando o quintal da última casa.

A noite em Morro dos Patos é ainda mais curiosa. Reveladora. Os moradores possuem mais vida, mais ânimo. As torres piscam luzes vermelhas que parecem um sinal de alerta. Durante a noite é possível ver o cerco de luzes que se fecha ao redor de Morro dos Patos. Eles seguem a vida como se já estivessem acostumados com o som e a visão estarrecedora. Para os visitantes, impossível ignorar ou habituar-se. É um espanto constante.

Durante a noite alguns sentam nas calçadas, conversam com os vizinhos, realizam as novenas ou se reúnem no salão da associação dos moradores. É um povo definitivamente místico. Misturam e sincretizam as diferentes religiões e para passar o tempo, falam sobre as lendas e folclores do mar, do mangue e da vila. Acreditam nas entidades e espíritos da região, é neles que se apegam para resistir ao sentimento de invisibilidade, a violência de serem ignorados, excluídos. Esquecidos na beira do mar.

---

<sup>21</sup> Como uma praia afastada do turismo de massa, não possuem resorts nem hotéis de luxo, não possuem barracas na praia nem lojas, barracas de venda e paisagem modificada pelo capital.



Ao atravessar o Rio Aracatiaçu, dois mundos se chocam em distintas formas de resistência. Dois universos e formas de territorialidades que trouxeram a riqueza desta pesquisa: as diferentes manifestações do Bem-Viver, que se projetam nos sonhos dos povos tradicionais e originários de acordo com suas cicatrizes e suas formas de resistir, de esperar. Enquanto uma comunidade é assediada pela hipervisibilidade de seu território, a outra é violentada pelo esquecimento e invisibilizações propositais aos seus povos e maneiras de se desenvolver. Morro dos Patos é sem dúvidas, um território de esperança, mas coexiste junto a esta, a figura presente do medo e do abandono.

**Figura 16: Final da rua em Morro dos Patos. Ao fundo o parque eólico Pedra Cheirosa da CPFL Renováveis. Itarema, Ceará.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.



Diário de Campo, 18 de agosto de 2022.

**Pergunta:** *O senhor nasceu e se criou-se aqui tudo pescando?*

**Seu Neri:** *Foi, tudo pescando. Criei uma família de 10 filhos aqui.*

**Pergunta:** *Naquela época o senhor não tinha medo de ser expulso daqui não?*

**Seu Neri:** *Tinha não. Meu pai é daqui, eu nasci aqui. Essa terra aqui é daqui até naquela estrada, é de lá pra cá, subindo e descendo. É tudo Morro dos Patos. Antes era pouca casa, hoje é tuuudo de casa, daqui até no mangue tem casa, os menino vão crescendo e vão se espalhando. Eu digo assim: daqui mais uns ano não vai caber mais ninguém. O cercado é coletivo, tudo é coletivo. No cercado faz a roça, feijão, milho, batata. O feijão ninguém compra porque nois faz, a farinha nois faz aqui, a gente só compra o que não sabe fazer (risos). Vendia o peixe aqui mesmo, ou levava pro Itarema. Cavala, escama, serra, peixão assim, tinha pra comer e voltava com dinheiro. Ia comprando açúcar, o arroz. Todo dia ia pescar, as vezes voltava só no outro dia.*

*O povo daqui é sadio porque o peixe que a gente come aqui, o pescador come peixe fresco, todo gostinho bom. O peixe ruim que a gente come aqui é peixe do gelo, ruim, caro. Pescador aqui não come peixe do gelo, é saindo da água e indo pra panela! Eu num dava pra morar no sertão não, eu nunca me engracei de morar em sertão não. Me acostumava não. Pra sair daqui tem que morrer primeiro, eu num saí até agora.<sup>22</sup>*

---

<sup>22</sup> Trecho de uma conversa não gravada e escrita em diário de campo. Este momento foi uma conversa informal na hora do almoço, sem caráter de entrevista. Seu Neri e Dona Rita são um casal de 80 anos que me hospedaram em sua casa no assentamento de Morro dos Patos e me contaram sobre sua história e o dia-a-dia na comunidade. 18 de agosto de 2022.

**Figura 17: Seu Neri e Dona Rita em Morro dos Patos. Itarema, Ceará.**

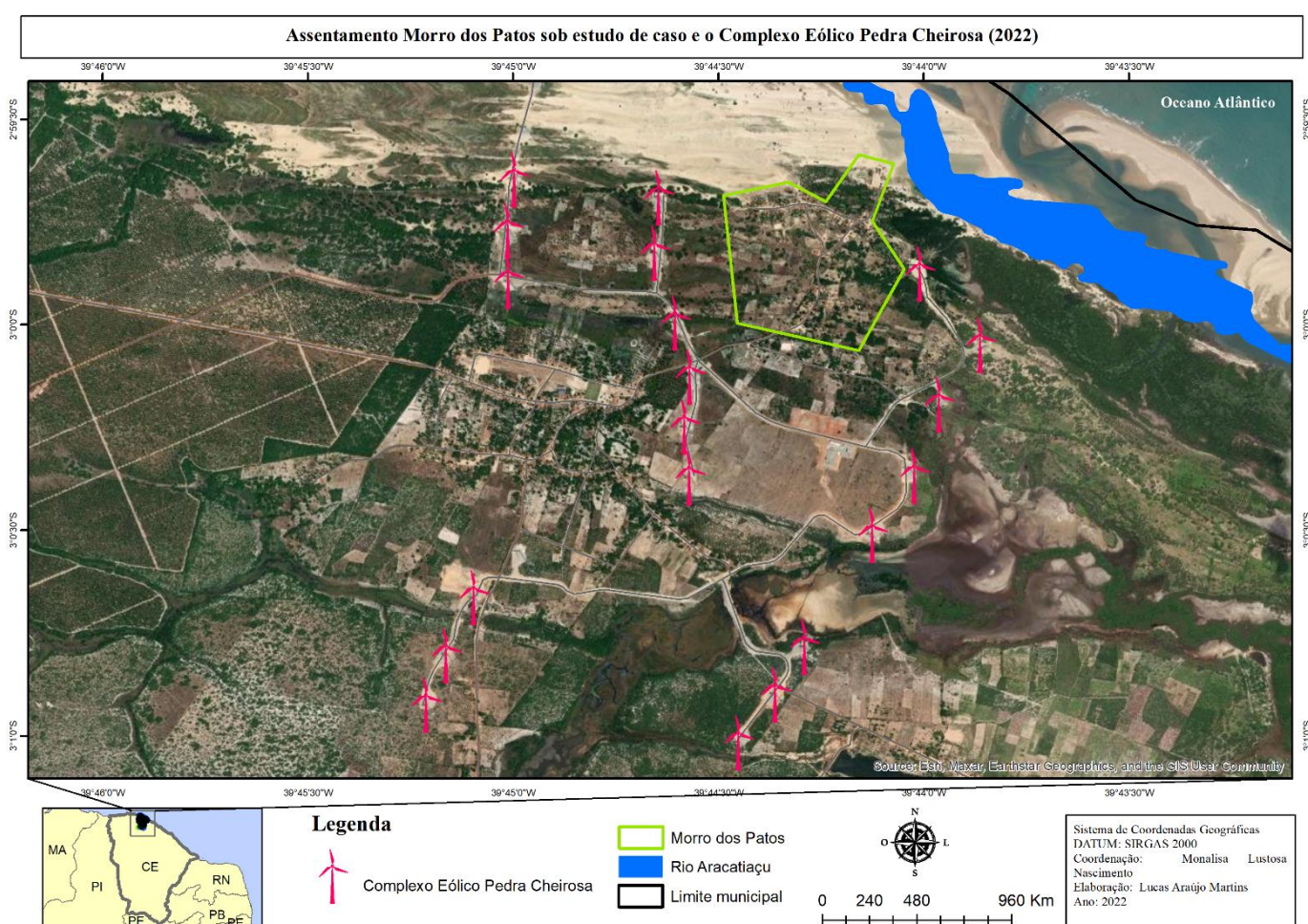


Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

A história de formação e resistência de Morro dos Patos, assim como em Barra das moitas começa com o ataque de empresários que se diziam donos da terra, terra essa que ao longo das gerações foi cultivada e caminhada por pescadores e agricultores locais, nativos. Mas, talvez pela sua pequenez territorial, Morro dos Patos se agiganta em união dos moradores que se juntam em todos os momentos na

comunidade, seja para um mutirão de quarta-feira à tarde para consertar uma cerca, para as reuniões no salão da associação dos moradores, seja para acampar e resistir no próprio território. O rosto dos homens e mulheres de Morro dos Patos mostram uma força e uma resiliência que somente depois de sentir o medo passar por dentro os sentidos, conseguimos então enxergar a beleza, o orgulho e a força de um verdadeiro território de esperança cercado entre parque eólicos e a ameaça do desenvolvimento.

**Mapa 5: Mapa de localização do Assentamento Morro dos Patos**



Org: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Durante a interação com o povo de Morro dos Patos, o respeito à sua luta logo se transformou em enorme admiração, além de uma acolhida carinhosa e divertida. Enquanto tomávamos café ao pé de um tronco de madeira no quintal de uma das últimas casas da vila, percebi que o quintal dava vista para a praia, e os pescadores

já haviam retornado. O grolado, comida típica e de raízes originárias feito da tapioca com côco ralado, foi servida com farofa de peixe, enquanto o café e a morea descansavam no tronco. O sol começou a se pôr na vila e todos sentados ao redor do tronco resolveram me contar histórias e lendas da vila, além de suas raízes e proximidades com os povos originários Tremembé de Almofala no distrito vizinho.

Filhos, netos, tios, todos de alguma forma possuem algum parentesco ou proximidade com a terra indígena de Almofala em Itarema, e sua grande espiritualidade parecia ecoar pelos quintais daquela vila na beira de uma praia deserta, ao som de inúmeras torres eólicas. A noite caiu e todos se reuniram no salão da associação dos moradores, que do contrário ao que ocorreu em Barra das Moitas, quando tive interações mais individuais e íntimas com os moradores, em Morro dos Patos, tudo aconteceu de forma coletiva e estava sempre rodeada de muitos moradores, uma coisa que chamou atenção, pois, quando se dispuseram a fornecer entrevistas e contar a história da comunidade-assentamento, certificaram-se que todos que julgavam importantes, estivessem presentes no local.

Tão logo a noite caiu, nos reunimos todos no salão da associação dos moradores e a partir deste encontro, tento reproduzir fielmente as falas dos participantes, ressaltando que a pedido dos mesmos e para garantir a segurança dos entrevistados, todos os nomes foram ocultados e as identidades preservadas:

Diário de Campo, entrevista gravada, 18 de agosto de 2022:

**Pergunta: Como foi a luta pra se tornar assentamento aqui?**

**Pescador 1:** *Foi luta, foi conflito. Nois perdemo companheiro aqui. E hoje ainda nois ainda véve conflito, não acabou nosso conflito ainda. Acabou ainda não. Acabou per um lado, per o outro ainda ta crescendo o conflito....*

**Pescador 2:** *Cuma a gente ta assentando barraca, alguma coisa, é porque nois somo as pessoa que nasceram aqui na terra né? A gente num chegou aqui de nenhum canto pra ocupar essa terra não, a gente já nasceu aqui! Quando eu me entidi, quando eu nasci foi aqui, aí eu perguntava a papai “você veio daonde?” e ele dizia: “não meu fi, eu sou daqui também!”. 80 anos né?! Aí veio, apareceu um proprietário que disse que era dono dessa localidade. E aí nois tinha que sair todo mundo, ele botou um*



documento que a gente tinha que sair todo mundo. Depois de nois tudo criado, tá entendendo? Nessa época eu já tinha uns 30 anos. Tinha que nois sair dessa localidade por conta deste dono que apareceu né? Que antigamente meu pai disse que não tinha, nestes morro aqui que você viu num foi? Num tinha dono, aí estes morro era tudo aberto, num tinha nem animal pra comer as pranta. Aí depois de 30 anos como eu tô falando né? (30 anos da idade dele, que hoje é um idoso de mais de 70 anos) apareceu o dono com documento dizendo que tinha que sair todos. Esse povo aqui ó, aqui já tem os filho né, alguns já morreram, ta só os filho.

Aí na Lagoa do Mineiro já tinha iniciado né (Assentamento Lagoa do Mineiro estava em luta pela terra há poucos quilômetros de distância). Aí a gente perguntou: “rapaz e agora? Nois tem que sair dessa terra, quê que nois ramo fazer?” Aí eles disseram assim: “você tem coragem de lutar pela terra?”. Tinha os mais velho aqui né, tinha os pai da gente, aí eles disseram: “inclusive você pode se organizar e fazer um abaixo assinado e enviar pra nois, pra nois trabaia junto. Nois se junta com você pra lutar junto”.

Aí começamos a trabaia né, pra trabaia junto com o MST. E ia pra toda parte com o MST, ia pro governo pra ser desapropriado né? Aí logo a Lagoa do Mineiro foi desapropriado<sup>23</sup>. Aí fiquemos na história aqui, o proprietário em cima todo o tempo, aí arrumou logo muita gente... atirador né, aí começou a matar gente, matou três daqui de dentro, e nois ficamos por aqui escondido... escondido junto com o pessoal do Mineiro. Aí toda semana nois tava no INCRA e o INCRA disse que num era da parte deles, aí nois ia no IDACE e eles disse que num era da parte deles porque era coisa pequenininha, você sabe né? Aí disseram que a solução nossa era o prefeito. Aí fomos no prefeito, aí o prefeito disse: “Se é assim, se for isto aí que vocês tão lutando pra mim, aí é comigo mesmo que nois resolve!” Aí só fizemos enviar o documento e ele foi pro órgão, aí arrumou condição de comprar a terra.

Nem o proprietário num queria vender a terra, mas tinha uma lei que se num aceitasse o recurso com tanto dia, retornava o dinheiro né. Isso aconteceu isso, ele não queria, era um valor muito alto e ele não queria o dinheiro. Aí ele viu o quê que acontecia né e ele ia perder por usucapião, aí ele pegou o cheque e foi resolvido a questão nessa época. Aí passou a ser Assentamento, assentamentozinho de Morro dos Patos, e criamos a associação.

---

<sup>23</sup> Desapropriado do dono e virado assentamento de reforma agrária.

*E daí pra cá com tanta história que eu tô dizendo, é que vem o medo. Dessas firma chegar, querendo se apossar, querendo se apropriar dessa área que é tão pequena... com tanta gente dentro. Aí a gente imagina: será que mais tarde eles vão tirar este povo daqui todo mundo? E pra onde nois vamo? Num tem a história né? E se butar um parque eólico aqui dentro? Se butar só dá pra eles! Se butar só dá pra aquela firma, num dá pra nois morar! Por isso que a gente até hoje tá querendo debater que não pode aceitar. Num sabe até quando nois vamo alimentar isso, porque pode que seja butado na lei né, na marra! Mas nois nunca pode dizer que aceita! Porque se nois disser que aceita nois tamo entregando né? Tamo entregando a nossa responsabilidade. Então se alguém quiser tomar, então toma, mas ninguém deu! É isso que eu queria dizer, a nossa resistência começou desse jeito.*

*Alguém diz assim pra mim ou pra minha família: “rapaz tu tem coragem de morar em outro canto?” e eu digo assim: eu não tenho coragem de morar em outro canto porque eu não conheço este outro canto. O canto que eu conheço é este. Eu nasci aqui. O canto que é meu é esse porque é esse que eu conheço. A gente não aceita essas coisas.<sup>24</sup>*

Obviamente a luta de Morro dos Patos é muito mais forte e foi também muito mais sangrenta do que relataram os moradores numa breve entrevista oral. As cicatrizes e a memória dos moradores de Morro dos Patos ainda está aberta e latente depois de mais de 30 anos, sendo descrito por eles como um episódio de dor e sofrimento, luta e resistência dos vivos e dos que padeceram na luta.

Desde a década de 1980<sup>25</sup>, os conflitos já se agudizavam na localidade, não só em Morro dos Patos como também em vários assentamentos próximos, culminando na morte de um líder da luta pela terra na região, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Francisco Araújo de Barros<sup>26</sup> em 1987. A partir de então os conflitos por

---

<sup>24</sup> Trecho retirado e transcrito de gravação, diário de campo, entrevista presencial na Associação dos Pescadores e Agricultores de Morro dos Patos. Como condição dos moradores, as identidades foram preservadas por motivos de segurança. 18 de agosto de 2022, Itarema, Ceará.

<sup>25</sup> Vale ressaltar que a partir dos anos 80, o MST ascende as lutas e ocupações pela terra em todo o Ceará. Do Sertão Central ao litoral cearense, as ocupações de fazendas e resistências de comunidades tradicionais contra posseiros e fazendeiros marcaram o início da luta estadual do Movimento Sem Terra e da história do MST no Ceará junto às comunidades tradicionais, povos originários, comunidades eclesiais de base e outros movimentos socioterritoriais.

<sup>26</sup> A morte do líder Francisco Araújo de Barros é lembrada todos os anos junto com todos os mortos na luta pela terra através da Caminhada dos Mártires, uma caminhada entre os assentamentos homenageando os mortos na resistência e reafirmando os princípios e as razões da luta pela terra,

terra na região escalaram patamares cada vez mais violentos, desembarcando em Morro dos Patos de forma cruel e encontrando também uma resistência ativa e desesperada:

Os moradores tiveram suas casas cercadas de policias sem ter o direito de sair de suas casas, foram dias de bastante tensão e sofrimento para a comunidade, onde os mesmos viviam em extrema pobreza, sendo aprisionados pela pessoa que se dizia dono da terra. O posseiro, por sua vez, obrigava todos os moradores a trabalhar de graça para ele, além de pagar renda da terra. Com o passar dos dias, essa renda foi ficando muito cara e os mesmos não tinham como arcar com aquela quantia de dinheiro. Vivendo com toda essa situação, a comunidade se mobilizou jovens, pai, mãe, filho e vamos pra lutar, contando com o apoio da igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que naquela época era uma entidade sempre presente na luta dos povos oprimidos.

No ano de 1987 teve mais uma morte devido ao enfrentamento da comunidade. Porém, tal fato não cessou a luta do povo, que se mobilizou cada vez mais na resistência de conquistar o seu pedaço de terra. Os moradores de Morro dos Patos passaram dias e dias acampados na própria terra, resistindo as ofensivas do posseiro, para garantir o seu lugar de moradia e plantação para o seu auto sustento e para comercialização.

Em fevereiro de 1988, tivemos que sofrer mais uma perda causada pelo mesmo assassino. Entre uma morte e outra, tivemos várias ameaças: políticos vigiando nossas casas, tiroteios e na ocasião tivemos um companheiro baleado e que por sorte não perdeu a vida. Em 1993 expulsaram o dirigente da comunidade, no ano seguinte o delegado veio com uma ordem para levar nossos produtos ou se reagíssemos, levava-nos presos (FERREIRA, 2018. p. 36 e 37).<sup>27</sup>

Após a conquista da terra, o assentamento Morro dos Patos iniciou a luta pela reinvidicação de direitos e desenvolvimento a partir de suas próprias necessidades.

---

além de definirem todos os anos, lemas e temáticas de representação da luta dos povos Sem Terra. Em 2022 a Caminhada dos Mártires foi realizada no Assentamento Lagoa do Mineiro, com o lema “Do sangue dos nossos mártires florescem as comunidades”. Ver: <https://mst.org.br/2022/08/15/assentamento-lagoa-do-mineiro-no-ce-realiza-xx-edicao-da-caminhada-dos-martires/>

<sup>27</sup> Ana Maria de Moura Ferreira é nativa de Morro dos Patos e escreveu seu trabalho de conclusão de curso sobre “O PROCESSO DE LUTA E RESISTENCIA DOS JOVENS NO ASSENTAMENTO MORRO DOS PATOS MUNICIPIO ITAREMA CE” na Universidade Estadual do Ceará, 2018.

Vivendo basicamente da pesca e da agricultura nos cercados e quintais produtivos, os índices de extrema pobreza ainda hoje, mais de 30 anos depois, ainda são expressivos e preocupantes. Os moradores possuem algum acesso à assistência técnica e programas sociais da prefeitura de Itarema voltados ao desenvolvimento de pesca, agricultura e turismo, mas os efeitos são mínimos, contando quase sempre com a união da comunidade e com a ajuda de ONGs locais para a mobilização e reivindicação de direitos como infraestrutura, saúde, educação e informação.

Com a posse da terra logo vieram as conquistas como escola fruto de muitas lutas, pois a sua construção não seria na comunidade, a igreja, tem um espaço para comercialização os pescados, casa de sementes, quintais produtivos onde cada membro tem na sua casa, se tornando uma fonte de renda. Tudo isso foi frutos do processo de mobilização da comunidade junto com o MST que desde de muito tempo atua lá, A comunidade prevaleceu unida nesse enfrentamento, pois a melhor maneira de resolver a questão era através da coletividade e parceria com os outros assentamentos vizinhos, que sempre estavam na luta quando era preciso multiplicar forças nessa jornada de resistência (FERREIRA, 2018. p. 38).

Assim como Barra das Moitas, o Assentamento Morro dos Patos fica à pelo menos 400 metros de distância das torres eólicas do Complexo Eólico Pedra Cheirosa que pertence à CPFL Renováveis, que por sua vez, pertence a chinesa State Grid. Mas, diferente da outra, neste assentamento as residências são muito mais próximas, causando todo tipo de experiência nos que vivem às margens de uma torre eólica.

Moradores relataram o medo de que as peças das torres caíam sobre suas casas, que o barulho as vezes causa pânico, confusão, causa estresse e prejudica o sono. Para além dos incômodos do dia-a-dia, a vista imponente das pás girando incessantemente são um lembrete diário da ameaça ao assentamento de beira-mar, que possui na sua última rua próxima à praia, um monumento homenageando os mortos no conflito pela terra em Morro dos Patos.

Os conflitos velados coexistem com as conflitualidades latentes e palpáveis, que parecem imprensar Morro dos Patos contra um paredão de tecnologia e futuro, que insistem em convencê-los de que são ultrapassados, são obsoletos, subdesenvolvidos e atrapalham o caminho para o verdadeiro progresso. Ademais, existe também a luta contra um inimigo invisível, inominável, impessoal. Não se sabe



contra quem lutar quando não se sabe a origem definitiva dos males que ameaçam Morro dos Patos, que chegam representados por políticos locais e empresas desconhecidas. E este é um reflexo do conflito mais latente em todos os espaços onde o capital transnacional se instala: o inimigo está em outro patamar de atuação, tão distante do local e do território que não se sabe contra quem, de fato, resistir. A tarefa de “rastrear o dinheiro” e a política que o materializa no território torna-se, portanto, imprescindível nas resistências de povos tradicionais e originários impactados diretamente por estas ações do global no local.

**Figura 18: Monumento em homenagem aos mártires da resistência pela terra na região**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 19: Jornal Diário do Nordeste, inauguração do Complexo Eólico Pedra Cheirosa, CPFL Renováveis, 2017**



Fonte: Reprodução Diário do Nordeste, 2017. <sup>28</sup>

O Complexo Eólico Pedra Cheirosa chegou em Itarema entre os anos de 2016 e 2017 instalando-se nos limites territoriais do Assentamento Morro dos Patos. Construído pela CPFL Renováveis, o complexo eólico passou a ser propriedade da empresa chinesa State Grid no ano de 2017, época em que a State Grid adquiriu a brasileira CPFL. Ambos os empreendimentos trazidos a partir de estudos de caso

<sup>28</sup> Para acessar matéria completa ver:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/complexo-eolico-em-itarema-adiciona-48-3-mw-ao-ceara-1.1795832>



aqui, são chineses a partir de fusão e aquisição, não cabendo portanto ao Estado chinês a conflitualidade inicial da chegada de um parque eólico às margens territoriais de comunidades tradicionais ou assentamentos. O que cabe ao Estado chinês são as consequências da permanência e manutenção do estado de ameaça, de espoliação e de violência à estes povos.

**Figura 20: Placas de proibido entrada, aviso de perigo e cercas do Complexo Eólico Pedra Cheirosa. Entrada do distrito de Patos. 2022.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 21: Distrito de Patos, Itarema, 2022.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 22: Limite territorial do Assentamento Morro dos Patos. 2022.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Diário de Campo, entrevista gravada, 18 de agosto de 2022:

**Pescador 1:** *Tem esse parque eólico que ta atingindo a gente, tem esse outro povo que ta atacando a gente, então tem esses dois pontos, tem o conflito da terra, tem esse conflito e tem esse outro impacto, aí nois vamo pra luta de novo...*

**Pescador 2:** *Esses cata-vento aí tá com uns 5 anos. Aí nois foi convidado toda as reunião, eu participei de 5. Tinha naquela região alí dos Patos na igreja com os prefeito tudo que era pra conquistar nois e essa localidade pra eles botarem aqui. Mentiam, diziam que o dinheiro era bom, toda conversa pra nois, aí nois ia pra reunião dizendo que nois não aceitava. Os menino podiam querer, mas nois num aceitava. Os amigo nosso aceitaram ali onde não é mais nosso, aí botaram 5 lá, pegaram assinaram os documento pra cinco (torres eólicas), quando foi assinado que terminaram de botar, eles só tiveram uma, só são dono de 1 torre no terreno deles. Hoje eles só recebe de uma. Aí quer dizer, nesse momento se nois cai nessa mentira, nois tinha ficado assim, eles tinham feito a mesma história. Nois num sabe pra onde que nois ia, aí nois sempre se saímo dessa jogada aí.*

**Pergunta:** **Vocês estão cercados! Vocês resistiram e elas não estão aqui dentro porque não deixaram, mas vocês estão cercados. Alguém sentiu algum benefício de ter esses parques eólicos aqui?**

**Pescador 2:** *Teve não. Teve não. Aquela extrema que elas tão ali é a extrema do nosso terreno. Nois só tem isso aqui né, pra lá tudo ali é dos outros. Pra lá teve um beneficiozim muito pouco. Aqui tinha uma ponte bem bonitinha ali né, foi um benefício da eólica, foi tudo que eles fizeram pra essa localidade toda. Só aquilo ali. Eles disseram “eu tenho 80 mil pra vocês, porque onde nois chega nois tem que fazer um bem” e eu perguntei: “e o quê que precisa pra vocês darem esse dinheiro?” Aí eles respondeu: “precisa de todos os documento da associação que é pra nois divulgar que nois demo os 80 mil”. Aí nois mandemo ele levar o dinheiro. Porque vamo supor, eles num tinham dado nenhum presente nem pros minino que tinham riscado o terreno todinho de estrada e de torre, e queriam dar presente pra gente que eles num tinham*

*bulido na terra? Achei estranho né. Eu fiquei logo estranho, porque se nois num tava querendo, os outro tinha querido e num tinha recebido presente! (risos)*

**Pergunta: E os impactos e malefícios, vocês sabem dizer?**

**Pescado 2:** *Sim. Tem um amigo meu dessas torre aí que falou “hoje eu acho isso uma poluição...” poluiu o terreno e eles não tão sendo beneficiado. “Quando eu to lá no meu alto, na minha casinha, eu não posso ficar lá por causa de tanta zuada.” Aí ele disse que é uma poluição. Aí nois tamo por aqui desse jeito passando essas coisas assim.*

**Pergunta: Vocês ainda tem medo de que queiram colocar parques eólicos aqui?**

**Pescador 2:** *Eu digo com consciência, eu digo pra esses companheiro aqui que são meus vizinho: agora que o medo cresceu pra mim. Agora que eu tô com medo. Na época que mataram um irmão meu eu não tive medo, porque nois tava correndo, pulando, todo tempo escondido, não tinha tempo de ter medo. Mas agora que tamo parado, agora eu tô com medo. Porque agora é que tem oião, agora é que tem coisa. Se você passasse um mês aqui você via pesquisa de todo jeito, pesquisa da terra, de gente imprensando nois. Agora que eu tô pensando: como é que vai ficar? E como eu vou deixar pros meus filho? Eu tô pensando assim, como é que eu vou deixar pros meus filhos... Porque que a lei só derruba a casa do pobre, num derruba na casa do rico. A lei só tem pra tirar do pobre, num tem pra tirar do rico. Qualquer dia chega e derruba essas casas. Aí por isso que eu digo, a gente sofre né, eles entra até em assentamento grande, imagina aqui nois nesse assentamentozinho besta!*

**Pergunta: O que vocês acham do que eles, dos parques eólicos e governo, chamam de Desenvolvimento Sustentável e Energia Limpa?**

**Pescador 1:** *Só corrupção...*

**Pescador 2:** *Eles disseram assim: “nois entra com mais de 50% de empregado daqui, nois garante que seja empregado, a energia vai ser limpa, pra vocês pode ser até mais barata”. Empregado talvez nois conte cinco, cinco empregado hoje nestes cata-vento*



*tudim. E a energia é uma coisa que ninguém sabe, nunca nem ouvi falar dessa energia, ninguém nem sabe nada.*

**Moradora 1:** *Desenvolvimento deles é só buraco na estrada. Piorou porque tem uns carro muito pesado que fica passando é uns buraco mais grande do mundo. Todo dia toda hora, acabou foi a estrada.*

**Pergunta:** **Vocês sabem qual é a empresa dona desses parques eólicos aqui do entorno?**

**Moradora 2:** *Mulher, muda... De três em três meses muda a empresa. Direto...Tu sabe que empresa é que tá agora?*

**Eu respondo:** *Essa empresa dona desses parques aqui, ela não muda. Ela é a mesma desde que construiu. O que muda é a empresa que presta o serviço de manutenção, coisas assim. A dona é a mesma. Ela se chama CPFL, que significa Companhia Paulista de Força e Luz. Ela é distribuidora de luz de São Paulo. Só que depois de alguns anos, já faz um tempo, a CPFL foi comprada. Esses parques eólicos que estão nos limites do território de vocês agora pertencem à China, uma empresa chamada State Grid. É uma empresa estatal, uma das maiores estatais chinesas. Ela não está só aqui, está no Brasil todo, em São Paulo, no Piauí, no Rio Grande do Norte também. Mas essas eólicas aí, agora, a gente já pode falar que elas são chinesas. Vocês sabiam disso?*

*Silencio. Ninguém sabia.*

Eles se olham com um olhar de medo, de um sentimento de impotência que foi possível sentir. Naquele momento eu não sabia se fazia certo ou errado lhes dar a informação dessa forma, mas como não tinha outro jeito, só deu assim. Eu também fiquei muito surpresa com a falta de conhecimento deles em relação ao “inimigo”. Os “cata-ventos” como eles dizem, estão ali há muitos anos e em nenhum momento eles tiveram informações suficientes para entender de onde vem e pra onde vai o tal desenvolvimento sustentável. Eu nem consegui dormir com isso, quanto mais revirava na cama com o barulho do parque, mais raiva sentia de como eles estão cegos e impotentes frente às decisões tomadas num plano que sequer conhece a existência da comunidade (Trecho retirado de Diário de Campo, estadia em Morro dos Patos, 18 de agosto de 2022).

**Figura 23: Última casa nos limites territoriais de Morro dos Patos.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 24: Morro dos Patos visto de longe, fazendas de coqueiros e o Complexo Eólico Pedra Cheirosa, 2022.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.



**Figura 25: Parque Eólico Pedra Cheirosa, Praia de Morro dos Patos**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 26: Pescadores na Praia de Morro dos Patos, 2022.**



Foto: Júlio, pescador de Morro dos Patos, 2022.

**Figura 27: Encontro do Rio Aracatiaçu com o mangue e a Praia de Morro dos Patos. Parque Eólico Pedra Cheirosa.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.



**Figura 28: Encontro do Rio Aracatiaçu com a Praia de Morro dos Patos.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 28: Rio Aracatiaçu e manguezal na Praia de Morro dos Patos**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

Em Morro dos Patos, terra de pescadores, agricultores e marisqueiras, enquanto andávamos pelas águas salobras dos encontros de rio, mar e mangue, os moradores locais iam contando seu dia-a-dia de trabalho nas águas: as mulheres

descem para a praia com seus baldes e bacias e começam a mariscar búzios para vender no quilo ou para consumo próprio (como o caldo de buzios), caranguejo, siri, guaiamum, aratu, e outros tipos de crustáceos que mantêm a economia e a autonomia alimentar da comunidade.

Ao longo da praia os barcos atracados que já voltaram de um dia de pescaria vão formando a paisagem de calma e simplicidade na Praia de Morro dos Patos. A comunidade depende dos atravessadores para vender sua produção e produz nos quintais e cercados coletivos o básico para a sua subsistência. Apesar do nível de pobreza em Morro dos Patos, a fome não é uma realidade<sup>29</sup>. Graças as mãos calejadas que pescam, mariscam e plantam, a fome não fez parte da vida em Morro dos Patos, a despeito de ter assolado quase todo o Ceará.

Assim os pequenos territórios de Esperança vão tomando forma, ao menos com ideias e sementes do que podem vir a ser ou seu potencial ainda não totalmente conhecido. São espaços onde a autosuficiência lhes salvou de um estado desumano em que aprofundou-se o Brasil. Para eles, a soberania alimentar é tão importante quanto a soberania energética, que também é tão importante quanto ter o pertencimento assegurado na terra, no território que vai além da terra: no mar, no rio, no mangue.

Enquanto caminhávamos nas águas razas e salobras do Aracatiaçu, me explicavam que a terra era muito rica, que ali tudo dava e por isso eles não abriam mão da luta e da resistência:

Diário de Campo, entrevista informal não gravada, 19 de agosto de 2022:

**Marisqueira:** *Aqui só morre de fome quem é preguiçoso, entendeu? Quem tem preguiça de vir mariscar, de vir pescar. Aí morre de fome. Mas aqui tem comida. As criança cresce livre pra brincar na praia todinha, eles gostam muito daqui. Quando encalhou uma baleia, eles ficaram doidos pra ver. Tem o cemitério da baleia aqui, depois te levo pra ver. Mas aqui tudo dá. Já tomou caldinho de búzios? Eu venho aqui e pego búzios, vendo no quilo, pego caranguejo e faço caranguejada. É bom. As vezes*

---

<sup>29</sup> Os índices de fome não foram formalmente mensurados em Morro dos Patos, o que se sabe são relatos dos moradores que relatam dificuldades e pobreza, muitos deles vivendo apenas do Auxílio Emergencial, entretanto, o fato de poderem pescar e mariscar, colher e plantar nos cercados os tira de uma situação de fome grave como acontece em outros municípios do Ceará.



*quando eu quero almoçar ou jantar caranguejo eu venho aqui e pego. Agora tão com essa conversa de eólica no mar. Mas a gente não vai deixar não, nada na nossa praia não.*

**Figura 29: Volta de um dia de pescaria, Praia de Morro dos Patos, 2022.**



Foto: Júlio, Praia de Morro dos Patos, 2022.

**Criança 1:** *Tia eles não vão vir não né? Na nossa praia não, a gente não vai deixar!*

**Marisqueira:** *Isso, a gente não vai deixar. Tá vendo? Até as crianças já sabem como é aqui. A resistência.*<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Essa foi uma conversa informal enquanto caminhávamos na Praia de Patos na manhã de 19 de agosto de 2022 para fazer fotos das torres eólicas e conhecer a praia. As crianças, dois meninos de 5 e 10 anos nos acompanhavam e me guiavam pelo local me mostrando os pequenos bancos de areia onde costumam brincar, as piscinas naturais que se formavam, os siris e maria-farinha na areia da

**Figura 30: Crianças brincando na Praia de Morro dos Patos.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

---

praia. Surpreendia como conheciam cada canto e como brincavam de forma muito livre, correndo por toda a praia, que naquele horário da manhã estava quase deserta.



**Figura 31: Criança brincando na Praia de Morro dos Patos.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

**Figura 32: Criança brincando na Praia Morro dos Patos.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022

**Figura 33: caranguejo, Praia de Morros dos Patos.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022

Diário de Campo, entrevista gravada, 18 de agosto de 2022:

**Pergunta:** O que é desenvolvimento pra vocês? Se vocês pudessem desenhar o desenvolvimento de vocês, como é que ele seria?

Silencio.

**Senhora:** *Falta muita coisa.*

**Pescador 1:** *Falta emprego, trabalho, falta muita coisa. A terra é nossa segurança, mas quando a gente ta inseguro é isso, a gente fica todo o tempo com medo. É inseguro.*

**Moradora 1:** *Falta estrada, é o principal. Falta tudo isso né? Posto de saúde a gente tem que viajar. Um dedo quebrado tem que viajar pra Sobral. Imagine um espinhaço*

*quebrado! (risos de todos no salão). Meu Jesus, ô pergunta difícil! Minha fia se eu for dizer, eu vou disparar.*

**Pergunta: Qual o sonho da senhora pra cá?**

**Moradora 1:** *Lazer pras crianças, pros jovens que num tem, num tem uma segurança. Nois queria também um posto de saúde! Aqui num tem nem pra tirar uma pressão, num tem! Tudo isso é importante pra gente, o caso aqui é sério! O lugar aqui da gente tem muita riqueza, aqui é muito rico a terra, mais nois morador num tem essa riqueza, nois num tem essa ajuda (infraestrutura). Os jovens, os pai de família tudo novo, só na enxada! Você gostou do peixinho? Mas num dá renda, meu amor! Se eu for dizer o que é que falta, falta é tudo!*

**Pescador 2:** *Meu sonho aqui é que nois tivesse liberdade... completa. Aí ia ser bom. Ter liberdade, sem ter medo.*

**Pergunta: Quando alguém pergunta de onde a senhora é, o que a senhora diz?**

**Moradora 1:** *Eu sou de Morro dos Patos! E tem uma associação muito forte, muito corajosa e muito guerreira, entendeu? Já tenho a minha identidade!*

As diferentes formas de resistências trazidas aqui mostram também que elas são resultados das diferentes formas de territorialidades, de ocupação e organização do território e sobretudo, dos sucessos parciais que as comunidades tiveram em conseguir empurrar para os seus limites territoriais, os complexos eólicos da CPFL Renováveis. Esse sucesso, em ambas as comunidades foi constituído pelos históricos anteriores de luta, resistência, ocupações e pela conflitualidade do território, que engloba os diferentes tipos de ameaça capitalista nacional e internacional aos povos tradicionais do litoral cearense e as alternativas encontradas por estes povos para continuar o bem-viver.

Para Pereira (2021) a conflitualidade é o resultado da gama de atores envolvidos no processo de acaparamiento, desde o Estado até os atores internacionais e transnacionais, construindo sobretudo, um processo repleto de contradições:

A implantação de parques eólicos está em constante movimento, ainda mais no momento em que o Brasil vivencia recorrentes aumento no preço pago pela energia pelos consumidores. O processo de implementação de um projeto eólico impõe novas racionalidades aos lugares (Traldi, 2019), envolve diferentes fases e onde as contradições estão entranhadas neste movimento. Para mais dos impactos territoriais resultantes da chegada do capital e da tecnologia, as promessas feitas nos poucos processos que possuem a participação da população, não são levadas a cabo, gerando apenas o aumento da desigualdade (PEREIRA, 2021, p. 31).

A conflitualidade enquanto o conflito em movimento é um “processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo” (Fernandes, 2008: 174). E é na conflitualidade que por vezes se constroem espaços e territórios que ultrapassam os limites do possível dentro da lógica capitalista, ou do esperado, que manejam as barquinhas frágeis numa imensidão de ondas bravias, as barquinhas que até hoje nunca viraram neste mar contraditório do desenvolvimento desigual, são vistas como resistentes, esperançosas de águas calmas para navegar.

Quando analisando as diferentes formas de utopias e suas materializações nos espaços, Harvey (2000) desenhou que as utopias do processo, como a capitalista, desembarcavam em formas opressivas, autoritárias e ou totalitárias, apresentando formas dialéticas de construção das utopias como uma alternativa ao esperar dos povos nos territórios. Para Harvey:

A tarefa consiste em determinar uma alternativa em termos que não alguma forma espacial estática ou mesmo algum processo emancipatório aprimorado. A tarefa é montar um utopismo espaço-temporal – um utopismo dialético – que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos (Harvey, 2004, p. 259).

Algumas dessas alternativas já desenhadas por Moreira e Targino (2007), foram denominadas como Territórios de Esperança. E neste momento busca-se romper com o agrocentrismo inclusive nestes espaços ou territórios de esperança, geralmente associados aos territórios que lutam e resistem aos latifúndios agrícolas, ao modelo capitalista de produção da agricultura, ao agronegócio. Em todos os rincões brasileiros há formas de resistências camponesas, pescadoras, de povos tradicionais



e originários contra distintas formas de espoliação do território<sup>31</sup>, das formas de produção e reprodução destes povos e há criações de alternativas baseadas no Bem-Viver e em utopias de esperança e solidariedade de formas distintas também.

Territórios de Esperança de Moreira e Targino (2007) utilizado para analisar assentamentos de camponeses Sem Terra no Estado da Paraíba, podem ser também utilizados para falar de povos tradicionais, agricultores, pescadores e povos das águas do litoral cearense que estão na linha de frente da luta contra as tecnologias predatórias enquanto mantêm vivos as formas de produção e reprodução de seus territórios, nadando inclusive contra a narrativa do Desenvolvimento Sustentável imposto.

Para Moreira e Targino, um Território de Esperança “é aquele conquistado e construído” por características de luta e resistência como: “resistência para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra; pela luta de consolidação de diferentes formas de agricultura camponesa.” Por isso são territórios que por romper com o sistema hegemônico, são construídos “com base na utopia e na esperança” (MOREIRA E TARGINO, 2007, p. 5).

Trabalhando com conceitos como Territórios de Esperança, Território de Solidariedade ou Território do Desejo, Moreira e Targino (2007), mostram como as contradições são formadoras desses territórios de luta, mas também a resistência da organização social que se recusa a se dobrar ou subordinar-se à dominação capitalista e hegemônica, ou como apontam: “pela bestialidade da exploração”. É o que todas as entrevistas ao longo deste trabalho mostraram, a capacidade das comunidades de se organizarem e produzirem a partir de suas próprias idealizações, capacidades e forças, a partir de suas formas de construção e resistência no território mantendo sobretudo a subsistência em seus próprios termos, a despeito dos assédios e promessas, e posteriormente das ameaças do Estado e do capital privado nacional e estrangeiro representado nestes casos pelas empresas de complexos eólicos, do turismo de massa e da especulação imobiliária.

É quando o “território de esperança representa a superação do território da exploração” (Moreira e Targino, 2007, p.5) que nos remete as falas dos pescadores,

---

<sup>31</sup> Um exemplo são os Complexos Eólicos nos territórios diversos, no Ceará, nas comunidades tradicionais litorâneas. A luta contra o turismo de massa, especulação imobiliária, poluição e racismo ambiental, negligência do Estado com territórios de pescadores e pescadoras artesanais e uma outra infinidade de formas de espoliações encontradas pelo capital.

agricultores e trabalhadores do turismo de Barra das Moitas, que ao resistirem à entrada das eólicas em suas dunas, reafirmam o seu trabalho artesanal como um trabalho digno, sem ser explorado por ninguém e mantendo assim práticas de não-subordinação como mão-de-obra disponível à subempregos para o sistema capitalista. Resistir através da pesca artesanal, da criação dos quintais produtivos e dos cercados coletivos, através do turismo comunitário e da mariscagem, em territórios alvos de implementação de Complexos Eólicos cujo investimento transcende o capital nacional e os interesses político e econômicos locais ou regionais, contra os resorts e redes de hotéis de luxo nas praias (além da atual e mais assustadora ameaça ao mar enquanto território tradicional dos povos do litoral cearense: as eólicas offshore) são exemplos da superação desses territórios de exploração, ou mesmo a resistência na manutenção de uma vida que nunca deixou adentrar no território, a exploração capitalista.

Dentro dessas definições elencadas por Moreira e Targino (2007, p. 5) dos Territórios de Esperança, outras importantes características são trazidas pelos autores através do exemplo do semiárido paraibano, como importantes para a consolidação dos Territórios de Esperança. Em primeiro lugar a convivência com o semiárido no caso paraibano demonstra como a união dos camponeses, entidades, ONGs e outros, se mobilizam “energias sócias para o uso sustentável da terra, da água e da biodiversidade” implicando a estes, o paradigma da agroecologia ao “olhar para a natureza a partir de suas potencialidades” através da adoção de “tecnologias alternativas ou apropriadas”.

Trazendo para as diferentes realidades camponesas e tradicionais, o que é emblemático no pensamento de Moreira e Targino (2007) e também sempre trazido por Acosta (2016), para mencionar pensadores acadêmicos e de influência no pensamento camponês, é que os povos originários do Bem-Viver, bem como os povos tradicionais, o campesinato, e até as periferias urbanas, possuem as soluções, as capacidades de criar soluções, de criar alternativas capazes de solucionar e de conviver com diferentes desafios impostos seja pelas condições naturais, seja pela ação humana. E no caso das comunidades tradicionais Barra das Moitas e Morro dos Patos estudos de caso desta pesquisa, são perfeitamente capazes de explicar quais modelos de desenvolvimento territorial, uso e ocupação do território, mecanismos de convivência com adversidades naturais e climáticas querem, possuem ou necessitam, além de serem também capazes de propor alternativas de fato sustentáveis, no real

sentido da palavra, visando sobretudo a soberania alimentar e energética de seus povos e de seus territórios.

Este é o primeiro e principal caminho para a consolidação dos Territórios de Esperança: a autonomia na formulação das políticas de desenvolvimento territorial adequadas aos povos, de acordo com suas cosmovisões.

Em segundo lugar, Moreira e Targino (2007) falam sobre o “intercambio do saber camponês” que se consolidam através dos encontros, trocas de experiências, visitas aos territórios e compartilhamento de saberes promovidos pelos movimentos sociais, ONGs, e outros. Nos casos das comunidades tradicionais do litoral cearense um dos pontos mais notáveis é justamente a ligação entre os territórios, seja pelas colônias de pescadores e pescadoras artesanais, as marisqueiras, pelo Movimento Sem Terra através dos encontros entre assentamentos e comunidades tradicionais, ou pelas ONGs locais que atuam promovendo encontros e jornadas de luta dos povos do mar. No próximo capítulo haverá especial atenção às articulações entre povos, movimentos e ONGs na construção dessas bases de interação e partilha e a partir delas, as possibilidades de alternativas desenhadas com base no Bem-Viver.

Para os autores, o que chama especial atenção diz respeito a capacitação interpovos, que visam construir práticas educativas de capacitação, “resgatando o diálogo como princípio formativo que privilegia a fala entre iguais” (Moreira e Targino, 2007, p. 16). É o que Acosta (2016) chama de uma construção *desde abajo*, capaz de fortalecer as ciências locais e ancestrais passando as cosmovisões e saberes tecnológicos tradicionais como forma de resistência e fortalecimento dos territórios. É um princípio valioso seguido com afinco pelas lideranças tradicionais das diversas comunidades, assentamentos e colônias de pescadores artesanais ao longo da costa cearense, com diversos exemplos de organização para a criação de jovens lideranças, partilha de saberes, encontros estaduais e regionais, articulações em movimentos<sup>32</sup>, criação de escolas do campo, oficinas de formação de comunicação social, cartografia social, de criação de protocolos de consulta, festivais celebrando as culturas alimentares locais, tempos de colheita e as famosas regatas nas praias.

Para Moreira e Targino (2007):

---

<sup>32</sup> Destaca-se o MST, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, as Pastorais de Juventude e Eclesiais de Base, e as ONGs locais, como ARPOLU, TERRAMAR E ECOMARETÓRIO.



O êxito dessas trocas de saberes acha-se relacionado, sem dúvida, à existência de um processo organizativo local, ao interesse dos que delas participam, ao conhecimento da realidade presente entre os pares e à arte do “aprender fazendo” que elas comportam (pag. 16).

E resgatam o pensamento de Oliveira (2005, p. 103):

Desvendar o que acontece na sua realidade, dialogando com um semelhante que tem uma realidade parecida, vendo quais são as possibilidades e os entraves de ver seus interesses viabilizados é um rico processo de aprendizagem. Ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização de uma realidade a partir de uma situação dada, em muito contribui para que seus atores possam sair do processo de desumanização em que vivem, buscando novas possibilidades.

Desvendando os Territórios de Esperanças, Moreira e Targino (2007) também dão importância às experiências dos Bancos Comunitários de Sementes, muito importantes para as comunidades e que como foi visto, é um dos tesouros das comunidades tradicionais que possuem os cercados coletivos como em Morro dos Patos e em Barra das Moitas. Os bancos de sementes são fundamentais para a preservação das sementes tradicionais e funcionam como “uma forma de superação da dependência histórica dos agricultores e agricultoras familiares em relação aos patrões, aos políticos ou ao Estado para obtenção de sementes” (p. 17).

As feiras agroecológicas são, para os autores do conceito de Territórios de Esperança, a expansão da comercialização solidária, da autogestão e da autonomia dos trabalhadores. No caso dos pescadores das comunidades tradicionais aqui expostas, é comum vender os pescados e crustáceos nas feiras abertas ou através de atravessadores. Em alguns momentos quando há oportunidades, as artesãs e artesãos das comunidades também se reúnem para vender nas feiras locais e nos pontos turísticos seus produtos fabricados na comunidade, geralmente artesanatos feitos de búzios, renda, trançado de palha e outros. As feiras de mostra dos produtos das comunidades tradicionais e assentamentos são vistos sempre como uma oportunidade valiosa de mostrar seus produtos dos quintais produtivos e dos cercados coletivos, como bem mencionado nas entrevistas realizada em Barra das Moitas.

Assim, o principal objetivo deste capítulo foi mostrar que a resistência ativa e as resiliências silenciosas e cotidianas destes povos e territórios, não fazem parte só

de uma utopia do Bem-Viver que reside somente no horizonte, é também uma realidade tecida fio a fio nas rotinas destes trabalhadores das águas, do campo, de formas alternativas e possíveis de materializar num mundo real, no hoje. Mesmo com as contradições. Mesmo com os desafios. Mesmo com as ameaças. Barra das Moitas e Morro dos Patos nos ensinam a enxergar a esperança e o fazer esperança com olhos mais ávidos e atentos, percebendo os detalhes. E para quem, como eu, teve o privilégio de pisar nestes chãos, a esperança também está nos cheiros e sabores refrescantes, nas águas correntes entre manhãs nas margens do Rio Aracatiaçu, nas noites quentes de lua em que os mais velhos me contavam lendas. As crianças correndo atrás de caranguejo e pescando no rio. A resistência é o caminhar calmo de Dona Ica, fazendo tranquilamente seu trançado de palha enquanto conta a sua história.

“Bixinha, eu já corri demais nessa vida viu? Eu já corri muito. Num tem precisão de eu correr mais não. Aqui minha vida é essa. Desde quando eu e o pai desses menino corremo, agora eu posso me descansar, mode que a vida num precisa ser corrida não, a gente num véve bem assim (Dona Ica, Barra das Moitas. Diário de Campo, agosto de 2022).



**Figura 34: A história viva da resistência de Barra das Moitas**



Dona Ica, matriarca e descendente de uma das primeiras famílias da Comunidade Tradicional de Barra das Moitas, próximo ao cercado coletivo. Amontada, litoral oeste do Ceará.

Foto: Glória, 2022.



**FIGURA 35: O passado e o futuro de Morro dos Patos**



Jackson, o neto e bisneto dos pescadores resistentes de Morro dos Patos.

Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022.

#### **4. ALTERNATIVAS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E POPULAR: A SOBERANIA ENERGÉTICA COMO O DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO DOS POVOS DO BEM-VIVER**

Compreender a governança dos povos e defender eles, entendendo que essa é a forma não só tradicional e modo de vida dos povos tradicionais, mas também o que pode nos salvar do caos da queda do céu, como diria Davi Kopenawa (Melka Barros, ativista do Ecomaretório, entrevista concedida em janeiro de 2023).

Os megaprojetos com seus falsos discursos de desenvolvimento tentam vender a ideia de que eles trazem o futuro para as comunidades tradicionais pesqueiras que seriam os signos do atraso. Contudo, em um contexto de avanço dos efeitos nefastos das mudanças climáticas e da degradação da qualidade ambiental, SABEMOS que não haverá qualquer futuro para a humanidade se efetivar-se essa ofensiva do capital contra os territórios tradicionais, que são espaços de vivência em relação direta com a natureza (Tribunal Popular da Economia do Mar, Sentença. 2022, pág. 9-10).

Se pudéssemos passear por todas as comunidades tradicionais e povos originários do Brasil, certamente conheceríamos diferentes formas alternativas, desenvolvimento e busca pela soberania energética. Algumas mais estabilizadas, outras ainda em fases de aperfeiçoamento, mas com certeza haveriam inúmeras formas de aprendizado sobre a tal transição energética que talvez para estes povos nem tenha este nome, pois não se trata de uma transição, está mais para a criação e uso de tecnologias sociais para a promoção da autonomia e a soberania energética do território.

O que não se pode negar é o efeito que a transição energética, ou na verdade a corrida global e geopolítica pela transição energética corporativa e neoextrativista, tem causado nas comunidades tradicionais e povos originários de toda a América Latina. Se é a transição energética a atual e mais importante pauta do capitalismo frente às mudanças climáticas e crises do modo de acumulação baseados na exploração de combustíveis fósseis, poluentes e cada vez mais escassos, acentuando ainda mais as disputas pelo acesso, é verdade então que o esforço por mudar as fontes e matrizes energéticas para recursos renováveis, seja também uma saída ou alívio destas crises de acumulação, mas também uma saída encontrada pelos países

nesta corrida pela “democratização” do acesso à novas fontes de energia, garantindo também a não dependência de um país à outro. Ironias, afinal esta corrida por novos recursos acabam também por criar conflitos justamente pela privatização do acesso e dos territórios ricos de recursos renováveis.

Daí as consequências que se agravam a cada ano, a cada estação, retiram o véu desta corrida geopolítica pela garantia do acesso e do fornecimento das matérias primas que movem a engrenagem da transição energética, como também a corrida territorial para a geração destas energias de forma cada vez mais pioneira. E neste caminho, “é preciso fazer sacrifícios”, custe o que custar. Os custos são enormes.

Cada comunidade tradicional violada no local pelo país investidor num plano global, cada ecossistema destruído pelos Estados em acordos com grandes empresas transnacionais, revelam que a transição energética tem se mostrado muito custosa, e até mortífera em muitos casos, desenhando uma batalha contra as mudanças climáticas que é mais um teatro do sistema internacional, onde dançam Estados e Capital privado, nacional e internacional, em harmonia pela busca de novas formas de acumulação que se encaixem em suas velhas ambições. Novas narrativas onde a corrida pela mitigação dos danos ao clima possibilite que seja socialmente aplaudido a perpetuação do desenvolvimento da morte, um velho conhecido dos povos tradicionais.

O Ceará corre agora para ser o pioneiro no desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia renovável, como por exemplo a corrida para a construção dos Hubs de Hidrogênio Verde numa verdadeira coalização entre Governo do Estado, Governo Federal, empresas privadas nacionais, Países e empresas internacionais. Não é preciso dizer a força que este projeto detém no momento para escrever a narrativa sobre o desenvolvimento sustentável, além de alavancar novos patamares no complexo da economia verde. São novos, impactantes e mega projetos de infraestrutura e produção energética, mas já são velhas e conhecidas as suas consequências do ponto de vista social dos povos tradicionais e pescadores de todo o litoral cearense.

O que chama a atenção neste longo processo de transição energética que o Estado do Ceará já vem passando, são as comunidades tradicionais atingidas ou que resistiram nos entornos, que ficaram cercadas ou iludidas com as promessas de energia mais barata, de mais qualidade, apontaram uma realidade completamente diferente, com difícil acesso à energia, nenhuma redução e até aumento nas tarifas

de energia elétrica ou pior: os constantes apagões e faltas de energia nas comunidades.

O processo de resistência então é uma disputa maior que somente a territorialização x desterritorialização de comunidades tradicionais ou mega empreendimentos de energia eólica (mas também vale incluir as outras maneiras que o capital se apropria destes territórios), é também uma valente e conflituosa disputa contra o racismo ambiental, a exclusão territorial, e principalmente, a luta pela reafirmação destes povos como sujeitos de direitos às ferramentas e mecanismos de desenvolvimento, seja pela infraestrutura, seja pelo tratamento, o acesso aos meios de bem-estar social e ao direito de desenvolver e utilizar as tecnologias sociais.

Dito isto, algumas questões se acumulam na discussão sobre a transição energética. As comunidades e povos tradicionais são contra a transição energética para uma matriz de fonte de renovável? Sim e não. Como se pode perceber, é uma questão complexa, pois os povos e comunidades tradicionais não são responsáveis nem pelo estado de mudanças climáticas que se encontra o mundo, nem pelo projeto de mitigação destas mudanças via transição energética de fonte renovável. Portanto, nunca lhes foi dado a chance de opinar nas políticas econômicas, sociais e ambientais deste projeto global de desenvolvimento. Mas, quando os projetos globais se materializam no local, eles são diretamente atingidos.

Então o trabalho deste capítulo é responder esta e outras questões, a partir do que foi coletado na convivência com os povos tradicionais de Barra das Moitas e Morro dos Patos, além dos movimentos socioterritoriais e organizações não-governamentais que atuam nos territórios. Qual a transição energética dos povos tradicionais se não é esta a qual foram submetidos? Em quais exemplos de alternativas desenvolvidas pelas comunidades ou assentamentos podemos nos inspirar? E quais interações entre o global e o local podem sugerir a mão contrária do que vem sendo desenhado pela transição capitalista?

Podemos afirmar que ao longo desta pesquisa ficou evidente que a convivência com o meio ambiente, seja na forma de interação, preservação ou não-divisão entre corpo-território para as comunidades tradicionais e os assentamentos, mostram que já existe uma transição energética em curso, com outros conceitos e concepções e que fazem parte de um guarda-chuva maior, que é o desenvolvimento territorial destes povos, que visam sobretudo a autonomia e a soberania energética.



Durante alguns anos, a Fundação Rosa Luxemburgo realizou pesquisas ao redor do Brasil para entender quais alternativas as comunidades tradicionais estavam desenvolvendo para contrapor a imposição da transição capitalista e acumuladora, os resultados apontam para algumas questões base como a questão da escala no processo de organicidade e de produção da comunidade ou assentamento, a geografia e a disposição dos recursos naturais, como por exemplo a necessidade de água para irrigação e outras formas de convivência com o semiárido, e as altas tarifas de energia nas comunidades tradicionais de pescadores artesanais que acabam criando exclusões sociais e aumento da pobreza. Então, não só falar da autonomia e de qual alternativa pode ser iluminada, mas onde, como e a partir de quais especificidades elas devem atender, são igualmente importantes.

O que há em comum a todas elas no entanto, é a necessidade de emancipação das distribuidoras de energia elétrica e de fomentar uma produção energética descentralizada, criada para atender justamente estas diferentes demandas e sobretudo, reduzir os custos e libertar os povos tradicionais e assentados da dependência das empresas distribuidoras de energia, que não por coincidência, são também as mesmas empresas cujo capital nacional ou internacional, se territorializam nos seus espaços sagrados, alegando necessidade e interesse público em produzir mais energia.

Entre 2018 e 2019, a Fundação Rosa Luxemburgo percorreu quase toda a América Latina<sup>33</sup>, buscando as alternativas chamadas por eles de “anticapitalistas e comunitárias”:

Analizamos essas iniciativas considerando o âmbito local - ou seja, as comunidades - como espaço privilegiado para discutir as relações de poder e políticas voltadas para o fortalecimento de territórios e espaços comunitários. São práticas, olhares e valores contra hegemônicos que podem disputar a orientação do sistema energético e o atual modelo econômico de acumulação e produção no seu conjunto. Ao mesmo tempo, com esses processos, buscamos difundir as experiências de autonomia, democracia e auto-organização comunitária (FURTADO, 2021, pag. 18).

---

<sup>33</sup> Brasil, Argentina, Costa Rica, Equador, Colômbia, Chile, Guatemala, México e Uruguai.

Ao longo da pesquisa, mais de 700 projetos ao longo de toda a América Latina foram encontrados e conhecidos. Destes, 50 estão no Brasil, dos quais 3 projetos são mais explorados pela Fundação Rosa Luxemburgo e a pesquisadora Fabrícia Furtado, destacando as especificidades que tornam estes projetos tão especiais e incentivam os caminhos rumo à uma transição comunitária. São eles: A Padaria Solar, na Comunidade Rural da Várzea Comprida dos Oliveiras, em parceria com o Comitê de Energia Renovável do Semiárido (Cersa), no município Pombal, Paraíba; Projeto Alto Uruguai: cidadania, energia e meio ambiente, de instalação de biodigestores, elaborado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para ser implementado em 29 municípios dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Energia solar em agroindústria de beneficiamento de polpas oriundas dos Quintais Agroecológicos da Comunidade Surucuá, no município de Santarém, Pará, gerido pela Associação Comunitária de Moradores Produtores Agroextrativistas da Surucuá (Amprosurt) (FURTADO, 2021, pag, 19).

Estes projetos demonstram que mais que uma transição, a autonomia e soberania energética é que estão na pauta do dia para os povos e comunidades tradicionais, justamente por sentirem na pele os efeitos do acirramento da corrida energética e o avanço da concentração deste recurso em mãos do capital internacional e corporativo, que refletem diretamente no fenômeno de exclusão elétrica em todo o país e consequentemente, no desenvolvimento desigual de povos e regiões:

O mapa da exclusão elétrica no Brasil demonstra que as famílias sem acesso à energia estão concentradas nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e nas famílias de baixa renda. Aproximadamente 90% delas têm renda inferior a três salários mínimos. A maioria encontra-se no Nordeste e na Amazônia, destacando-se a Bahia, com 146.047 domicílios sem energia, e o Pará, com 138.270. Vale lembrar que o Pará tem a tarifa de energia mais cara do Brasil [...] Atualmente, estima-se que cerca de dois milhões de pessoas no Brasil ainda não têm acesso constante à eletricidade, sobretudo na área rural e na região amazônica (Energia e Comunidades, 2019). Muitas dessas famílias utilizam geradores a diesel, que além de serem altamente poluentes, têm alto custo financeiro e, portanto, garantem apenas um acesso precário, não funcionando de forma contínua (FURTADO, 2021, pag. 43 e 44).

O direito à energia de qualidade é um ponto de discussão nestes casos, pois, como comunidades tradicionais afetadas diretamente pela implantação de mega empreendimentos energéticos (eólico, solar, hidrelétrico, etc), estas são as principais vítimas da espoliação, reiterando suas vulnerabilidades, ou melhor, suas vulnerabilizações como por exemplo, a falta de energia elétrica para viver e realizar atividades laborais. Furtado (2021) ressalta que a despeito de este ser um recurso para taxar as comunidades e povos tradicionais como povos subdesenvolvidos, o olhar sobre estes povos e comunidades não deve ser direcionado apenas sobre o que falta, como “carentes” e “dependentes” e portanto, subdesenvolvidos. Não são as “ausências” que as definem, mas sim suas abundâncias, suas riquezas, e estas podemos garantir, as comunidades e povos tradicionais possuem muitas. Assim, podemos entender que como nos alerta Acosta (2016), esta concepção de somente quem tem acesso à energia está ligado ao progresso e desenvolvimento, é também através da energia que o sistema capitalista insere suas contradições e distorções nas comunidades.

Isto é, de longe, defender que as comunidades não devem ter acesso à energia de qualidade, é na verdade uma reflexão sobre quais as batalhas que são travadas nesta luta tanto pelo acesso à energia, quanto à construção de uma autonomia energética.

Há diversos exemplos de construção de uma autonomia energética, como foi ressaltado pelas pesquisas da Fundação Rosa Luxemburgo, mas também pela Cáritas na Paraíba associados à organismos e organizações internacionais que promovem financiamentos desde material à apoio técnico. No caso da Padaria Solar da Associação de Mulheres Grupo Bolo das Oliveiras na Paraíba, o diferencial é a união de sertanejas e agricultoras para a construção de um empreendimento comunitário de sucesso, tocado apenas por mulheres:

Um lugar de convivência com a seca onde um grupo de mulheres lidera iniciativas de geração de renda e de energia; de combate às causas e aos efeitos das mudanças climáticas; e em defesa da Caatinga. Em 2012, o grupo formado por 16 mulheres, na época, foi convidado pela administração municipal para produzir bolos para a Política Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Durante os anos de 2012 e 2013 as mulheres continuaram produzindo em suas próprias casas, entregando coletivamente de 200 a 300

quilos de bolos por semana para a Secretaria Municipal de Educação de Pombal.

Em 2014, elas acessaram recursos com o propósito de adquirir equipamentos, montar uma padaria e comprar um automóvel para garantir a entrega dos produtos. Em 2016, a Associação dos Moradores da Comunidade Rural da Várzea Comprida dos Oliveiras (ACRVCO), em parceria com o Comitê de Energia Renovável do Semiárido (Cersa), aprovou um financiamento de R\$ 30 mil do Fundo Casa e do Fundo Socioambiental Caixa, através do programa Fortalecimento de Comunidades na Busca pela Sustentabilidade, com o objetivo de garantir a inserção da tecnologia fotovoltaica.

O sistema da Padaria Solar, que hoje funciona com 12 placas, produz 400 Kw/h de energia e tem potência instalada de 3,2 kWp (kilo watt pico), gerando uma reserva de energia. Atualmente, o grupo é formado por 19 mulheres que, a partir de uma decisão coletiva, trabalha em uma escala de três equipes semanais, produzindo em torno de 600 quilos de produtos por semana. Desses 600, 400 quilos são entregues para o município através da Pnae. O restante é vendido na comunidade e em feiras locais (FURTADO, 2021, pag. 50).

É importante ressaltar que para além da fortaleza da gestão coletiva e a articulação entre os povos, também é importante a articulação destes povos com seus parceiros seja por intermédio de programas e políticas públicas do Estado, seja por programas criados por ONGs e fundos nacionais ou internacionais para o desenvolvimento destes povos dentro de suas cosmovisões. Daí o surge o conceito de Transição Energética Popular, ou Transição Energética Justa e Popular, como a maioria dos povos que lutam contra os efeitos da transição energética corporativa, reafirmam.

Então, podemos entender que os povos e comunidades tradicionais não são necessariamente contra uma transição energética, são na verdade contra o modelo operante da atual transição energética, pautado numa perspectiva capitalista e acumuladora de riquezas, na espoliação e na morte de ecossistemas, povos e culturas.

Para entender melhor os conceitos de transição energética justa e popular e ainda, quais as ferramentas encontradas para, além de resistir, alternar e buscar a

autonomia energética junto a autonomia alimentar para o real desenvolvimento dos povos, este capítulo traz entrevistas feitas nos territórios onde a resistência às eólicas foi vitoriosa. A Comunidade Tradicional de Barra das Moitas e o Assentamento Morro dos Patos não venceram sozinhos, nem tampouco deram por encerrado o processo de resistência. Ao lado destes homens, mulheres e crianças que vivem tradicionalmente do campo, da pesca e do artesanato, resistiram também as ativistas ambientais da organizações não governamental Ecomaretório, criada a partir da luta de mulheres nativas da comunidade vizinha contra a implementação de mega empreendimentos eólicos, contra a especulação imobiliária e o turismo de massa em suas praias tradicionais. Também houve e ainda há o apoio dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra nesta luta pela defesa dos territórios, e uma entrevista com representantes do MST que enxergam a soberania energética como fundamental para a soberania dos povos tradicionais e assentamentos do litoral ao semiárido.

#### **4.1 “A transição energética hoje é uma pauta do capitalismo. Ela não é uma pauta nossa. Mas as mudanças climáticas são uma pauta nossa”**

Me parece muito bizarro, muita ironia que os povos que podem conter as mudanças climáticas que são os povos e comunidades tradicionais através de seus modos de vida e de suas governanças sejam justamente os povos escolhidos para terem seus modos de vida destruídos. É um conceito que eu estou tentando trabalhar de “tragédia dos excluídos” ou “tragédia dos oprimidos” (Melka Barros, ativista ambiental do Ecomaretório. Janeiro, 2023).

Durante os vários momentos de resistência em Barra das Moitas, a comunidade pôde contar com a presença e a luta de uma ONG criada a partir da luta da comunidade vizinha. Em Icaraí de Amontada nasceu o Ecoicaraizinho, fundado pela advogada Melka Barros e a bióloga Alanna Carneiro. Com o passar do tempo e o avançar das resistências, o Ecoicaraizinho foi se enraizando nas comunidades vizinhas, englobando por sua vez, membros nativos das comunidades tradicionais e assentamentos, além de povos originários, todos sob o mesmo objetivo: a luta contra o avanço das eólicas nos territórios tradicionais, o capitalismo predatório do turismo de massa e da especulação imobiliária nas praias tradicionais e por fim, a mobilização contra a propaganda das eólicas offshore (no mar), que ainda tramita nos principais

órgãos de licenciamento ambiental e está avançando para criar as legislações adequadas.

Com este panorama de luta da ONG, as fundadoras entenderam que o nome necessitava de mudança para caber todas as suas frentes de luta, passando então a se chamar ECOMARETÓRIO, reafirmando os mares das praias tradicionais, que sustentam os povos originários e tradicionais da zona costeira cearense, como um território tão ou mais importante que suas terras. Sob o projeto “o mar também é nosso”, financiado pelo Fundo Casa, a ONG realiza diversas atividades de mobilização das comunidades, ressaltando o mar enquanto território tradicional, mas também a indivisibilidade do ser tradicional enquanto corpo-território.

Com toda esta gama de investidores (sobretudo estrangeiros) dos quais os povos precisam resistir, a união entre comunidades tradicionais foi, sem dúvidas, o gás que lhes manteve de pé frente as ameaças, por vezes tornadas reais. Em entrevista, a advogada Melka Barros e a bióloga Alanna Carneiro revelaram um pouco das suas concepções de luta, da resistência dos territórios tradicionais que barraram a entrada de eólicas da CPFL Renováveis e suas idealizações do que seria um desenvolvimento territorial pautado no Bem-Viver. Por fim, a entrevista foi conduzida no sentido de entender quais são as alternativas que os povos tem diante de suas realidades e especificidades frente uma transição energética que é difundida e tocada pelo capital internacional, transnacional e essencialmente corporativo.

Diário de Campo, entrevista gravada, janeiro de 2023:

**Pergunta: Qual é a luta do ECOMARETÓRIO?**

**Alanna:** *A luta do Ecomaretório é a luta pela nossa ancestralidade, pelas comunidades tradicionais e pelos nossos maretórios. Então não incluem apenas as comunidades e os povos mas também os ecossistemas que garantem a sobrevivência, que garantem a tradição, a cultura e a fé, que mantém o território como a gente conheceu.*

**Melka:** *A luta do Ecomaretório é a defesa e promoção do Bem-Viver dos povos e comunidades tradicionais compreendendo que esse Bem-Viver pra nós, passa por compreender e apoiar a governança desses povos, desses modos de vida tradicional.*



*E quando eu falo governança eu falo desde a governança política compreendendo as instituições internas, o funcionamento das tomadas de decisões desde a associação, conselhos e grupos, a governança econômica que parte do trabalho que já é a partir de um modo tradicional, que tem a ver com a pesca artesanal, com a agricultura de subsistência, mas também com trocas, vendas, artesanatos, mariscagem, e também a governança social que acontece a partir da relação cultural que esses povos tem entre si e com o território, tem a cultura alimentar, tem a religiosidade, espiritualidade, enfim, tudo passa por primeiro compreender essa governança desses povos para depois atuar na defesa desse modo de vida. A gente também tem nossas frentes de luta que tenta se dividir pra abarcar essas defesas, mas em geral é isso, é compreender a governança dos povos e defender entendendo que essa é a forma não só tradicional e modo de vida dos povos mas também o que pode nos salvar do caos da queda do céu, como diria Davi Kopenawa.*

**Pergunta: Como vocês enxergam o processo de resistência em Barra das Moitas e a contribuição do ECOMARETÓRIO?**

**Alanna:** Barra das Moitas é um território de resistência de muitos anos, é um território que vem sendo ameaçado de muitas formas há muitos anos, tem até uma foto de um jornal bem antigo do MST já mostrando a luta, então você vê que a especulação imobiliária naquele território já vem dizimando os povos dali há muito tempo. Em Icarai aconteceu a mesma coisa mas por não ter uma comunidade de resistência como tem a Fortaleza de Barra das Moitas, como tem o apoio do MST, como tem todas as estratégias dos assentamentos de reforma agrária que são totalmente diferentes das comunidades capitalistas urbanizadas, porque tem a consciência de mobilização e a cultura de mobilização popular, de determinar como querem seu território e se articularem entre si para fazerem acontecer né. A Barra das Moitas ela tem sido uma fortaleza dentro desse cenário em Amontada e ela tem sido também muito invisibilizada.

*Mas apesar de tudo isso a comunidade resiste de uma forma incrível, você vai lá e sai com a bolsa cheia de alimentos, um jerimum, um feijão plantado lá, uma tainha assada. E vivenciar o território de acordo como era a nossa cultura por exemplo de como era no Icarai que fomos aculturados né, por conta de um processo colonizador, um processo invasivo de especulação imobiliária, turismo especulatório, energias*

*renováveis, que se dizem renováveis, linhas de transmissão, trabalhadores de obras de mega empreendimentos de energias, estradas que só favorecem o latifúndio das empresas de energia (eólica).*

*Eu enxergo eles como revolucionários na parte de soberania alimentar, dos saberes da pesca artesanal, dos saberes da produção de alimentos, apesar de toda essa especulação essa tentativa de urbanização do meio rural, eles ainda resistem na soberania alimentar que você vai lá e sabe que come sem agrotóxico. Mas também enxergo os impactos de tudo isso para manter a soberania alimentar, a falta de espaço para plantar, o latifúndio de empresas de energia comparado com um pequeno assentamento de resistência que é a barra das moitas e esses conflitos que apesar da esquerda estar no poder continua entregando, negociando os bens das comunidades tradicionais, os direitos e os territórios.*

**Pergunta: Como vocês enxergam o processo de resistência em Morro dos Patos e a aproximação com o ECOMARETÓRIO?**

**Alanna:** *Morro dos Patos eu já enxergo como o território... pra mim é o auge do revolucionário. É Canudos. Assim, eu acho que a galera lá ela consegue, pela minha percepção de fora, é a mobilização mais bonita que tem. Realmente uma fortaleza a mobilização, as reuniões, os espaços de fala e de construção popular e comunitária, então eu acho que são muito fortes na demarcação do seu próprio território e no desenvolvimento que eles querem pra eles. Então eles tem isso com muita certeza, eu acho que esse caminho é mais fácil de trabalhar porque aquela comunidade ela tem certeza do que ela quer.*

*É aquele modo de vida, se você perguntar, é claro que todo mundo quer melhoria e desenvolvimento de educação, saúde, de infraestrutura e qualidade de vida, mas tem um modelo da pesca dessa relação ancestral com o território praiano que é muito aclamado pra ser preservado. Então a cultura popular, os espaços de lazer, o usufruto do território sem cercas, se você observar, Morro dos Patos quase não tem cercas, então você vê os manguezais ainda abertos de fácil acesso, as dunas também, a escola é de frente pra praia. Então tudo isso é, na minha percepção, é que mostra que Morro dos Patos ainda não tem uma grande especulação massiva mas que vem sofrendo pontualmente, do meu ponto de vista, com racismo ambiental, já que é uma população que, você sabe, é majoritariamente negra, com nível escolar*

*abaixo da média nacional. E ainda assim resiste né... Então eu enxergo Morro dos Patos com essas habilidades e conhecimentos que garantem a segurança alimentar, a soberania alimentar, e que esses conhecimentos são intergeracionais, são ancestrais, repassados.*

*Apesar de tudo isso é um território que é muito coagido, eu tenho percebido, que a partir de uns tempos pra cá, ultimamente tem aumentado muito o nível de insegurança decorrente de todas essas precariedades, se você for ver é um território que na parte de qualidade de vida e de infraestrutura que o governo, o Estado deveriam cumprir, acabam deixando brechas pra que outras oportunidades mais rápidas e mais acessíveis, ou mesmo pra servir de refúgio por ser tão invisível e isolado, para refúgios inclusive de armas de fogo, que trazem esse cenário de insegurança e atualmente essa insegurança também tem passado para a questão de direitos ambientais. Se forma um cartel quando organizações criminosas se associam com empresários criminosos e acabam causando essa invasão dos territórios e limites territoriais que acabam por coagir os moradores, mas mesmo assim a luta e a resistência elas gritam e se mobilizam já por essa cultura de associação de assentamento, de ter organização popular.*

**Melka:** *A atuação no Morro dos Patos é de uma maneira diferente, a aproximação é a partir de um planejamento político, de entender que não existe uma, não é possível atuar na defesa dos povos tradicionais com 2 ou 3 pequenas comunidades, é preciso fazer crescer esse arco de luta. Logo depois da Barra das Moitas, vem o Morro dos Patos, que depois vem os Tremembé de Almofala e que depois vem a Barrinha de Baixo e assim a gente tenta pros dois lados, comunidades do oeste e do leste. Assim a gente chegou em Morro dos Patos com esse objetivo de fazer crescer a luta desses povos tradicionais e também com o apoio do MST porque já era o movimento que a gente tinha uma relação de apoio político institucional.*

*A aproximação se deu por isso e são as mesmas pautas né, são as mesmas lutas e quiçá são as mesmas pessoas contra quem a gente luta, os mesmos empresários e mesmas organizações criminosas. Então enquanto a gente fica fatiando a luta, as vezes, claro, pra dar conta da estrutura organizativa do Movimento (MST) em suas brigadas, mas acaba separando povos que precisam estar juntos porque lutam pelas mesmas coisas, então a nossa ideia é fazer isso, que os povos que lutam contra as mesmas violações, especulação imobiliária, invasão de territórios,*

*mega empreendimentos de energia, possam estar construindo juntos a mesma luta, então a nossa aproximação veio muito por isso.*

**Pergunta:** Quais os impactos que vocês perceberam nas comunidades com a chegada dos complexos eólicos? Houve de alguma forma algum benefício?

**Alanna:** *Eu me lembro do território sem eólica, então pra mim há uma grande diferença. Eu acho que a especulação só chegou depois das eólicas. Se você observar por exemplo, a estrada só é duplicada saindo de Fortaleza até Trairi por conta do grande investimento em energia eólica. Agora vão duplicar até Itapipoca porque vai ter mais complexos eólicos pra lá. Então da mesma forma que só chega estrada asfaltada duplicada quando chega empreendimento de energia eólica, a gente percebe a negligência que é dada pelo Estado às comunidades tradicionais e os incentivos que são dados aos mega empreendimentos de energia.*

*. Então eu vejo nessa perspectiva, que as obras de infraestrutura elas só vem atreladas pelo Governo do Estado quando há iniciativa de grandes empreendimentos de latifúndios do ar. Antigamente o turismo era quase local nessa região, e a partir das obras de energia começaram a se movimentar os trabalhadores que iam pros territórios e acabavam ficando por lá, ou comprando terreno, ou grilando terreno ou se apropriando, ou tendo alguma relação com a comunidade... afetiva, ou só de forma sexual mesmo também. Então a partir daí começou a se popularizar, a disseminar o destino como destino de tranquilidade e belezas naturais, e a duplicação da estrada favoreceu a chegada de novos investidores, novos especuladores, novos grileiros, novos conflitos.*

*A privatização das dunas é uma coisa que nem dá pra falar, a gente tem olho d'água a menos de 30 metros de uma torre eólica na beira da praia e se alguém considera aquela eólica na estrada de moitas onshore, eu discordo porque pra mim ali é quase offshore porque o mar bate quase no aerogerador, se a maré tiver cheia quase não tem faixa de praia. A gente perdeu esses espaços que antigamente eram utilizados como recreativo, como lúdico, como de aprendizado, como de repasse territorial e cultural de identificação. E tudo isso foi se perdendo. Abrem estrada no meio das dunas que altera o sedimento, que altera os sítios arqueológicos, que alteram as zonas que eram os cemitérios populares, os olhos d'água, as aves migratórias, a dinâmica do vento, a observação mesmo dos pássaros da natureza*

*como algo temporal... a gente pensava assim “ah! Chegou a gaivota de cabeça cinza então a gente sabe que vai começar o verão” ou “ah! Chegou a sardinha branca então ta no inverno, a pesca do curral ta muito boa”. Esses parâmetros foram se perdendo da identidade cultural.<sup>34</sup>*

*Então a identidade, é formada uma nova cultura, é formado novos conflitos, conflitos entre os trabalhadores e as suas relações com as mulheres dos territórios, com os filhos que eles deixam, as realidades trabalhistas, ambientais e sociais. Não há um planejamento né, não há um planejamento nem código de ética, nem acordos, eles pensam: “vamos superlotar essa cidade com trabalhadores, vamos contratar todo mundo e depois desempregar todo mundo, depois o destino fica aí”. Então não tem um planejamento de gestão de resíduos, de esgoto, de planejamento espacial, de plano diretor. As obras de energia, pra mim, começaram a ser o estopim de vários outros conflitos tanto sociais quanto ambientais.*

**Melka:** *São tantos impactos que é até difícil colocar tudo. Acho que tem um impacto visual da praia, um impacto não só de beleza cênico mas também porque altera a orientação dos povos, e tem também o impacto visual dentro de casa de algumas sombras e como aquilo tem consequências psicológicas pra população que mora ali, para as pessoas que habitam aquela casa. O impacto sonoro que também tem impacto psicológico, além das aves que tem a relação da polinização que altera a cultura alimentar, então algumas aves que tinha determinado papel de levar sementes e trazer sementes, elas não fazem mais isso. Altera a cultura alimentar daquele povo. A trepidação dos veículos que tem problema nas casas, no Santarém em Icarai teve isso, teve isso em muitos cantos, no Cumbe... Eu falo no Santarém porque lá eles fecharam a estrada, fizeram um ato e não deixaram os carros das eólicas entrarem até que fosse feito o asfalto, porque estava destruindo as casas, tava passando muito perto, e as casas são frágeis e estavam rachando.*

*A privatização das dunas e do acesso ao mar, por mais que eles digam que o pescador pode entrar, mas não pela bondade da empresa, mas sim porque o vigia, quando ele mesmo não é pescador, porque vários deles são, muitas vezes quando*

---

<sup>34</sup> Neste ponto vale ressaltar que os impactos listados por Alanna, bióloga fundadora do Ecomareatório, são impactos vistos em todas as comunidades atingidas por empreendimentos eólicos na região de atuação da ONG, portanto, indissociavelmente, Alanna vai falando de Icarai de Amontada seu distrito natal vizinho à Barra das Moitas, que também é vizinho à Morro dos Patos e de muitas outras comunidades da região oeste da costa cearense.

*não são pescadores eles tem um pai, um irmão, um parente que é pescador. Então muitas vezes essa conservação da entrada se dá mais pela relação subjetiva daquelas pessoas. Outra coisa importante em falar no subjetivo é que a gente precisa falar sobre o tamanho. Acho que a gente fala pouco do tamanho que tem aquelas torres, e como elas se impõe sobre as pessoas e sobre os povos, elas parecem simbolizar o tamanho do capitalismo ou da modernidade frente ao tradicional. Tem uma série de vídeos na Bahia, que um agricultor chama de latifúndio do ar, e ele fala que é um latifúndio contra o qual não conseguem lutar porque o tamanho do latifúndio de extensão em hectares, ele se verticaliza com as torres e aquilo se impõe de maneira muito violenta sobre a subjetividade das pessoas né.*

*E essa dicotomia do desenvolvimento-atraso que é sempre justificativa de violação, quando já existem inúmeras pesquisas, inclusive de pesquisadores indígenas ou não, ou economistas que tratam do modo de vida tradicional como o que vai poder nos tirar da destruição humana.*

*Mas eu acho importante trazer os benefícios até pra gente poder lidar com eles né. A questão do emprego no início é algo que, sem dúvidas, é algo que acaba importando pra muitas pessoas, e isso é importante porque a gente precisa trazer formas de dar renda pro nosso povo, porque é claro que uma renda de um ou dois salários com diversos benefícios de carteira assinada que não tem geralmente no interior, quando se trabalha pro latifúndio ou pra pousada não tem carteira assinada na maioria, então eles veem uma oportunidade de trabalhar pra uma eólica com férias com décimo terceiro com inúmeras coisas, aquilo é muito tentador. Apesar de 1): ser só no início na fase de implantação e 2): são todos subempregos né, são empregos com a carga horaria muito extensa e com muitos acidentes de trabalho.*

*Acho importante dizer que os dois territórios que você pesquisa, todos os dois não deixaram, resistiram às eólicas e em todos os dois há uma coincidência que talvez não seja uma coincidência, é que eles ficaram cercados né. No caso da Barra só não ficou tão cercado porque é uma barra né, tem um rio ali e ainda não colocaram dentro do rio, mas no caso de Morro dos Patos ficou realmente cercado. E tudo isso é reflexo, está atrelado a uma conjuntura histórica de desenvolvimentismo do PT. Acho que essa questão de Belo Monte, das eólicas no Ceará, tudo isso está atrelado a um desenvolvimentismo e ufanismo, de “ah! O Brasil é imenso, o Brasil tem muitos recursos naturais! O Brasil pode ser o carro chefe da transição energética no mundo”*

e não à toa que toda essa relação do PT com os chefes de governo da Europa elas se dão muito por isso, porque sabem que o PT é um partido desenvolvimentista.

**Pergunta: Pra vocês o que é desenvolvimento territorial?**

**Alanna:** O desenvolvimento territorial pra mim é o desenvolvimento pensado e liderado pelos povos dos territórios, do chão que as pessoas pisam. Eu não posso chegar pra um pescador e dizer que o filho dele tem que ser pescador também, se não é um modelo que ele imagina de desenvolvimento pra ele. Se ele quer uma outra oportunidade pro filho dele, ótimo. Isso é um direito de se desenvolver. Mas desenvolvimento territorial pra mim é aquele desenvolvimento que supre as necessidades daquelas comunidades que vivem, sobrevivem e resistem dentro dos territórios sempre caminhando lado a lado trazendo a questão cultural, ancestral, os saberes e essa relação que é diferenciada né, dos povos e comunidades tradicionais que realmente é o da observação da natureza e desse convívio em harmonia.

Então é um desenvolvimento compatível com a realidade de quem vive no território. Se a gente fosse falar de um outro modelo de energia seria a energia popular, energia descentralizada, sem a criação de um latifúndio né, da mesma forma que a gente espera que o alimento não esteja dentro do latifúndio a gente espera que energia também não esteja. E o desenvolvimento imposto é realmente o contrário de tudo que eu falei, é um desenvolvimento que acumula terras, é um desenvolvimento que desrespeita a história, a cultura, a tradição, os mais velhos, os aprendizados né, ele passa o rolo compressor nos nossos saberes empíricos, na observação da natureza, no modelo de se orientar no mundo e nesse sentimento de pertencimento né, que nos é negado. Muitas vezes a gente tem que resistir até pra se autodeclarar, pra se auto afirmar pessoalmente, é um processo todos os dias, porque todos os dias é tirado, apagado a memória afetiva cultural e ancestral que causa também o nosso afastamento e nos tira esse sentimento de pertencimento que a gente carrega pela tradição, pela escuta e pela vivencia no território.

**Melka:** Eu acho que desenvolvimento é a ideia de viver bem. Se desenvolvimento não for um conceito exclusivamente capitalista, que eu não sei, pode ser que tenha sido criado pelo capitalismo... Se houver uma tradução para o desenvolvimento dentro da cosmovisão dos nossos povos, eu acho que seria Viver Bem, viver bem no sentido de



*ir no quintal e coletar uma batata e não precisar ter o dinheiro pra ir no mercado comprar uma batata que muitas vezes tem agrotóxico e que não é um alimento saudável. E eu não tô falando de um primitivismo, que a gente quer voltar ao passado e tudo o mais, porque é algo que acontece ainda hoje e que aconteceria mais se não tivesse sido destruído também ideologicamente pelas indústrias de alimento.*

*Mas pra nós povos tradicionais, o viver bem é ter livre acesso, poder circular em praias que por exemplo podem ser privatizadas. Então é ter acesso livre e ter alimentos saudáveis e não precisar ter dinheiro para ter alimentos saudáveis, mas também ter dinheiro para ter alimentos saudáveis quando for necessário. Dormir bem. Trabalhar, se relacionar com as pessoas, ter vida comunitária. Desenvolvimento pra mim é isso, tudo isso passa por viver bem e ser feliz.*

**Pergunta:** Como seria o modelo de desenvolvimento se vocês tivessem a oportunidade de criar a partir da experiência da ONG Ecomaretório com esses povos tradicionais de diferentes situações conflituosas e formas de organização?

**Alanna:** *Preservando as áreas de interesse ecológico, de relevância ecológica, sem a fragmentação do ecossistema pelo latifúndio, não só das energias mas também do corpo, das pousadas, dos resorts, da especulação imobiliária. Eu acho que a fragmentação ela é um problema tanto da divisão, o afastamento dos territórios, das lutas, de quem vive, de quem nasceu, de quem sobrevive do território, como um isolamento né.*

*Eu acho que o desenvolvimento ele se basearia a partir da liderança dos povos dos territórios, é uma coisa que a gente sempre levanta, que muitas vezes os territórios eles expõem a população que nasceu ali à subempregos de pessoas que vem de fora do território, então eu enxergo que poderia haver todas as ações de preservação do meio ambiente e eu tenho certeza que eles iriam preservar, se as lideranças desses empreendimentos ou desses modos capitalistas de desenvolvimento que tem se implementado, fossem lideranças do próprio território, fossem empreendedores do próprio território, porque há o afeto pela terra, a preservação e o cuidado porque a gente sabe que não existe um plano B além daquele.*

*Eu percebo que o modelo dos nativos de desenvolvimento ele já é um modelo compatível com a preservação e com a conservação. Se você for ver as áreas que ainda restam de fragmentos conservados e preservados elas vem realmente das comunidades que estão resistindo em algum canto. Isso não é uma especificidade só de Icarai de Amontada, de Barra das Moitas ou de Morro dos Patos. Se a gente olhar pra Fortaleza que é um cenário urbano, a faixa de praia da Poça da Draga é a mais preservada porque existe uma comunidade tradicional que resiste, que luta, comparado com a Beira Mar que já tem uma especulação imobiliária, obras de infraestrutura, empresários de fora. Isso também vem da relação do próprio governo de exercer seu racismo ambiental pra pressionar e enfraquecer os territórios pra que eles cedam.*

**Melka:** *Eu realmente não sei. Não sei se é possível assim ter uma ideia de desenvolvimento partindo do pressuposto de que desenvolvimento é Viver Bem. Se é possível ter uma ideia de desenvolvimento dentro do sistema capitalista. Porque faz parte da estrutura do capitalismo que a gente não possa viver bem, então não sei, mas acho que não.*

*A gente até poderia pensar que pode ser manter como estão os territórios que vivem bem, mas eu acho que viver bem passa também por uma questão mental, por questões de saúde mental, e como pessoas podem viver bem nos seus territórios se elas estão sempre sofrendo ameaças? Acordando com ameaças, dormindo com ameaças, no sentido individual também, mas no sentido coletivo de não ter mais aquela terra? Deixar como está é impossível porque a gente teria que partir do pressuposto ou querer entender que não existe mais especulação imobiliária, é deixar como está e não ser mais perturbado pelo especulador. Ou seja, é uma realidade inimaginável dentro do sistema capitalista.*

*Na época que trabalhei com comunidades que seriam despejadas, um dos impactos era a morte de pessoas idosas. As pessoas morriam muito porque ficavam muito ansiosas com a remoção, com a ideia de que elas não vão ter mais a casa e não vão ter mais pra onde ir e vão perder tudo e aí tinham ataque cardíaco. Durante a remoção, durante aquele período histórico aumentou muito o número de idosos que morriam de ataque cardíaco.*

*Então viver bem é também não coexistir com essas ameaças né, não só ameaça de vida de alguém que vai lá matar, mas essas ameaças também. E eu acho*

*que isso não é possível dentro desse sistema capitalista. Então de alguma maneira o que a gente faz é tentar que as pessoas não vivam tão ruim. Que nós não tenhamos uma vida tão ruim. E é triste que no final a gente esteja lutando por isso: ter uma vida menos ruim.*

*Até os indígenas isolados que nunca quiseram ter nenhum contato com o não-indígena, tem sua paz continuamente violada por mineradores que estão no centro da maior floresta tropical do planeta. Então como que a gente vai conseguir ter uma vida boa se a gente entender que isso é desenvolvimento? Não é possível. Eu acho que não existe dentro do capitalismo um desenvolvimento para os pobres, para os povos e comunidades tradicionais, não existe perspectiva...<sup>35</sup>*

Pensar o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais como uma ideia utópica, não possível dentro do sistema capitalista é muito compreensível, sobretudo quanto parte de reflexões de ativistas ambientais que pisam o chão dos conflitos e sofrem as consequências como ameaças de vida e/ou ver seu território ser desmembrado. A grande questão é contrapor estas conclusões com as dos próprios povos tradicionais, que ora também não enxergam perspectivas possíveis para seu desenvolvimento, ora criam uma organização da vida pautada no Bem-Viver que se mostra totalmente possível, a despeito das intensas e constantes investidas do capitalismo, seja via Estado, seja via empresas nacionais ou transnacionais.

Melka põe então um complexo, mas também obvio, sentido ao Viver Bem que precisa necessariamente passar pela paz de estar de fato vivendo bem, sem a necessidade de resistência, conflitualidade e violência do processo de reafirmação das comunidades tradicionais na proteção dos seus territórios. Para Melka, o Viver Bem é uma utopia a ser seguida, mais que uma manifestação da realidade destes povos. O que faz todo sentido, já que o viver bem, inclui conseguir vislumbrar um futuro em que seja possível desenvolver-se plenamente.

Esbarramos também em outras concepções, como os Territórios de Esperança, que a despeito de tudo que precisam resistir, continuam a desenvolver-se dentro de seus modelos de organização do território e de reprodução do modo de vida, justificando aí a tal esperança no porvir, no potencial de consolidação dos Territórios de Esperança em Territórios do Bem-Viver. Pessimista demais ou realista demais, o que importa é que Melka, por toda a carga de experiência em territórios de

---

<sup>35</sup> Entrevista oral concedida em Janeiro de 2023.

comunidades tradicionais de beira de praia, consegue visualizar que a emancipação dos territórios de esperança, só será de fato completa, quando houver a emancipação do sistema capitalista, outra coisa além disso, é uma luta para não viver tão ruim.

Na mesma linha de raciocínio, Acosta (2016) oferece dilemas ou tarefas importantes para a construção desta superação ao afirmar que criar sociedades onde se possa viver bem, significa uma transição do modelo vigente que é totalmente neoextrativista, para modelos que priorizem basicamente, a vida:

O pensamento dominante próprio da globalização capitalista nos conduz a pensar que é impossível imaginar uma economia que não propugne o crescimento econômico. Na mesma perspectiva das visões dominantes, entre as quais aparecem as leituras de governos “progressistas”, é impensável um mundo sem petróleo, mineração ou agronegócio.

A realidade, no entanto, nos diz que essa é a grande tarefa do momento. Por um lado, é cada vez mais urgente transitar do extrativismo centrado nas demandas do capital a uma visão que priorize a vida em sua mais ampla expressão e que viabilize a construção de sociedades em que se possa viver dignamente. Por outro lado, é preciso reelaborar a questão do crescimento econômico para libertar-se das limitações que podem provocar uma derrocada socioambiental mundial de consequências imprevisíveis (ACOSTA, 2016, pag. 231).

Retornando às práticas diárias de construção do Bem-Viver, do Viver Bem ou das ferramentas de resistência das comunidades tradicionais diante das investidas conflituosas e violentas do capital transnacional, a ONG Ecomaretório em parceria quase sempre com o MST Ceará, entendeu que fornecer ou coconstruir com as comunidades as fortalezas para a governança interna, como bem destaca Melka Barros, ou ferramentas de proteção do território como a demarcação de suas áreas e atividades laborais, como destaca Alanna Carneiro, foram essenciais para que as comunidades tradicionais de Barra das Moitas e Morro dos Patos, se reafirmassem em suas resistências de modo mais incisivo.

Dentre estas frentes de atuação do Ecomaretório, as oficinas constituíram uma frente importante, essencial e transformadora no território tradicional destes povos: a capacidade de exigir em qualquer instância, o reconhecimento de seus espaços e territórios tradicionais, de seus modos de organização e reprodução da vida, dos espaços laborais e reivindicar o reconhecimento, o respeito e sobretudo, a consulta

livre, prévia e informada, que lhe são de direito, como explicaram as ativistas socioterritoriais e ambientais, Melka e Alanna em entrevista:

Diário de Campo, entrevista gravada, janeiro de 2023:

**Pergunta:** Como é o trabalho do Ecomareatório através das oficinas, quais são os objetivos, como elas são feitas e porque foram criadas?

**Alanna:** *Eu e a Melka começamos a nos aprofundar sobre a questão das eólicas no mar, a gente começou a discutir sobre e a gente sempre planejava fazer ações itinerantes entre as comunidades pra fortalecer o povo, pra divulgar o que ia acontecer, pra gente colher também os aprendizados. Ler as reportagens.*

*A gente começou o projeto sem financiamento, realmente sem nada, a gente foi lá pro Paichicu na escola do campo, a Melka abriu algumas reportagens e leu, eu li algumas fichas de caracterização e a gente percebeu que aquela semente precisava ser plantada, precisava crescer nos territórios, pra fortalecer a luta popular, pra fortalecer a autonomia, sobre o que não estava sendo informado que iria acontecer. É justamente o que a gente cobra: que é uma consulta livre, prévia e informada. Então a gente estava tomando as rédeas e fazendo o que deveria ter sido cumprido por parte do Estado que é a informação do que vai alterar no território, do que vai vir pela frente.*

*A gente começou esse trabalho mas sempre teve essa vontade de ampliar e fazer isso cada vez mais itinerante, pra que se popularizasse essa informação de que as eólicas chegariam no mar e que isso traria a privação, a alteração no modo de vida tradicional e com certeza a privatização dos mares e dos recursos pesqueiros, da segurança alimentar, traria todos os prejuízos que a especulação do mar pode gerar.*

*A partir disso a gente começou a desenvolver pensando nas estratégias do que seria melhor pra fomentar a luta e chegamos nesse modelo de ir em cada comunidade apresentando as eólicas, as reportagens, as fichas de caracterização, os impactos sociais e ambientais. A gente começou a estudar metodologias alternativas, de como poderíamos executar as oficinas, então a Melka sugeriu que fossem sempre pessoas que tivessem ligação ou com os movimentos sociais ou com os territórios. Então a gente foi sempre buscando essa relação com o MST para darem essa fortaleza também, pra ser pessoas que falem a mesma linguagem dos territórios, a gente sempre pensou que deveria comunicar.*

*Dentro do nosso ativismo e militância a gente percebeu que surtiu efeito a comunicação pelas mídias sociais, a gente tentou então fazer ações em conjunto com o MST, usando os comunicadores do movimento pra ir nos assentamentos de reforma agrária. A gente também pensou sobre as questões legais, o acordo internacional que é um decreto presidencial aqui no Brasil, que é a constituição 169 pra formulação dos protocolos de consulta e depois também fizemos as oficinas de cartografia social e mapeamento colaborativo que era algo que eu já tinha me aprofundado e sabia da importância dele pelo que eu já tinha lido das cartografias feitas em Caetanos<sup>36</sup>.*

*Eu achava que poderia ser um instrumento positivo nessa luta, pra justamente a gente fazer aquela proposição né “ah, aqui vocês acham que não tem é nada né?! Só água e areia. Mas a gente vai mostrar que esse território, **esse maretório**, ele também é ocupado. Ele emprega, ele sustenta, ele alimenta, ele fortalece e ele cura.”*

**Melka:** *É importante falar que as oficinas fazem parte de um projeto né, que o Ecomaretório é mais do que isso. É justamente nesse tripé de informação-organização-incidência que a gente pensa pra todas as frentes de atuação, informar, organizar e incidir, que faz parte da metodologia de fortalecimento da luta popular. Então a gente acredita que esses três mecanismos são formas de fortalecer a luta popular. As oficinas estão ali no campo da informação ou da organização.<sup>37</sup>*

---

<sup>36</sup> Assentamento de pescadores e pescadoras artesanais e povos que vivem dos recursos do mar e do turismo comunitário. São parte da Rede Tucum de turismo comunitário, economia solidária e cultura popular. Caetanos tem um forte protagonismo e liderança de jovens mulheres e mulheres ancestrais.

<sup>37</sup> Entrevista concedida em janeiro de 2023.

**Figura 35: Oficina de Cartografia Social e Mapeamento Participativo na Comunidade Tradicional de Barra das Moitas, Amontada, Ceará.**



Fonte: ONG Ecomareatório, 2022

**Figura 36: Oficina de Cartografia Social e Mapeamento Participativo na Comunidade Tradicional de Barra das Moitas, Amontada, Ceará.**



Fonte: ONG Ecomareatório, 2022.





**Figura 37: Oficina de Cartografia Social e Mapeamento Participativo em Morro dos Patos, Itarema, Ceará.**



Fonte: ONG Ecomaretório, 2022.

Os mapas produzidos através das oficinas de cartografia social e mapeamento participativo foram construídos em parceria com o Laboratório de Cartografia Social, o LABOCART, da Universidade Federal do Ceará. Posteriormente, o material criado e aprovado pelas comunidades foram incluídos na pesquisa e publicação Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Estado (ZEEC) (2022), que antes não constavam. O ZEEC possui o objetivo de mapear os territórios costeiros que são ocupados tradicionalmente, pensar as políticas de proteção a esses territórios e as conflituosas licenças ambientais expedidas à rodo nestes espaços. O ZEEC foi coordenado pela parceria entre Governo do Estado através da Secretaria de Meio Ambiente e o Labocart da UFC.





Já as oficinas de comunicação social foram realizadas ao longo de 2021 e 2022 nas comunidades e assentamentos assistidos pelo Ecomareatório em parceria com o MST. O principal objetivo foi a capacitação de moradores das comunidades para manusear as redes sociais e fazerem as denúncias de violações dos territórios.

**Figura 38: Oficina de Comunicação Social - Barra das Moitas e Morro dos Patos**



Fonte: Instagram Ecomareatório, 2022.

Os efeitos destas oficinas de comunicação foram materializados através de páginas nas redes sociais criadas e geridas pelas próprias comunidades, para informes gerais, denúncias, mostrar as belezas preservadas e a mobilização da juventude. Os moradores buscam contrapor as narrativas do desenvolvimento capitalista que os subjuga como subdesenvolvidas, mostrando as práticas do Bem-Viver para todos que desejam conhecer seus territórios. Esta foi uma das vitórias, tanto das comunidades quanto dos movimentos e ONGs que as acompanham, pois, a disputa de narrativa em torno da energia limpa, é altamente desigual para as comunidades tradicionais, tidas como o atraso para o desenvolvimento sustentável.

A ONG Ecomareatório também achou importante criar oficinas que orientassem as comunidades tradicionais e assentamentos da costa cearense sobre os seus

direitos territoriais e a criação de protocolos de consulta que visassem informar os povos tradicionais não só dos seus direitos territoriais mas também seus poderes de articulação e organização mediante a chegada de projetos que os afetassem. Assim, as oficinas de direitos ambientais e protocolos de consulta, foram ministrados em diversas comunidades, incluindo Barra das Moitas e Morro dos Patos.

**Figura 39: Divulgação das Oficinas de Direitos Territoriais e Protocolos de Consulta, 2022**



Fonte: Instagram, Ecomareatório, 2022.



**Figura 40: Lançamento do nome Ecomareatório e do projeto “O Mar também é nosso”**



Fonte: Ecomareatório, 2022.

O direito a uma consulta livre, prévia e informada para as comunidades tradicionais saberem o que o Estado ou os mega empreendimentos de capital privado projetam e que podem lhe afetar diretamente é constantemente cobrado pelos povos, que estão assegurados pela Convenção 169 da OIT, a Organização Internacional do Trabalho, assinado então como decreto presidencial do Brasil.

De acordo com a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais:

Artigo 6º

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Artigo 7º

I. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente (Convenção 169, OIT, 1989).

Portanto, os protocolos de consulta livre, prévia e informada são nada mais que uma exigência do cumprimento da lei, e o respeito aos direitos dos povos de comunidades tradicionais, que buscam a autonomia para decidir sobre seus corpos-territórios. A transição energética se coloca como um dos principais infratores deste direito nos territórios costeiros cearenses, juntamente com a especulação imobiliária visando o turismo de massa. Por esta razão é importante entender que tipo de transição energética é esta que poderia servir aos povos e comunidades tradicionais, em respeito e convivência com os territórios.

No último Tribunal Popular da Economia do Mar do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), realizado em novembro de 2022, pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, artesãos e artesãs, agricultores e agricultoras, estiveram reunidos para falar das violações que o Estado perpetra ou é cúmplice, contra os territórios tradicionais costeiros. As novas propostas e projetos de empreendimentos da transição energética, que são chamados de energia limpa e desenvolvimento sustentável, representam para estes povos nada mais que um “programa neoextrativista reunido pela alcunha de “Economia do Mar ou Economia Azul”:

Em síntese, alega a denúncia que o desenvolvimento dessas atividades implica, necessariamente, em processos de ‘cercamentos’ dos espaços



marinhos e costeiros, resultando em privatização, expropriação e despossessão das comunidades tradicionais pesqueiras de seus territórios; de maneira que o cenário que se projeta para a pesca artesanal e as comunidades tradicionais pesqueiras, diante da já histórica falta de acesso a direitos sociais e socioambientais, é de uma política de morte (Tribunal Popular da Economia do Mar, 2022, pag. 3).

E reiteram o direito à consulta livre, prévia e informada para a autorização de quaisquer empreendimentos que causem impactos diretos às comunidades. É neste caminho de denuncia e de acolhimento das comunidades tradicionais diretamente afetadas pelos mega empreendimentos de energia (eólica, solar, hidrelétrica etc) propagados sobretudo pelo capital internacional, transnacional, em parceria com os governos locais, que os povos de resistencia lançaram a luta por uma transição energética que seja justa, popular e soberana.

Diário de Campo, entrevista gravada, janeiro de 2023:

**Pergunta: A transição energética é considerada uma alternativa? E como é pensada essa alternativa de transição energética justa e popular?**

**Melka:** *Existem duas questões. A primeira é uma questão do que a gente desenvolve, a segunda é uma questão mais filosófica. Mas vou começar do mais amplo pro mais específico. Toda essa pauta de transição energética, do porquê fazer a transição, porque existir, a origem disso tudo são as mudanças climáticas né, é a constatação óbvia de que o mundo não aguenta toda a pressão do capitalismo, o que também é conhecido como a tragédia dos comuns; algumas pessoas exploram e causam tragédias para todos porque não existem fronteiras do ar né, por isso tem uma transição energética.*

*No entanto me parece muito bizarro, muita ironia que os povos que podem conter as mudanças climáticas que são os povos e comunidades tradicionais através de seus modos de vida e de suas governanças sejam justamente os povos escolhidos para terem seus modos de vida destruídos. É um conceito que eu estou tentando trabalhar de “tragédia dos excluídos” ou “tragédia dos oprimidos”. Não escolhi ainda o nome, mas é pra se contrapor a ideia de tragédia dos comuns, porque o capitalismo*

*se reinventa, então quando ele acha que não pode mais, que vai ser impossível continuar vivendo daquela maneira, ele reinventa a forma de explorar. E eu acho que a transição energética hoje ela é esse instrumento, é o instrumento que o capitalismo encontrou para se reinventar.*

*Isso é muito simbólico pela transformação das empresas de produção de gás e carvão em empresas de energias renováveis, se a gente pensar no início do capitalismo, na revolução industrial essas empresas conduziam processos e elas continuam conduzindo processos sob outros nomes.*

*A transição energética hoje é uma pauta do capitalismo. Ela não é uma pauta nossa. Ela é uma pauta do capitalismo. Mas as mudanças climáticas são uma pauta nossa. O nosso povo sente nas secas, nas cheias, nas enchentes, na falta de chuva pra plantação, então eu acho que cabe ao nosso povo fazer uma transição, mas eu nem sei se é certo dizer que seria uma transição energética porque o nosso povo, a nossa produção de energia, quando há, não é uma produção que polui.*

*Então eu acho que o que nos cabe, e aí tem um livro da Teia dos Povos chamado Terra e Território<sup>38</sup> que tem as 5 frentes de autonomia pro nosso povo conseguir vencer, que são: autonomia alimentar, autonomia hídrica, autonomia econômica, autonomia política e autonomia energética. Então, formas de produção de energia, talvez, essa seja a nossa pauta. Adquirir a nossa autonomia energética, ou seja, produzir a nossa própria energia e não pagar pra Enel todo mês, talvez essa seja a nossa pauta de transição energética.*

*Bom, mas isso é no plano mais geral. No plano mais específico infelizmente não dá pra gente chegar pro IBAMA e dizer que a gente não quer discutir transição energética porque isso não é a nossa pauta. Então eu acho que a gente tem que fazer o que a gente já está fazendo no Ecomareatório, é pautar uma transição justa, popular e soberana.*

*Isso é uma questão popular porque essa transição energética na zona costeira, pelas eólicas onshore e offshore, a gente tem esquecido que essa energia ela é um investimento estrangeiro e ela tem o objetivo de servir e produzir lucro pro estrangeiro. Ela tem que ser justa no sentido de seguir as leis socioambientais. Atender os*

---

<sup>38</sup> O livro se chama Por Terra e Território escrito por Joelson Ferreira e Erahsto Felício, 2021. Ver: <https://teiadospovos.org/por-terra-e-territorio-primeiras-palavras/>

*protocolos, vincular o protocolos, ouvir o perfil de transição que os povos querem e instalarem essas eólicas nas fazendas de soja né! (risos).*

**Alanna:** *Eu acho que tudo que é popular, comunitário, tradicional já é transição energética. Porque se você for ver a emissão de gases poluentes, a emissão de gases do efeito estufa, ela é quase mínima em relação a criação de gado, em relação à suspensão vegetal, em relação às queimadas, em relação à mineração, em relação à termelétrica, em relação à eólica e em relação à solar.*

*Por exemplo, a gente pode ver o impacto que os pescadores artesanais eles causam ao ecossistema e a biodiversidade marinha em comparação com os pescadores industriais, a pesca de arrasto e de larga escala. Se a gente for fazer esse comparativo com certeza a poluição por pesca fantasma, por pesca de arrasto, a pesca dos pescadores artesanais é considerada de baixo impacto.*

*Então da mesma forma eu acredito que se houver uma produção de energia a partir de bases populares e comunitárias, mesmo que seja a base de carvão, não é o modelo ideal mas mesmo que seja, é de baixo impacto, porque a gente não sustenta indústria, os povos e comunidades tradicionais não produzem de uma forma capitalista, não tem acumulação de riquezas, é realmente pensado na lógica do Bem Viver, na garantia de vida, de qualidade de vida, e não de abastecimento de indústria e de acumulo de riquezas.*

*A forma de energia compatível com os povos e comunidades tradicionais seria a descentralização e a produção autossuficiente. Essa ideia de produção de baixo impacto a partir de bases populares e comunitárias. E mesmo a descentralização se for de energia solar nos quintais e telhados das casas, mas tem que ver a questão da mineração por trás disso né, a produção de baterias e também as linhas de transmissão, então acho que tudo isso precisa ser avaliado. Na minha percepção as nossas matas e os nossos solos não é algo negociável.*

**Melka:** *É importante que a gente consiga (a descentralização e autossuficiência de energia a base de energia solar) mas acho que falta engenheiros do campo da esquerda para projetarem isso, porque a gente produz energia solar mas ela vai pra rede da Enel, então a gente continua refém.*

*A não ser que a gente tenha bateria pra armazenar, mas é um custo grande inclusive de manutenção, então a gente acaba ainda dependendo de uma estrutura*

*do Estado e que não é barato, a gente produz a própria energia e ainda precisa pagar pra Enel um valor considerável. É um passo, mas a gente precisa desenvolver outras formas de soberania.*

A produção descentralizada e autosuficiente de energia de fonte solar tem sido o principal recurso que as comunidades tradicionais e originárias não só no Brasil como em outros países da América Latina, tem recorrido para avançar na sua autonomia energética e diminuir a dependência do Estado como garantia do acesso à energia elétrica, e ainda tentar produzir uma energia que agride o menos possível o meio ambiente, pois, vale ressaltar, nenhuma produção de energia é 100% limpa.

Mas as contradições são latentes e não podem ser ignoradas. Como ressaltou a bióloga Alanna, a produção das placas solares e das baterias de armazenamento da energia fotovoltaica ainda dependem de recursos minerais obtidos via mineração, violando territórios e ecossistemas, povos e comunidades, além de constituírem recursos naturais de grande interesse geopolítico no acesso e no fornecimento, desencadeando inclusive o financiamento de golpes de estado e desestabilizações na governança de países latino-americanos, por serem recursos essenciais para a transição energética corporativa.

Outro fator importante é que as observações das ativistas ambientais acabam chocando-se com outras questões, como por exemplo a questão da escala. Comunidades tradicionais possuem organizações familiares e produtivas distintas. No caso de Barra das Moitas e Morro dos Patos, as comunidades vivem através de uma produção de subsistência, não possuindo por exemplo, agroindústrias e cooperativas de produção dos seus insumos. Então em escala menor, não precisam necessariamente se preocupar com a questão energética enquanto mantenedora de algum empreendimento coletivo e tradicional de escala industrial. A autonomia energética continua sendo um fator decisivo para a emancipação dos territórios no sentido de poderem ser soberanos em suas formas de organização e desenvolvimento territorial de acordo com suas cosmovisões e necessidades.

Porém, como já citado anteriormente nas pesquisas realizadas pela Fundação Rosa Luxemburgo, comunidades tradicionais que constituem outras formas de organização e reprodução no território e necessitam lidar com as questões de escala industrial de produção, acabam por entender que a produção descentralizada de energia via empreendimentos fotovoltaicos, é um grande passo rumo à autonomia

energética. É neste ponto que as alternativas ganham pluralidades, visto que as especificidades das comunidades, não só a escala de produção e organização do território mas também a sua geografia, suas fortalezas, seus recursos naturais e necessidades são fatores chave pra decidir quais caminhos esta transição energética justa, popular e soberana deve tomar para transformar estas alternativas em verdadeiros territórios de autonomia ou soberania energética.

Barra das Moitas e Morro dos Patos são comunidades costeiras que possuem abundancia em recursos naturais. Suas terras férteis produzem tres vezes ao ano, os recursos hídricos são abundantes pois a maioria das famílias possuem poços nos quintais. São agraciados com o Rio Aracatiaçu e com o Mar tanto da Praia de Moitas quanto da Praia de Morro dos Patos. As comunidades possuem um manguezal rico em biodiversidade. Naturalmente, a convivencia com a natureza em todos os sentidos se torna não só mais rica, como também coflituosa, pois a preservação deste paraíso natural que lhes proporciona os recursos para a subsistencia e segurança alimentar, é também o maior desafio que as comunidades tem passado nos ultimos trinta anos. É preciso resistir, preservar e se manter em harmonia.

Já nas comunidades tradicionais e assentamentos dos sertões semiáridos, onde a agua é um recurso escasso, as formas de conviencia com esta natureza são também fatores de resistencia que oferecem aos povos poucas alternativas. Irrigar os campos, bombear agua dos poços, manter os seus empreendimentos coletivos em escalas industriais, e não ceder às ilusões de mega empreendimentos capitalistas, servindo como mão-de-obra barata, ou mesmo trocando o território por quase nada, é um fator a ser pensado nesta discussão sobre a transição energética.

Muitas comunidades tradicionais e assentamentos que precisam conviver com o semiárido, encontram alternativas diferentes das quais Melka e Alanna pensaram como ideais. E tudo bem. O interessante é se deparar com contextos distintos ainda dentro de um mesmo estado, como é o caso do Ceará e os demais estados que possuem faixa litoranea e semiárido. São diferentes comunidades tradicionais, assentamentos e aldeamentos. Entretanto, as alternativas do Bem-Viver precisam dar a estes povos um calçado adequado para caminhar esta estrada dificil, mas que pode lhes proporcionar uma vida melhor nos territórios onde manifestam suas tradicionalidades, suas fés e suas esperanças.

Para entender estas alternativas, a busca pela autonomia energética e a transição justa, popular e soberana, o MST Ceará oferece alguns exemplos de outra

escala de organização e produção no território. Os assentamentos que são o estandarte da luta pela terra e pela soberania alimentar no semiárido cearense, mostram que outros horizontes são possíveis para a produção em escala industrial, para a melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas e o convívio baseado nas sabedorias ancestrais dos povos no manejo e adaptação à escassez.

#### **4.2 “A autonomia energética é a garantia de desenvolvimento dos nossos povos e territórios”**

“A luta do Movimento Sem Terra é que a gente tem buscado se aprofundar nessa questão energética, por entender que ela é essencial e garante a autonomia das nossas famílias e do nosso território. (Missias, dirigente estadual do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) do MST Ceará. Entrevista concedida em janeiro de 2023).

O Brasil tem avançado nos últimos anos no desenvolvimento da tecnologia fotovoltaica centralizada e distribuída. Entretanto, ainda que a instalação de placas solares nos telhados e a produção energética solar vinculada à concessionária tenha proporcionado a economia de alguns frente aos aumentos expansivos nas contas de energia elétrica, ainda não podemos afirmar que existe uma popularização no acesso ou na produção energética fotovoltaica, sobretudo por este ainda ser um recurso da transição energética capitalista que controla toda a cadeia de valor dos materiais que constituem a produção, importados de oligopólios estrangeiros.

Por ser relativamente mais barata, a aquisição de placas solares, inversores e baterias acaba sendo a opção mais viável encontrada pelos povos que possuem a necessidade de produzir energia, ou por não ter acesso via distribuidora energética, ou por economia. E é aí que a transição energética, popular e soberana faz suas reivindicações, críticas e proposições.

Visando a produção autônoma e a economia na conta de energia, as famílias dos Assentamento Palestina em Independência e do Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa, no Sertão dos Inhamuns-Crateús são o exemplo da experiência de produção de caprinos e ovinos que mantem a agroindústria do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, um projeto que inova e propõe alternativas por ter sua própria produção de energia solar fotovoltaica.

No Sertão dos Inhamuns e Crateús, berço de luta e de ancestralidade sertaneja, a convivência com o semiárido sempre foi um desafio. Entretanto, as famílias que conquistaram a terra árida dos sertões cearenses, possuem a sapiência que é características dos povos tradicionais e nativos dos territórios de luta. É no Assentamento Palestina, cujo nome já reforça sua grandeza, que está localizada uma das produções da marca Terra Conquistada, que faz parte da rede de agroindústrias do MST e que lançou-se oficialmente no mercado recentemente<sup>39</sup>:

Os produtos vêm das cinco regiões do estado, de cooperativas que atuam na produção e comercialização da marca, abastecidas a partir dos assentamentos e que trazem toda a riqueza e diversidade produzidas nestes espaços de resistência. “Nós temos o laticínio, que produz o leite pasteurizado, tanto o de saquinho como o de garrafa, o queijo coalho, a nata, o requeijão, o iogurte, a bebida láctea. Nós temos também duas agroindústrias de polpa de fruta, com sabores diversos e tamanhos diversos. Temos a parte da agroindústria de ovinos e caprinos, como também os embutidos como linguiça e o hambúrguer”, explica Florença Moreira, coordenadora da Frente de Comercialização do MST (BRASIL DE FATO CEARÁ, 2022)

Entretanto o início dessa luta pela Terra Conquistada encontrou muitos desafios para os assentados do Sertão dos Inhamuns-Crateús. A escassez de recursos básicos como energia e água foram as primeiras lutas que as famílias precisaram resistir e reivindicar o acesso. Após a conquista da água encanada e a luz para as famílias na região, multiplicou-se por todo o sertão a luta para a consolidação de mais assentamentos.

Com a vitória dos assentamentos de reforma agrária, as famílias assentadas deram corpo à cadeia de produção de caprinos e ovinos, cuja expansão atualmente abriga mais de 38 assentamentos da região dos Inhamuns-Crateús, diretamente ligados ao Projeto São José<sup>40</sup> do Governo do Estado do Ceará, um programa de fortalecimento e desenvolvimento rural para agricultores e agricultoras que é responsável pela criação de políticas públicas para o desenvolvimento a partir de

<sup>39</sup> Ver: <https://www.brasildefatoce.com.br/2022/12/23/batizada-de-terra-conquistada-mst-lanca-marca-de-produtos-da-reforma-agraria-no-ceara>

<sup>40</sup> Ver: <https://www.sda.ce.gov.br/projeto-sao-jose-iv/>



abordagens territoriais dos povos do campo. O programa é uma iniciativa da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará em parceria com o Banco Mundial e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e funciona desde 2007.

A criação da cadeia e sistema produtivo de caprinos e ovinos foi pensada a partir de estudos do próprio MST para entender quais eram os recursos que garantiriam a segurança alimentar das famílias de acordo com suas condições territoriais. Sob consenso das famílias assentadas de toda a cadeia produtiva, foi construído no Assentamento Palestina o empreendimento abatedouro de caprinos e ovinos, o Frigorífico Terra Conquistada.

Nós chegamos a participar diretamente do Projeto São José em torno de 548 famílias que hoje são diretamente envolvidos nesse projeto, mas claro que tem outros assentamentos estaduais, assentamentos federais então hoje se a gente for olhar tem mais de 500 famílias participando desse processo e que foram se inserindo nos debates e nas discussões e que hoje também são corpo direto da COOPERAMUNS e da organização do movimento na região. A oportunidade de a gente ter uma agroindústria pra beneficiar, comercializar e a juventude poder fazer parte disso é uma oportunidade que os pais lutaram bastante e que através da conquista que tivemos graças a solidariedade da sociedade que nos apoiou inclusive na luta que o movimento fez, mas também na sensibilidade do Governo Camilo Santana hoje de compreender que a reforma agrária, os assentamentos e a agricultura camponesa precisaria ter o apoio do Estado, pra que a gente pudesse atingir esses patamares que até então, nós em outras épocas não tivemos a oportunidade de garantir (Missias, Dirigente Estadual do MST Ceará. Trecho retirado do documentário Doc. Terra Conquistada, abril de 2021).<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Documentário foi produzido por MT Vídeo, traz a experiência da produção de caprinos e ovinos da região dos Inhamuns/Crateús, desde o processo da criação nos Assentamentos de Reforma Agrária até o abate e comercialização, trazendo o processo organizativo das cooperativas e da agroindústria conquistada através da luta do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST) com apoio do Governo do Estado. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=zstb8fDcwt0>

**Figura 41: Frigorífico Terra Conquistada – Assentamento Palestina, Independência, Sertão dos Inhamuns/Crateús, Ceará.**



Fonte: MST Ceará, 2021.

Com a criação do abatedouro Frigorífico Terra Conquistada e o aumento da cadeia de produção, as famílias passaram a entender melhor sobre a criação de ovinos e caprinos, a usar mecanismos de convivência com os períodos de seca com animais naturalmente mais resistentes a esse período, plantando palma e outros cultivos que servirão de alimentos e de estoque nas épocas de estiagem. O resultado foi a retirada de várias famílias de situações de extrema pobreza e fome na região:

Então a gente já percebe que aquelas famílias que viviam antes com fome, com miséria já tá numa nova condição social e qualidade de vida, porque além da posse da terra, elas também tiveram acesso à recursos para qualificar e potencializar a sua produção agrícola (Eudes Araújo, Trecho retirado do documentário Doc. Terra Conquistada, abril de 2021).

**Figura 42: Famílias aumentaram e qualificaram o rebanho com a agroindústria de caprinos e ovinos nos assentamentos do Sertão dos Inhamuns-Crateús.**



Fonte: MST, 2021. Doc Terra Conquistada, 2021.

O desenvolvimento da agroindústria de caprinos e ovinos foi o ponta pé para que as famílias de assentamentos do Sertão dos Inhamuns-Crateús percebessem que produzir em uma escala industrial requereria cada vez mais recursos que possibilitassem não só a otimização da produção e o benefício para as famílias, mas também a economia da energia e a preservação do meio ambiente, assim ressalta Missias, dirigente estadual do MST Ceará e também dirigente do setor de produção que participou ativamente do processo de implantação das agroindústrias e os dilemas que elas eventualmente criaram. Missias participa do documentário produzido pelo MST sobre a produção nos assentamentos e os produtos da marca Terra Conquistada dos quais os trechos e falas foram transcritos com fins de contextualizar os avanços e as conquistas das famílias.

No documentário, Missias afirma brevemente que a autonomia energética é uma das pautas do movimento e portanto, foi uma das reivindicações ao Governo do Estado para a implantação de uma usina fotovoltaica para o abastecimento da agroindústria Frigorífico Terra Conquistada e de todas as agroindústrias espalhadas pelo Ceará.

Em entrevista realizada em janeiro de 2023, Missias detalha os motivos pelos quais esta é uma vitória do movimento, qual a percepção do MST, sobretudo dos sertões semiáridos, sobre a transição energética e quais os desafios de pautar uma transição energética justa, popular e soberana visando também questões de diferenças territoriais e de escalas na produção e organização do modo de vida.

Diário de Campo, entrevista gravada, Janeiro de 2023:

**Pergunta: Qual a é luta e o envolvimento do MST com a pauta da transição energética?**

**Missias:** *A luta do Movimento Sem Terra é que a gente tem buscado se aprofundar nessa questão energética, por entender que ela é essencial e garante a autonomia das nossas famílias e do nosso território. Mas o Movimento, a gente não vai apoiar a transição energética que é do grande capital. Porque a gente precisa fazer uma transição energética que tem que ser justa, do ponto de vista da justiça com os povos e os territórios, para que eles sejam respeitados como famílias que vivem nos territórios há centenas de anos. Ela tem que ser popular, no sentido de o povo ter o poder de decidir como ela vai ser decidida pelos povos dos territórios, pra que eles decidam como viver, como eles querem as políticas de desenvolvimento deles. E soberana, no sentido de autonomia dos povos e dos territórios em produzir a sua própria energia com a sua harmonia e preservação do território e do meio ambiente.*

**Pergunta: Como foi o processo de implementação das usinas solares nas agroindústrias e porque vocês buscaram essa alternativa?**

**Missias:** *Tem uma questão das energias renováveis. Nós entendemos, é uma defesa do Movimento de que nós precisamos ter autonomia da energia, já que hoje é um grande problema da caréstia, principalmente pra nois aqui do Ceará. Por isso nois trabalhamos pra que esse projeto tivesse energia solar, porque é uma energia mais limpa e ao mesmo tempo vai dar uma autonomia maior para as famílias, garantindo todo o custo de energia todo o ano durante todo o processamento.*

*A gente considera que a energia é muito importante né? Do ponto de vista do desenvolvimento das nossas industrias tinha muito gasto... o gasto era muito alto. Só*

*pra você ter noção havia um custo de mais de quinze mil com energia pra Enel. Então a gente entendeu que estava sendo ruim, não dava pra continuar dessa forma. O projeto surgiu de uma demanda nossa junto ao Governo do Estado, nós dialogamos com o governador Camilo Santana, e foi criado um projeto específico com financiamento e parceria do Banco Mundial.*

*A implementação desses projetos são de vários tamanhos, eles são diferentes, tem uns maiores e outros menores. Mas a gente consegue economizar e garantir a autonomia das famílias que vivem no território. Veja só, quinze mil que eles deixaram de pagar pra Enel, eles puderam agora não fazer gasto, mas sim investimentos. Eles podem investir em outras coisas que antes não podiam, podem expandir a produção, comprar maquinário, investir em mais mão-de-obra, então a gente considera que foi um grande sucesso, foi fantástico isso que a gente conseguiu no Estado do Ceará.*

**Pergunta: Qual o posicionamento do MST diante da disputa territorial em comunidades tradicionais e assentamentos ameaçados por parques eólicos como Barra das Moitas e Morro dos Patos?**

**Missias:** *Então assim, a luta do movimento é de entender que sem energia a gente não faz nada. Mas a gente não pode pautar a transição energética do grande capital, porque isso é o grande capital, são as empresas estrangeiras. Eles não podem chegar no território expulsando as pessoas, seus modos de organização, de autonomia, sua sabedoria empírica dos territórios, gente que vive nos territórios há centenas de anos e tirar eles dali e botar uma torre eólica.*

*Porque o grande capital, a pauta dele é lucro, é o que é bom pra eles, mas isso é a destruição dos nossos camponeses, dos nossos agricultores camponeses, territórios tradicionais e também os povos indígenas. Porque muitas das vezes as empresas do grande capital chegam nos territórios com brutalidade, com o apoio do Estado, porque o Estado é burguês e com seus interesses econômicos eles impõe a força né, então muita das vezes eles chegam nos territórios explorando ou expulsando o povo pela força bruta, com brutalidade, pela força da lei. Ou desmotivando as famílias, desmobilizando o povo, que fica dividido do que é certo ou errado.*

*Então a posição do Movimento Sem Terra é que nós somos contra a essa transição que produz energia nos nossos territórios mas que vai abastecer e gerar lucro pra cinco famílias mais ricas, entendeu?*

*Essa transição do grande capital ela não tem nada de bom pra oferecer pras nossas famílias que muitas vezes se sentem pressionadas, ameaçadas por não terem estudo, ameaçadas de vida e até de assassinatos. Mas essas comunidades, assentamentos, esses territórios que resistiram, porque as vezes, muitas vezes nós perdemos a batalha pro grande capital, aqui temos famílias que perderam, mas essas resistiram, a gente diz que é o certo né, por eles, por nós e pela próxima geração que vai viver no território, a gente louva muito eles, a gente acha uma maravilha.*

*E tem muita ameaça do grande capital, do capital estrangeiro. Uma empresa chinesa não pode chegar aqui e dizer que o território é deles e eles vão fazer o que quiser, que vão botar uma torre ali no território passando por cima das famílias, dos modos de vida e da organização das famílias! E o Estado acaba passando por cima dos próprios cearenses, do próprio povo do território sem nem querer saber se é branco, se é preto, se é indígena pra favorecer essas empresas estrangeiras que representa o grande capital. Mas eles não são donos do mar.*

**Pergunta: Qual a concepção de desenvolvimento territorial do MST? E quando pautam políticas públicas, o que vocês reivindicam para garantir esse desenvolvimento?**

**Missias:** *Eu, nós do movimento, entendemos o desenvolvimento... primeiro de tudo: A gente tem que falar do território. A importância do território pra garantir a sobrevivência, a vida das famílias e autonomia dos povos, que é eles poderem decidir quais as formas de organização eles querem ter, baseado no conhecimento que passam de geração, dos saberes empíricos, alinhando a tecnologia com a cultura já existente. A gente luta por esse desenvolvimento, que é pautado no território, que possa garantir a dignidade das famílias, o trabalho em harmonia com o meio ambiente, o acesso à educação, mas uma educação popular através das nossas escolas do campo, que transmitem os saberes do território e nossas formas de organização. O acesso à saúde, a cultura, tudo isso é o que pode garantir a autonomia dos nossos povos e territórios. Por isso o MST pauta a importância da reforma agrária através da proteção dos nossos territórios e ocupação para quem não tem um território que garanta a vida e o desenvolvimento.*

*Mas a gente não vive isolado, a gente vive numa sociedade, muitas vezes nós precisamos dialogar com as outras instancias, as outras partes, com outros povos,*



*então não pautar a transição energética é de muita importância pra nós do movimento por entender que não se pode chamar de energia limpa e desenvolvimento sustentável, uma energia que nem serve pra nós, que nem fica aqui, que é baseada na destruição e na morte de territórios que convivem em harmonia com o meio ambiente.*

*Mas acima de tudo, porque a gente entende que a energia é um dos fatores que é essencial, que garante a autonomia. E nesse ponto não falamos só da autonomia energética, mas também hídrica né, o acesso à água pros nossos povos e nossos territórios do semiárido, na convivência com o semiárido que dependem de irrigação, é importante não só o acesso, mas a autonomia.*

*Por isso a energia nas nossas agroindústrias, nossa produção nas cooperativas a gente considera que isso é fantástico! Entendeu? Porque a gente produz a própria energia e as vezes até sobra e aí pode colocar em outra coisa, em outro canto. As famílias agora podem investir no seu desenvolvimento, em coisas que antes elas nem imaginavam, então a gente entende a importância da energia, mas dentro dessa luta. Porque a transição energética do grande capital não pode ser feita a partir da destruição das nossas famílias, por isso nossa orientação é resistir.* <sup>42</sup>

**Figura 43: Usina solar do Frigorífico Terra Conquistada no Assentamento Palestina, Independência, Sertão dos Inhamuns-Crateús - CE**



Fonte: MST, 2022.

<sup>42</sup> Entrevista oral concedida em janeiro de 2023.



**Figura 44: Usina solar do Frigorífico Terra Conquistada no Assentamento Palestina, Independência, Sertão dos Inhamuns-Crateús - CE**



A despeito do MST estar ativamente buscando entender a transição energética enquanto um instrumento do capital, ou como diz Missias, do “grande capital”, eles também se encontram em dilemas sobre a própria dinâmica de crescimento que as cooperativas tiveram nos últimos anos. Primeiro, parte dessa contradição reside no fato do Governo do Estado do Ceará ser um dos principais veículos de entrada, incentivo e disseminação da transição energética corporativa financiada pelo capital internacional. Mas por ser um governo de esquerda, um dos mais próximos do MST diga-se de passagem, o diálogo foi essencial para garantir as conquistas do movimento frente às questões urgentes e inadiáveis, como a expansão da produção dos assentamentos, as agroindústrias e a produção energética fotovoltaica nos empreendimentos.

Para os povos do semiárido, o acesso à água e energia sempre será uma questão emergencial do ponto de vista de garantir que as famílias que vivem da agricultura camponesa, da criação de animais e outro tipo de produção comunitária, pautada na economia solidária e na associação de moradores, possam ter dignidade e a chance de se desenvolver. E no semiárido, a autonomia energética não está desvinculada da autonomia hídrica, além de ser a projeção do que pode ajudar no manejo e no convívio com os períodos de seca, associando como alertou Missias, a

sabedoria empírica e ancestral dos povos às tecnologias de convivência com o semiárido.

No caso do MST, há outras agroindústrias espalhadas pelo Ceará que funcionam na mesma lógica, em maior ou menor escala, ainda precisam se preocupar com uma escala de produção consideravelmente maior que a de comunidades tradicionais com mais ou menos cem famílias que produzem para a sua subsistência.

O MST Ceará possui ainda uma agroindústria de laticínios situada no Assentamento Nova Canaã, em Quixeramobim. A agroindústria de laticínios que é coordenada pela Cooperativa Regional dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sertão Central do Ceará Cooperasc Ltda (Cooperasc) recebe leite de qualidade produzido por mais de 26 assentamentos de reforma agrária em Quixeramobim e Senador Pompeu, com capacidade de beneficiamento de mais de dez mil litros de leite.

A partir dessa produção das famílias assentadas, a agroindústria de laticínios é capaz de fornecer leite pasteurizado, requeijão, queijo, nata e iogurte como pontua Florença Moreira, gestora da Cooperasc para o Brasil de Fato Ceará:

Hoje a agroindústria produz tudo isso, fruto do trabalho duro e de muita luta. Não à toa, a marca foi batizada de Terra Conquistada. “Nós iniciamos o funcionamento desse laticínio, em fevereiro de 2022, com o beneficiamento de 5 mil/litros de leite de saco, entregando em 15 municípios através do programa que a cooperativa também conquistou, que foi o Programa de Aquisição de Alimentos do Estado do Ceará. Então, hoje nós já estamos em Quixeramobim, em 5 supermercados e já estamos em processo de negociação com outra rede de supermercados aqui do Ceará, que tem em torno de 30 lojas espalhadas em todo o estado, para comercializar também os nossos produtos”, pontua Florença (BRASIL DE FATO CEARÁ, 2022).

Atulamente a agroindústria de laticínios que produz os 39 produtos registrados pela marca Terra Conquistada, conta com quatro caminhões de coleta e tanques de resfriamento em 19 assentamentos produtores.

**Figura 45: Tanque de Leite no Assentamento Nova Canaã, Quixeramobim.**



Foto: Flaviana Alencar, Brasil de Fato, 2022.

**Figura 46: Agroindústria de Laticínios, Assentamento Nova Canaã, Quixeramobim-CE**



Fonte: MST Ceará, 2022.



**Figura 47: Usina solar da Agroindústria de Laticínios, Assentamento Nova Canaã, Quixeramobim-CE**



Fonte: MST Ceará, 2022.

**Figura 48: Agroindústria de Laticínios, Assentamento Nova Canaã, Quixeramobim-CE**



Fonte: MST Ceará, 2022.

**Figura 49: Produtos da Agroindústria de Laticínios Terra Conquistada**



Fonte: Flaviana Alencar, Brasil de Fato, 2022.

Além da produção em escala industrial de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns-Crateús e da agroindústria no Assentamento Palestina em Independência, a agroindústria de laticínios no Assentamento Nova Canaã em Quixeramobim, as famílias assentadas do MST Ceará possuem duas agroindústrias de polpa de frutas, a produção de caju e castanha no Assentamento Zé Lourenço em Chorozinho, mandioca no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema e mel no Assentamento Massapê em Mombaça<sup>43</sup>, todos da marca recém lançada no mercado, Terra Conquistada (Brasil de Fato, 2022).

43 Ver: <https://mst.org.br/2021/03/15/mst-ceara-implanta-agroindustrias-nos-assentamentos-para-producao-alimentos-saudaveis/>



**Figura 50: Agroindústria de farinha de mandioca, Assentamento Lagoa do Mineiro – Itarema.**



Fonte: MST, 2022.

Portanto, a questão energética tornou-se imprescindível para que as famílias do sertão cearense possam produzir plenamente, em harmonia com o território e seus recursos, com a busca pela autonomia energética e o desenvolvimento territorial.

Das comunidades tradicionais da beira mar, de 90 ou 120 famílias como Morro dos Patos e Barra das Moitas até os assentamentos do sertão e sertão central com

mais de 500 famílias produzindo para o mercado local, os territórios são exemplos de uma resistencia ativa e adaptavel aos desafios territoriais, economicos e políticos impostos. São povos que além da histórica luta pelo território ou pela preservação de seus ecossistemas, entenderam como a contemporaneidade impôs também novas lutas, novas frentes de batalha que são tão urgentes quanto a luta pela terra, pela comida e pela água, já que se transversaliza por todas elas inevitavelmente.

Porém, do contrário das muitas e necessárias pesquisas realizadas já para discutir os efeitos da transição energética nos territórios que perderam as batalhas brutalmente pela força do capital, esta pesquisa mostra que os territórios de esperança estão ativos na proteção dos seus territórios e modos de vida, mas mais que isso, estão buscando romper com o paradigma capitalista do desenvolvimento territorial, mostrando que alternativas ricas, diversas e específicas estão sendo desenhadas, implementadas e muitas delas já dão frutos consistentes.

As alternativas desenhadas pelos povos, trazidas em entrevistas, fotos e memórias são a luz na escuridão da desesperança nesta batalha narrativa do desenvolvimento sustentável e na produção da energia limpa. Sabemos que nenhuma energia é 100% limpa e que as contradições surgem em todos os espaços, territórios, escalas de produção e organização da vida destes povos tradicionais, pescadores e pescadoras artesanais, assentados, sertanejos e povos do campo num geral. São contradições que apontam a necessidade destes povos de se aprofundarem cada vez mais no debate da autonomia energética como emancipação, mas que tudo passa pelas conflitualidades presentes no próprio desenvolvimento delas quando passam a interagir e até precisar coexistir no espaço capitalista de comercialização da produção.

O diálogo com o Estado se faz necessário e algumas vezes torna-se contraditório, como é a política. Mas são estas contradições que tem o poder de impulsionar e aprofundar o debate sobre a transição energética capitalista, a busca por uma transição energética justa, popular e soberana, ou mais idealmente, a autonomia e soberania energética dos povos de luta de todos estes territórios.

Neste contexto, as alternativas desenhadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Ceará apontam para um horizonte em que o diálogo com o Governo do Estado e a sabedoria organizativa dos povos do campo, é capaz de alinhar os avanços e produzir territórios de esperança, de realidade, de vida digna, através da utilização de tecnologias de produção de energia, como a energia solar



fotovoltaica de forma descentralizada, comunitária e autônoma, um destino positivo e uma alternativa viável aos povos que dela necessitam.

É preciso ressaltar que esta autonomia energética tão citada pelos entrevistados, não é uma utopia impossível, não é uma esperança iludida. Ela é uma realidade em processo de construção em muitos territórios, é um ponto de estudo e de discussão em muitos outros, é um norte, um ideal, mas que por ser pautado justamente pelos povos que pisam o chão de seus territórios, é construída a partir de bases possíveis, realistas, específicas para cada povo, e sobretudo, constituidoras e constituídas pelo Bem-Viver.

**Figura 51: Crianças Sem-Terra brincando no Assentamento Santana, Sertão dos Inhamuns-Crateús, Ceará.**



Fonte: Doc. Terra Conquistada, MST. 2021.

**Figura 52: Criança brincando na Praia de Morro dos Patos, Itarema.**



Foto: Monalisa Lustosa Nascimento, 2022

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrida pela descarbonização das matrizes energéticas globais e a transição energética desenhada no plano internacional é o novo imperativo das políticas econômicas e ambientais no mundo. Influenciando toda a cadeia de produção e fornecimento de materiais críticos e tecnologias de energia renováveis como as de fonte eólica e solar, a corrida é sobretudo, para que os países obtenham segurança no acesso, no fornecimento e na produção de toda a cadeia que possibilita não só a transição energética, mas as lideranças dos países num plano geopolítico.

A China se insere nesse contexto como um dos atores mais influentes na transição energética, tanto como uma preocupação de assegurar a sua segurança energética quanto para propagar no mundo inteiro suas tecnologias pioneiras na produção de equipamentos essenciais para a criação de parques eólicos e solares. É neste impulso de busca por liderança global, aproveitando o já consolidado relacionamento com o Brasil, que a transição energética influenciada pelo investimento chinês se torna um dos principais motores da matriz energética brasileira.

A constante busca pela inovação do setor faz parte do processo de acaparamiento ou controle de terras, controle dos recursos naturais, quando o capital estrangeiro que como visto nesta pesquisa vem de muitos países, dentre eles a China, define qual o teor da transição energética que se apropria de territórios em busca de cooptar cada vez mais espaço para sua fronteira de produção energética renovável. O acaparamiento enquanto face da nova corrida global pela descarbonização é tratado nesta pesquisa como uma das soluções que o capitalismo criou para lidar com suas próprias crises, seus próprios desastres, dentre eles, as mudanças climáticas.

A China sempre que analisada nestes termos produz contradições. Um país dito comunista, que foi revolucionado a partir de mãos camponesas e produz agendas de longo prazo que visem a soberania e autonomia do país da maioria dos recursos naturais estratégicos, se territorializa nos países parceiros de forma conflituosa, contraditória e espoliadora. Depois de sua transição para procurar um lugar à mesa dos países capitalistas, ela começou a fazer no exterior o que já estava fazendo internamente, cercando seu campesinato, o forçando a migrar para as cidades para aumentar o número de proletários, industrializando sua matriz alimentar, e até de seus vizinhos. Ora, como um país que era inclusive a inspiração para muitos movimentos políticos, socioterritoriais e etc, também pode manifestar imperialismos tais quais seus

antagônicos? O capitalismo é uma agenda espoliadora sob qualquer bandeira. Quando chega no território, ele reproduz as mesmas violências.

Não é culpa do Estado chinês a implementação de parques eólicos da CPFL Renováveis antes de sua compra pela estatal State Grid. Mas nesta pesquisa, não se acredita na presunção de que um país que pula os obstáculos conflituosos da entrada nos territórios e da desterritorialização, seja de fato isento da culpa, posto que, é na perpetração das violências, na manutenção das ameaças, na constância da imposição do medo, no movimento de pressioná-los contra seus próprios sonhos, que reside a continuação da destruição.

Precisamos analisar criticamente os países que levantam as bandeiras do desenvolvimento sustentável para só assim entender, que por mais contradições internas que existam, estes países sempre vão perpetuar as violências nos territórios dos países que subjagam, que exercem controle ou dependência. Basta ver as relações dos países produtores de matérias primas como República Democrática do Congo, Chile, Argentina, Mianmar, e perguntar, quais são seus principais parceiros no desenvolvimento?

As narrativas para validar a economia verde, o acaparamento via transição energética e a potência das energias renováveis enquanto bandeira de produção de energia limpa, faz com que a pecha do desenvolvimento sustentável, se vista de boas intenções para que possa de forma socialmente aceita, continuar o rastro de destruição, de dizimação de povos tradicionais e ecossistemas, para que possa por fim, continuar seu modelo de acumulação intensivo baseado na espoliação.

Para barrar a chegada do desenvolvimento que destrói, as comunidades tradicionais, povos que preservam seus territórios precisam resistir em movimento constante, renovando-se a cada luta seus modelos de atuação, posto que agora, lutam contra o chamado Desenvolvimento Sustentável. Ao longo desta pesquisa, podemos nos aproximar mais de suas concepções e cosmovisões através da Comunidade Tradicional Barra das Moitas e Morro dos Patos, através de suas lutas, suas resistências, seus tristezas, seus sonhos.

Ouvi-los é ouvir o Bem-Viver, é ouvir as soluções para problemas que o capitalismo não é capaz nem pode resolver, porque é deles criador e perpetuador. São os povos tradicionais trazidos aqui nesta pesquisa que sustentam a verdadeira mitigação de danos climáticos.

Uma reflexão necessária a ser feita neste ponto é que onde o capital predatório se

instala, se instalam as desterritorializações, e do mesmo jeito que lutam comunidades tradicionais no litoral do Ceará contra eólicas na terra e no mar, lutam também as comunidades tradicionais e povos originários na Bahia, no Rio Grande do Norte, no Piauí, no Norte do Brasil, nos territórios tradicionais e originários de Argentina, do Chile, Bolívia, do México. Pois, não há fronteiras quando o capital resolve destruir territórios.

Ademais, tudo isso mostra uma coisa que talvez só no fim deste trabalho possa ser chamada de óbvia: a transição energética não é limpa. Não há produção de energia limpa que custe o sangue de povos que lutam contra a exploração mineral de lítio, de níquel, de terras raras. Não há energia limpa que custe a expulsão de povos tradicionais e originários de territórios onde viveram por gerações e manifestaram seus modos de vida, seus sagrados, suas cosmovisões e o seu Bem-Viver. Não há limpeza na espoliação. Não há limpeza no infringir de direitos humanos e ambientais convencionados internacionalmente. Não há limpeza na energia eólica produzida nos limites territoriais de Barra das Moitas e em Morro dos Patos.

Ao longo da pesquisa podemos ver as luzes que estes povos jogam sobre o futuro, a despeito de suas realidades de medo, de ameaça, de um horizonte onde luzes piscam o avanço do capitalismo nos limites territoriais de suas comunidades. A despeito do latifúndio do ar se manifestar por gigantes torres eólicas nas dunas tradicionais onde cresceram os idosos que hoje dormem incomodados, ainda há resistência ativa e esperança. Esperança enquanto sentimento de potência desses povos que defendem seus territórios é a chave para entender o motivo de jamais entregarem-se às investidas do desenvolvimento.

Essas esperanças são capazes de movimentar os povos nos rumos das alternativas, e ao longo da pesquisa conseguimos enxergar que ainda há um mar de possibilidades a serem construídas comunitariamente a partir das cosmovisões destes povos, entre sabedorias ancestrais e aprendizados tecnológicos do presente, os povos tradicionais buscam manifestar e construir um território onde a autonomia alimentar e autonomia energética seja a emancipação destes territórios e a consolidação do Bem-Viver.

São alternativas possíveis, contraditórias, conflituosas, como as manifestadas em muitos outros territórios tradicionais ao redor do planeta. São afrontas direto ao modelo de desenvolvimento traçado pelo Estado e pelo capital nacional e internacional. São amostras de que ainda que o capitalismo avance encontrando

novas formas de espoliação e acaparamiento do meio ambiente e dos povos, estes também seguirão encontrando novas formas de resistir, de se reinventar preservando o mais rico de suas cosmovisões: o viver bem, o comer bem, o trabalhar bem, o estar bem.

As alternativas encontradas pelas famílias assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra revolucionou a produção e a forma de enxergar a luta contemporânea dentro destes territórios em pleno sertão cearense, pois, em escalas antes inatingíveis, famílias de camponeses e camponesas, se reconhecem como povos que possuem o poder de desenhar seus próprios modelos de desenvolvimento. Já as famílias que vivem às margens do Rio Aracatiaçu em Barra das Moitas, a grande revolução é plantar, pescar e brincar no rio, por mais de 30 anos na proteção de seu território da invasão do desenvolvimento. Em Morro dos Patos, a fortaleza cercada por gigantes torres eólicas, se vislumbram os barcos voltando de um dia de pescaria. Verdadeiros territórios de esperança.



## REFERÊNCIAS

- ABSOLAR. **Panorama da solar fotovoltaica no Brasil e no mundo**. Maio, 2021. N.31. Disponível em: < <https://www.absolar.org.br/mercado/infografico/>>. Acessado em: dezembro de 2022.
- ABEEÓLICA, Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias. **Boletim 2021**. Publicado em 2022. Disponível em: <<https://abeeolica.org.br/energia-eolica/dados-abeeolica/>>. Acessado em: dezembro de 2022.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. Editora Elefante, janeiro de 2016.
- AGUIAR, Diana. **A Geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: Um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira**. ActionAid Brasil, FASE. Rio de Janeiro, 2017.
- ANEEL. **Sistema de Informações de Geração da ANEEL, SIGA**. Maio, 2021. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2liwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSlslmMiOjR9>>. Acessado em: dezembro de 2022.
- ARAÚJO, Ericka. **Presidente da Câmara dos Deputados pauta votação do PL 5829**. Maio, 2021. Disponível em: <<https://canalsolar.com.br/presidente-da-camara-dos-deputados-pauta-votacao-do-pl-5829/>>. Acessado em: dezembro de 2022.
- ARAUJO, Júlio César Holanda. MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. **Entre Expropriações e Resistências: Mapas das Desigualdades Ambientais na Zona Costeira do Ceará, Brasil**. In: Impactos Socioambientais da Implantação dos Parques de Energia Eólica no Brasil. Adryane Gorayeb, Christian Brannstrom e Antonio Jeovah de Andrade Meireles (Org.). Coleção Estudos Geográficos da UFC. Fortaleza: Edições UFC, 2019.
- ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. **GRUPO CGN une forças com o Brasil para expandir mercado de energia renovável**. Junho, 2019. Disponível em: <<http://atlanticenergias.com.br/grupo-cgn-une-forcas-com-o-brasil-para-expandir-mercado-de-energia-renovavel/>>. Acessado em: dezembro de 2022.
- ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. **CGN Brasil Energia investe R\$ 1 bilhão em novo empreendimento na BA**. Junho, 2020. Disponível em: <<http://atlanticenergias.com.br/cgn-brasil-energia-investe-r-1-bilhao-em-novo-empreendimento-na-ba/>>. Acessado em: dezembro de 2022.
- BARBOSA, Pedro Henrique Batista. **New Kids on The Block China's Arrival in Brazil's Electric Sector**. GCI WORKING PAPER 012. Global Development Policy Center, Dezembro, 2020. Disponível em: <[www.bu.edu/gdp](http://www.bu.edu/gdp)>. Acessado em: dezembro de 2022.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. **A China no setor elétrico brasileiro: tendências e oportunidades**. Dialogo Chino, Março, 2021. Disponível em: <[https://dialogochino.net/en/climate-energy/china-in-brazils-electricity-sector-trends-and-opportunities/?utm\\_content=160594006&utm\\_medium=so%E2%80%A6](https://dialogochino.net/en/climate-energy/china-in-brazils-electricity-sector-trends-and-opportunities/?utm_content=160594006&utm_medium=so%E2%80%A6)>. Acessado em: dezembro de 2022.

BLOOMBERG NEF. **Top Five Emerging Markets for Clean Energy Investment**. Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://about.bnef.com/blog/top-five-emerging-markets-for-clean-energy-investment/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

BORRAS JR., Saturnino M. FRANCO, Jennifer C. KAY, Cristobal. SPOOR, Max. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia**. FAO, 2011.

BORRAS Jr., S. M. et al. **Land grabbing in Latin America and the Caribbean**. The Journal of Peasant Studies, 39 (2-3): 845–872. 2012.

BRANNSTROM, Christian. Et al. (Orgs) **Descarbonização na América do Sul: conexões entre o Brasil e a Argentina**. – Mossoró, RN: Edições UERN, 2022. 448 p. ISBN: 978-85-7621-327-7.

BRASIL DE FATO. **MST cria agroindústria e dá poder para assentados da reforma agrária no sertão do Ceará**. Jun. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/17/mst-cria-agroindustria-e-da-poder-para-assentados-da-reforma-agraria-no-sertao-do-ceara>> Acessado em: dezembro de 2022.

BRASIL DE FATO. **Batizada de Terra Conquistada, MST lança marca de produtos da reforma agrária no Ceará**. Dez, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefatoce.com.br/2022/12/23/batizada-de-terra-conquistada-mst-lanca-marca-de-produtos-da-reforma-agraria-no-ceara>>. Acessado em: dezembro de 2022.

BYD. **Sobre a BYD**. 2022. Disponível em: <<https://www.byd.com.br/sobre/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

BYD. **Módulos Fotovoltaicos Energia Limpa e Renovável**. 2022. Disponível em: <<https://www.byd.com.br/sobre/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

BYD. **BYD supera Tesla e se torna marca de veículos elétricos mais vendida globalmente no primeiro semestre de 2022**. Disponível em: <<https://www.byd.com.br/byd-supera-tesla-e-se-torna-marca-de-veiculos-eletricos-mais-vendida-globalmente-no-primeiro-semester-de-2022/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

CABRÉ, Miquel Muñoz. GALLAGHER, Kevin P., LI, Zhongshu. **Renewable Energy: The Trillion Dollar Opportunity for Chinese Overseas Investment**. China & World Economy / 27–49, Vol. 26, No. 6, 2018 27.

CANAL SOLAR. **Empresa chinesa investe em projetos de energia renovável no RN.** Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://canalsolar.com.br/empresa-chinesa-investe-em-projetos-de-energia-renovavel-no-rn/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

CARIELLO, Túlio. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020).** Conselho Empresarial Brasil-China. 2021.

CLIMATESCOPE 2020. **BRAZIL ON-GRID.** 2020. Disponível em: <<https://global-climatescope.org/results/BR>>. Acessado em: dezembro de 2022.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE ENERGIA. **Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma Administração Nacional de Energia: Aviso sobre a impressão e distribuição do "14º Plano Quinquenal para o Sistema Energético Moderno".** 29 de janeiro de 2022. Disponível em: <[https://www.ndrc.gov.cn/xxgk/zcfb/ghwb/202203/t20220322\\_1320016.html?code=&state=123](https://www.ndrc.gov.cn/xxgk/zcfb/ghwb/202203/t20220322_1320016.html?code=&state=123)> (tradução própria). Acessado em: dezembro de 2022.

CONSÓRCIO NORDESTE. **O Consórcio.** Junho de 2020. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/o-consorcio/>. Acessado em: setembro, 2022.

**Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.** Genebra. 1989.

CPFL Renováveis. **Nosso Portfólio.** Disponível em: <<https://ri.cpflrenovaveis.com.br/show.aspx?idCanal=eoP8fc2D9ep2mPboD56VeQ=>>>. Acessado em: dezembro de 2022.

CTG Brasil. **Energia Eólica.** Disponível em: <<https://www.ctgbr.com.br/portfolio-item/energia-eolica/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

CTG Brasil. **CTG Brasil investe R\$ 8 milhões em inovação de geração solar.** Março, 2021. Disponível em: <<https://www.ctgbr.com.br/ctg-brasil-investe-r-8-milhoes-em-inovacao-de-geracao-solar/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

**Doc. Terra Conquistada.** Produzido por MT Vídeo. Movimento Sem Terra, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zstb8fDcwt0>> Acessado em: dezembro de 2022.

EDELMAN, M. **Estudios agrarios críticos: tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos.** Quito, Editorial IAEN. 2016.

EDP RENEWABLES. **Projeto eólico no Rio Grande do Norte apoiado pelo BNDES fornecerá energia a 800 mil residências.** Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.edpr.com/pt-pt/noticias/2020/01/30/projeto-eolico-no-rio-grande-do-norte-apoiado-pelo-bndes-fornecera-energia-800>>. Acessado em: dezembro de 2022.

ENEL. **Enel conclui venda de 540 MW de capacidade renovável no Brasil.** Junho, 2019. Disponível em: <<https://www.enel.com.br/pt-ceara/midia/news/d201906-enel-conclui-venda-de-540-mw-de-capacidade-renovavel-no-brasil.html>>. Acessado em: dezembro de 2022.

EPBR. **Marco da geração distribuída sai da pauta por falta de consenso.** Maio, 2021. Disponível em: <<https://epbr.com.br/marco-da-geracao-distribuida-sai-da-pauta-por-falta-de-consenso/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

ESCHER, F., WILKINSON, J. **A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 57(4), 656-678, 2019 <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017> . Acessado em: dezembro de 2022.

FERNANDES Bernardo Mançano. WELCH, Clifford Andrew. GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias** / , – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do campo)

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a Tipologia de Territórios.** In: Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. Expressão Popular. São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial.** In: A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000./ João Pedro Stedile (org.). – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FURTADO, Fabrina. **Energia renovável em comunidades no Brasil: conflitos e resistências.** 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER. China's Global Power Database. Disponível em: < <https://www.bu.edu/cgp/?lang=en>>. Acessado em: dezembro de 2022.

GLOBAL TIMES. **White paper shares China's achievements, experience on climate issue.** 2021. Disponível em: < <https://www.globaltimes.cn/page/202110/1237422.shtml>>. Acessado em: dezembro de 2022.

GORAYEB, Adryane. BRANNSTROM, Christian. MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade (Org.) **Impactos Socioambientais da Implantação dos Parques de Energia Eólica no Brasil.** Coleção Estudos Geográficos da UFC. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

GORAYEB, Adryane. BRANNSTROM, Christian. **Diretrizes para o planejamento socialmente justo com vistas à implantação de parques eólicos no Brasil.** In: Impactos Socioambientais da Implantação dos Parques de Energia Eólica no Brasil. Adryane Gorayeb, Christian Brannstrom e Antonio Jeovah de Andrade Meireles (Org.). Coleção Estudos Geográficos da UFC. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

GORAYEB, Adryane. BRANNSTROM, Christian, LOUREIRO Caroline Vitor e MENDES Jocicléa de Sousa. **Processos políticos e impactos socioambientais da energia eólica no litoral cearense**. In: Impactos Socioambientais da Implantação dos Parques de Energia Eólica no Brasil. Adryane Gorayeb, Christian Brannstrom e Antonio Jeovah de Andrade Meireles (Org.). Coleção Estudos Geográficos da UFC. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **João Azevêdo assina protocolo de intenções para instalação de parques solares em São José de Lagoa Tapada**. Outubro, 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-assina-protocolo-de-intencoes-para-instalacao-de-parques-solares-em-sao-jose-de-lagoa-tapada>>. Acessado em: dezembro de 2022.

GUDYNAS, Eduardo. **El Nuevo Extractivismo Progresista en America del Sur Tesis Sobre un Viejo Problema Bajo Nuevas Expresiones**. pp 75-92, In: COLONIALISMOS DEL SIGLO XXI. Negocios extractivos y defensa del territorio en América Latina. Varios Autores. Icaria Editorial, Barcelona (Espanña), junho 2011.

HARVEY, David. **El nuevo imperialismo. Acumulación por desposesión**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Edinburg University Press, Edinburgh. 2000.

IEA (International Energy Agency), **2017, World Energy Outlook (WEO)**. Disponível em: <<https://www.iea.org/weo>>. Acessado em: dezembro de 2022.

IEA (International Energy Agency), **2020, World Energy Outlook (WEO)**. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2020>>. Acessado em: dezembro de 2022.

**Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Indicador 7.2.1 - Participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE). Disponível em: < <https://odsbrasil.gov.br/objetivo7/indicador721> > Acessado em: setembro de 2022.

LIMA, José Auricélio Gois. **A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil**. [livro eletrônico]. Fortaleza, CE. Editora da UECE, 2022.

LOUREIRO, Caroline Vitor. **Análise comparativa de políticas de implantação e resultados sociais da energia eólica no Ceará e no Texas**. In: Impactos Socioambientais da Implantação dos Parques de Energia Eólica no Brasil. Adryane Gorayeb, Christian Brannstrom e Antonio Jeovah de Andrade Meireles (Org.). Coleção Estudos Geográficos da UFC. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

LULA. **Lula pelo Nordeste: os governos petistas e o poder da energia eólica**. Agosto, 2021. Disponível em: < <https://lula.com.br/lula-pelo-nordeste-os-governos-petistas-e-o-poder-da-energia-eolica/#:~:text=No%20governo%20Dilma%2C%20a%20energia,e%20aumentar%20o%20conte%20C3%BAdo%20local> >. Acessado em: dezembro de 2022.



MARX, K. (1970). **O Capital: crítica da economia política** – livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MCMICHAEL, P. **Does China 'Going Out' Strategy Prefigures a New Food Regime?** *Journal of Peasant Studies* 47 (1): 116–154. 2020.  
DOI:10.1080/03066150.2019.1693368

MORA, Sol. **El Going Out agrícola de China. Un análisis de su desarrollo en Argentina.** *Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos*, 19(2), 89-113. 2019. DOI: 10.4067/S0719-09482019000200089

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** *Revista Nera* – ano 10, n. 10 – janeiro/junho de 2007 – issn: 1806-6755.

NAKANO, Jane. **The Geopolitics of Critical Minerals Supply Chains.** Center for Strategic and International Studies. 2021.

NASCIMENTO, A.M., LIU, L., CUMARÚ Silva Alves, J.R. and ORIÁ, P. (2021), **"Chinese investment in the Northeast region of Brazil: an analysis about the renewable energy sector"**, *Revista de Gestão*, Vol. 28 No. 4, pp. 376-389.  
<https://doi.org/10.1108/REGE-12-2020-0147>. Acessado em: dezembro de 2022.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas.** *Revista NERA*, v. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa. **Ceará: Terra da Fome.** Brasil de Fato Ceará [online], Ceará, 15 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2022/09/15/artigo-ceara-terra-da-fome>. Acessado em: setembro, 2022.

PEREIRA, Lorena Izá. **De lo litoral al semiárido: el Nordeste brasileño como región de expansión del acaparamiento del territorio: el caso de la apropiación privada de los ventos.** Rede Dataluta, Fundapaz e LandMatrix. 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. **Land Grabbing, Land Rush, Controle e Estrangeirização da Terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017.** *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v.5 n.2, p. 34 -56, 2017.

PORTAL SOLAR. **Piauí é referência na produção de energia solar e acelera geração de emprego na região.** Janeiro, 2020. Disponível em: <  
<https://www.portalsolar.com.br/blog-solar/energia-solar/piaui-e-referencia-na-producao-de-energia-solar-e-acelera-geracao-de-emprego-na-regiao.html>>.  
Acessado em: dezembro de 2022.

PORTAL SOLAR. **Sertão da Paraíba terá novo parque de energia solar.** Outubro, 2020. Disponível em: <<https://www.portalsolar.com.br/blog-solar/energia->



[solar/sertao-da-paraiba-tera-novo-parque-de-energia-solar.html](#)>. Acessado em: dezembro de 2022.

PORTAL SOLAR. **Canadian Solar garante dois projetos solares no total de 190,5 MWp**. Novembro, 2019. Disponível em: < <https://www.portalsolar.com.br/blog-solar/energia-solar/canadian-solar-garante-dois-projetos-solares-no-total-de-1905-mwp.html>>. Acessado em: dezembro de 2022.

SPRINGER, Cecilia Han. **Shining a Light on China's Uneven Regional Energy Development Overseas**. Global Development Policy Center. 2021. Disponível em: < <https://www.bu.edu/gdp/2021/09/27/shining-a-light-on-chinas-uneven-regional-energy-development-overseas/>> Acessado em: dezembro de 2022.

STATE GRID. **Overseas Projects**. 2022. Disponível em: < [http://www.sgcc.com.cn/html/sgcc\\_main\\_en/col2017112821/column\\_2017112821\\_1.shtml](http://www.sgcc.com.cn/html/sgcc_main_en/col2017112821/column_2017112821_1.shtml)> Acessado em: dezembro de 2022.

STATE GRID. **Sobre State Grid Brazil Holding**. 2022. Disponível em: < <https://stategrid.com.br/sobre/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

RAY, Rebecca. ALBRIGHT, Zara C., WANG, Kehan. **China-Latin America Economic Bulletin**. GCI ECONOMIC BULLETIN. Global Development Policy Center, 2021 Edition. Disponível em: < [www.bu.edu/gdp](http://www.bu.edu/gdp)>. Acessado em: dezembro de 2022.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil: Suplemento I Insegurança Alimentar nos Estados**. 2022.

ROCHA, Camilo. **As dificuldades para a expansão da energia solar no Brasil**. Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/10/As-dificuldades-para-a-expans%C3%A3o-da-energia-solar-no-Brasil>>. Acessado em: dezembro de 2022.

ROSITO, Tatiana. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Conselho Empresarial Brasil-China, out. 2020. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2020/11/26/bases-para-uma-estrategia-de-longo-prazo-do-brasil-para-a-china/>. Acessado em: dezembro de 2022.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO DO ESTADO DO CEARÁ. **Hub Hidrogênio Verde**. Governo do Estado do Ceará. Disponível em: < <https://www.sedet.ce.gov.br/clusters-prioritarios/hub-hidrogenio-verde/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

SOUSA, Maria Eduarda de Andrade e., LEITE, Alexandre César Cunha. **O dinamismo das aquisições transnacionais de terra: aproximando o fenômeno das relações internacionais e da economia política internacional**. Revista Estudos Internacionais. 2017.

SPIC Brasil. **Geração**. Disponível em: <<https://www.spicbrasil.com.br/geracao/>>. Acessado em: dezembro de 2022.

Transnational Institute and Taller Ecologista. **Towards a Corporate or a Peoples' Energy Transition?** In: Energy Transition: Contributions for Collective Reflection. Dezembro, 2019.

TRIBUNAL POPULAR DA ECONOMIA DO MAR. Sentença do Tribunal Popular da Economia do Mar. Novembro de 2022. Disponível em: <[http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/SENTEN%C3%87A\\_TRIBUNAL\\_PO\\_P\\_MAR.pdf](http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/SENTEN%C3%87A_TRIBUNAL_PO_P_MAR.pdf)> Acessado em: dezembro de 2022.

VIANA, Theyse. **Mais da metade da população de 71 cidades do Ceará vive em extrema pobreza;** veja mapa. Diário do Nordeste [online]. Jul, 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/mais-da-metade-da-populacao-de-71-cidades-do-ceara-vive-em-extrema-pobreza-veja-mapa-1.3256482>. Acessado em: setembro de 2022.

VITTO, William Clavijo. **Geopolítica da transição energética: analisando as implicações da difusão das novas fontes renováveis.** Ensaio Energético, site. Março, 2022. Disponível em: <<https://ensaioenergetico.com.br/implicacoes-geopoliticas-do-processo-de-transicao-energetica/>>. Acessado em: dezembro de 2022.